

Relatório Anual de Segurança Interna Ano 2003

Gabinete Coordenador de Segurança

ABRIL 2004

Índice

INTRODUÇÃO	8
SÍNTESE.....	9
LEGISLAÇÃO.....	17
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA INTERNA	17
PREVENÇÃO CRIMINAL	18
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	22
ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS	24
PROTECÇÃO E SOCORRO.....	27
SEGURANÇA DO UEFA EURO 2004™	28
MEIOS TECNOLÓGICOS.....	29
ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO SUPERIOR.....	31
CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA INTERNA.....	31
GABINETE COORDENADOR DE SEGURANÇA	31
ACTIVIDADE DO SECRETARIADO-GERAL.....	32
COMISSÃO DE SEGURANÇA PARA O EURO 2004	34
FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA	38
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA	38
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA.....	38
<input type="checkbox"/> CONFLITUALIDADE.....	38
<input type="checkbox"/> CAUSAS PARA O AUMENTO DA CRIMINALIDADE OBSERVADO.....	40
ACTIVIDADE OPERACIONAL.....	41
<input type="checkbox"/> CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	41
<input type="checkbox"/> ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	43
<input type="checkbox"/> RESULTADOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL.....	47
<input type="checkbox"/> OUTRAS ACÇÕES - OPERAÇÕES MAIS RELEVANTES.....	51
<input type="checkbox"/> POLÍTICAS NO ÂMBITO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.....	52
<input type="checkbox"/> FORMAÇÃO	56
<input type="checkbox"/> INVESTIMENTOS.....	57
➤ MEIOS INFORMÁTICOS.....	57
➤ MEIOS AUTO	57

Relatório de Segurança Interna – 2003

➤ MEIOS PARA EQUIPAR FORÇA DE INTERVENÇÃO NO TO DO IRAQUE.....	58
<input type="checkbox"/> ACTIVIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E APOIO SOCIAL.....	58
<input type="checkbox"/> CONCLUSÕES	60
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	63
DETENÇÕES.....	63
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA “112”	64
APREENSÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS	66
APREENSÃO E RECUPERAÇÃO DE ARMAMENTO E EXPLOSIVOS.....	66
OPERAÇÕES POLICIAIS.....	67
ACTIVIDADES DAS UNIDADES ESPECIAIS	69
<input type="checkbox"/> CORPO DE INTERVENÇÃO	69
<input type="checkbox"/> GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.....	70
<input type="checkbox"/> CORPO DE SEGURANÇA PESSOAL	71
SEGURANÇA A EVENTOS DESPORTIVOS	72
CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS.....	72
POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	74
<input type="checkbox"/> PROGRAMA “ESCOLA SEGURA”	74
<input type="checkbox"/> IDOSOS EM SEGURANÇA.....	82
<input type="checkbox"/> APOIO À VÍTIMA	82
<input type="checkbox"/> VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	84
<input type="checkbox"/> COMÉRCIO SEGURO	85
<input type="checkbox"/> ACÇÕES EXTERNAS DE CARÁCTER FORMATIVO E PREVENTIVO E PROTOCOLOS DE PARCERIA ENTRE A PSP E ENTIDADES LOCAIS	86
<input type="checkbox"/> OPERAÇÃO “PORTUGAL SEGURO”	88
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.....	89
<input type="checkbox"/> AUTUAÇÕES POR INFRACÇÕES DE TRÂNSITO.....	89
<input type="checkbox"/> ACIDENTES DE VIAÇÃO	89
<input type="checkbox"/> FISCALIZAÇÃO DE TAXA DE ALCOOLÉMIA NO SANGUE (TAS)	90
ACTIVIDADE PROCESSUAL.....	92
<input type="checkbox"/> DILIGÊNCIAS E SOLICITAÇÕES	92
<input type="checkbox"/> INQUÉRITOS.....	92
MISSÕES NO ESTRANGEIRO.....	93

FORMAÇÃO	94
<input type="checkbox"/> ACÇÕES INTERNAS E EXTERNAS	94
<input type="checkbox"/> FORMAÇÕES DE BASE.....	94
<input type="checkbox"/> SAÍDAS	94
INVESTIMENTOS EM MATERIAL	94
<input type="checkbox"/> INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTO TÉCNICO POLICIAL	94
<input type="checkbox"/> INVESTIMENTOS EM MATERIAL AUTO.....	95
<input type="checkbox"/> OUTROS INVESTIMENTOS.....	95
<input type="checkbox"/> INVESTIMENTOS EM MATERIAL INFORMÁTICO.....	95
POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	96
INTRODUÇÃO	96
DIRECÇÃO CENTRAL DE COMBATE AO BANDITISMO.....	97
DIRECÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES	98
<input type="checkbox"/> RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2003 - TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES.....	98
DIRECÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO DA CORRUPÇÃO E DA CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA	108
DEPARTAMENTO CENTRAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	111
INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS	115
LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA.....	123
NOTAS FINAIS	125
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS.....	128
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	128
ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	134
FORMAÇÃO.....	147
<input type="checkbox"/> FORMAÇÃO CONTÍNUA.....	148
<input type="checkbox"/> FORMAÇÃO DE FORMADORES	149
<input type="checkbox"/> FORMAÇÃO MINISTRADA PELO SEF A ENTIDADES EXTERNAS.....	149
<input type="checkbox"/> PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E MISSÕES NO ESTRANGEIRO.....	151
INVESTIMENTOS EM INFORMÁTICA E EQUIPAMENTO.....	154
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA.....	155
ASPECTOS GERAIS DA ACTIVIDADE.....	155

<i>SEGURANÇA DO EURO 2004</i>	155
<i>CONTRA-TERRORISMO</i>	156
<i>CONTRA-PROLIFERAÇÃO</i>	157
<i>MÁFIAS INTERNACIONAIS</i>	158
<i>REDES INTERNACIONAIS DE TRÁFICO DE DROGA</i>	158
<i>BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS</i>	159
<i>BURLAS INTERNACIONAIS</i>	159
<i>CONTRA-ESPIONAGEM</i>	159
<i>ACTOS CONTRA O ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO</i>	160
DIRECÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA (DGAM)	161
<i>INTRODUÇÃO</i>	161
<i>SITUAÇÃO GERAL</i>	161
<i>PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE</i>	162
<input type="checkbox"/> <i>ROUBOS E FURTOS</i>	164
<input type="checkbox"/> <i>CONTRA-ORDENAÇÕES</i>	165
<input type="checkbox"/> <i>DELINQUÊNCIA JUVENIL E GRUPAL</i>	166
<input type="checkbox"/> <i>DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA À AUTORIDADE</i>	166
<input type="checkbox"/> <i>SINISTRALIDADE MARÍTIMA</i>	167
<input type="checkbox"/> <i>TERRORISMO</i>	168
<input type="checkbox"/> <i>DROGA</i>	170
<input type="checkbox"/> <i>IMIGRAÇÃO CLANDESTINA</i>	170
<input type="checkbox"/> <i>PROTOCOLO COM A POLÍCIA JUDICIÁRIA</i>	171
INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (INAC)	172
<i>RESUMO DA INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL EM PORTUGAL, DURANTE O ANO DE 2003:</i>	172
<input type="checkbox"/> <i>REGULAMENTAÇÃO</i>	172
<input type="checkbox"/> <i>VALORES DE TRÁFEGO CONTROLADO NOS AEROPORTOS NACIONAIS</i>	173
<input type="checkbox"/> <i>AUDITORIAS / INSPECÇÕES / TESTES</i>	174
<input type="checkbox"/> <i>INCIDENTES REPORTADOS</i>	174
<input type="checkbox"/> <i>FORMAÇÃO E TREINO</i>	174
<input type="checkbox"/> <i>AUDITORIAS A AEROPORTOS DE OUTROS ESTADOS</i>	174

Relatório de Segurança Interna – 2003

DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO	175
<i>PRINCIPAIS MEDIDAS ADOPTADAS EM 2003 NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA</i>	175
<i>EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA</i>	176
<i>ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA</i>	178
<i>COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO LOCAL</i>	180
<i>PROTOCOLOS EM VIGOR CELEBRADOS NO ANO 2003</i>	181
FISCALIZAÇÃO	182
➤ ENTIDADES FISCALIZADORAS – GNR E PSP	182
➤ DGV	183
GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES	184
<i>LISTA DE OBRAS DE RAIZ INAUGURADAS NO ANO DE 2003</i>	184
<i>LISTA DE OBRAS DE RAIZ CONCLUÍDAS NO ANO DE 2003</i>	185
<i>LISTA DE OBRAS DE REMODELAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO CONCLUÍDAS NO ANO DE 2003</i>	185
<i>LISTA DE OBRAS DE RAIZ EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2003</i>	186
<i>LISTA DE OBRAS DE REMODELAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO EM EXECUÇÃO ANO DE 2003</i>	186
<i>LISTA DE OBRAS SUSPENSAS NO ANO DE 2003</i>	187
CONSELHO CONSULTIVO PARA A FORMAÇÃO DAS FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA.....	188
<i>ÁREA DE ESTUDOS E PROJECTOS</i>	188
<i>ÁREA DA FORMAÇÃO</i>	188
<i>ÁREA DOS PROGRAMAS ESPECIAIS E DOS SEMINÁRIOS</i>	190
<i>ÁREA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</i>	191
<i>ÁREA DOS PLANOS NACIONAIS E DOS GRUPOS INTER-MINISTERIAIS</i>	192
<i>ÁREA ADMINISTRATIVA</i>	193
PROGRAMA ESCOLHAS	194
<i>ENQUADRAMENTO</i>	194
<i>BALANÇO GLOBAL</i>	194
<i>CAMPANHAS TEMÁTICAS</i>	196
<i>RELAÇÕES INTERNACIONAIS</i>	197
<input type="checkbox"/> REDE EUROPEIA DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE (EUCPN), DA UNIÃO EUROPEIA.....	197
<input type="checkbox"/> REDE EUROPEIA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, DO CONSELHO DA EUROPA.....	198

Relatório de Segurança Interna – 2003

<i>INVESTIMENTO</i>	199
DADOS RELATIVOS À CRIMINALIDADE	200
ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS	200
<i>ANÁLISE DO TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR FORÇA E SERVIÇO</i>	200
<i>ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS GRANDES CATEGORIAS</i>	202
<i>ANÁLISE DA CRIMINALIDADE MAIS VIOLENTA E GRAVE</i>	205
<i>ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS REGISTADAS POR DISTRITO</i>	205
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE AVEIRO.....	207
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE BEJA	208
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE BRAGA	209
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE BRAGANÇA	210
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE C. BRANCO.....	211
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE COIMBRA.....	212
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE ÉVORA.....	213
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE FARO	214
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE GUARDA.....	215
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE LEIRIA.....	216
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE LISBOA.....	217
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE PORTALEGRE	218
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE PORTO.....	219
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE SANTARÉM.....	220
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE SETÚBAL.....	221
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE VIANA DO CASTELO.....	222
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE VILA REAL.....	223
<input type="checkbox"/> DISTRITO DE VISEU.....	224
<input type="checkbox"/> REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	225
<input type="checkbox"/> REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	226
ANÁLISE DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E GRUPAL	227
<i>DELINQUÊNCIA JUVENIL</i>	227
<input type="checkbox"/> INTRODUÇÃO	227
<input type="checkbox"/> EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE	228
➤ ANÁLISE COMPARATIVA 2003 – 2002 (DADOS PSP E GNR)	228

➤	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA.....	228
➤	DISTRIBUIÇÃO POR GRANDES GRUPOS DE CRIMES	229
	<i>DELINQUÊNCIA GRUPAL</i>	230
☐	INTRODUÇÃO.....	230
☐	EVOLUÇÃO DO FENÓMENO.....	230
☐	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO FENÓMENO.....	232
☐	ANÁLISE DE PERFIS (INCIDENTES/ AUTORES)	232
➤	TIPO DE ALVO E TIPO DE CRIME	233
➤	TIPO DE ALVO – PESSOAS	233
➤	TIPO DE ALVO – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS	234
➤	ANÁLISE DO PERFIL GERAL DE AUTORES	234
	DROGA APREENDIDA	235
	<i>TIPOS DE DROGAS APREENDIDAS NO ANO DE 2003</i>	235
	<i>QUANTIDADES DE DROGA APREENDIDA POR ORGANISMO</i>	236
	<i>OUTROS RESULTADOS LIGADOS ÀS APREENSÕES DE DROGAS</i>	236
	A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE EUROPEIA	237

Introdução

Nos termos da Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, com a alteração constante da Lei n.º 8/91, de 1 de Abril, compete ao Governo a elaboração de um relatório anual sobre a situação do País em matéria de segurança interna.

Com o presente relatório, faz-se uma análise geral da segurança interna do País, no ano de 2003, tendo como fontes as Forças, Serviços e Organismos de Segurança que compõem o Gabinete Coordenador de Segurança - a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Serviço de Informações de Segurança, o Sistema de Autoridade Marítima, e o Instituto Nacional de Aviação Civil. Além disso, foi também integrada informação do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, da Direcção-Geral de Viação, do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações do MAI e do Conselho Consultivo para a Formação das Forças e Serviços de Segurança.

Procura-se, assim, evidenciar a actividade que cada Força, Serviço e Organismo desenvolveu durante o ano em apreço, os investimentos em termos humanos e materiais, os resultados obtidos em termos de preservação da segurança interna, as dificuldades encontradas, entre outros aspectos relevantes.

Este documento permite também ilustrar todo o esforço que foi desenvolvido pelo Governo ao nível da segurança interna, em particular pelos Ministérios da Administração Interna e da Justiça.

Síntese

No ano de 2003, verificou-se um aumento da criminalidade participada às Forças de Segurança e à Polícia Judiciária em +6%, o que corresponde a um acréscimo de +23.256 ocorrências participadas. Numa análise separada, verificamos que a Guarda Nacional Republicana regista o maior acréscimo, tanto percentual (+11,8%) como quantitativo (+20.108 ocorrências), seguindo-se a Polícia Judiciária, com um acréscimo de +10,8% - mas que, em termos quantitativos, corresponde a +1.117 casos participados -, e, por último, a Polícia de Segurança Pública, que sofre uma pequena oscilação (+1%), que significou um aumento de +2.031 ocorrências participadas.

Grande parte da criminalidade registada, pessoal ou patrimonial, não tem natureza violenta, seja ela física ou psicológica.

Por outro lado, realce-se para o facto de Portugal continuar a ser, quando comparado com outros países europeus, um dos países que menor número de crimes por mil habitantes regista. No âmbito da União Europeia Portugal continua a ter um dos países com menor índice de criminalidade, apenas ultrapassado pela Irlanda [Irlanda 26,6; Portugal 39,3; França 66,5; Áustria 80,1; Suécia 140,9].

Na categoria de crimes contra as pessoas, que representa 24% do total da criminalidade participada, são exemplo os crimes de difamação, calúnia e injúria, ofensa corporal voluntária simples e ameaça e coacção, que, representando 3/4 desta categoria criminal, são indiciadores de uma conflitualidade interpessoal resultante de um sentimento de insegurança, nas suas diversas modalidades - pessoal, familiar, profissional e económica.

Na categoria de crimes contra o património, que congrega 57% do total das ocorrências registadas, o furto continua a ser o crime mais praticado, destacando-se o furto em veículo, que, só por si, representa 1/4 dentro desta categoria. Este crime é, em grande medida, consequência dos seguintes factores: o flagelo da toxicoddependência, pelo lado do autor; e a negligência

na adopção das necessárias medidas de prevenção situacional, pelo lado da vítima.

Acentuou-se, também, a investigação da criminalidade de colarinho branco, designadamente a económica, financeira e tributária, assim como alguns tipos de crime informático.

Os crimes contra o património continuam a constituir a categoria com maior número de ocorrências participadas, seguindo-se a categoria de crimes contra as pessoas, sendo que estas duas categorias representam, no seu conjunto, aproximadamente 81% do total das participações.

Por seu turno, a criminalidade violenta e grave praticamente não sofre qualquer oscilação em relação ao ano anterior, sendo a sua variação de +0,3% (+60 ocorrências). Neste tipo de criminalidade, destacam-se o Furto/roubo por esticção e o Roubo na via pública (excepto por esticção), pela sua enorme representatividade: os dois em conjunto, representam 80% do total de ocorrências desta categoria.

Em termos de distribuição geográfica, ao nível distrital, regista-se que os distritos de Coimbra, Setúbal e a Região Autónoma da Madeira sofreram decréscimos em relação ao ano anterior. Os grandes distritos do Litoral - Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro e Braga, constituem um grupo que, por si só, representa 71% do total das ocorrências registadas

Na área da criminalidade mais complexa e organizada, e no que concerne ao terrorismo, tal como tem vindo a verificar-se nos anos anteriores, não se detectaram indícios consistentes da existência de qualquer grupo terrorista nacional ou da utilização de movimentos radicais nacionais por organizações terroristas estrangeiras.

O crime de branqueamento de capitais tem elegido, como sectores privilegiados para a sua actuação, o sector imobiliário e o comércio de automóveis de alta gama.

A facilidade de circulação através das fronteiras, e o surgimento de novas tecnologias, veio ajudar a incrementar as burlas internacionais,

nomeadamente as que envolvem o mercado financeiro, o esquema da pirâmide, a burla nigeriana, a burla das notas pretas e a burla informática.

O combate ao tráfico de droga continuou a constituir um dos pilares de actuação das nossas Forças e Serviços de Segurança. No ano em análise, a quantidade de estupefacientes apreendidos sofreu oscilações positivas e negativas, dependendo do tipo de droga. O valor de bens e dinheiro que foram apreendidos em virtude de terem sido obtidos através do tráfico de estupefacientes, ou de virem a destinar-se a este, foi bastante mais elevado do que no ano anterior.

Em termos de origem da droga apreendida, os países originários foram maioritariamente Marrocos, Espanha, Brasil, Suriname, Venezuela, Holanda e Paquistão, sendo que os estupefacientes provenientes de Espanha, Brasil, Holanda e Paquistão destinavam-se maioritariamente ao mercado interno. Contudo, pode-se considerar que a maioria da droga apreendida não se destinava a consumo interno, sendo Portugal um ponto de passagem dessa mesma droga, em virtude da situação geográfica e consequente localização geo-estratégica, em detrimento de outros países, nomeadamente de Espanha. Em termos regionais, os distritos onde se verificaram as maiores apreensões foram Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Faro, Açores e Aveiro. Os intervenientes são maioritariamente de nacionalidade portuguesa e do sexo masculino.

Por seu turno, o fenómeno da delinquência juvenil, registou uma variação absoluta de +175 ocorrências (passando de 4.790 ocorrências em 2002 para 4.965 em 2003), a que corresponde um aumento de 3,6%.

Ao nível da delinquência grupal, na área de jurisdição das duas Forças de Segurança, observou-se um aumento global de 7,1%, correspondendo a um acréscimo de mais +444 ocorrências, no total das duas Forças de Segurança. As participações efectuadas à PSP representam 75% do universo deste tipo de ocorrências.

No que respeita à imigração a concentração de população estrangeira faz-se sentir nas principais cidades e áreas urbanas, com incidência no Litoral. Regista-se, também, um grande número de pedidos de estatuto de residente, destacando-se os países da Europa de Leste, com maior predominância de elementos do sexo feminino. Foram concedidas 9.097 autorizações de permanência, valor bastante inferior ao do ano anterior, tendo como principais proveniências o Leste Europeu e países lusófonos.

Registou-se uma diminuição no número de recusas de entrada, tendo sido recusadas 3.700 entradas no ano 2003, sendo o Brasil o país que mais contribuiu com aproximadamente 63%. Observou-se um aumento no número de vistos concedidos nos postos de fronteira, em +2,5%, registando-se 5.600 vistos concedidos em 2003.

Destaca-se a celebração de casamentos entre cidadãos estrangeiros e cidadãs portuguesas, com o objectivo único de aceder a um título de residência, indiciando a prática de crimes como a falsificação de documentos e o auxílio à imigração ilegal.

Foram instaurados 1.948 processos de expulsão administrativa, valor que não representa alterações significativas em relação ao ano anterior, tendo como nacionalidades mais significativas a Moldávia, o Brasil, a Roménia e a Ucrânia. Realce para o facto de, no mesmo período, terem sido executadas 511 decisões de expulsão.

Verificaram-se 1.058 readmissões passivas, o que traduz um aumento significativo relativamente ao ano transacto. Por seu lado, as readmissões activas (295) apresentaram um decréscimo. Foram, ainda, efectuados 3.628 pedidos de aquisição de nacionalidade, mantendo-se, assim, a tendência de aumento. *(Readmissão é activa quando Portugal é o Estado requerente e será passiva quando Portugal é o Estado requerido. Portugal Estado requerente, quando solicita às autoridades de um país, com o qual tenha um acordo nesse sentido, que aceite no seu território um cidadão estrangeiro que se encontre em situação irregular em território nacional e tenha vindo directamente desse país. A situação passiva é exactamente o inverso.)*

A cooperação internacional foi outro eixo ao qual foi conferido bastante relevo, já que esta cooperação é cada vez mais essencial no combate criminalidade em geral e ao terrorismo em particular. Assim, tem-se verificado um crescendo na troca de informações policiais e criminais entre os departamentos policiais de diversos países. Os acordos celebrados pela Europol com Estados candidatos à adesão e com outros Estados Terceiros e Organizações vieram aumentar o número de solicitações.

No que respeita às Forças e Serviços de Segurança, destaca-se a participação do SEF em 284 reuniões, integrando diversos grupos e projectos da União Europeia. Por seu turno, o SIS manteve e até acentuou a cooperação com os seus congéneres europeus, com o intuito de intensificar a prevenção do terrorismo e de novas formas de criminalidade. Acresce que as Forças de Segurança mantiveram a sua presença em missões no estrangeiro, num total de 196 elementos distribuídos pelo mundo, nomeadamente no Kososvo, Macedónia, Croácia, Bósnia, Timor-Leste, Sahara Ocidental e República Democrática do Congo, para além do Sub Agrupamento Alfa da GNR no Iraque.

A formação também foi devidamente acautelada pelos diversos organismos, não apenas com vista à integração de novos elementos, como para especialização dos efectivos que já integram os respectivos quadros. A GNR teve em formação durante o ano de 2003, um total de 2.841 elementos, dos quais 2.566 em formações internas e os restantes 275 em formações externas. Na PSP foram ministradas 111 acções de formação (39 externas e 72 internas) vocacionadas para diversas temáticas e abrangendo um elevadíssimo número de elementos desta Força. Na formação ministrada pela Polícia Judiciária, destaca-se um curso de formação inicial de Inspectores estagiários, 75 acções de formação contínua especializada e 12 acções de formação contínua de aperfeiçoamento destinados a funcionários da PJ, num total de 2.981 horas lectivas e 984 formandos. Foi também iniciado o 38.º curso de formação de inspectores, com 98 candidatos, estando ainda prevista a abertura de um concurso interno à Função Pública, para 300 vagas de inspectores estagiários.

O SEF dedicou também bastante importância à formação, quer a adquirida, ministrada aos próprios elementos, quer formação ministrada a entidades externas, sobre diversas temáticas.

Importa salientar que entraram para as Forças de Segurança, no ano em questão, um total de 1.016 elementos. Tendo em conta que se contabilizou um total de 1.661 saídas de elementos com funções policiais, obteve-se um saldo líquido de -645 elementos, tendência que começou a inverter-se com a abertura para concursos de ingresso, à PSP e GNR de, respectivamente 916 e 1100 vagas.

O facto de, no ano de 2003, as Forças de Segurança terem registado 2 mortos, 11 feridos graves, 453 feridos ligeiros e 669 elementos agredidos sem necessidade de tratamento médico, o que no total ultrapassa o milhar de agressões, constitui motivo de crescente preocupação e exige uma atenção especial.

Também o investimento em material e infra-estruturas foi tido em conta. Na Guarda Nacional Republicana, o investimento em meios informáticos, de transporte e meios técnico-táticos para equipar a força de intervenção no Iraque, foi de aproximadamente 4.177.836 €, enquanto que na PSP o investimento em material técnico-policial, auto, informático e em reparações/manutenção foi de 4.173.562 €. O investimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ascendeu a 1.327.140 €, entre material informático e outro tipo de maquinaria e equipamento.

No domínio das instalações das Forças e Serviços de Segurança dependentes do Ministério da Administração Interna, inauguraram-se 15 obras em 2003, as quais tiveram um custo de 15.788.640,96 €; concluíram-se 3 obras, tendo o seu custo sido de 2.153.982,26 €; e estão em execução 11 obras de raiz, correspondendo a um investimento estimado em 12.888.959 €. No que respeita a obras de remodelação/conservação, concluíram-se 15 e estão em curso outras 4 obras, correspondendo a um investimento de 3.326.170 €.

A sinistralidade rodoviária continuou a merecer grande preocupação, tendo-se continuado a apostar na prevenção e no combate à sinistralidade rodoviária, através da divulgação dos factores que mais propiciam a sinistralidade e insegurança, destinada a diversos públicos-alvo, adequando estratégias específicas em função do “alvo”. Pela sua parte, as Forças de Segurança continuaram a reforçar os seus meios de vigilância, ao mesmo tempo que reforçaram a vigilância nas épocas de maior fluxo de trânsito: Carnaval, Páscoa, meses de férias e Natal. Os resultados obtidos são francamente positivos, tendo sido obtida uma redução de 113 mortos (-8%) e 1317 feridos (-2,3%) tendência esta que se confirma em 2004.

No domínio da prevenção primária e secundária, salienta-se o desenvolvimento, pelas Forças de Segurança, sob a coordenação do Conselho Consultivo para a Formação das Forças e Serviços de Segurança, dos vários programas especiais de prevenção, de que é exemplo mais expressivo o esforço de melhoria da eficácia do Programa “Escola Segura”. Merece também particular destaque a actividade de prevenção desenvolvida no quadro do Programa “Escolhas”, que foi devidamente reconhecida, com a atribuição do Prémio Europeu de Prevenção Criminal, da União Europeia, ao projecto de tutoria do Bairro da Quinta da Princesa, no Seixal. Trata-se do primeiro prémio internacional de prevenção criminal atribuído ao nosso país.

Por fim, e não menos importante, o quadro legal da segurança interna, nas suas múltiplas vertentes, foi aperfeiçoado e actualizado, tendo em vista uma melhor coordenação e efectividade do sistema. Merecem destaque, neste âmbito, as importantes reformas introduzidas ao nível do regime de estrangeiros e fronteiras e do subsistema de protecção e socorro, assim como todo o enquadramento legal necessário à implementação do modelo de gestão civilista da segurança da fase final do Campeonato da Europa de Futebol (UEFA EURO 2004™). Foi também atribuída particular atenção à prevenção dos factores da delinquência e criminalidade, quer através da aprovação de planos estratégicos no domínio da inclusão social e da violência doméstica, quer dando continuidade ao importante trabalho do Programa “Escolhas”.

Finalmente importa sublinhar que o aumento global da criminalidade participada pode derivar, não de uma efectiva subida da criminalidade real, mas do aumento da taxa de participação criminal, diminuindo assim as chamadas cifras negras. Tal pode dever-se às seguintes razões:

- um acréscimo de confiança nas Forças de Segurança e uma maior consciência cívica para a participação de crimes, a que não é alheio o policiamento de proximidade;
- a crescente preocupação em segurar o património pessoal, que faz depender a indemnização da formalização da queixa-crime; e
- uma maior proactividade das Forças de Segurança, ilustrada pelo significativo aumento nos crimes rodoviários, nomeadamente a falta de habilitação legal para conduzir e condução com taxa de alcoolémia igual ou superior a 1,2 gramas por litro de sangue, que representam 10% do total da criminalidade participada.

LEGISLAÇÃO

DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA INTERNA

Na área cada vez mais transversal da defesa e segurança, merece particular significado a Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, de 20 de Janeiro, que aprovou o conceito estratégico de defesa nacional. Nos termos da lei, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional visa a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado, em ordem a alcançar os objectivos da política de Defesa Nacional.

A última década do século XX introduziu profundas mudanças no cenário internacional, que vieram, por uma parte, abrir novas oportunidades na cooperação internacional, mas, por outro lado, obrigaram os actores internacionais a adequarem as suas posturas e estruturas à nova realidade, o que, obviamente, introduziu factores de instabilidade e de imprevisibilidade. Estes novos factores traduziram-se em novos riscos e potenciais ameaças, que alteraram profundamente a agenda político-estratégica internacional, criaram novos desafios no âmbito da segurança e defesa e introduziram um novo aspecto qualitativo de «ameaça», na cena internacional, tornando ainda mais difusa a fronteira entre esta e a caracterização de «riscos multifacetados e multidimensionais».

As consequências das acções praticadas por grupos organizados transnacionais, designadamente nos domínios do terrorismo, do tráfico de droga e da proliferação de armas de destruição maciça, sobre as economias, a segurança e a estabilidade internacionais transcendem a capacidade de resposta individualizada dos Estados e interrelacionam os conceitos de segurança interna e externa e os objectivos que estes prefiguram. Torna-se, por isso, necessária não só a manutenção como a criação de capacidades que permitam dar resposta a estas novas ameaças relevantes.

Assim, e por se entender que «a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de segurança e defesa nacional» necessita de ser adequada à nova realidade político-estratégica, afigurou-se oportuna a elaboração de um novo conceito estratégico de defesa nacional, que foi o resultado de um debate crítico, participado e multidisciplinar sobre as questões de segurança e defesa.

PREVENÇÃO CRIMINAL

No domínio da **prevenção social primária**, vários documentos estratégicos foram aprovados ao longo do ano em apreço, merecendo destaque o novo Plano Nacional de Acção para a Inclusão e o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2003, de 11 de Junho, veio rever o regime aplicável à Comissão Interministerial de Acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

O PNAI incide primacialmente sobre a pobreza e a exclusão social, que constituem fenómenos de natureza complexa e pluridimensional, sendo por isso imperioso conceber modelos diferenciados e abrangentes, preferencialmente integrados e inovadores, que proporcionem uma abordagem adequada a cada um dos fenómenos e possibilitem uma definição exacta das respostas sociais correspondentes. Nesse sentido, é essencial promover a participação e o envolvimento dos poderes públicos, bem como das demais entidades, organizações e pessoas com responsabilidades sociais, contribuindo na prossecução das respectivas atribuições para a realização de um fim comum: a redução progressiva da pobreza e da exclusão social tendo em vista a sua erradicação.

A natureza complexa e transversal dos fenómenos sociais abordados pelo PNAI determinou uma articulação e uma coordenação acrescidas com outras políticas e programas sectoriais do Governo, nomeadamente o emprego e o PNE (Plano Nacional de Emprego), o que constitui um elemento preponderante para uma política de inserção social bem sucedida.

Julgou-se imperioso privilegiar uma maior interacção na execução dos dois Planos Nacionais (PNAI e PNE) com benefícios inequívocos para a política social do Governo e para a concretização dos objectivos propostos, pelo que a consagração de mecanismos de articulação e de cooperação entre as entidades coordenadoras da execução de cada um dos Planos se afigurou decisiva na obtenção desses objectivos.

Subsequentemente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2003, de 23 de Dezembro, aprovou o Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2003-2005.

Em cumprimento dos compromissos assumidos em conjunto com os restantes Estados-membros da União Europeia, no contexto da Cimeira de Lisboa e, mais tarde, do Conselho Europeu de Nice, Portugal encontra-se firmemente empenhado na implementação de programas e de medidas que contribuam para a concretização do objectivo comum europeu de redução progressiva da pobreza e da exclusão social, até à sua erradicação. Resultando a pobreza e a exclusão social da existência de fenómenos sociais de natureza complexa e transversal, os programas e medidas a implementar têm, necessariamente, de se inserir numa estratégia de actuação coordenada, de carácter intersectorial e interdepartamental, de execução continuada e horizonte temporal alargado.

O PNAI para 2003-2005, respeitando integralmente os objectivos comuns europeus e obedecendo a princípios orientadores nacionais perfeitamente identificados, tem como base a análise da situação e das principais tendências nacionais e, ainda, a execução alcançada no período do anterior Plano e traduz uma acção global para a inclusão social. Nele se identificam os principais eixos estratégicos de actuação, as prioridades definidas em cada um dos domínios de intervenção, as medidas políticas em curso e a implementar e respectivas metas, bem como os organismos que por elas são responsáveis.

O Plano contribui para a prevenção e resolução dos problemas que afectam as camadas mais frágeis da população, procurando ir ao encontro das necessidades sentidas pelas pessoas e pelas famílias, em domínios como a participação no emprego, a conciliação entre o trabalho e a vida familiar, o acesso aos direitos, aos bens e aos serviços, o acesso à sociedade da informação e do conhecimento, a igualdade de oportunidades, a não discriminação, designadamente em função do género, entre outros.

Dado o seu carácter integrado e integrador, o Plano contempla a interacção com outros processos nacionais, de que se destacam, entre outros, o Plano Nacional de Emprego, a legislação da formação profissional, a estratégia nacional sobre o futuro do sistema das pensões, a lei de bases da segurança social, o Plano Nacional para a Igualdade, o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, a legislação da área da deficiência, o Código do Trabalho, o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o Programa Integrado de Apoio à Inovação.

O PNAI compreende, entre outros, o domínio da segurança interna.

Sublinha-se, neste quadro, um conjunto de programas especiais de prevenção da vitimização criminal. O Programa INOVAR, que visa quer o aumento da confiança de vítimas de um outro tipo de atendimento aquando da apresentação da queixa, quer o posicionamento das Polícias como pólo dinamizador da criação de uma consciência nacional de apoio às vítimas, orienta os desenvolvimentos nesta área. O Papel das polícias é igualmente evidenciado no que diz respeito ao apoio à população idosa. É exemplo disso o Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança, que compreende acções como o reforço de policiamento em locais públicos frequentados por idosos, a criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos, a GNR e a PSP, a instalação de telefones fixos para as pessoas que vivam mais isoladas e com menores defesas e a colaboração com outras entidades prestadoras de apoio à terceira idade.

Ainda no domínio da prevenção social, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de Julho, veio aprovar o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica.

Entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, directa e ou indirectamente, crianças, idosas e idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como as deficientes.

Assim entendida, a violência doméstica abrange uma complexidade de situações ligadas à intimidade dos cidadãos e cidadãs e é, por isso mesmo, extremamente difícil de combater. É um crime público com dimensões alarmantes na sociedade portuguesa e que não se restringe a Portugal. De acordo com as conclusões da 42.^a Sessão da Comissão do Estatuto das Mulheres das Nações Unidas, de Março de 1998, os Estados Partes são exortados a: «Formular planos, programas ou estratégias nacionais de uma forma multidisciplinar e coordenada, que serão disseminados visando a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas, dotando de objectivos, prazos de implementação e a aplicação efectiva de

procedimentos de monitorização, envolvendo todos os intervenientes no processo, bem como as ONG de mulheres.»

Embora as tendências recentes apontem no sentido de um aumento da violência doméstica perpetrada sobre as crianças, idosos e pessoas com deficiência, as mulheres são, ainda, a enormíssima maioria das vítimas mais frequentes da violência praticada no espaço familiar. Trata-se de um fenómeno de enorme gravidade que pode revestir formas diversas, tanto psíquicas como físicas, incluindo o abuso sexual.

Por essas razões, este II Plano Nacional contra a Violência Doméstica tem como objecto primordial de intervenção o combate à violência exercida sobre as mulheres no espaço doméstico, embora não lhe sejam alheias todas as outras formas identificadas.

O XV Governo Constitucional considera que o combate a um fenómeno com estas características e que atravessa toda a sociedade portuguesa só será eficaz se travado numa perspectiva transversal e integrada. Por isso, a aplicação das medidas previstas neste Plano será articulada de forma particular com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social. De igual modo se determina que para efeitos de aplicação deste Plano se estabeleça uma ligação muito particular entre a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Coordenação Nacional para os Assuntos de Família.

Combater a violência doméstica é combater um fenómeno que contraria os princípios fundamentais do Estado de direito, a que urge pôr termo. É esse o principal objectivo deste II Plano Nacional contra a Violência Doméstica, assumindo que este flagelo é uma prática gravemente violadora dos direitos humanos e um obstáculo à realização dos direitos fundamentais.

Por seu turno, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 195-A/2003, de 31 de Dezembro, veio prorrogar até 31 de Março de 2004 o período de duração do ESCOLHAS - Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro, que criou o Programa em referência, prevê que o mesmo tenha duração até 31 de Dezembro de 2003.

O Governo, consciente da importância da existência de condições que permitam continuar a intervir, articulando iniciativas das diversas entidades e agentes locais, junto dos jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavoráveis e problemáticos, entendeu dever dar continuidade às acções que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do Programa ESCOLHAS, dando-lhe claramente um novo impulso e dinâmica, designadamente através de uma diferente inserção orgânica.

Neste sentido, e tendo em vista permitir a implementação do novo modelo sem pôr em causa o regular funcionamento das acções e projectos que devam ter continuidade, foi prorrogado o período de duração do Programa ESCOLHAS até 31 de Março de 2004.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Na área da **política criminal e da investigação criminal**, vários diplomas vieram contribuir para a melhoria do funcionamento global do sistema de justiça penal.

Assim, e desde logo, o Decreto-Lei n.º 43/2003, de 13 de Março, veio alterar o Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro, que aprovou a orgânica da Polícia Judiciária.

Desde a sua criação que a Polícia Judiciária tem a seu cargo, como primeira missão, a investigação da criminalidade mais complexa e organizada, necessitando, para levar por diante com sucesso as suas atribuições, de ser capaz de, articuladamente, desenvolver acções encobertas, recolher e centralizar informação criminal e prover à protecção de testemunhas. Deve, pois, a Polícia Judiciária dispor da capacidade de resposta financeira que lhe permita realizar as despesas necessárias à consecução daqueles objectivos de forma célere e adequadamente reservada, sob pena de lhe escapar a informação ou, em última instância, de colocar em risco a vida ou a integridade física dos seus funcionários ou colaboradores. Impôs-se, deste modo, dotar a Polícia Judiciária de elevada flexibilidade na actuação, através da possibilidade de realizar despesas sujeitas ao regime das despesas classificadas.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 93/2003, de 30 de Abril, veio disciplinar as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente

para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária.

A Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2003, concedeu ao Governo, no seu artigo 46.º, autorização para legislar em matéria de cooperação entre a Polícia Judiciária, a Direcção-Geral dos Impostos e a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo relativamente ao tratamento da informação de natureza tributária e criminal, tendo em vista estabelecer o acesso e análise, em tempo real, à informação pertinente.

Este regime constitui o desenvolvimento das alterações introduzidas na Lei de Organização da Investigação Criminal pelo Decreto-Lei n.º 305/2002 e na Lei Orgânica da Polícia Judiciária pelo Decreto-Lei n.º 304/2002, ambos de 13 de Dezembro, através dos quais se integraram no âmbito da competência reservada de investigação criminal da Polícia Judiciária os crimes tributários de valor superior a (euro) 500000 que assumam especial complexidade, forma organizada ou carácter transnacional.

Reconhece-se, deste modo, que a luta contra a criminalidade tributária é fundamental, não apenas para o saneamento das finanças públicas como também para a realização dos fins constitucionais da tributação em geral, particularmente a repartição justa dos rendimentos e da riqueza, nela se devendo empenhar, de forma coordenada, todas as estruturas do Estado com competência legalmente deferida na matéria.

Por outro lado, as características daquela criminalidade mais grave impõem, para o seu combate eficaz, o acesso oportuno e conjugado a diferentes fontes de informação, pelo que se procede através do presente diploma à regulamentação das condições de acesso recíproco às bases de dados das autoridades com competências de investigação no âmbito dos crimes tributários, que terá lugar no âmbito da Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária.

Para o efeito, prevê-se a instalação de terminais informáticos de acesso às bases de dados das entidades envolvidas, a serem operados exclusivamente por funcionários credenciados das mesmas, que ficam sujeitos aos deveres decorrentes do segredo de justiça e do sigilo fiscal e profissional, fixando-se ainda regras de segurança técnica e física e a possibilidade de auditorias técnicas aos sistemas informáticos.

O Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22 de Agosto, veio regulamentar a Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal.

Pela Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, a Assembleia da República aprovou o diploma que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal, em consonância com o movimento internacional de reconhecimento dos direitos das testemunhas, plasmado na Recomendação n.º R (97) 13 do Conselho da Europa. Esta lei determina que, com a publicação de legislação regulamentar, se desenvolverão e concretizarão os mecanismos de protecção de testemunhas ali previstos.

O presente diploma concretiza as regras de confidencialidade essenciais à efectiva protecção de testemunhas que requeiram a reserva do conhecimento da identidade, desenvolve os meios de efectivar as diferentes medidas pontuais de segurança previstas naquela lei e desenvolve as regras de funcionamento da comissão de programas especiais de segurança.

Por sua vez, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2003, de 5 de Julho, veio alargar o âmbito geográfico da experiência de vigilância electrónica de arguidos, prevista na Lei n.º 122/99, de 20 de Agosto, à região do Grande Porto.

ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Na área da política de **estrangeiros e fronteiras**, merece particular realce a aprovação do Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, que altera o regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 22/2002, de 21 de Agosto.

Portugal deve assumir políticas de carácter humanista ao nível do acolhimento e da integração dos imigrantes que residem no nosso país. É no desenvolvimento destes princípios e no âmbito de um amplo conjunto de medidas constantes do plano nacional de imigração, previsto no Programa do Governo, que se alterou o regime jurídico em vigor, plasmado no Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, consagrando uma política de imigração assente em três eixos fundamentais: promoção da imigração

legal em conformidade com as possibilidades reais do País, integração efectiva dos imigrantes e combate firme à imigração ilegal.

Na primeira vertente, o Governo através deste diploma pretendeu, nomeadamente, revogar o regime das autorizações de permanência, permitindo que as condições de estada em Portugal resultem apenas da concessão de vistos ou de autorizações de residência, sem prejuízo da protecção das expectativas criadas àqueles que atempadamente apresentaram os seus pedidos de autorização e daqueles que pretendam a sua prorrogação.

Igualmente com o intuito de promover a imigração legal adoptou-se a fixação de um limite máximo anual imperativo de entradas em território nacional de cidadãos de Estados terceiros, elaborado plurianualmente pelo Governo, mediante parecer do Instituto do Emprego e Formação Profissional e após audição das Regiões Autónomas, da Inspeção-Geral do Trabalho, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, das confederações patronais e sindicais e do Alto-Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas, no qual serão definidos critérios económicos e sociais na determinação das necessidades de mão-de-obra e da capacidade de acolhimento de cada região, assegurando a participação das autarquias locais em todo o processo.

Na perspectiva do desenvolvimento de uma política que permita a integração efectiva dos imigrantes que se encontram no nosso País ao abrigo do regime do acompanhamento familiar previsto no artigo 38.º, assinala-se a consagração legal da possibilidade de os titulares de visto de estada temporária em casos devidamente fundamentados poderem exercer uma actividade profissional em termos similares aos do visto de trabalho, a definir no decreto regulamentar.

Realce-se também a criação de um novo tipo de visto de trabalho para o exercício de uma actividade de investigação científica ou actividade que pressuponha um conhecimento técnico altamente qualificado, o que facilitará a instalação em Portugal de cientistas e quadros técnicos superiores.

Foi ainda criada a possibilidade de as medidas de interdição de entrada em território nacional que não tiverem sido decretadas judicialmente e que dependam de prazos definidos nos termos do presente diploma poderem ser reapreciadas tendo em vista a sua eliminação atendendo a razões humanitárias ou de interesse nacional.

De igual modo foram reduzidos os períodos mínimos de residência necessários aos cidadãos estrangeiros para que possam obter autorização de residência permanente, permitindo a legalização de todos os imigrantes que se encontrem efectivamente integrados na sociedade portuguesa.

Alterou-se, ainda, o instituto do reagrupamento familiar, exigindo-se para a sua concessão uma real ligação do requerente ao País, nomeadamente a permanência legal durante um certo período de tempo, conforme o previsto em diversas decisões comunitárias, optando-se, contudo, pelo menor período de tempo definido nestas disposições, reforçando a visão humanista que Portugal tem defendido naquelas instâncias.

Por fim, sublinhe-se a intenção do Governo em manter o acesso à protecção social, à educação e aos cuidados de saúde que a comunidade imigrante actualmente dispõe no nosso país.

No combate à imigração ilegal, harmonizou-se a legislação nacional com as orientações e directivas comunitárias, em especial no que respeita ao controlo dos fluxos migratórios e à agilização dos processos de afastamento do espaço comunitário de pessoas que nele se introduziram ilegalmente, conferindo meios legais expeditos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e às Forças de Segurança para o cumprimento efectivo e atempado das decisões dos tribunais.

Neste contexto, o Governo reafirma os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e em especial na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, sobretudo no que se refere à protecção destas, as quais terão o direito de acesso aos cuidados de saúde e outros apoios sociais independentemente da situação em que se encontrem. Para tanto, o Governo adoptará os instrumentos administrativos necessários para o efectivo exercício destes direitos, designadamente através de um registo especial junto dos serviços públicos responsáveis pelas prestações sociais.

Consagrou-se, ainda, um conjunto de alterações que visam desburocratizar os procedimentos de actuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para além da previsão de um regime sancionatório criminal mais adequado a prevenir e reprimir os actos ilícitos relacionados com a imigração clandestina e com a exploração de mão-de-obra dos estrangeiros em situação não regularizada.

Importava também actualizar o regime sancionatório de natureza contra-ordenacional através do aumento dos montantes das coimas e da sua conversão para euros.

Por fim, procedeu-se à transposição para o direito interno do disposto na Directiva n.º 2001/51/CE, do Conselho, de 28 de Junho, sobre a responsabilidade dos transportadores, e também do previsto na Directiva n.º 2002/90/CE, do Conselho, de 28 de Novembro, relativa à definição do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares, e na decisão quadro, do Conselho, de 28 de Novembro de 2002, relativa ao reforço do quadro penal para a prevenção do auxílio à entrada, ao trânsito e à residência irregulares.

Complementarmente, o Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, veio regulamentar a aplicação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000, no que respeita ao regime processual de atribuição e registo do estatuto de igualdade aos cidadãos brasileiros residentes em Portugal e aos cidadãos portugueses residentes no Brasil.

PROTECÇÃO E SOCORRO

No domínio da **protecção e socorro**, assume particular significado a aprovação do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, que criou o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, extinguindo, do mesmo passo, o Serviço Nacional de Bombeiros e o Serviço Nacional de Protecção Civil.

Este diploma introduziu mecanismos que permitem assegurar actuações atempadas e eficazes na prevenção de acidentes e na prestação de socorros, definindo linhas de comando, estabelecendo áreas de intervenção, fixando competências e atribuições, optimizando recursos e qualificando os agentes.

Desde logo, afirma-se a necessidade de colaboração estreita com todos os organismos e serviços cujas competências abrangem actividades conducentes ao desenvolvimento dos meios de socorro e protecção civil. Assegura-se a coordenação de toda a actividade operacional no domínio do socorro e salvamento, criando o Centro Nacional de Operações de Socorro,

unidade orgânica central que constitui pedra angular do novo serviço. É criado o Núcleo de Protecção da Floresta, ao qual incumbe garantir a detecção e vigilância de fogos florestais, em articulação com as comissões especializadas de fogos florestais ao nível distrital e municipal. Preenchendo uma importante lacuna, passa a existir uma unidade orgânica para assegurar a promoção e o desenvolvimento de acções necessárias à instalação e funcionamento de um sistema destinado à vigilância sanitária do pessoal dos corpos de bombeiros.

São criados os centros distritais de operações de socorro, com atribuições designadamente em matéria de organização e funcionamento dos corpos de bombeiros, segurança contra incêndios, equipamentos e fiscalização, de acordo com as orientações e o apoio do Centro Nacional de Operações de Socorro.

Assente na consagração da importância do voluntariado em todo o sistema de protecção e socorro, passa a existir um Gabinete de Apoio ao Voluntariado, em cujas atribuições se inscreve, como vector essencial, a promoção de iniciativas apelativas ao ingresso de novos voluntários nos corpos de bombeiros.

SEGURANÇA DO UEFA EURO 2004™

Na área específica da organização da **segurança do UEFA EURO 2004™**, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2003, de 7 de Novembro, veio alterar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2002, de 23 de Agosto, que criou a Comissão de Segurança para o Euro 2004 e aprovou a macro-estrutura de segurança para o Euro 2004.

A Comissão de Segurança julgou oportuno que dela fizesse parte um coordenador de emergência médica, de forma a permitir uma ainda mais eficaz articulação com os organismos de socorro imediato.

Além disso, e tendo em atenção a multiplicidade de temas que envolvem a segurança do Euro 2004, considerou-se ainda oportuno prever a possibilidade de outras entidades que venham a desempenhar ou desenvolver acções no decurso do Euro 2004 possam ter assento ou estarem presentes nas reuniões da Comissão.

Em matéria de segurança privada nos recintos desportivos, a Portaria n.º 485/2003, de 17 de Junho, alterou a Portaria n.º 971/98, de 16 de Novembro, que define os requisitos do cartão profissional do pessoal de segurança privada e dos modelos de uniformes utilizados, adequando-a à nova figura de assistente de recinto desportivo.

Nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 231/98, de 22 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 94/2002, de 12 de Abril, prevê-se a possibilidade da realização de espectáculos em recintos desportivos depender de um sistema de segurança privada com recurso a assistentes de recinto desportivo. Neste quadro, foram publicadas as Portarias n.ºs 1522-B/2002 e 1522-C/2002, de 20 de Dezembro. A primeira introduz a figura de assistente de recinto desportivo no âmbito da actividade de segurança privada e a segunda define as situações em que é obrigatório o recurso à segurança privada nos recintos desportivos.

De acordo com o preceituado no artigo 10.º, n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 231/98, de 22 de Julho, com a redacção que lhe foi introduzida, os assistentes de recinto desportivo no exercício das suas funções devem, obrigatoriamente, ser portadores de cartão profissional que os identifique perante as Forças de Segurança e o público em geral.

Deste modo, importava introduzir alterações à Portaria n.º 971/98, de 16 de Novembro, que define os requisitos do cartão profissional do pessoal de segurança privada e dos modelos de uniformes utilizados, adequando-a à nova figura de assistente de recinto desportivo.

MEIOS TECNOLÓGICOS

No domínio dos **meios tecnológicos** de apoio à actividade das Forças e Serviços de Segurança e de protecção e socorro, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2003, de 8 de Abril, redefiniu as condições de instalação do SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adopção de várias medidas concretas necessárias à respectiva implementação.

A existência de várias entidades com atribuições no âmbito da emergência e segurança, tuteladas por diferentes ministérios, impõe, no domínio das comunicações, a utilização de uma rede nacional única em tecnologia *trunking* digital, partilhada, que permitirá, em caso de emergência, a

centralização do comando e da coordenação das diversas Forças e Serviços de Segurança.

A existência desta rede nacional permitirá, ainda, satisfazer, de forma eficiente, os requisitos operacionais daquelas Forças e Serviços, garantindo a qualidade, a fiabilidade e a segurança das comunicações, bem como a racionalidade dos meios e recursos existentes.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2002, de 5 de Fevereiro, denominou o projecto e a rede nacional de emergência de SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal, definindo-o como um sistema único, baseado numa só infra-estrutura, nacional, partilhado, que deve assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das Forças e Serviços de emergência e de segurança, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre aquelas Forças e Serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação.

Considerando que a configuração e a gestão das comunicações de emergência e segurança nacionais exigem sigilo e operacionalidade e atendendo à particular complexidade e especificidade da estruturação do próprio sistema face ao interesse público em presença, que envolve interesses essenciais de segurança do Estado Português, o Ministério da Administração Interna, através do Gabinete de Estudos e de Planeamento de Instalações (GEPI), desencadeou já, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, o necessário procedimento para a contratação de uma assessoria jurídica e financeira que assegurará o acompanhamento do processo administrativo a adoptar para a contratação do fornecimento do SIRESP, bem como o modelo institucional adequado para a gestão daquele Sistema.

No actual quadro de contenção da despesa pública, tornava-se necessária a redefinição das condições de instalação daquele Sistema de forma a assegurar a sua implementação em tempo útil.

Em consonância com o objectivo de implementar o SIRESP, definiu-se o modelo das entidades que asseguram a gestão e operacionalidade daquele Sistema.

Estrutura de coordenação superior

A Lei de Segurança Interna (Lei nº 20/87, de 12 de Junho), que estabelece as bases gerais da actividade de segurança interna, veio definir a arquitectura global do sistema de segurança interna, criando, ao nível superior, dois órgãos colegiais de natureza consultiva, que apoiam o Governo no desenvolvimento da política de segurança interna: o Conselho Superior de Segurança Interna e o Gabinete Coordenador de Segurança.

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA INTERNA

Desde logo, o Conselho Superior de Segurança Interna é o órgão interministerial de auscultação e consulta em matéria de segurança interna, presidido pelo Primeiro-Ministro, cabendo-lhe emitir parecer, nomeadamente, sobre a definição das linhas gerais da política de segurança interna e sobre as bases gerais da organização, funcionamento e disciplina das Forças e Serviços de Segurança e da delimitação das respectivas missões e competências.

No âmbito dos trabalhos deste Conselho Superior, destaca-se, no ano de 2003, a criação, através de despacho do Primeiro-Ministro, de 25 de Fevereiro de 2003, da Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT). Esta estrutura tem por missão garantir a coordenação e a partilha de informação no âmbito do combate ao terrorismo, entre os serviços que a integram – a Polícia Judiciária, Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, o Serviço de Informações de Segurança e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, podendo ser convidada a participar nas suas actividades qualquer outra entidade pública, designadamente a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública.

GABINETE COORDENADOR DE SEGURANÇA

Num segundo patamar, o Gabinete Coordenador de Segurança, cuja organização e funcionamento foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 61/88, de 27 de Fevereiro, entretanto alterado sucessivamente pelos Decretos-Leis nº 51/96, de 16 de Maio e 149/2001, de 7 de Maio, é o órgão especializado

de assessoria e consulta [vocado] para a coordenação técnica e operacional da actividade das Forças e Serviços de Segurança, funcionando na directa dependência do Primeiro-Ministro, ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna.

Compete ao Gabinete Coordenador de Segurança assistir, de modo regular e permanente, às entidades governamentais responsáveis pela execução da política de segurança interna e, designadamente, estudar e propor: os esquemas de cooperação das Forças e Serviços de Segurança, bem como de aperfeiçoamento do seu dispositivo, com vista à articulação do seu funcionamento; o eventual emprego combinado do pessoal das diversas Forças e Serviços de Segurança para fazer face às situações de grave ameaça que o exijam; as normas de actuação e os procedimentos a adoptar em situações de grave ameaça da segurança interna; e os planos de actuação conjunta das Forças e Serviços especialmente encarregados da prevenção da criminalidade.

Reunindo periodicamente em plenário, o Gabinete Coordenador de Segurança é presidido pelo Ministro da Administração Interna, no exercício de competência delegada pelo Primeiro-Ministro, integrando o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, os Directores Nacionais da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Judiciária, os Directores-Gerais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Serviço de Informações de Segurança e da Autoridade Marítima, assim como o Presidente do Instituto Nacional da Aviação Civil.

No quadro da actividade do plenário do Gabinete, e ao longo do ano em apreço, merece destaque a análise e o parecer favorável relativamente ao projecto de Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil, que foi entretanto aprovado por Resolução do Conselho de Ministros e constituirá apêndice ao novo Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança.

ACTIVIDADE DO SECRETARIADO-GERAL

Na sua actividade quotidiana, o Gabinete prossegue as suas missões através do secretariado-geral, o qual dispõe, para o efeito, de um secretariado permanente integrando representantes qualificados das sete entidades que

compõem o Gabinete, e que asseguram a articulação com os respectivos serviços e desenvolvem as tarefas cometidas ao Gabinete.

Ao longo de 2003, o secretariado-geral do Gabinete preparou e apresentou projectos de reforma estrutural, em duas áreas fundamentais para o eficaz funcionamento do sistema de segurança interna:

- por um lado, o projecto de reforma do dispositivo territorial das Forças de Segurança (Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública); e

- por outro, o projecto de revisão e actualização do Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança, cuja versão actual data de 1989. Este projecto engloba, pela primeira vez, a proposta para o sistema de alerta nacional, a qual compreende os graus de ameaça em território nacional e as normas para os estados de segurança.

Além disso, o secretariado-geral do Gabinete coordenou o planeamento e a execução da segurança pessoal de altas entidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, que, de acordo com prévia avaliação do Serviço de Informações de Segurança, eram objecto de ameaça considerada relevante. Foi ainda coordenada a resposta a 107 solicitações por parte das embaixadas em Lisboa, sobre diversos assuntos de segurança. Foi também coordenada a segurança de embarcações militares de risco que fundearam em portos nacionais. No total, e durante o ano em apreço, o secretariado-geral coordenou a segurança a cerca de 516 altas entidades e a 137 eventos diversos.

Paralelamente, o secretariado-geral coordenou a segurança de 310 manifestações, concentrações, desfiles e outros eventos de massas que decorrem na via pública e requerem acompanhamento policial.

Ademais, o secretariado-geral do Gabinete coordenou a segurança de grandes eventos desportivos de dimensão internacional, designadamente, a 12ª Gymnaestrada e o Campeonato do Mundo de Andebol 2003.

Acresce a actividade regular de coordenação do planeamento e implementação do dispositivo de segurança de cimeiras, congressos e outros eventos relevantes, de que se destacam, em 2003: a Reunião de Chefes de Estado (Arraiolos), a Cimeira Ibero-Americana, a Cimeira Luso-Espanhola, a Cimeira Luso-Francesa, os Conselhos de Ministros de Fronteira e de Óbidos, a Reunião da OSCE sobre a Prevenção e o Combate

ao Terrorismo, o Congresso Mundial de Turismo, a Conferência Internacional «Portugal Digital» e o Concerto «Europa» da Daimler-Chrysler.

Concomitantemente, o secretariado-geral do Gabinete elaborou e/ou participou na elaboração de projectos de planos de acção para a prevenção de determinados fenómenos criminais, a saber: furtos/roubos de telemóveis, assaltos a postos de abastecimento de combustíveis e criminalidade em transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa.

O secretariado-geral do Gabinete integrou, ainda, diversos grupos de trabalho, exercícios e seminários, a nível nacional, da União Europeia e da NATO, designadamente, nos domínios do planeamento civil de emergência, da gestão civil de crises, da carta nacional de pontos sensíveis, da prevenção criminal, da cooperação policial, da criminalidade organizada e da violência associada ao desporto.

O secretariado-geral do Gabinete participa, como membro efectivo, no Plano de Regresso e no Subgrupo Operacional do PSI - *Proliferation Security Initiative*, e como membro convidado, no Conselho Nacional do Planeamento Civil de Emergência.

O secretariado-geral do Gabinete participou, ainda, no processo de visitas de avaliação que grupos de trabalho da União Europeia efectuaram a Portugal, em 2003, nas áreas do terrorismo e da cooperação policial no domínio Schengen.

O secretariado-geral, além disso, foi convidado, por entidades públicas e privadas, a participar em diversas acções de formação, conferências e seminários, a nível nacional e internacional, tendo proferido palestras, designadamente, sobre as seguintes temáticas: o sistema de segurança interna, o Gabinete Coordenador de Segurança e os preparativos de segurança para o UEFA EURO 2004™.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PARA O EURO 2004

Por outro lado, e nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2002, de 23 de Agosto, o secretário-geral e o secretário-geral-adjunto do Gabinete acumulam com as funções, respectivamente, de coordenador-geral e de secretário-executivo da Comissão de Segurança para o EURO

2004, garantindo a coordenação diária da actividade e da resposta desta estrutura.

Esta Comissão, que funciona sob a tutela do Secretário de Estado da Administração Interna, no uso de competência delegada pelo Ministro da Administração Interna, foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2002 de 24 de Julho, com o objectivo de coordenar a actuação dos diversos organismos e entidades que contribuem para a segurança global do evento.

A Comissão compreende, assim, as seguintes vertentes:

- a. Segurança pública (responsabilidade do *Estado Português*);
- b. Segurança privada (responsabilidade do promotor/organizador do evento, a “*EURO 2004, S.A.*”);
- c. Segurança passiva (responsabilidade do *SNBPC*); e
- d. Segurança estrutural e tecnológica (responsabilidade da “*PORTUGAL 2004, S.A.*”).

Competem, em especial, à Comissão, as seguintes missões:

- i) implementar as linhas de orientação genérica de acordo com a legislação nacional e internacional;
- ii) aprovar o Plano Global e os planos específicos de segurança;
- iii) pronunciar-se sobre os cenários operacionais;
- iv) pronunciar-se sobre os planos de emergência interna e externa;
- v) aprovar, ouvidas as Forças de Segurança, os perímetros de segurança;
- vi) pronunciar-se sobre a selecção, formação e qualificação dos assistentes de recinto desportivo;
- vii) assegurar a estreita cooperação com as forças policiais estrangeiras;
- viii) assegurar a articulação entre o Organizador, as Forças de Segurança, o *SNBPC* e as Autarquias Locais;
- ix) acompanhar, no que se refere à segurança, o cumprimento das leis e normas, no decorrer da construção dos estádios do UEFA EURO 2004TM;

- x) pronunciar-se sobre a política dos ingressos (bilhetes e acreditação);
- xi) propor medidas legislativas no âmbito das suas competências; e
- xii) pronunciar-se sobre a política de relacionamento com os órgãos de comunicação social.

Para além do desenvolvimento destas tarefas, que tem decorrido conforme o planeado, a Comissão tem analisado e aprovado diversos documentos estratégicos que a entidade organizadora submete à sua apreciação. Nomeadamente, já foram aprovados os seguintes documentos e conceitos: conceito operacional de segurança do organizador, estratégia de separação de adeptos, estratégia de acreditação, conceito de “Fan Park” e regulamento de acesso e permanência nos estádios do UEFA EURO 2004TM.

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna, de 5 de Maio de 2003, foi aprovada a Directiva Global Preliminar para a Segurança do UEFA EURO 2004TM, que constituiu a base do Plano Global de Segurança e actualizou a Estrutura Geral de Segurança. Na sequência dos resultados do sorteio final do torneio, realizado em 30 de Novembro de 2003, a Comissão deu início à elaboração do Plano Global de Segurança, que enformará os sucessivos planos sectoriais, directivas e ordens de operações das diversas Forças e Serviços de segurança, protecção e socorro, empenhadas na segurança do evento.

No contexto em análise, e para além das reuniões mensais de coordenação global da segurança, no âmbito das missões atribuídas à Comissão de Segurança, foram coordenados e acompanhados diversos jogos-teste de preparação da segurança para o UEFA EURO 2004TM, tendo ainda sido coordenada a melhoria da eficácia de alguns dispositivos locais de segurança, como sucedeu com o plano de gestão de acessos rodoviários ao estádio de Guimarães, para o jogo de futebol amigável entre as selecções nacionais de Portugal e Espanha.

Além disso, no domínio da cooperação policial internacional e da troca de informações policiais, tendo por base o disposto na Resolução de 6 de Dezembro de 2001 e na Decisão de 25 de Abril de 2002, ambas do Conselho da União Europeia, a coordenação geral da Comissão coordenou a implementação do Centro Coordenador de Informações Policiais, que funcionará durante o torneio, na dependência hierárquica e funcional do coordenador-geral da Comissão. Por outro lado, a coordenação geral

recebeu representações diplomáticas e policiais de alguns dos países participantes no torneio, participou em vários seminários e acções de formação sobre a segurança do torneio e assistiu ao planeamento e execução do dispositivo de segurança de jogos de elevado risco organizados pela UEFA, realizados em países participantes.

Finalmente, a coordenação geral assegurou, no quotidiano, as relações com a imprensa nacional e estrangeira, no que toca aos diversos aspectos da organização geral e segurança global do evento, assim como à aplicação do conceito global de segurança aquando da realização de jogos-teste.

Forças e Serviços de Segurança

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA

CONFLITUALIDADE

O Ano de 2003, no que respeita à conflitualidade e comparativamente com o ano transacto, foi caracterizado, essencialmente, pela diminuição das acções verificadas no sector do trabalho com **-14** casos; no sector social registaram-se **-15** casos e no sector agrícola registou-se menos **1** caso.

Assim, durante o período em apreço, registaram-se **243 casos (- 30)**, o que traduz uma diminuição percentual de **11 %**, conforme se ilustra no quadro seguinte:

CONFLITUALIDADE – GERAL				
CONFLITOS	ANO DE 2003	ANO DE 2002	DIF.	%
SOCIAL	156	171	- 15	- 9%
LABORAL	76	90	- 14	- 18,4%
AGRÍCOLA	11	12	- 1	-9%
TOTAIS	243	273	- 30	- 11%

Conflitualidade – Principais Ocorrências

No que concerne às situações de conflito no período em análise, salientam-se as seguintes:

A - Âmbito Social

Durante o período em apreço os utentes de algumas vias rodoviárias promoveram marchas lentas, apresentando como motivo, em alguns casos, o tempo que demoram a percorrer aquelas vias, ou, em outros casos, a existência de pontos negros de sinistralidade.

Populares continuam a protestar em diversas localidades contra o mau estado das estradas e reivindicam também a construção e/ou conclusão de outras, bem como o reforço da segurança rodoviária.

A Comissão de Utentes da Ponte 25 de Abril promoveu algumas acções simbólicas de protesto por causa dos aumentos das portagens com os quais não concordam, mas que não registaram grande adesão. Utentes da CREL começaram a organizar acções de protesto contra o pagamento de portagens naquela via a partir de Janeiro de 2003 e que se foram esbatendo no tempo, acabando por cessar cerca de 2 meses depois.

De registar também concentrações de alunos junto de algumas escolas, em alguns casos para protestarem contra a revisão curricular, entretanto suspensa pelo Governo; noutros casos, para reivindicarem mais pessoal auxiliar, construção de novas escolas ou pavilhões desportivos e também obras de conservação.

De maior visibilidade, entretanto, foram os diversos actos de protesto levados a cabo pelos estudantes universitários contra o aumento das propinas.

B - Âmbito Laboral

Durante o período em apreço registaram-se **76** conflitos de âmbito laboral, - **18,4%** relativamente ao ano anterior.

De salientar, neste âmbito, casos em algumas empresas de confecções de: Fundão, Vouzela, Guarda, Barcelos, Corroios, Palmela, Maia, Miranda do Corvo, Arganil, Santo Tirso, Coimbra, Belmonte e Tortozendo; e no sector do calçado em: S. Maria da Feira, Pombal e Maia.

De salientar que no final do período se registou uma greve geral promovida pela CGTP-IN, que não teve o apoio da UGT, em protesto contra as alterações que o Governo pretende fazer na área do direito do trabalho.

De referir também que, durante o período em apreço, se efectuaram algumas greves, principalmente nos transportes públicos e na Função Pública.

Embora sejam conhecidas as dificuldades por que passaram e ainda passam algumas empresas, a diminuição dos conflitos deste âmbito, deve-se, segundo cremos, ao facto de a mensagem da conjuntura internacional e da necessidade do rigoroso cumprimento do Pacto de Estabilidade e

Convergência (PEC) ter passado muito bem para a opinião pública, sendo assumidos como um desígnio nacional.

C - Âmbito Agrícola

Neste sector, apenas se registaram **12** casos, menos **1** relativamente ao período homólogo do ano anterior, relacionados principalmente com subsídios e o preço de alguns produtos pagos ao produtor.

CAUSAS PARA O AUMENTO DA CRIMINALIDADE OBSERVADO

Como possíveis causas para o aumento global da criminalidade, permitimo-nos apontar:

- Perda dos valores culturais e morais de referência na sociedade;
- Aumento do desemprego, mesmo que ligeiro;
- Descentralização/Democratização da Criminalidade, onde a melhoria das acessibilidades e a exploração das tecnologias em prol do crime, favoreceram o aparecimento de novos fenómenos e aumento de outros. A mobilidade dos delinquentes fomentará alterações na geografia do crime, fazendo-o aparecer com destaque em zonas urbanas e mesmo rurais do Interior, onde antes tinha pouco significado;
- Descriminalização de consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas que, ao invés de esperado, julga-se ter provocado o aumento dos denominados crimes conexos com o consumo destas substâncias, como sejam os crimes contra o Património e contra o Estado;
- Aumento da actividade da Guarda e sensibilização para a participação de actos criminosos, alguns dos quais, até há pouco considerados tabu: violência doméstica e crimes sexuais;
- Desinvestimento na segurança, particularmente por parte dos mais visados (Bancos, Grandes Superfícies, Bombas de Combustível, etc.).

ACTIVIDADE OPERACIONAL

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Da análise da actividade operacional desenvolvida pelo dispositivo da Guarda no período em análise, recorta-se como balanço global, que o mesmo se pode considerar positivo.

Merece especial destaque o carácter preventivo que caracterizou os patrulhamentos intensivos efectuados em toda a Zona de Acção da Guarda, a qual abrange cerca de 90% do território nacional. Das principais acções desenvolvidas destacam-se:

- Manutenção do esforço de patrulhamento global, merecendo especial recorte o apeado e auto;
- Intensificação das acções de patrulhamento e vigilância das zonas de florestas e garantia da segurança, da ordem e tranquilidade públicas nas áreas da orla marítima (praias e centros de vilegiatura) no âmbito da “**Operação Chama 2003**” e “**Verão Seguro 2003**”, que tiveram lugar de 02Jun a 16Set03;
- Continuou a desenvolver-se o esforço de policiamento e segurança dos perímetros exteriores dos estabelecimentos de ensino, com especial incidência nos incluídos no protocolo celebrado entre o ME e o MAI, bem como, naqueles cujas ocorrências suscitam uma maior atenção por parte da Guarda, conforme preconizado no programa especial de policiamento comunitário “Escola Segura”;
- Iniciou-se um trabalho de avaliação e reformulação do programa “Escola Segura”, participando a Guarda activamente com o CCFSS, entidade encarregue pelo MAI de desenvolver esta tarefa.
- Afectação significativa de meios humanos e materiais ao programa do ME no âmbito da segurança de instalações, guarda, transporte e distribuição dos testes de exame a nível nacional;
- O policiamento comunitário que visa a resolução dos problemas sociais tem continuado a desenvolver-se, com especial acuidade;
- O trabalho realizado com o programa especial “Apoio 65 – Idosos em Segurança” levou à diminuição dos índices de criminalidade registados junto dos idosos que vivem mais isolados;

- Foram celebrados diversos protocolos, com autarquias, associações de beneficência, instituições de solidariedade, entre outras, o que veio permitir uma cada vez maior afirmação e participação activa da Guarda, no valioso contributo para o bem-estar e segurança das populações que serve;
 - Tem sido continuado o esforço de empenhamento e acompanhamento no âmbito dos programas “Escolhas” e “Ocupação com Opções”, que visam uma cada vez maior integração social e diminuição dos índices de exclusão e criminalidade;
 - Intensificação da actividade que se consubstancia através dos Controlos Móveis executados no âmbito de cooperação bilateral entre a Guarda e os Corpos de Segurança de Espanha (Guarda Civil e Polícia Nacional) para prevenir e reprimir a imigração ilegal, a fraude fiscal no transporte de mercadorias em circulação e o tráfico ilícito de outros produtos, nomeadamente contrabando, tráfico de estupefacientes e substancias psicotrópicas;
 - Desenvolvimento da actividade operacional dos Grupos Especiais de Acção e Pesquisa (GEAP) e dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC), na prevenção e no combate à criminalidade, com especial incidência no pequeno tráfico de droga, no âmbito das competências que foram atribuídas à Guarda pelo DL 81/95, de 22 de Abril;
 - Incremento de acções de formação específica dos meios humanos e aquisição de meios materiais considerados essenciais ao cumprimento das competências cometidas à Guarda, no âmbito da investigação e decorrentes da Lei nº 21/2000, de 10 de Agosto, sobre a Organização da Investigação Criminal;
 - Incremento das acções de fiscalização para o cumprimento das normas de trânsito e das condições de circulação dos transportes terrestres, visando a melhoria da segurança rodoviária. Salienta-se neste âmbito:
 - Implementação e desenvolvimento do projecto “POS” Terminal de Transferência Electrónica de Dados.
 - Fiscalização Selectiva em conformidade com orientações da DGV e com incidências nos seguintes tipos de controlo (Iluminação; Inspecções Periódicas; Cintos de Segurança/Sistemas de Retenção; Telemóvel);
-

- Manutenção do esforço de fiscalização;
- Execução, a nível nacional, de acções de intensificação dos patrulhamentos e segurança rodoviária, durante as quadras de Carnaval, Páscoa, bem como a Operação “NATAL – ANO NOVO 2003/04”, 1º Período (24DEC a 28DEC03 – Natal) e o 2º Período (31DEC03 a 04JAN04 – Ano Novo); e
- Incremento da actividade de vigilância da fronteira marítima e da fiscalização da legislação fiscal e aduaneira visando a detecção e repressão do contrabando e de outras infracções, tendo, para o efeito, sido planeadas e executadas operações mistas a nível nacional e da União Europeia.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

A - Âmbito Policial

Patrulhamento

No decurso do ano em análise, foi efectuado um total de 1.064.154 patrulhas, o que representa, em relação ao ano transacto, um acréscimo de 25.390 patrulhas.

- Do mesmo, merecem especial destaque as seguintes variações registadas:

Apeadas	-4,6%
A Cavallo	-15,1%
Cinotécnicos	-1,1 %
Auto e Moto	+1,8%
Naval (Fluvial e Marítimo)	+11,7 %
SEPNA	+125,4 %

Serviços Solicitados à Guarda

Destaca-se a significativa diminuição dos serviços solicitados à Guarda e que totalizaram (-0,6%) em relação a 2002; sublinhe-se no entanto que

estas solicitações também designadas por “Actividades Saturantes”, se situaram na ordem das 902.979.

Salienta-se, como decréscimo significativo, as Rugsas, que diminuíram em 25%.

B- Segurança e Ordem Pública

Concentração e Prevenção de Forças

Destaca-se um significativo aumento do número de **Concentrações e Prevenção de Forças (173,8%)** o que corresponde a um **acrécimo** de 73 intervenções relativamente ao ano transacto.

Escoltas

Salienta-se a **diminuição** no número de **escoltas a fundos (- 24,6%)**, a que corresponde um **decrécimo** de 108 escoltas efectuadas.

Merece especial destaque o aumento significativo do número de **escoltas a presos (+ 8%)** o que se traduziu em mais 13 escoltas efectuadas, bem como **outros tipos de escoltas (-25%)** o que traduziu em menos 323 escoltas efectuadas.

C - Segurança Rodoviária

DADOS REFERENTES A OPERAÇÕES ESPECIAIS

Na época festiva do **Carnaval** verificou-se um aumento do número de acidentes, contudo, observou-se uma diminuição no número de vítimas, nomeadamente nos mortos, feridos graves e ligeiros.

Reforço do patrulhamento rodoviário na operação “**Páscoa 2003**” 17ABR03 a 21ABR03, o qual envolveu (nos cinco dias) um efectivo de 4.164 militares que realizaram 2.057 acções de patrulhamento. O número de acidentes foi sensivelmente o mesmo e, no que concerne às vítimas, observou-se uma diminuição no número de mortos e feridos graves, enquanto que nos feridos ligeiros se registou um aumento.

OPERAÇÃO “**NATAL – ANO NOVO**” – 24DEC03 A 28DEC03 – (Natal) e de 31DEC03, prolongando-se até ao dia 04JAN04 (Ano Novo),

na qual estiveram empenhados diariamente (durante os 12 dias da operação) cerca de 2.800 militares e foram realizadas 1.375 patrulhas/dia, num total de 28.000 militares e 13.750 patrulhas. Registaram-se menos acidentes e o número de vítimas também diminuiu em todas as categorias, nomeadamente mortos, feridos graves e feridos ligeiros.

D - Âmbito Fiscal e Aduaneiro

Foram registadas, no ano em análise, as variações a seguir indicadas:

UM AUMENTO NAS ACÇÕES DE:

- Vigilância de PO	13,1%	(+7.227)
- Aguardos	0,3%	(+89)
- Acompanhamentos de Mercadorias	0,1%	(+18)
- Buscas	273,9%	(+126)
- Intervenções Equipas Endoscópicas	255,6%	(+23)

UMA DIMINUIÇÃO NAS ACÇÕES DE:

- Sentinelas	-5%	(-4.603)
- Acções Vigilância PO	-8,6%	(-5.352)

E - Actividade Honorífica

Neste âmbito, foi registada uma diminuição significativa no número de Guardas de Honra (-2,9%) e do número de Escoltas e Alas de Honra (-36,9%), o que se traduz, respectivamente, em -6 e -48 casos.

F - Acções de Apoio e Socorro

Registou-se uma diminuição do número de acções de auxílio a condutores (-29,6%), o que corresponde a menos 36.970 acções desenvolvidas, assim como as outras Acções de Apoio e Socorro, que apresentam uma diminuição de 24,1%, o que se traduz em menos 599 intervenções.

G - Programa Escola Segura

Foi efectuado o patrulhamento apeado e/ou motorizado em todas as escolas de ensino básico e secundário que beneficiam do patrulhamento normal das Forças de Segurança. Nas patrulhas motorizadas foram utilizados veículos

caracterizados ou descaracterizados com o logótipo da ESCOLA SEGURA.

Foram desenvolvidas as seguintes actividades:

	Sensibilização/Informação nas Escolas	Actividades da Guarda	Quartéis da Guarda
1º Ciclo	8042	708	236
2º/3º Ciclo	1745	195	
Secundárias	599	41	
TOTAL ACÇÕES	10386	944	236
TOTAL GERAL	11566		

Totais das horas de patrulhamento às escolas - Janeiro a Dezembro de 2003

	Apeados	Veic. Esc. Segura	Ciclo/Moto	Cavalos	Cães	TT nº horas
	nº horas	nº horas	nº horas	nº horas	nº horas	
Esc. Protocoladas	24176	22908	3378	2351	973	36974
Esc. Não Protocoladas	167173	243943	5153	8496	7406	380237
TOTAL GERAL	191349	266851	8531	10847	8379	417211

H - Apoio 65 – Idosos em Segurança

No âmbito deste programa, foi incrementado o esforço de policiamento e segurança de habitações e localidades, tendo sido desencadeadas acções de carácter específico, procurando assim transmitir às populações alguma segurança e alertando-as para alguns tipos de comportamento a adoptar.

Destas acções destacam-se:

- (1) Conselhos de práticas de segurança;
- (2) Recolha de informações; e
- (3) Troca de informações.

I - Comércio Seguro

Cumpriram-se as cláusulas dos protocolos assinados, tendo havido uma estreita colaboração entre todos os intervenientes.

RESULTADOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL

A - Âmbito ambiental

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O SEPNA, que iniciou a sua actividade operacional há dois anos, conta actualmente com 289 militares especializados para a fiscalização ambiental, dos cerca de 450 previstos.

Este serviço assumiu a liderança da fiscalização ambiental no país, o qual é actualmente apoiado por todos os organismos governamentais e não governamentais de ambiente, considerado de grande utilidade pública, e que veio preencher uma lacuna existente no país, que era falta de fiscalização ambiental.

Em termos estatísticos, os 13.886 autos por crime e contra-ordenação elaborados pelo SEPNA desde o início da sua actividade, representam mais de 90% (dados do Ministério do Ambiente) do total da fiscalização exercida no país. Relativamente ao ano de 2003, o número de Autos de Notícia levantados foi de 9.374. (ver Quadro)

O total de denúncias efectuadas pela Linha SOS Ambiente, no ano de 2003, foi de 1.016, pelo que facilmente concluimos pela grande utilidade desta Linha.

O significativo aumento do número de infracções detectadas tem directamente a ver com o aumento de efectivos do SEPNA e com a maior especialização dos seus elementos nas diversas áreas ambientais.

Quadro – Total Autos Ano de 2003

	INFRACÇÕES			TOTAL
	CRIMES		CONTRA-ORDENAÇÕES	
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	4		1254	1258
LEIS SANITÁRIAS	14		99	113
ACTIVIDADES EXTRACTIVAS	0		268	268
TURISMO E DESPORTOS	0		171	171
FLORA, RESERVAS, PARQUES E FLORESTAS	2		172	174
CONTAMINAÇÃO ATMOSFÉRICA	1		110	111
CONTAMINAÇÃO ACÚSTICA	0		384	384
INCÊNDIOS FLORESTAIS	29		27	56
FAUNA, CAÇA E PESCA	32		124	156
PATRIMÓNIO HISTÓRICO	0		0	0
POLUIÇÃO ÁGUAS	9		670	679
RESÍDUOS	5		4726	4731
LITORAL	1		383	384
CITES	6		72	78
OUTRAS INTERVENÇÕES	68		743	811
TOTAL	171		9203	9374

Como tal, o Órgão Coordenador Nacional (OCN), tem em fase de preparação vários protocolos com inúmeras entidades, para que, no decorrer do ano de 2004, os militares do quadro SEPNA tenham uma melhoria significativa na sua formação ambiental e se tornem cada vez mais especializados. Como exemplo, refere-se as seguintes:

Com a **Brigada Fiscal**, na continuação da formação marítima dos militares do SEPNA que se destinam às Equipas Marítimas;

Com o **Instituto da Conservação da Natureza (ICN)**, na formação dos militares do SEPNA para situações de manuseamento de animais;

Com a **Direcção-Geral de Veterinária (DGV)**, para a formação dos militares do SEPNA em Bem-Estar Animal;

Com a **Associação Portuguesa dos Engenheiros Ambientais**, para uma formação específica em Educação Ambiental.

Entre o Instituto da Água (INAG) e a GNR, foi assinado um Protocolo em 11 de Julho de 2003, no Comando-Geral, no sentido de atribuir a fiscalização das albufeiras a nível nacional ao SEPNA, e atribuição de verbas para compra das primeiras 10 embarcações a colocar nas primeiras 10 albufeiras previstas no Protocolo.

A materializar o sucesso da criação do SEPNA, entre muito mais, está a atribuição do Prémio Nacional de Ambiente 2001/2002, bem como no ano de 2003, de várias menções honrosas a militares do SEPNA pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

Caça

Registou-se uma diminuição do número de Caçadores Fiscalizados (-25,7%) o que corresponde a menos 3.827 caçadores. Não obstante, o número de infracções à Lei da Caça registou um acréscimo de 114,4%, o que corresponde a mais 119 infracções. O quantitativo de armas de caça apreendidas registou um aumento de 19 armas, que corresponde um acréscimo de 21,3%.

Detenções

No ano em apreço, destaca-se o número de detenções por mandado (+1.367), que tiveram um acréscimo de 17,1%.

Igualmente as detenções por iniciativa da GNR tiveram um aumento de 85 casos, o que corresponde à variação positiva de 34,3%.

Quanto às detenções efectuadas em flagrante delito, estas registaram uma variação de -11,5%, o que corresponde a – 597 casos;

Merece especial destaque o número de detenções efectuadas por crimes contra a GNR (+116), o que corresponde a um acréscimo de 20,2% em relação ao ano transacto.

O número de detenções por posse/tráfico droga foi de – 100 casos, o que corresponde a um decréscimo de 10,7%, assim como as detenções por caça ilegal que variaram em menos 11 casos, correspondendo a uma diminuição de 9,6%.

O número de detenções por fogo posto teve uma diminuição de 18,2%, o que corresponde a – 8 casos.

B - Fiscalização Rodoviária

CONDUTORES FISCALIZADOS

Contabilizou-se, neste âmbito, um total de **1.924.608 condutores** fiscalizados.

DETENÇÕES

No quadro das detenções efectuadas neste âmbito, destacam-se as decorrentes de não habilitação de condução de veículos de 2 rodas (+303 casos), o que corresponde a uma variação de +19,6%.

De realçar o número de detenções por excesso de álcool (TAS \geq 1,2 gr/l) cujo total registado no ano em análise foi de 15.306 casos, o que corresponde a uma variação de +42,1% (+4.538 casos).

Destaca-se ainda o número de detenções por outros motivos que registou uma variação de +139,4%, o que corresponde a mais 1.132 casos, passando de 812, em 2002, para 1.944, em 2003.

INFRACÇÕES

Relativamente ao número de infracções à legislação rodoviária merecem especial destaque os excessos de álcool (TAS \geq 0,5 <1,2), que registam +37,9%, o que equivale a mais 9.133 casos; falta de cinto de segurança ou sistema de retenção, com +9,1%, o que corresponde a mais 3.501 casos; bem como a falta de seguro/inspecção que registou um aumento de 2.241, o que corresponde a uma variação de +30,7%.

A estes resultados não é alheio o esforço que vem sendo desenvolvido no âmbito das fiscalizações selectivas. Quanto ao número de contra-ordenações ao CE/RCE, registou-se um ligeiro aumento de 7,3%, o que corresponde a um valor de +39.099.

C - Âmbito Fiscal Aduaneiro e Controlo de Fronteiras

Verificou-se uma variação **positiva** quanto aos números de **crimes detectados**: +5,8%, às **contra-ordenações** aplicadas (+16,3%), bem como no número de **transgressões** (+167,1%).

Ao invés, foi registada uma variação **negativa** no número de **interdição de entradas nas fronteiras** (-13%).

Das acções desenvolvidas no âmbito Fiscal/Aduaneiro, foram efectuadas ainda diversas apreensões de mercadorias no valor de € 15.962.271, o que traduz uma variação positiva de 13,5% em relação ao ano anterior.

D - Baixas Sofridas nos Efectivos da GNR

Decorrente da actividade operacional, verifica-se que, no ano em análise, a Guarda registou as seguintes baixas nos seus militares:

Mortos	1
Feridos Graves	7
Feridos leves	84
Sem necessidade de tratamento médico	358

OUTRAS ACÇÕES – OPERAÇÕES MAIS RELEVANTES

Igualmente, e dentro da mesma janela de tempo, decorreu a Operação “Verão Seguro 2003” em que foram intensificadas as acções de patrulhamento para garante da segurança, ordem e tranquilidade públicas, nas áreas da orla marítima, com especial atenção ao policiamento das zonas de praia e locais de veraneio mais sensíveis e de maior afluxo turístico; e a Operação “Floresta Segura”, com o policiamento voltado para as matas e parques naturais.

Durante este período, nestas duas operações foram empenhados cerca de 12.000 militares.

☐ POLÍTICAS NO ÂMBITO DO POLÍCIAMENTO DE PROXIMIDADE

A - Proximidade e Segurança Comunitária

A prática no âmbito do policiamento de proximidade, vem sendo executada pela Guarda Nacional Republicana desde os primórdios da sua existência. Todavia, apesar da crescente urbanização e do fenómeno de rurbanização, a Guarda continua a marcar a sua presença nos lugares mais isolados do interior do país. Nesta sua acção, pretende dar apoio, visibilidade e transmitir segurança a todos aqueles que residem nas vilas, aldeias e lugares considerados vulneráveis a assaltos ou mais susceptíveis de serem alvo de actividades delituosas, em especial contra as pessoas mais idosas. O Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança é o exemplo dessa actuação. Neste contexto, para além do patrulhamento dirigido para esses locais, foram desencadeadas acções de carácter específico, no intuito de se incrementar o sentimento colectivo de segurança, e alertando a população para alguns tipos de comportamentos a adoptar e a evitar. Destas acções destacam-se:

Conselhos de Práticas de Segurança – No contacto diário com as populações, foram recomendados procedimentos de segurança que devem ser adoptados por aqueles que residem nos locais mais isolados, dos quais se salientam: evitar negócios de porta de casa, não permitir a entrada em casa de técnicos de manutenção suspeitos, evitar abrir a porta durante a noite, melhorar ou substituir as portas e as janelas, tornando-as mais resistentes, e não acumular grandes quantidades de dinheiro em casa.

Recolha de Informações – Às populações em causa foram solicitados elementos de informação relativos a suspeitos da prática de assaltos a residências, designadamente: matrículas de veículos, cor, modelo, características dos indivíduos suspeitos, modo de abordagem das populações, tipo de negócios que são propostos, etc..

Troca de Informações entre a Guarda e técnicos do Serviço de Apoio Domiciliário transmitindo o sentir e necessidades dos idosos.

C - Eixo Internacional de Segurança

1. GESTÃO DE CRISES

A Guarda Nacional Republicana, de 19 a 25 de Novembro de 2003 participou, através de um Oficial, no Exercício Conjunto de Gestão de Crises EU/OTAN (CME/CMX 03) que foi o primeiro Exercício desta natureza entre a União Europeia (EU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O exercício realizou-se a nível político-militar estratégico, quando a União Europeia administra um planeamento estratégico para dar resposta a uma crise, com emprego de meios civis e militares coordenados, em antecipação a uma operação de manutenção de crises prevista, liderada pela União Europeia, recorrendo às capacidades e aos recursos comuns da OTAN, incluindo a cadeia de comando.

Neste contexto, este Exercício pretendeu estabelecer uma série de acordos efectivos para consulta e cooperação entre a UE e a OTAN em situações de crise e pôr em prática e validar o seguinte:

- O processo de tomada de decisões da União Europeia, como se encontra estabelecido nas Normas para os procedimentos de uma gestão de crises coerente e compreensiva na UE, incluindo os processos de consulta com os potenciais parceiros da União;
- Os mecanismos e procedimentos da gestão de crises da OTAN acordados e desenvolvidos, incluindo a interacção a nível do trabalho entre o Adjunto do Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa no seu papel de Coordenador Estratégico, os Estados-Membros da UE e os Aliados da OTAN.

2. MISSÕES NO ESTRANGEIRO

A GNR tem continuado a empenhar alguns dos seus meios humanos em missões internacionais, integrados em diversos organismos. Contudo, merece especial destaque o aprontamento duma Força para actuar no Teatro de Operações do Iraque, a qual será explicitada oportunamente.

Discriminando o empenhamento nos mais diversos âmbitos:

2.1 NAÇÕES UNIDAS

Missão “UNMISSET/CIVPOL” (Timor-Leste)

Esta Missão iniciou-se em 18DEC02, com um contingente de 11 elementos (3 Oficiais e 8 Sargentos), sendo empenhados na qualidade de Observadores da Polícia Civil das Nações Unidas.

Destes 11 elementos, terminaram já a sua missão os seguintes:

4 – 23JUN03

1 – 29OUT03

4 – 23DEC03.

Continuam na missão 1 Oficial e 1 Sargento.

No período compreendido entre 13 de Janeiro de 2003 e 23 de Junho de 2003, o Major Paulo Pinheiro, desempenhou as funções de Comandante do Contingente Português nesta missão.

Missão “MONUC” – República Democrática do Congo

A participação nesta missão iniciou-se em 17 de Outubro de 2003, através do envio de 2 Sargentos.

Estão colocados em Kinshasa, onde desempenham funções na CIVPOL Operations/MONUC.

2.2 OSCE

Neste âmbito, foi empenhado durante o 1º. Semestre de 2003, 1 Oficial em Skopje – Macedónia, nas funções de “Police Instructor”.

Esta missão iniciou-se a 24FEV02 e terminou em 03JUN03.

2.3 UNIÃO EUROPEIA

Na União Europeia, a Guarda Nacional Republicana esteve representada na Comissão Europeia, em Bruxelas, por 1 Oficial da Brigada Fiscal, exercendo funções de perito nacional destacado junto do OLAF (Organismo de Luta Anti-Fraude da União Europeia).

2.4 MISSÃO “MSU-IRAQUE”

Perante o compromisso assumido por Portugal para integrar a “Multinacional Specialized Unit” no Iraque, a Guarda desenvolveu um

conjunto de actividades que tiveram como objectivo o aprontamento e lançamento do Sub Agrupamento Alfa.

Consideremos os seguintes aspectos/fases:

- De 18JUL03 a 22DEC03, foi colocado em Londres – Northwood, 1 Oficial, na qualidade de Oficial de Ligação junto do Comando Conjunto Permanente do Reino Unido (PJHQ UK J6);
- A 06SET03 foi colocado 1 Oficial em Roma, desempenhando funções de Oficial de Ligação junto da “Arma dei Carabinieri” de Itália;
- A 16SET03 foram colocados no Iraque 3 Oficiais a fim de desempenharem funções de Estado-Maior junto do STAFF da Brigada “dei Carabinieri” italiana. Destes, 1 Oficial cessou as suas funções em 18JAN04, continuando na missão os restantes 2 Oficiais;
- A 12NOV03, o Sub-Agrupamento “ALFA” da GNR, constituído por 128 militares, marchou para o Iraque ficando sob o OPCON – Controlo Operacional da “Multinational Division – MND (SE)”, integrado na Brigada “dei Carabinieri” de Itália, tendo em vista a execução da Missão Geral das Forças da Coligação naquele Teatro de Operações, com prioridade para as seguintes áreas:
 - Manutenção e restabelecimento da ordem pública;
 - Segurança de pontos sensíveis;
 - Escoltas a comboios humanitários;
 - Policiamento de áreas sensíveis e execução de “Check-points”;
 - Operações anti-insurreição;
 - Inactivação de engenhos explosivos improvisados;
 - Operações de busca e salvamento;
 - Formação da Polícia Iraquiana

2.5 GERAL

Um oficial da GNR continua colocado junto da Embaixada de Portugal, em Dili, desempenhando funções de Adido de Segurança Interna. Esta missão iniciou-se a 18 de Novembro de 2001.

3 – UEFA EURO 2004™

Em virtude de ter sido atribuída a Portugal a organização da fase final do Campeonato Europeu de Futebol EURO 2004, o Comando-Geral da GNR, após uma fase de estudos sectoriais, criou em JAN03, na dependência do Chefe do Estado-Maior da Guarda, através da 3ª Repartição, o Grupo de Trabalho Permanente EURO 2004, com competências para coordenar os estudos e as acções de planeamento relativos à participação da Guarda na segurança do evento.

A Fase Final decorrerá no nosso País de 12 de Junho a 4 de Julho de 2004, tendo a GNR, na sua área de responsabilidade 3 estádios (Braga, Aveiro e Algarve) e a maioria dos Centros de Estágio e Locais de Alojamento, bem como de locais de concentração de adeptos.

Face à necessidade de preparar as Forças que irão estar empenhadas na segurança do evento, o Comando da Guarda tem vindo a realizar os treinos necessários e adequados para testar o modelo de policiamento que irá ser implementado e a articulação com as demais Forças e Serviços de segurança e de emergência.

FORMAÇÃO

De acordo com os dados disponíveis, sendo o universo da Guarda composto por mais de 25.000 militares, foi desenvolvido um esforço de formação, nas mais diversas áreas, não só na formação de base, como na contínua, vulgarmente conhecida por Instrução de Aperfeiçoamento dos Quadros e Tropas (IAQT).

O quadro que seguidamente se apresenta é elucidativo do empenhamento na formação que não a contínua.

Curso de Formação de Praças	971 praças formadas
Curso de Oficiais (AM)	30 oficiais
Acções de Formação internas	2566 oficiais, sargentos e praças
Acções de Formação externas	275 oficiais, sargentos e praças

☐ INVESTIMENTOS

Nas mais diversas áreas, foram efectuados investimentos, os quais se podem constatar pelos quadros seguintes:

➤ MEIOS INFORMÁTICOS

PC	255	220.000 €
Portáteis	145	174.000 €
Impressoras	110	25.300 €
Digitalizadores	120	9.600 €
Routers, Servidores e outros		5.000 €

➤ MEIOS AUTO

TIPO DE VIATURA	DESTINO	VALOR SIVA		QUANTIDADES
		UNITÁRIO	TOTAL	REQUESIT.
L. ROVER DEFENDER 110 SW	B. 5 – SERRA ESTRELA	27.728,85 €	27.728,85 €	1
VW Passat 1.9 TDI	CMD de Unidades	18.568,80 €	57.706,40 €	3
Pick Up Toyota Hilux	SEPNA	23.921,32 €	95.685,31 €	4
NISSAN ALMERA 2.2 DDTI	PAT. URBANO	12.375,89 €	136.134,89 €	11
	REP. C. GERAL	11.328,42 €	113.284,20 €	10
NISSAN ALMERA 2.2 DDTI	PAT. URBANO	13.053,05 €	91.371,41 €	7
	REP. C. GERAL	12.020,36 €	24.040,72 €	2
Pick Up Toyota Hilux	SEPNA	22.369,26 €	111.846,34 €	5
Pick Up Toyota Hilux (Transfor)		985,05 €	4.925,29 €	
MOTOCICLOS TT	SEPNA	2.893,48 €	23.147,84 €	8

➤ MEIOS PARA EQUIPAR FORÇA DE INTERVENÇÃO NO TO DO IRAQUE

TIPO DE VIATURA		PAB	VALOR	QUANTIDADES	
				REQUESTIT.	RECEBIDA
NISSAN PATROL GR	4 – C/Guincho	27/03 de 03JUL08	197.451,06 €	6	6 10OUT03
	2 - S/Guincho				
PICK-UP NISSAN NAVARA		26/03 de 03JUL08	148.718,63 €	5	5 24OUT03
BLINDADO - IVECO M.40.12 VM/P (VM 90 /P12), C/Tubo Lançador de Fumos		28/03 de 03JUL08	2.560.880,00 €	20	03-26DEZ03 02-15JAN04 03-04FEV04
MOTO4 – YAMAHA		29/03 de 03JUL08	14.875,00 €	2	2 (05SET03)
NISSAN PATROL GR		122/03 de 16DEZ03	136.146,52 €	4	

ACTIVIDADES DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E APOIO SOCIAL

Nesta área tão específica, em 2003 entraram para os quadros da GNR 1.068 servidores, com a seguinte distribuição:

1029 militares (46 Oficiais+971 Praças+12 Oficiais requisitados ao Exército);

22 civis (2 Quadro, 19 Contrato Administrativo de Provisamento e 1 Regime Requisição).

Saíram da instituição 1.102 servidores dos quais 1.077 são militares e 25 civis, de acordo com as seguintes causas:

A - MILITARES

(1) Reforma por limite de idade: 10

(2) Reforma a pedido com 36 anos de serviço: 899

- (3) Junta Superior de Saúde: 88
- (4) Reserva a pedido com 15 anos de serviço: 2
- (5) Reserva a pedido com 20 anos de serviço: 5
- (6) Desligados a pedido: 5
- (7) Desligados disciplinarmente: 18
- (8) Falecidos no activo: 35
- (9) Fim de comissão de serviço (regresso ao Exército): 15.

B - CIVIS

- (10) Reforma: 6
- (11) Reforma limite de idade: 1
- (12) Rescisão: 17
- (13) Transferido para outro organismo: 10.

C - DIVERSOS

A política de Recursos Humanos prosseguida foi a constante da Directiva de Planeamento do Comandante-Geral. Promoveram-se as alterações estatutárias indispensáveis ao melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis e a uma maior flexibilização do acesso à carreira de Oficial a partir da categoria de Sargento, bem como alterações ao Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares da Guarda.

Foram efectuados estudos e planeamentos imprescindíveis à identificação das necessidades de ingressos na Guarda – Curso de Formação de Oficiais (Academia Militar) e Curso de Formação de Praças; atribuição de efectivos aos Cursos de Formação de Oficiais (Escola Superior Politécnica do Exército), Formação de Sargentos, Curso de Promoção de Cabos, Curso Fiscal e Curso de Trânsito – de acordo com os condicionamentos das necessidades de alimentação de cada quadro.

Foi realizado o planeamento das promoções, nas diferentes categorias, de acordo com o recente alargamento de lugares previstos nos quadros orgânicos da Guarda – atentos os interesses da Guarda e os anseios pessoais de valorização de acordo com as necessidades permanentes do serviço.

Procedeu-se à sua divulgação externa através do Site Institucional: www.gnr.pt..

A 1ª Repartição deu a conhecer o Balanço Social 2002 da GNR numa reunião FIEP na área de Recursos Humanos, tendo este sido assunto alvo de grande atenção e reputado de elevado interesse pelos assistentes, principalmente por parte dos generais francês e italiano, responsáveis pelos recursos humanos das suas instituições.

Os projectos existentes ou previstos para o desenvolvimento do funcionamento das condições humanas nesta Guarda, são os que resultam da Directiva de Planeamento do Comandante-Geral para o ano de 2004, que define como objectivos estratégicos, entre outros, a promoção da coesão interna e da motivação dos militares, bem como a reformulação da legislação de enquadramento da Guarda Nacional Republicana.

A concretização destes objectivos e orientações passará por:

- Agilizar e melhorar os procedimentos administrativos relacionados com a gestão de recursos humanos;
- Revisão sistemática e coerente das normas de gestão de pessoal - transferências, colocações;
- Promover a revisão global e integrada do Estatuto dos Militares da Guarda, do Regulamento Geral do Serviço da Guarda e do Regulamento de Avaliação de Mérito;
- Formular propostas e acompanhamento dos projectos de enquadramento legal do associativismo.

CONCLUSÕES

NO ÂMBITO OPERACIONAL IMPORTA DESTACAR:

A - ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Concentração e Prevenção de Forças	(+173%)
Escoltas e Alas de Honra	(-36,9%)
Escoltas de Trânsito a Altas Entidades	(+87,8%)
Intervenção de Equipas Endoscópicas	(+121,9%)

B - RESULTADOS OBTIDOS

NO ÂMBITO DE POLÍCIA GERAL

Aumento do número de crimes contra a GNR	(+20,2%)
Diminuição do número detenções por fogo posto	(-18,2%)
Aumento do número de detenções por iniciativa da GNR	(+34,3%)
Aumento do número de infracções à Lei da Caça	(+114,4%)
Diminuição do número detenções por posse/tráfico droga	(- 10,7%)
Contra-Ordenações/SEPNA	(+133,5%)

NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Aumento do número de detenções por:

Não habilitação para condução de veículos automóveis	(+7,7%)
Não habilitação para condução de veículos de duas rodas	(+19,6%)

Aumento do número de infracções por:

Excesso de álcool	(+37,9 %)
-------------------	-----------

Aumento do número de detenções por:

Excesso de Álcool (TAS>1.2)	(+42,1%)
-----------------------------	----------

Aumento do número de infracções por:

Falta de Seguro/Inspeção	(+30,7%)
--------------------------	----------

Quadro resumo da sinistralidade

Número de Acidentes	(-0,9%)
Número Mortos	(-7,0%)
Número de Feridos Graves	(+0,6%)
Número de Feridos Leves	(-0,9%)

NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

Aumento dos valores a seguir indicados:

Crimes detectados	(+5,8%)
Contra-Ordenações	(+16,3%)
Transgressões	(+167,1%)

Valor das mercadorias apreendidas	(+13,5%)
Número de pessoas detidas	(+237,5%)

NO ÂMBITO DO PROGRAMA “ESCOLA SEGURA”

Foram disponibilizadas 417.211 horas no patrulhamento e na realização de 11.566 acções de sensibilização nas escolas e visitas a subunidades da GNR, tendo-se registado 749 ocorrências, das quais 528 sobre bens e 221 contra pessoas.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ACTIVIDADE OPERACIONAL

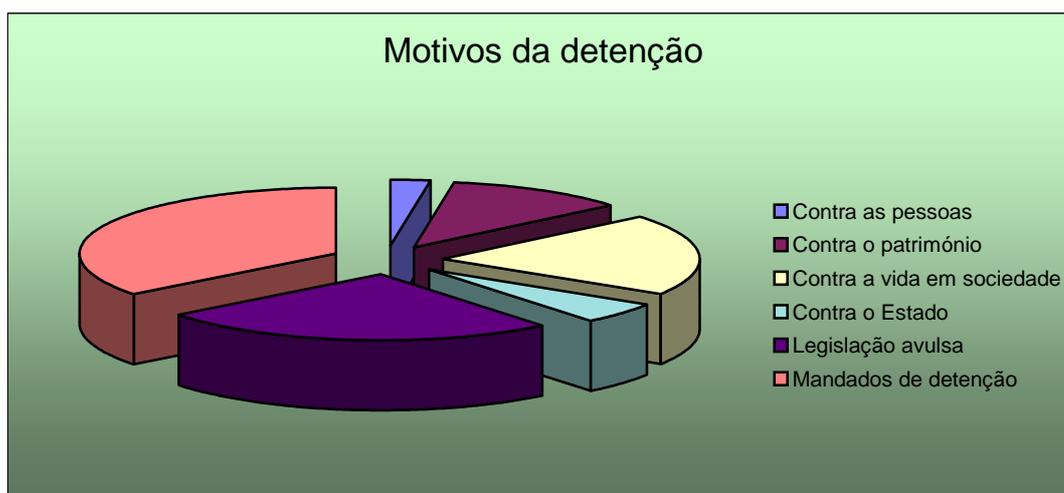
DETENÇÕES

No ano de 2003, verificou-se um decréscimo de 6,10% (-2.263 detenções) no número global de detenções efectuadas pelos elementos da Polícia de Segurança Pública, o qual ascendeu a 34.376. Retomou-se, desta forma, a tendência estável verificada nos anos de 2000 e 2001 que apenas foi contrariada pela subida no ano de 2002, fundamentalmente devido ao decréscimo do número de detenções por cumprimento de mandados de detenção ou captura.

A título meramente indicativo, saliente-se que a PSP registou, em média, durante o ano de 2003, mais de 94 detenções por dia, o que corresponde a cerca de uma detenção em cada 15 minutos.

Quando analisadas as causas das detenções, verifica-se que decresceram os números relativos a detenções efectuadas por crimes previstos em legislação avulsa, a detenções por crimes contra o património, por crimes contra as pessoas e no seguimento do cumprimento de mandados de detenção, enquanto que as detenções relativas à prática de crimes contra a vida em sociedade e contra o Estado apresentaram aumentos nos seus valores (8,61% e 8,51% respectivamente). As detenções por cumprimento de mandados de detenção ou captura registaram o valor de 12.178 ocorrências, correspondendo a uma diminuição de 16,43%.

No que concerne à diminuição do número de detenções por prática de crimes previstos em legislação avulsa, constata-se que tal se deve, sobretudo, a uma diminuição de cerca de 118 ocorrências nos valores relativos a detenções por crimes respeitantes a estupefacientes, na senda do que se passou no ano anterior.



Relativamente a detenções pela prática de crimes previstos no Código Penal, salienta-se os aumentos verificados nas rubricas relativas a crimes contra a sociedade (8,61%) e contra o Estado (+8,51%) culminando num total de 688 detenções. De realçar ainda, pela especial acuidade que merece tal categoria de ilícitos, apesar dos baixos valores absolutos, que as detenções relativas à prática de roubos a postos de reabastecimento de combustíveis apresentaram um decréscimo de 4 ocorrências. Deve-se, contudo, salientar o notório aumento do número de furtos em supermercados, num total de 40 ocorrências (+10%). O número total de detenções encontra-se distribuído da forma que o gráfico seguinte ilustra.

Detenções por tipo de crime	2003	2002	Dif. % (02-01)
Contra as pessoas	859	922	-6,83%
Contra o património	3875	4265	-9,14%
Contra a vida em sociedade	6927	6378	8,61%
Contra o Estado	1772	1633	8,51%
Legislação avulsa	8765	8869	-1,17%
Mandados de detenção	12178	14572	-16,43%

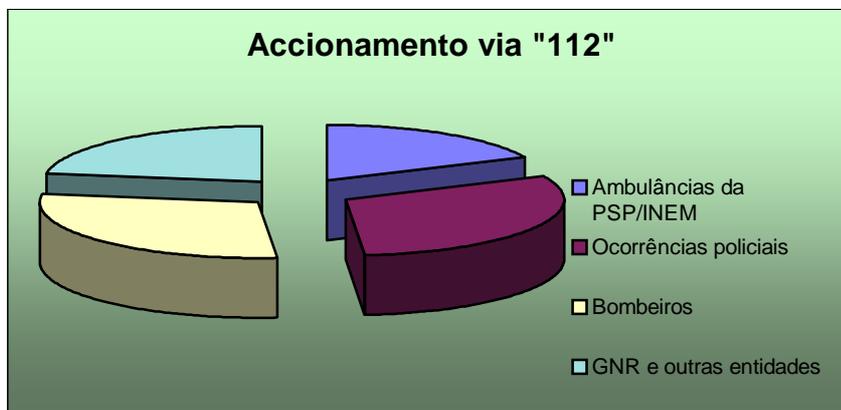
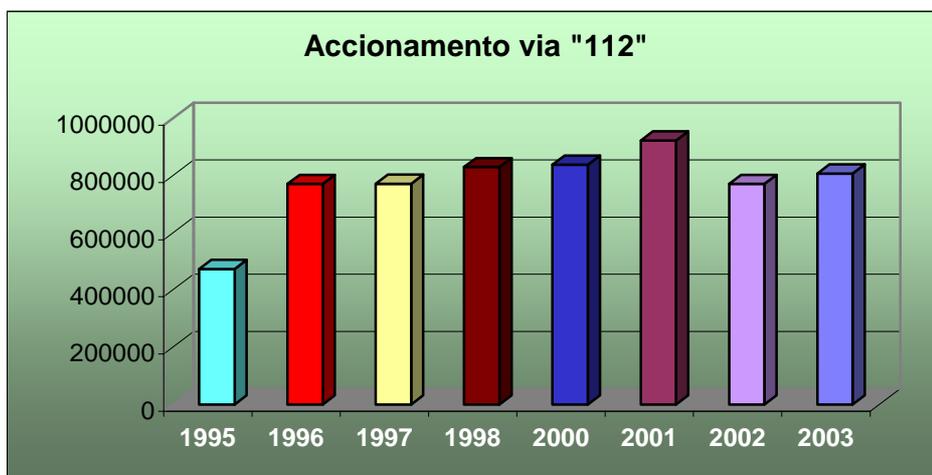
SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA "112"

Contrariamente ao verificado no ano de 2002, o número de solicitações via "112" no ano de 2003 registou um aumento de cerca de 4,64%. Tal diferença traduz-se em mais 35.827 chamadas que as verificadas no ano transacto, regressando-se à tendência crescente verificada nos anos anteriores a 2002.

	2003	2002	2001	2000	1999
Ambulâncias da PSP/INEM	144759	146873	195295	194415	192981
Ocorrências policiais	247310	264382	251695	210830	215692
Bombeiros	232720	160663	187476	185918	199393
GNR e outras entidades	182714	199758	288942	245468	282644
Total	807503	771676	923408	838631	890710

	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003
Total solicitações "112"	473876	771676	771834	830033	838631	923408	771676	807503

Verificou-se uma diminuição generalizada nos vários tipos de solicitações, apenas sendo contrariada pelo aumento do accionamento de meios dos Bombeiros, correspondendo a 232.720 solicitações. Ainda assim, o número total de solicitações (807.503 registos) corresponde a uma média diária na ordem das 2.212 solicitações, que se traduzem, na prática, a 1,5 pedidos de actuação por minuto.



Relativamente à PSP, verificou-se uma diminuição ligeira do número de ocorrências que justificaram o accionamento de meios policiais (carros-patrolha, brigadas de investigação criminal, brigadas de acidentes, etc.), mas que se traduz num elevado empenho de recursos humanos e materiais, num total de 247.310 de ocorrências em 2003 (média diária de 678 ocorrências que corresponde a cerca de 0,5 por minuto).

APREENSÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS

Com base no expediente efectuado pela Polícia de Segurança Pública, foram recuperadas um total de 12.007 viaturas, tendo por base o número de viaturas furtadas registadas por esta Força, corresponde a uma taxa de recuperação de 68,5%.

No período em análise, verificou-se um aumento do coeficiente de viaturas recuperadas pela PSP (+0,4%). A taxa global de recuperação de viaturas cifrou-se em cerca de 68,5% no ano de 2003, representando um decréscimo de 3,9% em relação a 2002, fruto basicamente da diminuição do número de viaturas recuperadas por outras entidades (-15,9%).

Em 2003, foram ainda apreendidas 14.580 viaturas por diversos motivos (decisão judicial e infracções diversas), o que corresponde a um aumento de 68% relativamente ao ano anterior.

APREENSÃO E RECUPERAÇÃO DE ARMAMENTO E EXPLOSIVOS

O número de armas de fogo que circulam em Portugal, especialmente as de defesa e as de caça transformadas, constituem motivo de especial preocupação para a sociedade em geral e para as Forças de Segurança em particular.

Acresce o facto de a globalização contribuir para acelerar os processos e fluxos entre redes internacionais que podem utilizar o solo nacional como ponto de passagem e de potencial receptor.

Armamento	2003	2002	Dif. (%)
Armas de fogo apreendidas	1264	609	107,6%
Armas de fogo entregues/recuperadas	1230	932	32,0%
Munições apreendidas/entregues (N.º)	461456	22423	1958,0%
Explosivos apreendidos/entregues (Kg)	1147	432,5	165,2%

Neste sentido, e apesar das inúmeras variáveis (internas e externas) que interferem na investigação de crimes ligados a esta temática, designadamente o roubo de espingardarias, constitui-se como prioridade da PSP a apreensão/recuperação deste tipo de artigos.

No que concerne à recuperação e/ou entrega de armamento, verificou-se no ano de 2003 um aumento significativo de 32% face ao ano anterior, aumento este registado, de uma forma geral, em todos os itens, na linha do verificado nos anos transactos.

O item “munições”, encontrando-se intimamente ligado às armas de fogo, sofreu igualmente um substancial aumento, registando um acréscimo de 1958% nos valores de apreensões/entregas face ao período homólogo do ano anterior.

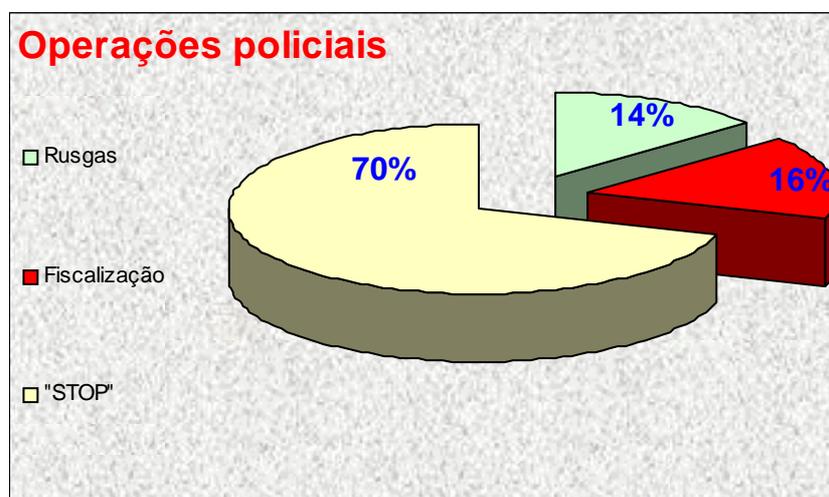
Já no que concerne aos “explosivos”, por se tratar de matéria cujo controlo e fiscalização se constitui como competência exclusiva da PSP, representa motivo de especial atenção. Assim, e fruto de um maior incremento do esforço por parte da Polícia, obtiveram-se valores que ultrapassaram os 1147 Kg, representando um aumento de 165,2% face à mesma janela temporal de 2002.

OPERAÇÕES POLICIAIS

Em 2003 a actividade policial em relação a operações pré-planeadas apresenta um incremento de 11,8% relativamente ao período homólogo.

Nº de operações policiais efectuadas	2003	2002	Dif. (%)
Rusgas	1437	1467	-2,0%
Indivíduos controlados	17898	15516	15,4%
Fiscalização	1696	1347	25,9%
Estabelecimentos fiscalizados	6925	4879	41,9%
"STOP"	7314	6532	12,0%
Viaturas fiscalizadas	702625	521386	34,8%
Total de Operações	10447	9346	11,8%

Verifica-se um aumento sustentado de todas as rubricas, com especial incidência nas acções de fiscalização de estabelecimentos e nas “Operações STOP”, com 16% e 70%, respectivamente, o que representa um aumento substancial neste último item.



A focalização por parte da Polícia de locais de habitual frequência por indivíduos já referenciados, a alteração da legislação relativa a estabelecimentos de diversão nocturna e a crescente sinistralidade verificada no nosso País com o conseqüente incremento de medidas por parte da tutela e das Forças de Segurança, constituem-se como razões justificativas para os números obtidos. As variações apresentadas entre rubricas justificam-se pela diferença de prioridades estabelecidas em função de uma optimização de recursos humanos.

ACTIVIDADES DAS UNIDADES ESPECIAIS

CORPO DE INTERVENÇÃO

Durante o ano transacto, o Corpo de Intervenção (CI) efectuou um total de 2053 intervenções, constituindo um aumento de 38,5% relativamente ao ano anterior. Todos os itens aumentaram de forma significativa, destacando-se o número de solicitações para intervenções na área da segurança aeroportuária, que aumentou de forma extraordinária, muito por força da conjuntura mundial decorrente dos acontecimentos no cenário internacional.

CORPO DE INTERVENÇÃO	2003		2002	
	Nº de intervenções	Nº de Agentes utilizados	Nº de intervenções	Nº de Agentes utilizados
Manifestações desportivas	47	2003	18	1401
Alterações de Ordem Pública	35	1116	24	1017
Segurança a Aeroportos	555	11592	301	12085
Outras situações	1416	22261	1139	25671
TOTAL	2053	36972	1482	40174

O facto de os números, na generalidade, terem apresentado aumentos, representa um notório aumento da actividade operacional daquela unidade especial, traduzindo-se numa diferente focalização dos objectivos pré-definidos para a mesma, procedendo-se a um menor empenhamento em missões de “saturação de patrulhamento” e de reforço de patrulhamento, nomeadamente durante a época de Verão, nos locais em que, após avaliação cuidada, se concluiu não haver razões para empenhamento deste tipo de recursos. Foi no entanto utilizada para acções concretas em que o emprego do CI se mostrava necessário e adequado, mormente no âmbito de manifestações desportivas e alterações de ordem pública.

De igual forma, já se iniciaram as acções de formação e treino directamente orientadas para a realização do UEFA EURO 2004™, tendo em conta a missão atribuída àquela unidade no que concerne à manutenção e reposição da ordem pública. Essa formação passa, necessariamente pela

requalificação e actualização de todos os elementos que fazem parte da unidade, incluindo os que integram o destacamento sediado no Porto.

☐ GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O Grupo de Operações Especiais (GOE) apresentou, no ano de 2003, um decréscimo do número de actuações relativamente aos valores de 2002 de cerca de 60%. No entanto é de realçar o crescente emprego dos meios humanos e técnicos em reforço da segurança pessoal a altas entidades e intervenções realizadas com atiradores especiais, sobretudo durante o ano em apreço.

GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2003			2002		
	Nº de missões	Total de dias de missões	Nº de Agentes utilizados	Nº de missões	Total de dias de missões	Nº de Agentes utilizados
Combate ao terrorismo	0	0	0			
Combate à criminalidade (excepto terrorismo)	11	21	191	23	109	792
Segurança pessoal a A.E.	25	79	678	17	165	888
Segurança a instalações (Embaixadas e outras)	17	468	1921	59	1779	9196
Acções de auxílio a outras forças ou serviços de segurança	24	202	2064	43	598	3453
Atiradores especiais	10	19	229	8	12	177
Outras actuações	37	987	1399	56	1496	1684
TOTAL	124	1776	6482	207	4160	16203

O empenhamento do GOE nas acções referidas no parágrafo anterior, para além de ter por objectivo atingir índices mais elevados de profissionalismo na actuação policial, revela-se importante na diminuição de potenciais riscos para a vida ou integridade física do dispositivo empenhado em cada uma das operações.

Foi igualmente nesta unidade especial atribuída uma especial atenção no que respeita ao estabelecimento de prioridades de actuação, tendo em conta

a missão para a qual está directamente vocacionada, em ordem a obter uma optimização de recursos.

☐ CORPO DE SEGURANÇA PESSOAL

O Corpo de Segurança Pessoal (CSP) apresentou um ligeiro aumento do número de Altas Entidades (A.E.) a quem assegurou protecção durante o ano de 2003, relativamente aos valores de 2002 (passando de 530 para 535).

CORPO DE SEGURANÇA PESSOAL	2003		2002	
	Nº de Altas entidades	Nº de Agentes utilizados	Nº de Altas entidades	Nº de Agentes utilizados
Alta E. com segurança pessoal permanente	317	1037	342	1257
Alta E. com segurança pessoal temporária	218	809	188	801
TOTAL	535	1846	530	2058

Assim, verificou-se quase um aumento de 1% nas missões de segurança pessoal a Altas Entidades, relativamente a 2002. Este tipo de missão, estando normalmente dependente de factores exógenos à PSP, apresenta grandes variações em função do número e importância das entidades que nos visitam.

Ainda no âmbito das missões atribuídas ao CSP, deve ser realçado, o facto de se terem iniciado as actividades de fiscalização de testes às empresas de segurança privada na vertente de protecção de pessoas (segurança pessoal privada). Apesar de não se tratar de missão principal desta unidade especial, envolve o empenho de recursos humanos, fundamentalmente ao nível de Oficiais, requerendo destes um esforço suplementar de enquadramento operacional.

Mais recentemente, e tendo em conta o aumento de visibilidade dado aos casos que neste momento se encontram a ser tratados em sede de poder judicial, mantendo-se a política implementada relativa aos dispositivos de segurança pessoal a diversos magistrados.

SEGURANÇA A EVENTOS DESPORTIVOS

Ao longo de 2003 foram empenhados 99.650 elementos policiais na segurança a eventos desportivos. Este efectivo foi superior ao registado no ano anterior e foi utilizado em mais de 29.162 policiamentos, sendo 20.485 a jogos de futebol.

		Futebol	Outras modalidades	Total
2003	Total de Policiamentos	20485	8677	29162
	Nº de agentes envolvidos	72185	27465	99650
	Jogos de "Alto risco"	34		34
	Nº de incidentes	241	159	400
2002	Total de Policiamentos	20215	7821	28036
	Nº de agentes envolvidos	64827	20805	85632
	Jogos de "Alto risco"	54		54
	Nº de incidentes	174	131	305

Entre os jogos de futebol cuja segurança ficou a cargo da PSP, 34 foram considerados jogos de alto risco e como tal susceptíveis de medidas suplementares de segurança. Verificou-se, portanto, um decréscimo de 37% nos valor de eventos com estas características.

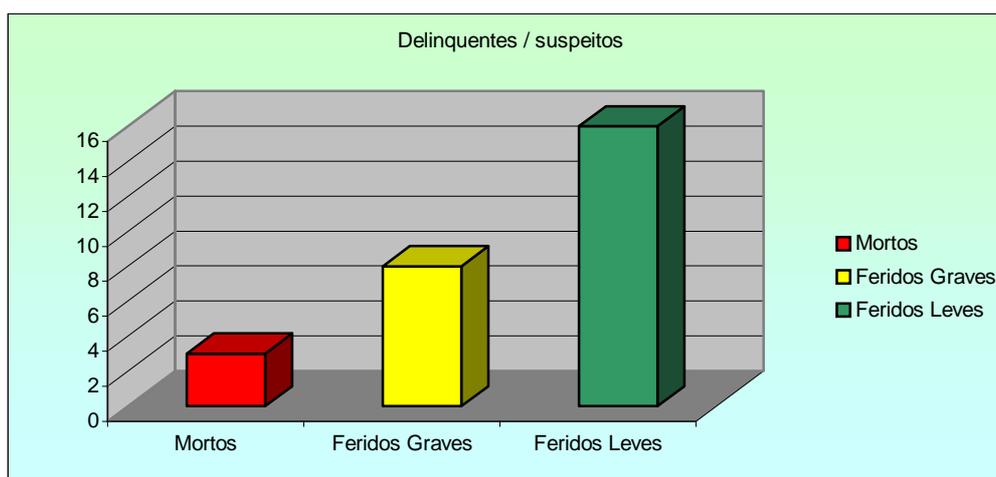
Nos policiamentos assegurados pela Polícia, registou-se um acréscimo do número de incidentes registados tanto no futebol como nas outras modalidades que não o futebol, sendo no entanto que o valor total de incidentes aumentou cerca de 31%.

CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS

Das intervenções policiais registadas em 2003 resultaram, entre os elementos policiais, um total de 1 morto, 4 feridos graves, 369 feridos ligeiros e 311 agressões sem necessidade de tratamento médico. Dos números apresentados resultou um total de 1945 de dias de baixa dos elementos feridos no exercício de funções, constituindo-se este facto como relevante em termos de gestão de recursos.

No que respeita a ferimentos sofridos por delinquentes e causados por agentes policiais, foram detectados um total de 27 casos, sendo 3 deles mortais (causados na totalidade por armas de fogo policiais), 8 sofreram ferimentos graves (sendo que 6 por arma de fogo policial e 2 por agressões físicas) e ainda 16 feridos ligeiros (destacando-se os 9 feridos resultantes da utilização de arma de fogo policial e 5 por agressão física).

Delinquentes / Suspeitos (causas das agressões)						
	Arma de fogo policial	Arma de fogo civil (agente policial)	Arma de fogo civil (não policial)	Agressão Física	Outros meios	Total
Mortos	3	0	0	0	0	3
Fer. Graves	6	0	0	2	0	8
Fer. Ligeiros	9	1	1	5	0	16
Total	18	1	1	7	0	27

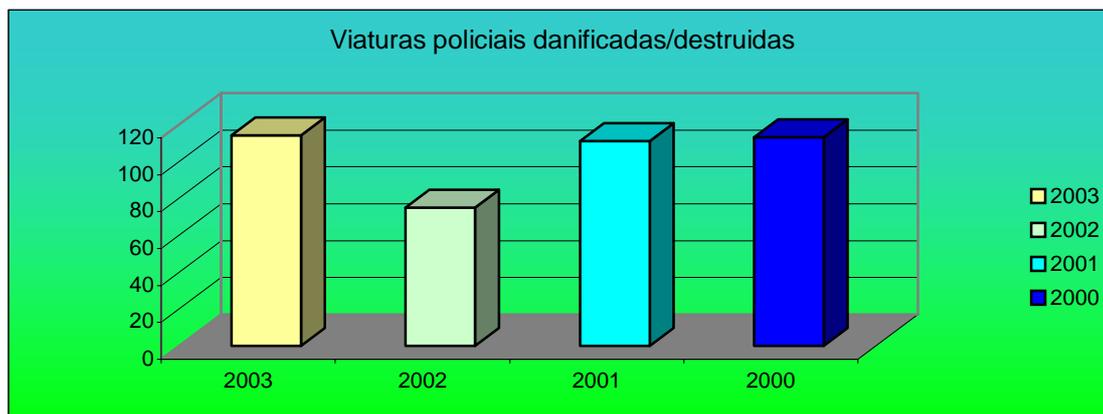


No que respeita a ferimentos sofridos por civis indirectamente envolvidos nas ocorrências e causados por agentes policiais, foram detectados um total de 19 casos, sendo que não existem casos mortais a reportar, apenas 1 ferido grave causado por meio diverso e ainda 18 feridos ligeiros (destacando-se 16 por agressão física).

Da actividade policial de 2003 resultou a seguinte contabilidade de danos materiais:

Viaturas policiais danificadas/destruídas				
	2003	2002	2001	2000
	Nº de viaturas	Nº de viaturas	Nº de viaturas	Nº de viaturas
Pouco danificadas	92	54	91	87
Muito danificadas	22	21	19	26
Destruídas	0	0	1	0
Total	114	75	111	113

Pode-se concluir que o ano de 2002 terá apresentado números excepcionalmente baixos, retomando o ano transacto os níveis de 2001 e 2000, tal como o demonstrado graficamente, no quadro abaixo.



POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

PROGRAMA “ESCOLA SEGURA”

No ano de 2003, a PSP continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino na sua área de responsabilidade, reforçando os efectivos policiais afectos ao programa “Escola Segura” com meios complementares sempre que a análise das situações assim o aconselhavam.

Os elementos da PSP integrados no Programa “Escola Segura” efectuaram também diversas acções de sensibilização e formação nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente nas seguintes áreas: toxicoddependência e alcoolismo, segurança rodoviária, auto-protecção, prevenção de riscos e segurança das comunidades escolares.

A PSP tem 310 elementos policiais adstritos ao Programa “Escola Segura” em todo o território nacional. Sempre que necessário, os elementos policiais dos carros-patrolha, brigadas de intervenção rápida, brigadas de investigação criminal e brigadas de trânsito e segurança rodoviária reforçam o policiamento nas áreas circundantes dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de recursos humanos e recursos materiais empenhados no Programa, referem-se os seguintes:

	Total
N.º de Escolas¹	2700
Elementos Policiais adstritos ao Programa “Escola Segura”	310
Viaturas	114 viaturas cores padrão da “Escola Segura” + 16 Carros Patrulha
Motociclos	39
Scooters	48

A população escolar (tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas) abrangida pelo Programa “Escola Segura” na área de responsabilidade da PSP é de 832.082 alunos, encontrando-se distribuída da seguinte forma:

	N.º de Estabelecimentos de Ensino		Número de Alunos
	Público	Privado	
Básico (1.º Ciclo)	1.245	266	173.056
Básico (2.º Ciclo)	334	131	113.825
Básico (3.º Ciclo)	371	124	131.405
Secundário	289	117	200.404
Superior	125	73	213.392
TOTAL	2.101	599	832.082

Relativamente aos dados estatísticos da criminalidade denunciada ou reportada pela PSP durante o ano lectivo de 2002/2003 (2797 ocorrências criminais), verificou-se uma diminuição de 0,8 % face ao ano lectivo anterior (2818 ocorrências criminais).

No quadro seguinte, pode-se observar a evolução da criminalidade nas áreas escolares desde o ano 2000:

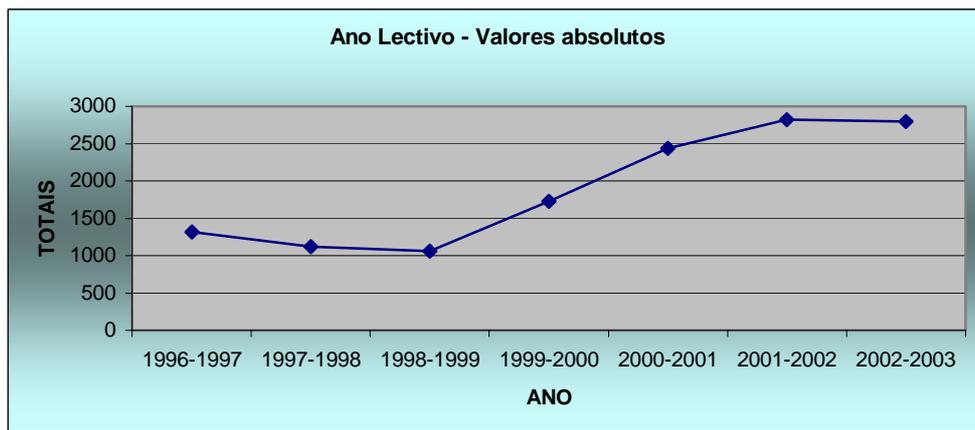
¹ Inclui estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Valores absolutos por ano lectivo					Diferenças percentuais para o ano lectivo anterior		
Tipo de ocorrências	2000-2001	2001-2002	2002-2003	Total	2000-2001	2001-2002	2002-2003
Ameaça de bomba	79	103	49	875	-28,8%	30,4%	-52,4%
Furto	777	797	868	4773	22,6%	2,6%	8,9%
Roubo	466	662	654	2082	134,2%	42,1%	-1,2%
Posse/uso de arma	45	48	39	183	150,0%	6,7%	-18,8%
Vandalismo/danos	272	310	262	1606	3,8%	14,0%	-15,5%
Injúrias/ameaças	182	169	199	774	83,8%	-7,1%	17,8%
Ofensas integ. física	411	467	519	2002	44,7%	13,6%	11,1%
Posse/Consumo de estupefacientes	60	98	76	308	33,3%	63,3%	-22,4%
Ofensas sexuais	77	105	73	321	92,5%	36,4%	-30,5%
Outro Tipo	65	59	58	353	75,7%	-9,2%	-3,4%
Total	2434	2818	2797	13277	40,8%	15,8%	-0,8%

Salienta-se uma descida de -1,2% nos roubos de que são vítimas os alunos, professores ou os auxiliares de acção educativa, bem como uma redução das ocorrências de posse/consumo de estupefacientes (-22,4%), de ofensas sexuais (-30,5%), posse e uso de arma (-18,8%), de actos de vandalismo/danos (-15,5%) e de ameaças de bomba (-52,4%).

Por outro lado, verificou-se um agravamento nos furtos de que são vítimas os alunos, professores e os auxiliares de acção educativa (+8,9%), de injúrias/ameaças (+17,8%) e de ofensas à integridade física (+11,1%).

O aparente aumento gradual da criminalidade nas áreas escolares ao longo dos anos (que poderá não traduzir um acréscimo da criminalidade real/efectiva), deve-se em grande medida ao impacto do programa “Escola Segura” e à maior consciencialização dos conselhos executivos, encarregados de educação e alunos para as questões de segurança, traduzindo-se num aumento dos índices de participação às autoridades policiais e redução das cifras negras.



Em termos distritais, verifica-se a seguinte distribuição geográfica de ocorrências criminais no ano lectivo 2002/2003:

COMANDOS	Total	Percentagem
AVEIRO	136	4,9%
BEJA	22	0,8%
BRAGA	172	6,1%
BRAGANÇA	49	1,8%
CASTELO BRANCO	18	0,6%
COIMBRA	40	1,4%
ÉVORA	28	1,0%
FARO	112	4,0%
GUARDA	3	0,1%
LEIRIA	56	2,0%
LISBOA	1056	37,8%
PORTALEGRE	8	0,3%
PORTO	707	25,3%
SANTARÉM	35	1,3%
SETÚBAL	168	6,0%
VIANA DO CASTELO	5	0,2%
VILA REAL	3	0,1%
VISEU	11	0,4%
MADEIRA	99	3,5%
PONTA DELGADA	32	1,1%
ANGRA HEROÍSMO	32	1,1%
HORTA	5	0,2%
TOTAL	2797	

Em termos de peso relativo (percentagem relativamente ao total das ocorrências registadas ao nível nacional no meio escolar na área da PSP), 37,8% das ocorrências verificadas nos estabelecimentos de ensino registaram-se no Comando

Metropolitano da PSP de Lisboa e 25,3% registaram-se no Comando Metropolitano do Porto.

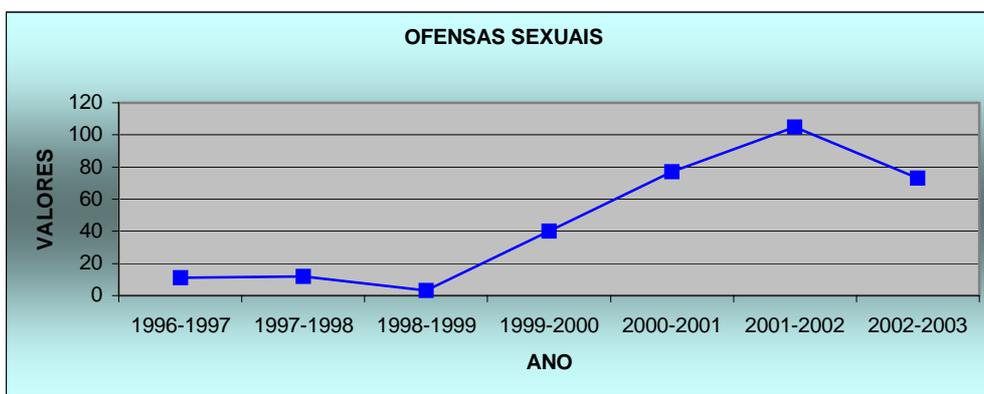
No ano lectivo 2002/2003, a PSP efectuou um total de 371 detenções de suspeitos, por via de ilícitos criminais cometidos nas áreas escolares:

Furto	81
Roubo	33
Ofensas à integridade física	110
Injúrias/Ameaças	57
Tráfico de Estupefacientes	8
Posse/Uso de arma	13
Vandalismo/Danos	26
Ameaça de Bomba	7
Ofensas Sexuais	18
Outro tipo	18
TOTAL	371

Numa análise individual a cada tipo de ocorrência pode considerar-se o seguinte:

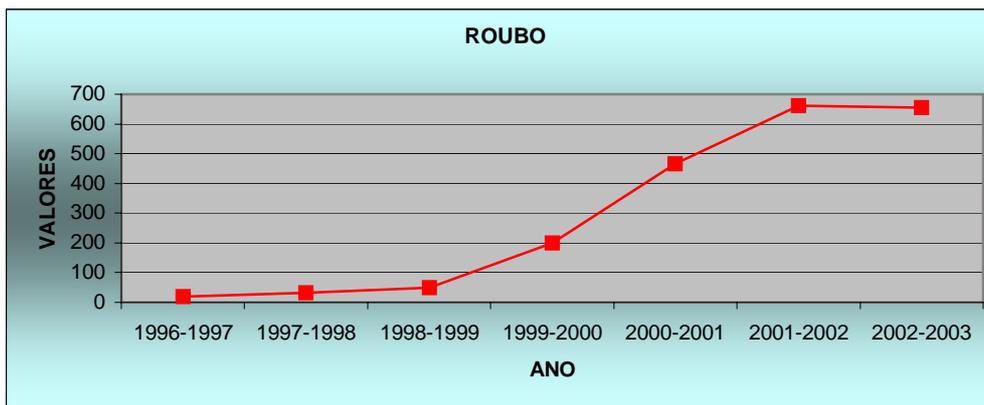
- As injúrias/ameaças são a expressão das formas de conflitos existentes entre os elementos que constituem a comunidade escolar, sendo de difícil prevenção por parte das forças policiais. A grande maioria destas ocorrências verifica-se no interior dos estabelecimentos de ensino, local onde os agentes policiais só entram a pedido dos conselhos executivos ou em situação de emergência.
- As ofensas à integridade física verificam-se também, na sua maioria, no interior do recinto escolar, pelo que são igualmente de difícil prevenção e intervenção por parte dos agentes policiais. As ofensas à integridade física constituem frequentemente a fase final de uma situação de conflito que não foi gerido eficazmente. Raramente as vítimas sofrem ferimentos graves na sequência destas agressões.

- As ofensas sexuais (que congregam os actos de atentado ao pudor, tentativa de violação e violação) são ocorrências de cariz eminentemente oportunista, sendo portanto muito importante prevenir as situações que possam ser aproveitadas pelos agressores, designadamente evitar percursos mal iluminados, terrenos baldios ou zonas onde existam casas devolutas ou abandonadas, bem como os alunos deverão andar em grupo e/ou acompanhados de familiares ou encarregados de educação. A PSP tenta intervir nas causas deste tipo de crimes, ao nível das acções de sensibilização nas escolas e apostando na visibilidade junto dos estabelecimentos de ensino.



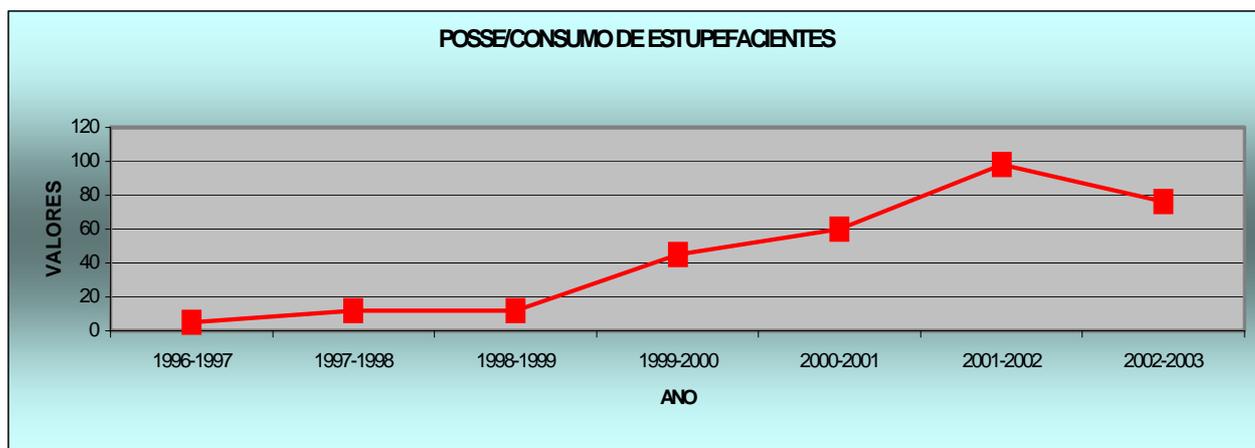
Os furtos a pessoas constituem um tipo de ocorrência oportunista, praticada predominantemente no interior dos estabelecimentos de ensino. A PSP intervém nas causas deste tipo de crimes, ao nível das acções de sensibilização nas escolas, prevenindo comportamentos de risco dos alunos e restantes membros da comunidade escolar.

Os roubos são uma prática que afecta sobretudo os alunos, verificando-se em grande parte nas imediações dos estabelecimentos de ensino e nos percursos casa/escola. Os períodos mais propensos a esta actividade são as tardes, principalmente à saída das actividades escolares. Os autores actuam frequentemente em grupo e visam alunos de idades compreendidas entre os 11 e os 20 anos. Tornou-se o tipo de ocorrência com maior expressividade estatística, quer pelo número total de ocorrências, quer pelos consecutivos aumentos percentuais significativos em cada ano lectivo.

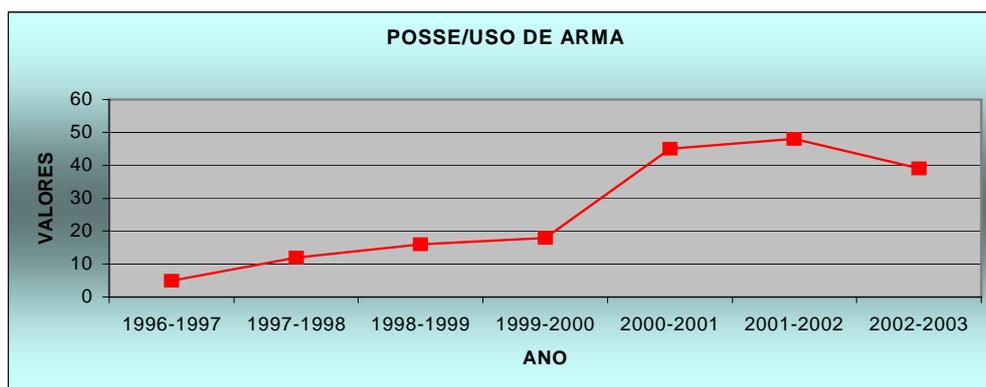


A posse/consumo de estupefacientes é um tipo de ocorrência que muito tem preocupado a PSP, pelo que, tanto as equipas do programa “Escola Segura”, como das equipas de Investigação Criminal, efectuam frequentes acções de prevenção, dissuasão e de investigação deste tipo de delitos nas áreas escolares.

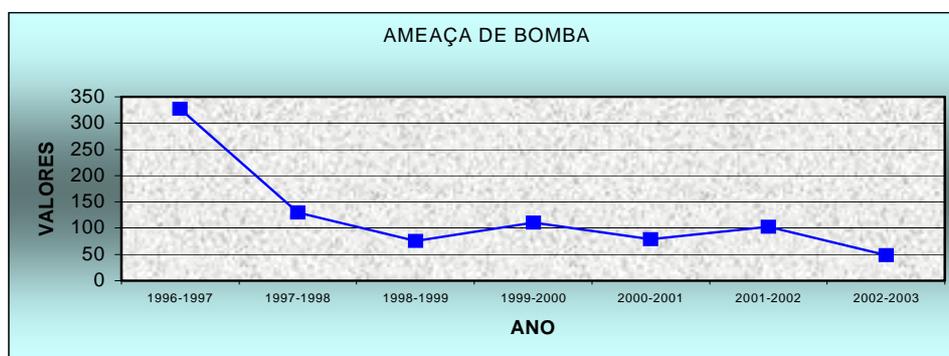
Destas acções tem resultado um número significativo de apreensões de produto estupefaciente e identificações de estudantes ou outros indivíduos consumidores ou traficantes de estupefacientes nas imediações das escolas. Em 76,3% das ocorrências, a droga apreendida pela PSP é o haxixe (58 casos), em 1,3% é o ecstasy, 1,3% é a heroína e em 21,1% das situações trata-se de produto indeterminado. Neste aspecto, a PSP tem apostado na colaboração com os conselhos executivos, desenvolvendo acções de sensibilização junto dos estudantes, com vista a abordar os efeitos nocivos do consumo de álcool e estupefacientes.



Quanto às ocorrências de posse/uso de arma, há a referir que em 64,1% dos casos envolvem a utilização ou posse de armas brancas (geralmente facas ou canivetes), em 28,2% das situações não é possível verificar de que tipo de armas se trata (a este respeito refira-se que muitas vezes se trata de simulação de posse de armas) e em 7,7% das ocorrências (apenas 3 casos) verificou-se tratarem-se de armas de fogo adaptadas. As armas de fogo são raras, embora as simulações de armas de fogo, as pistolas de mola ou pressão de ar ou armas brancas sejam mais frequentes.



As ameaças de bomba são ocorrências de difícil prevenção e controlo policial, exigindo uma avaliação rigorosa da situação e posterior actuação policial que privilegie o menor grau possível de perturbação das actividades escolares. O aumento verificado no ano lectivo de 2001/2002 teve que ver com a conjuntura internacional aproveitada pelos autores deste tipo de práticas. No ano lectivo de 2002/2003, registou-se uma diminuição significativa dos casos de ameaça de bomba.



IDOSOS EM SEGURANÇA

A PSP tem vindo a adoptar, no âmbito do conceito de policiamento de proximidade, uma acção policial de carácter preventivo orientada para transmitir um maior sentimento de segurança aos cidadãos idosos.

Essa acção passa essencialmente pela maior frequência de policiamento nas áreas mais frequentadas pelos idosos, zonas residenciais cuja população é maioritariamente idosa e participação em acções de sensibilização junto desta faixa etária, sempre que solicitado pelas diversas entidades prestadoras de cuidados de saúde e assistência social aos mesmos.

No caso do Comando Metropolitano de Lisboa, foram afectados em exclusividade ao programa “Idosos em Segurança” um total de 32 agentes. Estes agentes, para além do policiamento normal visando a segurança dos idosos, desempenham igualmente as seguintes funções:

- Realização de acções de formação junto dos técnicos que prestam serviço junto dos idosos e também de acções de sensibilização junto destes, transmitindo-lhes alguns conselhos de segurança;
- Visitas domiciliárias com acompanhamento dos idosos durante algumas das suas deslocações de maior risco, designadamente às instituições bancárias;
- Reforço das formas de comunicação directa entre o cidadão idoso e os agentes da PSP, tendo sido elaborados cartões com o nome e nº de telemóvel do agente afecto ao programa.

Tendo em conta as características da população idosa e o facto de se considerar não existirem problemas de criminalidade relevante contra idosos, a acção da PSP tem assentado, numa vertente essencialmente preventiva, executada de forma discreta e em complementaridade com as instituições com competência técnica para prestar um verdadeiro apoio social e psicológico.

APOIO À VÍTIMA

Actualmente existe, no dispositivo da PSP, um **total de 73 Salas de Atendimento das Vítimas de Crime**, localizadas de acordo com o quadro seguinte:

COMANDOS	SALAS	NÚMERO DE VÍTIMAS ATENDIDAS EM 2003
AVEIRO	4	55
BEJA	2	20
BRAGA	0	0
BRAGANÇA	1	85
CASTELO BRANCO	0	0
COIMBRA	1	280
ÉVORA	1	30
FARO	4	271
GUARDA	2	9
LEIRIA	3	52
LISBOA	14	156
PORTALEGRE	2	0
PORTO	11	146
SANTARÉM	4	32
SETÚBAL	6	151
VIANA DO CASTELO	0	0
VILA REAL	0	0
ISEU	2	30
MADEIRA	1	20
PONTA DELGADA	8	66
ANGRA DO HEROÍSMO	3	59
HORTA	4	30
TOTAL	73	1492

Apenas 34 das referidas salas, são utilizadas exclusivamente no atendimento das vítimas de crime, sendo as restantes, também utilizadas para outros fins, nomeadamente: atendimento ao público, Gabinete do Adjunto do Comandante da Esquadra, gabinete médico, sala de apoio ao Supervisor Operacional, elaboração de expediente, depósito de achados, gabinete de relações públicas e apoio administrativo.

Atendendo às condições das instalações, verifica-se um esforço por parte de alguns Comandos, em melhorar o atendimento e apoio às vítimas de crime, proporcionando um espaço mais reservado, ainda que não se destine exclusivamente ao atendimento das vítimas.

Pretende-se aumentar o número de salas no dispositivo policial, e disponibilizar o equipamento necessário para o efeito.

Durante o ano de 2003, em todo o dispositivo, foram atendidas nas salas em apreço, 1492 vítimas de crimes.

☐ VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Neste âmbito, salienta-se o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003–2006)², elaborado por um grupo de trabalho integrado por representantes dos vários ministérios mais directamente relacionados com a problemática da Violência Doméstica, entre os quais o Ministério da Administração Interna, encontrando-se um Oficial da PSP integrado no grupo de trabalho para a operacionalização do referido plano. O Plano referido está organizado em sete capítulos principais, que se desdobram em várias medidas concretas, das quais se destacam as seguintes:

- promoção de uma campanha nacional sobre a problemática da violência doméstica;
- elaboração de material informativo sobre Direitos do Homem e violência doméstica;
- formação contínua e multidisciplinar, dirigida a todos os grupos alvo que, de algum modo, tenham contacto ou estejam envolvidos no atendimento e protecção de vítimas de violência doméstica, entre os quais Agentes das Forças Policiais;
- elaboração de material informativo sobre prevenção, identificação e detecção de casos de violência doméstica, nomeadamente para profissionais de atendimento;
- identificação e estabelecimento de medidas legítimas de intervenção policial;
- estabelecimento de uma rede entre todos os organismos públicos e privados que lidam com a violência doméstica;
- elaboração de Guiões de Atendimento para todos os profissionais que fazem o atendimento das vítimas de violência doméstica; e
- institucionalização da recolha de dados, por parte de todas as instituições que trabalham com vítimas de violência doméstica.

No que diz respeito à evolução desta problemática, apresentam-se os seguintes dados estatísticos, retirados dos Mapas de Notação da Criminalidade Denunciada de Crimes de Violência Doméstica, os quais demonstram um aumento substancial das denúncias efectuadas (+26,2%), o que poderá significar um maior grau de consciencialização para os seus direitos por parte das vítimas de crime (e especificamente de violência doméstica),

² Resolução aprovada em Conselho de Ministros a 13 de Junho de 2003.

eventualmente maior confiança nas autoridades policiais e judiciais e um impacto positivo decorrente das campanhas públicas de sensibilização:

ANO	Crimes denunciados	
2000	6958	
2001	7601	9,2%
2002	8006	5,3%
2003	10105	26,2%

COMÉRCIO SEGURO

No ano de 2003, a actividade desenvolvida pelos elementos da PSP no âmbito do Programa “Comércio Seguro”, pautou-se, uma vez mais, por um bom relacionamento com os comerciantes, o que permitiu uma troca de informações relevante para a prevenção da criminalidade naquele sector.

Neste âmbito, por um lado, intensificou-se o patrulhamento e vigilância nas áreas comerciais mais sensíveis e, por outro, houve uma maior sensibilização dos comerciantes para adopção de medidas e procedimentos de segurança.

Durante a época natalícia (entre 05 e 26DEZ03) integrada na operação “Natal em Segurança”, decorreu uma campanha direccionada para os comerciantes nos Comandos Metropolitanos de Lisboa e Porto e Comando de Polícia de Setúbal com distribuição de prospectos com conselhos de prevenção aos comerciantes e cidadãos que circulavam nas áreas comerciais.

No que diz respeito à evolução da criminalidade, em 2003 registou-se um decréscimo, comparativamente ao ano anterior, em relação ao crime de furto em estabelecimentos comerciais, conforme se pode constatar pelo quadro seguinte:

CRIME	2002	2003	diferenças percentuais
Furto em estabelecimento comerciais	9053	8531	-5,8%
Furto em Supermercados	1562	1574	0,8%
TOTAL	10615	10105	-4,8%

ACÇÕES EXTERNAS DE CARÁCTER FORMATIVO E PREVENTIVO E PROTOCOLOS DE PARCERIA ENTRE A PSP E ENTIDADES LOCAIS

No que diz respeito às acções externas de cariz preventivo e formativo, salienta-se a criação, em 2003, de prospectos informativos e manuais de prevenção para a população estudantil e cidadãos em geral, nos Comandos Metropolitanos de Lisboa e Porto, nos Comandos Regionais da Madeira e dos Açores e ainda nos Comandos de Polícia de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real.

Durante o ano de 2003, foram igualmente celebrados diversos protocolos entre a PSP e entidades externas (públicas e privadas), com vista a sedimentar parcerias de colaboração e sinergias com as comunidades e autoridades locais. Salientam-se os seguintes:

- Foi assinado um Protocolo entre a PSP (Comando de Polícia de Coimbra) e a Universidade Internacional da Figueira da Foz, que consiste na realização de estágios curriculares de Psicologia, baseado no acompanhamento psico-social, em regime de voluntariado, dos sujeitos dos processos que decorram no Gabinete de Violência Doméstica do Comando de Polícia de Coimbra.
- Foi assinado um protocolo entre o Comando de Polícia de Aveiro e a Procuradoria da República de São João da Madeira, a Câmara Municipal de São João da Madeira, a Junta de Freguesia São João da Madeira, os Bombeiros Voluntários de São João da Madeira, a Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira, o Hospital Distrital de São João da Madeira, o Centro de Saúde de São João da Madeira, o Centro Social e de Apoio a Toxicodependentes (Convivas fraternas Avanca - Estarreja), a Fundação Domus Fraternitas (comunidade terapêutica São Francisco Celeirós – Braga), Instituto das Drogas e Toxicodependência e Instituto da Solidariedade e Segurança Social do Centro, com vista a estipular um conjunto de procedimentos e regras de actuação para o encaminhamento de toxicodependentes e reinserção social.
- Em 13 de Janeiro de 2003, foi celebrado um protocolo entre o Comando de Polícia de Viana do Castelo e o Governo Civil de Viana do Castelo, o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viana do Castelo, a Administração Regional de Saúde de Viana do Castelo, o Centro Hospitalar do Alto Minho, o Corpo Nacional

de Bombeiros e a GNR, com vista à recepção e alojamento de cidadãos em situações de emergência social.

- Em 1 de Junho de 2003, foi assinado um protocolo para o encaminhamento de vítimas de violência doméstica, entre o Comando de Polícia de Coimbra e a Casa Nossa Senhora do Rosário, a Cruz Vermelha da Figueira da Foz, o Centro Distrital da Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, o Hospital Distrital da Figueira da Foz e o Instituto de Reinserção Social de Coimbra.
- Em 7 de Julho de 2003, foi assinado um protocolo com vista à ocupação de tempos livres entre o Comando de Polícia de Viseu e o Instituto Português de Juventude.
- Em Outubro de 2003, foi celebrado um protocolo com vista a proceder ao encaminhamento de pessoas em situações de pobreza e exclusão social entre o Comando de Polícia de Leiria e a Comissão Social da Freguesia de Leiria.
- Em Outubro de 2003, foi celebrado um protocolo entre a Secção Policial de Espinho (Comando de Polícia de Aveiro) e o serviço móvel de Apoio à Comunidade Toxicodependente de Espinho, com vista a proceder ao acompanhamento e encaminhamento de toxicodependentes para esta entidade.
- Em 3 de Dezembro de 2003, foi celebrado um protocolo entre a Divisão da PSP de Cascais (Comando Metropolitano de Lisboa) e o Fórum Municipal da Violência Doméstica.
- Em 22 de Dezembro de 2003, foi assinado um protocolo entre o Comando de Polícia de Beja e o Centro Social e Cultural Recreativo do Bairro da Esperança, o Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Beja, o Instituto Português da Juventude e o Instituto Superior de Serviço Social de Beja, a fim de estabelecer um conjunto de mecanismos de cooperação entre as diversas entidades e melhorar os mecanismos de reinserção social.
- O Comando Metropolitano de Lisboa (através da Esquadra da PSP de Torres Vedras) celebrou um protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Torres Vedras, com vista a uma maior aproximação entre a Polícia e as pessoas idosas, reforçando a segurança das áreas frequentadas por cidadãos de classe etária mais elevada, bem como sensibilizando a sociedade civil para a importância da

valorização das pessoas reformadas e das suas competências, enquanto membros activos da comunidade na qual estão integrados.

- O Comando de Polícia de Beja celebrou um protocolo de parceria com o Instituto Superior Social de Beja para a constituição de Núcleo Inter-Institucional para a não-violência.
- O Comando de Polícia de Portalegre celebrou um acordo de participação no projecto de detecção e avaliação da situação de maus tratos e reabilitação de vítimas, acompanhamento e integração coordenado pela obra do Sagrado Coração de Maria.

□ OPERAÇÃO "PORTUGAL SEGURO"

Durante o período de verão decorreu a operação "Portugal Seguro", levada a cabo por todos os Comandos da PSP. Esta operação foi dividida em dois períodos, o primeiro entre 12 e 27 de Junho e o segundo entre 26 de Julho e 17 de Agosto. A operação visou quatro áreas distintas de fiscalização: rodoviária; estabelecimentos de restauração e bebidas; estabelecimentos de fabrico, armazenagem e comércio de armas, munições, produtos explosivos e matérias perigosas; e identificação e revista de indivíduos suspeitos.

No âmbito da fiscalização rodoviária, foram empenhados 355 oficiais, 837 chefes e 6231 agentes, totalizando 7423 elementos, tendo sido fiscalizadas 80211 viaturas e constatadas 12428 infracções. Foram submetidos ao teste de alcoolémia 8447 condutores e foram controladas por radar 66810 viaturas. Da operação resultaram ainda 692 detenções sendo a maioria por condução sob o efeito de álcool (400) e falta de habilitação legal para conduzir (165).

No âmbito da fiscalização de estabelecimentos de restauração e bebidas foram empenhados 165 oficiais, 309 chefes e 1955 agentes, totalizando 2429 elementos, tendo sido fiscalizados 2065 estabelecimentos, nos quais foram detectadas 1704 infracções.

No âmbito da fiscalização de estabelecimentos de fabrico, armazenagem e comércio de armas, munições, produtos explosivos e matérias perigosas foram empenhados 5 oficiais, 71 chefes e 169 agentes, totalizando 245 elementos, tendo sido fiscalizados 329 estabelecimentos, nos quais foram detectadas 48 infracções.

No âmbito da identificação e revista de indivíduos suspeitos foram empenhados 122 oficiais, 290 chefes e 1910 agentes, totalizando 2322 elementos, tendo sido identificados 5839 indivíduos, dos quais se destacam

100 por autoria de crimes e 179 por serem estrangeiros que foram conduzidos ou notificados para comparecerem em instalações do SEF. Existiram ainda 145 detenções por posse de estupefacientes, 48 por serem estrangeiros em situação ilegal no país e 29 por tráfico de estupefacientes, de entre outras. Dos produtos apreendidos destaque para as 7567 doses de heroína e os 54.540,11 Euros. Foram ainda realizadas 9 buscas domiciliárias.

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

AUTUAÇÕES POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Em 2003, registou-se um total de 725378 infracções à legislação rodoviária, verificando-se, deste modo, uma diminuição de 4.1% relativamente a igual período do ano anterior.

Saliente-se o aumento significativo nas infracções respeitantes à inspecção periódica em 18.5%.

Autuações	1999	2000	2001	2002	2003
Infracções leves (CE + RCE + RTA)	712444	619877	642816	697481	657416
Infracções graves	55881	55395	47429	58017	64594
Infracções muito graves	3374	2608	2207	3112	3368
Total	771699	677880	692452	758610	725378

Autuações	2003	2002	Dif.
Infracções leves (CE + RCE + RTA)	657416	697481	-5.7%
Infracções graves	64594	58017	11.3%
Infracções muito graves	3368	3112	8.2%
Inspeção periódica	9999	8439	18.5%
Total	735377	767049	-4.1%

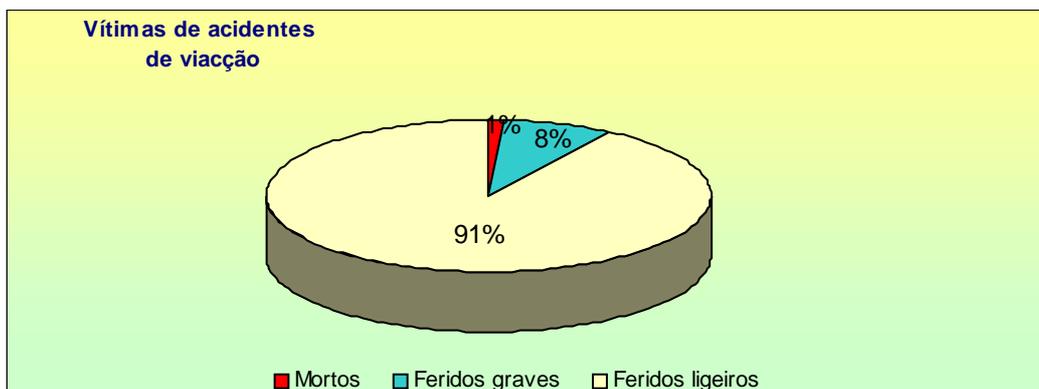
ACIDENTES DE VIAÇÃO

No que respeita a acidentes de viação, verificou-se uma diminuição de 5.5%, que pode ser considerada positiva, quando comparada com a registada no ano anterior. Tal diminuição foi também acompanhada por

uma diminuição no número total de vítimas, bem como nos diferentes graus de gravidade destas, com especial relevo para a categoria dos feridos graves, que registou um decréscimo de 13.3%.

	2003	2002	Dif.(%)
Acidentes	82502	87268	-5.5%

Vítimas	2003	2002	Dif.(%)
Mortos	220	238	-7.6%
Feridos graves	1456	1680	-13.3%
Feridos ligeiros	16804	17274	-2.7%
Total vítimas	18480	19192	-3.71%

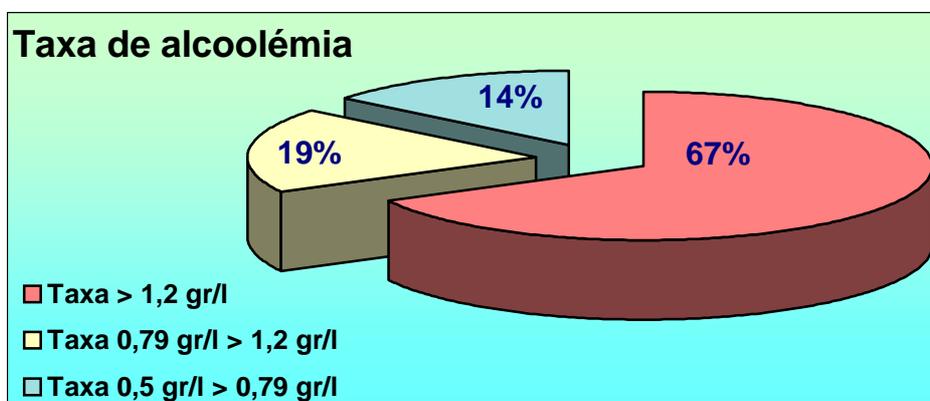


☐ FISCALIZAÇÃO DE TAXA DE ALCOOLÉMIA NO SANGUE (TAS)

No âmbito da fiscalização rodoviária constata-se como especiais alterações, o aumento das taxas de alcoolemia no sangue entre 0,5 gr/l > 0,79 gr/l e 0,79 gr/l > 1,2 gr/l, respectivamente 14,1% e 18,6%. Ainda com maior relevo, surge um aumento acentuado (de 20,6% relativamente ao ano transacto) dos infractores com valores superiores a 1,2 gr/l que se contabilizou em 67,3% do total de infracções.

Álcool no Sangue	2003	% de infractores	2002	Dif. (%) (03-02)
Taxa > 1,2 gr/l	7049	67.3%	5843	20.6%
Taxa 0,79 gr/l > 1,2 gr/l	1953	18.6%	1629	19.9%
Taxa 0,5 gr/l > 0,79 gr/l	1479	14.1%	1195	23.8%
Taxa < 0,5 gr/l	110817		113516	-2.4%
Total de infractores	10481		8667	20.9%

À semelhança de anos anteriores, a taxa de alcoolémia no sangue mais elevada continua a ser aquela que apresenta uma maior percentagem de condutores afectados (67.3%). A faixa intermédia (de 0,79 a 1,19 gr/l de TAS) constitui 18.6% do total e a de menor TAS apenas 14.1%.



A nível nacional, foram desencadeadas quatro grandes operações: “Festas em Segurança”, “Carnaval”, “Páscoa” e “Magusto”.

A operação “Festas em Segurança” decorreu entre 5 de Dezembro e 5 de Janeiro de 2003, tendo sido efectuadas um total de 1050 operações dispersas. Os resultados traduzem-se em 87527 viaturas controladas por radar, tendo sido detectados 3305 infractores. Foram ainda interceptados 686 infractores que conduziam com excesso de álcool no sangue, resultando em 325 detecções. As restantes infracções contabilizaram-se em 1241.

A operação “Carnaval” decorreu entre 1 de Março e 4 de Março de 2003, tendo sido efectuadas um total de 82 operações dispersas. Os resultados traduzem-se em 361 infracções por excesso de velocidade, 28 por exercício de condução sem habilitação legal para o efeito, tendo sido interceptados 361 infractores que conduziam com excesso de álcool no sangue, resultando em 117 detecções. As restantes infracções contabilizaram-se em 1181.

A operação “Páscoa” decorreu entre 17 de Abril e 21 de Abril de 2003, tendo sido efectuadas um total de 239 operações dispersas. Os resultados traduziram-se em 548 infracções por excesso de velocidade, 35 por exercício de condução sem habilitação legal para o efeito, tendo sido interceptados 160 infractores que conduziam com excesso de álcool no sangue, resultando em 77 detecções. Contabilizaram-se ainda 79 manobras perigosas.

A operação “Magusto” decorreu em Novembro de 2003. Os resultados traduziram-se em 196 infracções por excesso de velocidade, 14 por exercício de condução sem habilitação legal para o efeito, tendo sido interceptados 90 infractores que conduziam com excesso de álcool no sangue, resultando em 86 detecções. Contabilizaram-se no total 578 infracções.

ACTIVIDADE PROCESSUAL

DILIGÊNCIAS E SOLICITAÇÕES

Em 2003, verificou-se uma diminuição das solicitações e diligências efectuadas pela PSP a pedido de Tribunais e outras Instituições, sobretudo as primeiras, constatando-se uma diminuição de 22,7%, o que contribuiu para uma diminuição total de 20,4%.

Apesar do decréscimo registado, este factor continua a empenhar fortemente recursos humanos.

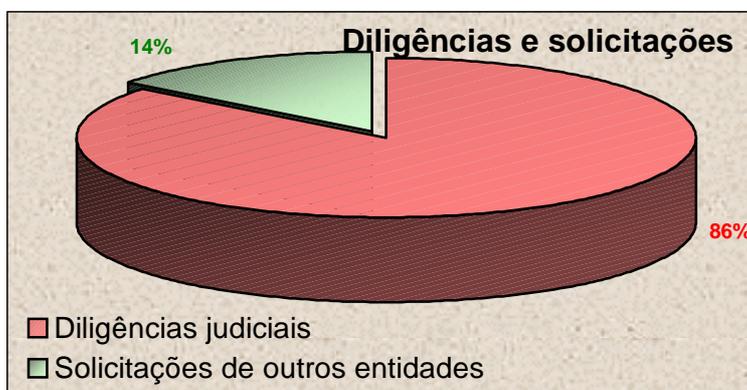
Diligências e solicitações	2003	2002	Dif. (%)
Diligências judiciais	778504	1007308	-22.7%
Solicitações de outras entidades	157904	168494	-6.3%
Total	936408	1175802	-20.4%

INQUÉRITOS

Os números registados neste item avaliativo traduzem-se, no total, num acréscimo pouco significativo de 0,6%. Constata-se um aumento de 81.8% no volume de contra-ordenações, sendo tal diferença compensada por uma diminuição no volume de transgressões de 84,7%. Os acidentes de trânsito

registam um ligeiro aumento (1,5%) enquanto nos inquéritos de âmbito criminal se regista um decréscimo de 8,7%.

Inquéritos	2003	2002	Dif. (%)
Criminais	103575	113429	-8.7%
Transgressões	49	321	-84.7%
Contra-ordenações	33221	18275	81.8%
Acidentes de trânsito (Concluídos ou arquivados)	4093	4033	1.5%
Total	136845	136058	0.6%



O total das diligências e solicitações requeridas à PSP continua a ser fortemente dominada pela componente judicial, com 86% do total.

MISSÕES NO ESTRANGEIRO

A PSP participou com 47 elementos, entre oficiais, subchefes e agentes, em 7 missões no estrangeiro, a saber:

Missão	Território
<u>OSCE</u>	<u>Kosovo</u>
<u>OSCE</u>	<u>Macedónia</u>
<u>OSCE</u>	<u>Croácia</u>
<u>EUPM</u>	<u>Bósnia</u>
<u>UNMIK</u>	<u>Kosovo</u>
<u>UNMISET</u>	<u>Timor-Leste</u>
<u>MINURSO</u>	<u>Sahara Ocidental</u>
<u>MONUC</u>	<u>R.D.Congo</u>
<u>ONU/DPKO</u>	<u>New York</u>

FORMAÇÃO

ACÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

No ano 2003, foi dado bastante relevo à formação, sendo disso exemplo as 111 acções de formação, em diversas áreas que se realizaram num total de 9.032 horas. Destas formações, 39 foram de carácter externo num total de 2.138 horas e as restantes 72 de carácter interno.

Destaque também para as 8 formações ministradas pela PSP a entidades externas, num total de 1.602 horas.

FORMAÇÕES DE BASE

No ano 2003, não foi concluído nenhum curso de formação de agentes, tendo apenas tido início em Outubro de 2003 um curso que vai terminar em Maio de 2004, contando com aproximadamente 800 alunos.

Formaram-se, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 15 oficiais.

SAÍDAS

O total de saídas de pessoal com funções policiais, durante o ano de 2003, foi de 584 elementos, repartindo-se pelos mais diversos factores, nomeadamente aposentação, incapacidade, falecimento, pré-aposentação, exoneração, licenças sem vencimento de longa duração, demissão, limite de idade, aposentação compulsiva e reclassificação.

Destaque ainda para a saída de 60 elementos sem funções policiais, sendo na maioria motivados por aposentação.

INVESTIMENTOS EM MATERIAL

INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTO TÉCNICO POLICIAL

As aquisições de material técnico policial foram de diverso tipo, tendo o valor total investido ascendido aos 167.886 €.

INVESTIMENTOS EM MATERIAL AUTO

No ano de 2003, foram adquiridas somente 3 viaturas num valor de 31.940€.

OUTROS INVESTIMENTOS

São também merecedores de destaque os valores investidos em manutenção e reparações, os quais ascenderam a 3.412.686 €, repartindo-se da seguinte maneira:

- Reparções/Aferições em equipamento técnico policial	121.476 €
- Reparação/Manutenção de material auto	3.302.902 €

INVESTIMENTOS EM MATERIAL INFORMÁTICO

As despesas com equipamento informático, no ano em causa, foram de 561.050 €, tendo sido maioritariamente em redes de voz e dados.

POLÍCIA JUDICIÁRIA

INTRODUÇÃO

Em 2003, deram entrada na Polícia Judiciária para investigação 19.772 inquéritos, o que corresponde a um aumento de 2.769 (+14%) relativamente a 2002. Destes inquéritos, 11.460 foram directamente participados a esta Polícia, o que corresponde a um aumento de 1.117 inquéritos (+10,8%) relativamente ao ano anterior.

Pese embora os anos de referência serem ainda insuficientes para uma análise credível das tendências de evolução da criminalidade investigada – note-se que a transição de competências resultante da Lei de Organização da Investigação Criminal para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto só foi concluída em 1 de Janeiro de 2002 –, são de sublinhar as seguintes tendências:

- Uma acentuada tendência para a participação e denúncia da generalidade dos crimes contra a autodeterminação sexual, fenómeno que não será alheio à mediatização do fenómeno e a um crescente crédito dos cidadãos nos operadores e nos mecanismos de aplicação da Justiça;
- Um muito significativo aumento do número de investigações sobre criminalidade económica, financeira e tributária, com particular ênfase para as burlas internacionais e para o branqueamento de capitais, fenómeno certamente associado ao reforço dos meios de investigação resultantes da entrada em funcionamento da Unidade de Informação Financeira e da comunhão de esforços entre a DGCI, a DGAIEC e a PJ;
- Significativo será, finalmente, o aumento do número de investigações relativas a alguns tipos de crime informático, certamente resultante da correlativa utilização deste meio de tecnológico.

Em seguida, far-se-á uma descrição sumária da actividade geral da Polícia Judiciária, com evidência para as três Direcções Centrais: DCCB – Direcção Central de Combate ao Banditismo, DCITE – Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes e DCICCEF – Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira e, bem assim, de algumas das competências exclusivas da Polícia Judiciária, designadamente a cooperação internacional (Departamento Central de Cooperação Internacional), a formação específica adequada às atribuições de prevenção e investigação criminal (Instituto Superior de Polícia

Judiciária e Investigação Criminal) e as perícias técnico-científicas (Laboratório de Polícia Científica).

DIRECÇÃO CENTRAL DE COMBATE AO BANDITISMO

Durante o ano de 2003 a Polícia Judiciária continuou a prestar particular atenção ao combate ao terrorismo e ao crime mais grave e violento.

Logo no início do ano, foi criada a Secção Central de Combate ao Terrorismo, inserida na Direcção Central de Combate ao Banditismo, e à qual foram atribuídas as seguintes tarefas:

- a) centralizar a informação criminal relativa ao terrorismo;
- b) garantir a cooperação com as outras entidades competentes, designadamente no seio da UCAT – Unidade de Coordenação Anti-Terrorista;
- c) garantir a cooperação policial internacional nesta área;
- d) desenvolver as acções de prevenção, investigação e coadjuvação judiciária relativas aos crimes de terrorismo.

Foi igualmente criada em 2003 a **Estrutura Nacional de Negociação** que visa dar resposta, em todo o País, às situações de tomada de reféns ou qualquer outra que exija diálogo especializado com autores de infracções criminais.

Ainda em fase de preparação e de formação dos seus elementos encontra-se a **Estrutura Nacional Pós-Explosão**, que tem como objectivo proceder à recolha especializada de vestígios em situações de rebentamento de engenhos explosivos.

Quadro comparativo do movimento de Inquéritos (2002/03):

Ano	Entrados	Saídos	Com “proposta de acusação”	Inquéritos Juntos	Total de Inquéritos com “proposta de acusação”
2002	859	818	158	99	257
2003	455	732	176	162	338

DIRECÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2003 – TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

No plano quantitativo da actividade desenvolvida:

1. A quantidade total de estupefaciente apreendido e conseqüentemente retirado do mercado de consumo em 2003, comparativamente a 2002, é:

- a) significativamente mais elevada relativamente ao haxixe (26.300 kg ou seja +348,90%);
- b) idêntica no que respeita à cocaína (3.020 kg, ou seja -3%);
- c) mais baixa no que respeita à heroína (72 kg ou seja -25%) e ao ecstasy (155.488 unidades, ou seja -30%);

2. Durante 2003, foi apreendido dinheiro, bens e valores patrimoniais suspeitos de terem sido obtidos através do tráfico ilícito de estupefacientes ou a ele se destinarem, num valor total estimado em € 12.245.818, sendo deste total:

- a) € 2.385.818 em dinheiro corrente;
- b) € 50.000 em dinheiro corrente de distintas divisas;
- c) € 6.510.000, valor estimado de 702 viaturas (ligeiros, pesados, mistos e motos) apreendidas;
- d) € 2.300.000, valor estimado de 10 imóveis (apartamentos, moradias e quintas) apreendidos;
- e) € 800.000, valor estimado de 4 embarcações apreendidas;
- f) € 200.000, valor estimado de objectos móveis apreendidos (artefactos em ouro, telemóveis, armas etc.);

Este valor é significativamente superior ao registado no ano de 2002 e bastante expressivo dos valores envolvidos e gerados por esta actividade ilícita.

3. O total de intervenientes processados em 2003 registou um pequeno aumento de 0,55%, ou seja, mais 29 indivíduos interceptados (um total de 5.282, dos quais 3.935 detidos e 1.347 não detidos).

No plano da caracterização do fenómeno criminal:

1. Relativamente à proveniência e destino do estupefaciente apreendido:

- a) A maior parte do *haxixe* apreendido era proveniente de Marrocos e teria como destino não o mercado de consumo interno mas o mercado europeu, tendo sido apreendido no âmbito da luta contra o tráfico internacional. O *haxixe* apreendido no âmbito do combate ao tráfico interno é proveniente, na sua maioria, de Espanha;
- b) A maior parte da *cocaína* apreendida era proveniente do Brasil, do Suriname e da Venezuela e teria como destino não o mercado de consumo interno mas o mercado europeu tendo sido apreendida no âmbito da luta contra o tráfico internacional. A *cocaína* apreendida no âmbito do combate ao tráfico interno é proveniente, na sua maioria, do Brasil e de Espanha;
- c) A maior parte do *ecstasy* apreendido era proveniente da Holanda e de Espanha e destinava-se ao mercado de consumo interno;
- d) A maior parte da *heroína* apreendida era proveniente de Espanha, da Holanda e do Paquistão e destinava-se, na sua maioria, ao mercado de consumo interno.

2. Relativamente aos meios de transporte utilizados pelos traficantes:

- a) Na *heroína*, o transporte rodoviário em automóvel ligeiro apresenta-se como o meio de transporte mais utilizado, seguido do transporte aéreo;

- b) Relativamente à *cocaína*, o transporte marítimo e o transporte aéreo são os meios de mais utilizados na introdução deste tipo de estupefaciente em território nacional;
 - c) Relativamente ao *haxixe*, o transporte marítimo e o transporte rodoviário em veículo misto pesado de mercadorias, foram os meios de transportes mais utilizados;
 - d) Quanto ao *ecstasy*, o transporte rodoviário em automóvel ligeiro e moto representa o meio preferencial de transporte deste tipo de droga.
3. Relativamente à distribuição geográfica dos locais onde ocorreram apreensões de estupefacientes:
- a) Os 5 distritos onde ocorreram maiores apreensões de *heroína* foram: Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra e Açores;
 - b) Os 5 distritos onde ocorreram maiores apreensões de *cocaína* foram: Açores, Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra e Aveiro;
 - c) Os 5 distritos onde ocorreram maiores apreensões de *haxixe* foram: Setúbal, Faro, Beja, Porto e Lisboa;
 - d) Os 5 distritos onde ocorreram maiores apreensões de *ecstasy* foram: Lisboa, Porto, Faro, Aveiro e Setúbal.
4. Relativamente ao preço das drogas:
- a) Os preços referidos são obtidos através da informação prestada pelos indivíduos que são detidos, *traficantes ou traficantes–consumidores*, os quais mencionam o quantitativo que pagaram pelo produto estupefaciente que lhe foi apreendido, razão pela qual não devem ser considerados como preços do mercado de consumo;
 - b) Houve um ligeiro aumento dos preços da *heroína*, *cocaína*, *cannabis (haxixe)* e *cannabis (liamba)*. As denominadas drogas sintéticas (*ecstasy* e *LSD*) tiveram um ligeiro decréscimo.

No plano da caracterização dos intervenientes:

1. Quanto ao tipo de actividade ilícita: tráfico/tráfico-consumo:
 - a) A actividade ilícita maioritária é o tráfico-consumo com 54% dos intervenientes;
 - b) Na heroína e na cocaína, a maioria dos intervenientes foram detidos por tráfico;
 - c) No haxixe e no ecstasy a maioria dos intervenientes foram detidos por tráfico/consumo.

2. Quanto à nacionalidade:
 - a) A nacionalidade portuguesa é claramente a que regista maior número de intervenientes (4.409 num total de 5.282);
 - b) Relativamente aos intervenientes de nacionalidade estrangeira, as principais nacionalidades são: cabo-verdianos (336), espanhóis (69), brasileiros (33), angolanos (32) e guineenses (32);

3. Quanto ao sexo e idade:
 - a) 85% dos intervenientes são indivíduos do sexo masculino;
 - b) o primeiro grupo etário é o dos 20-29 anos (3108) seguido do dos 30-39 (1653), mais de 40 (1013) e menores de 20 anos (941).

4. Por tipo de drogas:
 - a) O *haxixe* é a droga com maior número de intervenientes(40%), seguindo-se a *heroína* (25%), a *cocaína* (21%), o *ecstasy* (3%).

Conclusões:

Da análise dos elementos estatísticos coligidos é possível identificar as seguintes conclusões e a projecção das seguintes tendências:

1.º Em matéria de incidência geográfica o tráfico interno de estupefacientes continua a ser um fenómeno associado às

concentrações urbanas e suburbanas e às regiões mais populosas, ou seja à faixa litoral, verificando-se contudo, relativamente a algumas drogas uma tendência para a disseminação e uniformização geográfica.

2.º À semelhança de anos anteriores continua a registar-se uma quebra nas quantidades de *heroína* disponível no mercado, sendo simultaneamente visível uma diminuição dos níveis de procura no mercado ilícito de consumo interno.

3.º Contrariamente, aumenta a oferta e a disponibilidade no mercado interno de *haxixe* bem como de *ecstasy* cuja procura parece registar acréscimos significativos.

4.º Em matéria de tráfico internacional de *cocaína* e *haxixe*, o território marítimo e a costa portuguesa, face à sua localização geoestratégica, continuam a ser procurados como alternativa à costa espanhola, pelas organizações ibéricas e sul-americanos de narcotráfico, sediadas no país vizinho.

5.º O arquipélago dos Açores tem vindo a ser utilizado como plataforma de apoio logístico de embarcações provenientes da América do Sul e das Caraíbas com carregamentos de *cocaína* com destino à Europa.

6.º À semelhança do ano anterior continuou a registar-se um aumento do tráfico de estupefacientes por via aérea.

7.º O tráfico de estupefacientes, particularmente o tráfico de cariz internacional e os segmentos médios e altos do tráfico interno, registam um significativo reforço de dos níveis de organização e uma recorrente utilização de sofisticados meios e tecnologias que visam dificultar a actuação preventiva e repressiva das autoridades.

Quadro n.º 1 – Inquéritos - acumulado por meses/ano

	Inquéritos entrados	Inquéritos saídos	Inquéritos saídos		
			Com proposta de acusação	Outras Situações	Percentagem Inq.acusar
Janeiro	64	59	38	21	64,41%
Fevereiro	54	66	53	13	80,30%
Março	48	63	48	15	76,19%
Abril	38	43	26	17	60,47%
Maio	55	45	26	19	57,78%
Junho	60	37	25	12	67,57%
Julho	48	71	48	23	67,61%
Agosto	51	41	22	19	53,66%
Setembro	40	43	30	13	69,77%
Outubro	65	79	44	35	55,70%
Novembro	37	41	24	17	58,54%
Dezembro	33	38	20	18	52,63%
SOMA	593	626	404	222	64,54%

Fonte: Inquéritos entrados e saídos

Gráfico n.º 1 – Inquéritos – percentagem Inquéritos Saídos



Fonte: Inquéritos entrados e saídos – Gráfico

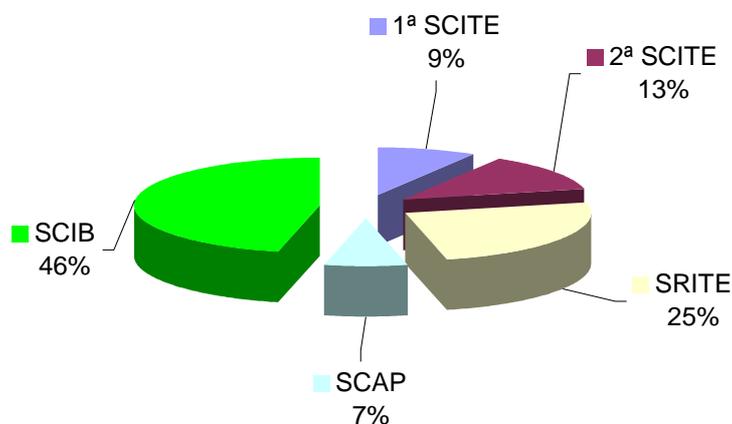
Quadro n.º 2 – Ocorrências Diversas - acumulado por meses/ano

	Ocorrências Diversas Distribuições - 2003						%
	1ª SCITE	2ª SCITE	SRITE	SCAP	SCIB	SOMA	
Janeiro	5	8	9	8	20	50	12,69%
Fevereiro	8	2	10	7	46	73	18,53%
Março	2	3	5	0	18	28	7,11%
Abril	0	3	4	4	51	62	15,74%
Maió	1	6	10	0	48	65	16,50%
Junho	3	3	4	1	0	11	2,79%
Julho	2	4	8	3	0	17	4,31%
Agosto	1	3	14	1	0	19	4,82%
Setembro	1	6	6	0	0	13	3,30%
Outubro	1	5	12	2	0	20	5,08%
Novembro	2	6	10	1	0	19	4,82%
Dezembro	8	1	7	1	0	17	4,31%
TOTAL	34	50	99	28	183	394	100,00%

FONTE: OCORRÊNCIAS DIVERSAS-2003

$$\% = \frac{\text{soma mensal}}{\text{soma anual}}$$

Gráfico n.º 2 – Ocorrências Diversas – percentagem anual



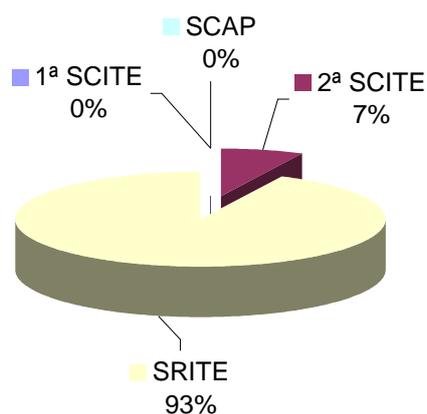
Quadro n.º 3 – Ofícios Precatórios - acumulado por meses/ano

	Ofício Precatório Distribuições - 2003					
	1ª SCITE	2ª SCITE	SRITE	SCAP	SOMA	%
Janeiro	0	1	8	0	9	21,95%
Fevereiro	0	0	2	0	2	4,88%
Março	0	1	5	0	6	14,63%
Abril	0	0	4	0	4	9,76%
Maio	0	0	3	0	3	7,32%
Junho	0	1	2	0	3	7,32%
Julho	0	0	3	0	3	7,32%
Agosto	0	0	3	0	3	7,32%
Setembro	0	0	3	0	3	7,32%
Outubro	0	0	1	0	1	2,44%
Novembro	0	0	2	0	2	4,88%
Dezembro	0	0	2	0	2	4,88%
TOTAL	0	3	38	0	41	100,00%

Fonte: Ofícios Precatórios - 2003

% = $\frac{\text{soma mensal}}{\text{soma anual}}$

Gráfico n.º 3 – Ofícios Precatórios – percentagem anual



Fonte: Ofícios Precatórios-2003 - Gráfico

Quadro n.º 4 – Cartas Rogatórias - acumulado por

	Carta Rogatória Distribuições - 2003						
	1ª SCITE	2ª SCITE	SRITE	SCAP	SCIB	SOMA	%
Janeiro	0	3	0	0	0	3	10,71%
Fevereiro	0	1	3	0	3	7	25,00%
Março	2	0	1	0	0	3	10,71%
Abril	0	0	2	0	0	2	7,14%
Maió	0	1	1	0	0	2	7,14%
Junho	1	0	1	0	0	2	7,14%
Julho	0	1	3	0	0	4	14,29%
Agosto	1	0	2	0	0	3	10,71%
Setembro	0	0	0	0	0	0	0,00%
Outubro	0	0	0	0	0	0	0,00%
Novembro	0	0	0	0	0	0	0,00%
Dezembro	1	0	1	0	0	2	7,14%
TOTAL	5	6	14	0	3	28	100,00%

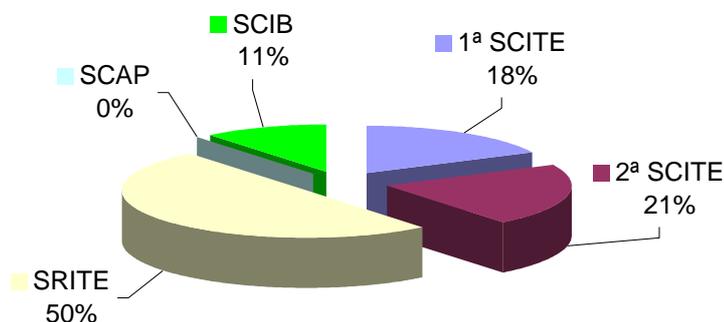
meses/ano

Fonte: Cartas Rogatórias - 2003

% = $\frac{\text{soma mensal}}{\text{soma anual}}$

Gráfico n.º 4 – Cartas Rogatórias – percentagem anual

Fonte: Cartas Rogatórias-2003 – Gráfico



Quadro n.º 7 - Movimento dos Documentos/Expediente - acumulado por meses/ano

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Soma
1. Registos na BD do Smartdocs	1.857	2.385	2.323	1.969	1.356	2.182	1.989	844	1.395	2.345	2.583	1.370	22.598
2. Registos na BD do SIIC	732	649	745	681	634	457	339	311	640	503	1.052	1.073	7.816
3. Registos dos Produtos Apreendidos	316	239	305	242	316	237	342	129	172	304	313	110	3.025
4. Pesquisas no SIIC, Smartdocs e SPO	1.296	850	1.151	1.197	1.441	1.281	1.062	565	973	1.538	1.171	921	13.446
5. Entrada de Inquéritos "novos"	64	54	48	38	55	60	48	51	40	65	37	33	593
6. Distribuição de Cartas Rogatórias	3	7	3	2	2	2	4	3	0	0	0	2	28
7. Distribuição de Ofícios Precatórios	9	2	6	4	3	3	3	3	3	1	2	2	41
8. Distribuição de Ocorrências Diversas	50	73	28	62	65	11	17	19	13	20	19	17	394
9. Elaboração de Guias de Depósito de	316	239	305	242	316	237	342	129	172	304	313	110	3.025
10. Elaboração de Fichas de Controlo	316	239	305	242	316	237	342	129	172	304	313	110	3.025
11. Elaboração de Autos de Destruição	417	204	215	419 a)		483	169 b)		201	158	496	205	2.967
12. Elaboração de Mandados	469	337	255	490	45	578	240	30	251	222	533	340	3.790
13. Elaboração de Ofícios	625	901	797	847	400	916	693	317	516	523	1.035	545	8.115
14. Numeração de Ofícios	812	1.101	1.012	1.009	615	1.065	904	466	655	743	1.160	660	10.202
15. Saída/envio de Fax's, NUIPC's e NAI's	169	156	188	209	178	101	141	142	163	157	206	209	2.019
16. Arquivo de Guias e Autos de	733	443	520	661	316	720	511	129	373	462	809	315	5.992
17. Arquivo de Ofícios	812	1.101	1.012	1.009	615	1.065	904	466	655	743	1.160	660	10.202
18. Arquivo de cópia dos NUIPC's e NAI's	721	1.039	958	1.169	885	764	1.046	286	945	1.138	661	719	10.331
19. Depósitos efectuados na CGD	29	40	21	16	31	10	19	15	10	13	21	16	241
20. Telefonemas de Serviço	142	113	127	144	101	123	137	102	119	150	172	185	1.615
21. Ofícios pendentes	140	240	323	140	351	170	228	310	206	445	267	228	
MENSAL	9.888	10.172	10.324	10.652	7.690	10.532	9.252	4.136	7.468	9.693	12.056	7.602	
TOTAL													109.465

FONTE: TAREFAS REALIZADAS PELO NCEA-2003

- a) Não houve destruição de produtos, a Incineradora esteve em manutenção.
b) Férias judiciais.

**DIRECÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO DA CORRUPÇÃO E DA
CRIMINALIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

Em termos gerais, o peso relativo da investigação dos crimes de contrafacção e passagem de moeda falsa continua particularmente significativo, apesar de um decréscimo acentuado relativamente aos anos anteriores.

Por outro lado, a área de criminalidade informática regista uma tendência de acréscimo de pendências.

Total de AI's criadas nesta DCICCEF	Moeda	Remetidos a outros Departamentos
8 997	6 912	4 188
		Distribuídos na DCICCEF
	2 724	
	Outros crimes	Remetidos a outros Departamentos
		327
		Distribuídos na DCICCEF
2 085	1 758	

Em 2003, foram distribuídas à DCICCEF – Lisboa 4738 Aberturas de Investigação, das quais 3259 são Inquéritos.

Em termos de movimento de Inquéritos na DCICCEF – Lisboa, assinala-se o esforço de recuperação de Inquéritos pendentes na Secção Central de Investigação da Moeda Falsa, fruto das medidas de reestruturações feitas ao nível da Unidade de Informação, mantendo todas as demais, com ligeiras flutuações, os valores transitado do ano anterior.

Secções	Pendentes a 01 Jan	Entrados	Saídos	Pendentes a 31 Dez
SCIMF	575	892	1 264	203
SCICIT	210	257	214	253
SCIAC	181	217	158	240
SCIIEF	108	107	114	101
SCPC	10	1 583	1 430	163
BCIBCCEI	28	134	143	19
SCIFOM	28	16	16	28
Totais	1140	3206	3339	1007

Em termos de antiguidade processual na DCICCEF – Lisboa, não obstante a complexidade das investigações pendentes, muitas delas com diversos volumes e apensos e perícias bancárias e contabilísticas, foi possível manter tempos médios de resposta perfeitamente adequados.

Assim, a esmagadora maioria dos Inquéritos pendentes são relativos a factos ocorridos em 2002 e 2003, encontrando-se a generalidade dos Inquéritos de anos anteriores em fase de conclusão.

Inquéritos pendentes por anos					
Secções	2000 e anteriores	2001	2002	2003	Total
SCIMF	2	4	16	181	203
SCICIT	10	31	72	140	253
SCIAC	21	28	82	109	240
SCIIEF	6	9	35	51	101
SCPC (a)	-	-	-	163	163
BCIBCCEI	1	3	9	6	19
SCIFOM	5	3	5	15	28
Totais	45	78	219	665	1007

Durante o ano de 2003, a DCICCEF – Lisboa procedeu à detenção de 154 indivíduos e realizou 612 buscas, números particularmente significativos face ao tipo de criminalidade em questão.

Secções	Detidos	Buscas
SCIAC	49	263
SCIMF	35	62
SCIIEF	23	77
SCPC	-	-
SCICIT	5	145
SCIFOM	12	51
BCIBCCEI	30	14
Totais	154	612

LEGENDA:

SCPC – Secção Central de Prevenção Criminal

SCIFOM – Secção Central de Investigação da Fraude Organizada sobre Mercadorias sujeitas a impostos especiais sobre o consumo

SCIAC – Secção Central de Investigação de Actividades de Corrupção

SCIIEF – Secção Central de Investigação das Infracções Económico Financeiras

BCIBCCEI - Brigada Central de Investigação do Branqueamento de Capitais do Crime Económico

SCICIT – Secção Central de Investigação da Criminalidade Informática e em Telecomunicações

SCIMF – Secção Central de Investigação de Moeda Falsa

NEA – Núcleo de Expediente e Arquivo

NPI – Núcleo de Perícias Informáticas

DEPARTAMENTO CENTRAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Gabinete Nacional da Interpol

A actividade do GNI – Gabinete Nacional da Interpol, centra-se na cooperação internacional que assume, hoje em dia, uma importância crescente no combate a novas formas de criminalidade cada vez mais sofisticadas, opacas e imunes aos métodos tradicionais de investigação.

Tal cooperação processa-se em dois planos distintos, como sejam a cooperação policial internacional e a cooperação judiciária internacional, sendo de realçar que, no plano interno, o GNI, não obstante se encontrar formalmente integrado na estrutura da Polícia Judiciária, assegura a ligação com todos os órgãos e autoridades de polícia criminal, bem como outros serviços públicos nacionais.

Alguns dados sobre os movimentos de expediente mais significativos:

Mapa comparativo dos movimentos, activos e passivos, em 2002 e 2003, de extradições, cartas rogatórias, transferência de reclusos e extradições, do qual resulta um acréscimo em todos as categorias, com excepção dos pedidos de extradição passiva.

Tipo de expediente	2002	2003
Extradições Activas	43	49
Extradições Passivas	30	41
Cartas Rogatórias Enviadas	46	55
Cartas Rogatórias Recebidas	72	73
Transferência de Reclusos Activas		9
Transferência de Reclusos Passivas		26
Processos de Extradição Activa	136	152
Processos de Extradição Passiva	63	54
	390	459

Mapa referente ao total de documentos entrados e processos (cooperação policial e cooperação judiciária internacionais) abertos durante o ano de 2003 no GNI – Gabinete Nacional da Interpol.

GNI	Documentos Entrados	Processos Abertos
Totais Globais	15.654	4.441

COOPERAÇÃO POLICIAL		
Expediente por tipo de crime	Documentos Entrados	Processos Abertos
MIN - Menores; crimes contra as pessoas	536	180
PROP - Crimes contra a propriedade	5.023	1.846
VA - Viaturas; criminalidade automóvel	734	160
ECON - Criminalidade económica	3.500	1.097
STUP – Estupefacientes	2.144	680
TE – Terrorismo	276	78
INFOR - Criminalidade informática	36	16
TOTAL	12.249	4.057

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA		
Expediente por tipo	Documentos Entrados	Processos Abertos
EXT (Cartas Rogatórias + Transferências Reclusos)		178
Pedidos de Extradicações Activas		152
Pedidos de Extradicações Passivas		59
TOTAL PARCIAL	3.405	384

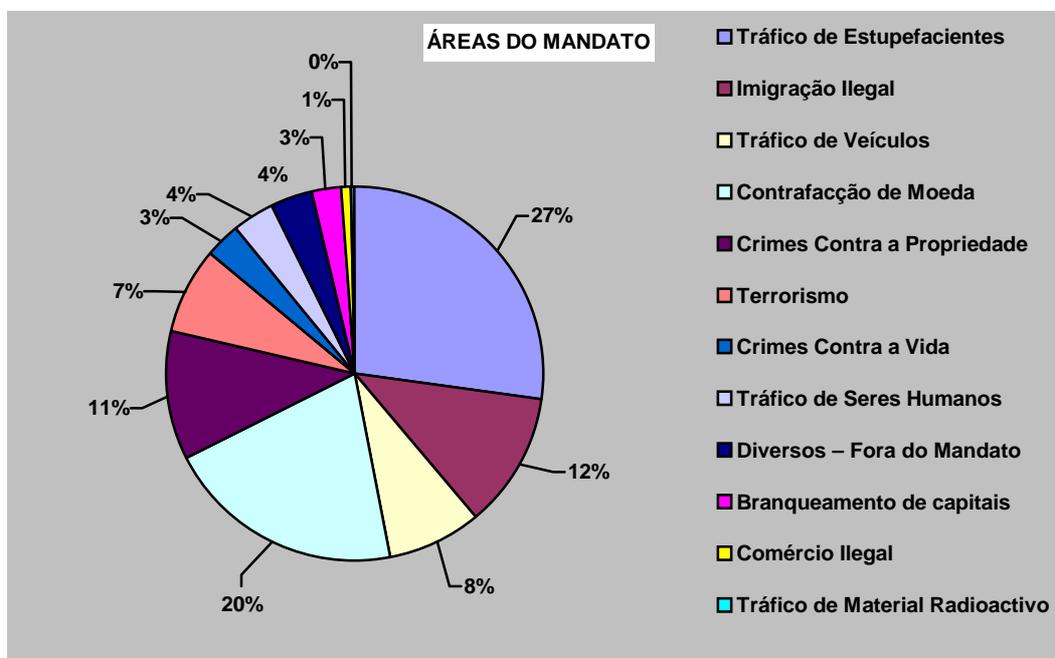
Unidade Nacional Europol

As actividades da UNE no decurso do ano 2003 seguiram a tendência verificada nos últimos anos, continuando a notar-se um aumento significativo do número de processos iniciados, a par de um crescente volume de trocas de informações. Para além do maior número de solicitações, constata-se um significativo aumento qualitativo quer das solicitações quer das respostas.

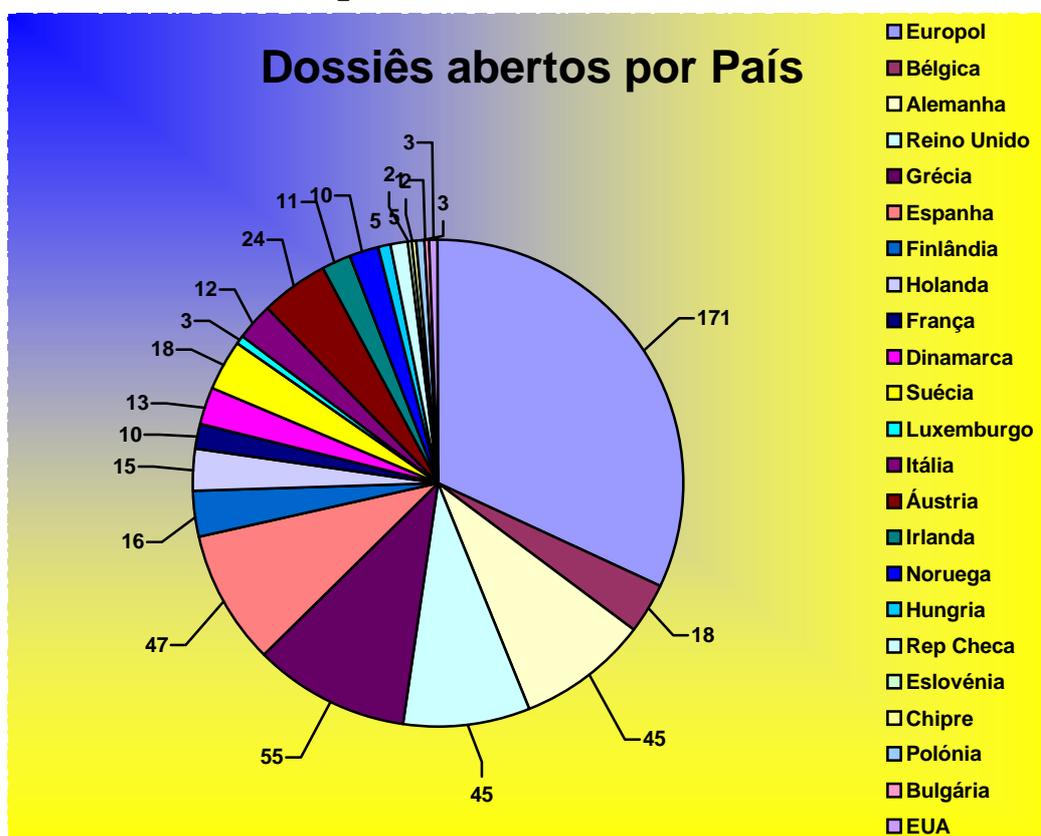
Os acordos celebrados pela Europol com Estados candidatos à adesão e com outros Estados Terceiros e Organizações vieram aumentar o número de solicitações, sobretudo a partir do momento em que a Europol acolheu na sua sede oficiais de ligação desses Estados.

O trabalho de divulgação dos produtos e serviços da Europol iniciado no decurso de 2001 originou um alargamento do número de entidades que habitualmente recorrem à UNE.

Áreas do mandato:



Dossiês abertos por País:



Gabinete de Portugal - Europol

Manteve-se, em 2003, a tendência para o alargamento da troca de informação a praticamente todos os tipos de crime constantes do mandato da EUROPOL.

Assim, só no que às solicitações de Portugal diz respeito, foram assinalados 19 diferentes tipos de crime.

Continuou a acentuar-se no corrente ano a vertente operacional em detrimento da simples troca de informação, verificando-se o reforço da qualidade da maioria das solicitações em ambos os sentidos.

Em termos de expediente geral, foram efectuados 2798 registos contra os 2682 de 2002 (e-mail, fax, ofícios, etc.), tendo sido iniciados 206 casos (contra os 207 do ano anterior) a solicitação das autoridades portuguesas sendo registadas mais 257 solicitações adicionais referentes aos referidos casos ou a outros que transitaram de anos anteriores, ou seja um total de 463 pedidos de informações (contra os 373 registados em 2002).

Se o número de casos iniciados é semelhante, já o aumento verificado no total de pedidos radica no facto de cada vez mais nos serem presentes casos de maior complexidade e de maior qualidade em termos de exigência das investigações em curso.

Em 2003, foram transmitidas 713 solicitações às autoridades portuguesas via Unidade Nacional e recebidas 763 respostas a solicitação dos vários Gabinetes de Ligação e Departamentos da Europol. Respondendo a solicitações das autoridades portuguesas, foram enviadas para Portugal 1137 respostas.

No período a que se refere o presente relatório o Gabinete de Portugal efectuou um total de 2056 transacções de informação (solicitações e respostas nos dois sentidos).

INSTITUTO SUPERIOR DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Durante o ano transacto, o ISPJCC – Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais continuou a desenvolver a sua actividade no quadro das competências que lhe estão legalmente atribuídas, em particular a formação do pessoal de investigação e de apoio da Polícia Judiciária, nos diferentes níveis de formação, bem como a formação de elementos de outras Forças e Serviços de Segurança, no que diz respeito à sua área de formação especializada.

Em 2003, o ISPJCC ministrou um curso de formação inicial de Inspectores estagiários, 75 acções de formação contínua especializada e 12 acções de formação contínua de aperfeiçoamento destinados a funcionários da PJ, num total de 2.981 horas lectivas e 984 formandos (ver Quadro de Formação / PJ - Jan. a Dez. 2003).

Para além destas, em sede de cooperação inter-institucional, foram ainda realizadas diversas actividades de formação especificamente destinadas a funcionários da Guarda Nacional Republicana, Direcção-Geral da Autoridade Marítima, Direcção-Geral de Impostos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Direcção-Geral dos Serviços Prisionais e Polícia Judiciária Militar.

Finalmente, em termos de cooperação internacional, foram realizados 3 cursos no âmbito das actividades da AEP/CEPOL - Academia Europeia de Polícia e, em sede de cooperação com Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, foi prestada colaboração na organização e execução do Curso de Inspectores Básicos e na conclusão do Curso de Inspectores Sêniores da Polícia da República de Moçambique.

QUADRO DE FORMAÇÃO / PJ – Jan. a Dez. 2003

Formação inicial

Data	Horas Lectivas	Acção / Curso	Local	N. ° Participantes
16.Jan. a 26.Set.		37º Curso de Formação de Inspectores Estagiários	ISPJCC	95
Total	900	1 Acção de Formação		95

Formação contínua especializada

Data	Horas Lectivas	Ação / Curso	Local	N.º Participantes
20 a 29.Jan.	48	Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC)	ISPJCC	9
03 a 12.Fev.	48		ISPJCC	8
17 a 26.Fev.	48		ISPJCC	10
23.Jun. a 02.Jul.	45		DCICPT	10
07 a 16.Jul	45		DCICPT	10
13 a 22.Out.	56		DCICPT	10
27.Out. a 05.Nov.	48		DCICPT	8
11 a 19.Nov.	48		DCICPT	7
31.Mar. a 11.Abr.	66	Seguimento e Vigilância	ISPJCC	10
24 a 28.Nov.	38	Vigilâncias III	ISPJCC	9
17 a 21.Mar.	33	TIP'S - Curso de Técnicas de Abordagem e Detenção	ISPJCC	12
10 a 14.Nov.	30		ISPJCC	17
03 a 07.Fev.	30	Condução Defensiva Avançada	ISPJCC	12
17 a 21.Mar.	30		ISPJCC	12
05 a 09.Mai.	30		ISPJCC	12
23 a 27.Jun.	30		ISPJCC	10
24 a 28.Nov.	30		ISPJCC	12
07 a 11.Jul.	30	Formação de Formadores em Condução Defensiva e Negociação	ISPJCC	8
17 a 27.Mar.	70	Análise Operacional de Informação Criminal	ISPJCC	8
24.Nov. a 05.Dez.	80		ISPJCC	12
24 a 28.Nov.	30	Analist Note Book	ISPJCC	10
11 a 17.Dez.	30		ISPJCC	10
27 a 31.Mar.	18	SIIC - Investigação	ISPJCC	5
01 a 03.Abr.	18		ISPJCC	7
09 a 10.Dez.	12		ISPJCC	5
11 a 14.Mar.	24	Inspeção Judiciária	ISPJCC	20
27 a 31.Jan.	30	Investigação Pós-Explosão	ISPJCC	20
18 a 19.Mar.	12		ISPJCC	17

Relatório de Segurança Interna – 2003

30.Set. a 02.Out.	19h 30m	ELNR - Mód. de Núcleos de Informação	ISPJCC	12
07 a 09.Out.	18	ELNR - Módulo de Observadores	ISPJCC	12
14 a 16.Out.	22	ELNR - Mód. de Ligação aos Media	ISPJCC	7
21 a 23.Out.	20	ELNR - Mód. Coordenadores Operacionais	ISPJCC	7
26 a 31.Out.	67h 30m	ELNR - Módulo de Negociadores	ISPJCC	12
01 a 03.Jul.	18	Abuso Sexual de Menores: Técnicas de Entrevista Cognitiva a Crianças e Perfis Criminais Associados	ISPJCC	12
10 a 14.Nov.	7		DL	7
06 a 31.Out.	105	Formação Pedagógica de Formadores	ISPJCC	12
13 a 17.Jan.	35	Instrutores de Tiro	ISPJCC	15
16 e 17.Jan.	14			11
05 a 13.Mai.	42	Tráfico e Viciação de Obras de Arte e Bens Culturais	Lisboa	16
31.Mar a 04.Abrl	24	Enquadramento Institucional e Prestações em Tribunal	ISPJCC	14
17 a 22.Jul.	24			14
18 a 19.Nov.	14	Curso s/ aplicação dos objectos transaccionados	ISPJCC	9
20 a 21.Nov.	14		ISPJCC	9
15 a 16.Dez.	14		ISPJCC	5
18 a 19.Dez.	14		ISPJCC	10
22.Nov.	6	Fraude Fiscal	ISPJCC	25
10 a 12.Fev	18	SPO - Sistema de Pesquisas On-Line	DIC Leiria	11
13 a 17.Fev.	18		DIC Leiria	11
18 a 20.Fev	18		DIC Leiria	11

21 a 25.Fev.	18		DIC Leiria	11
17 a 19.Mar.	18		DIC P. Delgada	10
20 a 24.Mar.	18		DIC P. Delgada	9
28 a 30.Abr.	18		DIC Guarda	7
02.Maio	6		DIC Guarda	8
05 a 07.Mai.	18		DIC Guarda	8
08.Maio	6		DIC Guarda	10
07 a 09.Jul.	18		ISPJCC	12
29.Set a 01.Out.	18		DIC Braga	10
02.Out.	6		DIC Braga	11
03.Out.	6		DIC Braga	10
06 a 08.Out.	18		DIC Braga	12
09.Out.	6		DIC Braga	8
10.Out.	6		DIC Braga	13
20 a 22.Out.	36		ISPJCC	20
			ISPJCC	
23 a 27.Out.	18		ISPJCC	10
28 a 30.Out.	18		ISPJCC	10
28 a 30.Out.	18		ISPJCC	7
03 a 05.Nov.	18		D. Faro	10
10 a 12.Nov.	18		D. Coimbra	9
10 a 12.Nov.	18		D. Porto	11
13 a 17.Nov.	18		D. Porto	10
09 a 11.Dez.	18		ISPJCC	10
16 a 18.Jun	20	Regime Geral das Infracções Tributárias	ISPJCC	24
Total	1862	75 Acções de Formação		802

Formação contínua de aperfeiçoamento

Data	Horas Lectivas	Acção / Curso	Local	N.º Participantes
Total	1862	75 Acções de Formação		802
20 a 22.Jan.	18	Smartdoc`s	Lisboa	5
24 a 26.Fev.	18		ISPJCC	10
05 a 07.Mar.	18		ISPJCC	7
05 a 07.Mar.	18		ISPJCC	9
10 a 12.Mar.	18		ISPJCC	10
25 a 27.Mar.	18		P. Delgada	1
07 a 09.Abr.	18		Leiria	9
26 a 28.Mai.	18		Braga	6
02 a 04.Jun.	18		ISPJCC	11
01 a 03.Out.	18		ISPJCC	11
03 a 05.Dez.	18		Funchal	3
15 a 17.Jan.	21		Actualização Pedagógica para Formadores do ISPJCC	ISPJCC
Total	219	12 Acções de Formação		87
TOTAL GLOBAL	2981	92 ACÇÕES DE FORMAÇÃO		984

QUADRO DE COOPERAÇÃO / PJ – Jan. a Dez. 2003

	Data	Horas Lectivas	Acção / Curso	Tipo de Formação	Local	N.º Participantes
GNR	09.Jan. a 30.Set.	57	Curso Form. Oficiais - 4º Ano - Criminalística	FI	ISPJCC	35
	09.Out. a 11.Dez.	30		FI	ISPJCC	37
	13 a 29.Jan.	75	Estágio Prático em Técnicas de Invest. Criminal para 8.º TPO	FI	ISPJCC	38
	17 a 21.Mar.	32	Mód. de Investigação Criminal-Curso de Promoção a Capitão	FCP	ISPJCC	18
	05 a 30.Maio	109	Lofoscopia I - Técnicas de Recolha de Vestígios	FCE	ISPJCC	13
	02 a 06.Jun.	35		FCE	Div. Depart. *	
	15.Set. a 10. Out.	105		FCE	ISPJCC	13
	13 a 17.Out.	35		FCE	Div. Depart. *	
	03 a 07.Fev.	35	Curso de Técnicas de Entrevista e Interrogatório	FCE	ISPJCC	15
	06 e 07.Mar.	12	Curso de Tráfico e Viciação de Viaturas	FCE	ISPJCC	20
	10 e 11.Mar.	12	Fogo Posto	FCE	ISPJCC	10
	24 e 25.Mar.	14	Identificação e Prevenção de Meios de Prova em Incêndios Florestais	FCE	ISPJCC	10
	13.Jan.	3	Palestra s/ Controlo e Tráfico de Estupefacientes	FCA	EPG-Queluz	40
	27.Jan.	3		FCA	EPG-Queluz	20
	19.Fev.	3	Palestra s/ Fogos Florestais	FCA	EPG-Queluz	60
	16.Jul.	3		FCA	EPG-Queluz	60
	26.Fev.	3	Palestra s/ Polícia Judiciária	FCA	Lisboa	40

	24.Jun.	2	Palestra s/ PJ no âmbito da Segurança Interna	FCP	EPG-Queluz	19
	10.Fev.	3	Palestra s/ Crime de Homicídio/Prevenção dos Meios de Prova	FCA	EPG-Queluz	60
	03.Abr.	3		FCA	EPG-Queluz	186
	29.Maio	3		FCA	EPG-Queluz	80
	09.Jun.	3		FCA	EPG-Queluz	60
	14.Fev.	3		Palestra s/ Furto, Tráfico e Viciação de Veículos e Documentos	FCA	EPG-Queluz
	09.Abr.	3	FCA		EPG-Queluz	186
	20.Maio	3	FCA		EPG-Queluz	80
	23.Jun	3	FCA		EPG-Queluz	60
	Total	592	24 Acções de Formação			1220
PJM	06 a 17.Out.	60	Mód. de Investigação Criminal	FCE	ISPJCC	15
	Totais	60	1 Acção de Formação			15
DGSP/CFP	07.Jan. a 07.Jul.	90	Tráfico e Consumo de Estupefacientes para Guardas Prisionais	FCE	Caxias	700
	Totais	90	1 Acção de Formação			700
PM	06 a 09.Out.	24	Mod. Investigação Criminal-Tráfico estupefacientes	FCE	ISPJCC	24
	Totais	24	1 Acção de Formação			24
DGI	04 a 06. Nov.	18	Técnicas de Investigação Criminal	FCE	Lisboa	41
	Totais	18	1 Acção de Formação			41
DGA	20 a 24.Out.	30	Módulo de Investigação Criminal	FCE	ISPJCC	19
	Totais	30	1 Acção de Formação			19
IFB	30.Jan.	6	Palestra s/ Branqueamento de Capitais	FCA	Lisboa	18
	26.Fev.	7		FCA	Porto	24
	04.Nov.	6		FCA	Lisboa	12
	Totais	19	1 Acção de Formação			54

BISM	18.Fev.	3	Palestra sobre Investigação do Tráfico de Estupefacientes	FCA	Trafaria	
	Totais	3	1 Acção de Formação			54
PRM	17.Mar. a 30.Nov.	150	1º Curso de Formação de Inspectores Básicos	FI	Moçambique	55
	20.Jan a 14.Fev.	84	1º Curso de Investigadores Sêniores- 2ª Fase	FI	Moçambique	23
	Totais	234	2 Acções de Formação			78
CEPOL	26 a 28.Mai	18	Detecção de documentos de identificação falsos e falsificados na luta contra o terrorismo	FCE	ISPJCC	32
	06 a 10.Out.	30		FCE	ISPJCC	24
	20 a 21.Out.	12	Seminário - A qualidade em 13 questões	FCE	ISPJCC	12
	17 a 21.Nov.	30	Criminalidade Financeira	FCE	ISPJCC	20
	Totais	90	4 Acções de Formação			32
P. TURCA	27.Out. a 11.Nov.	90	Direitos Humanos e Polícia - Visita de Estudo	FCE	ISPJCC	6
	Totais	90	1 Acção de Formação			38
	TOTAL GLOBAL	1250	39 ACÇÕES DE FORMAÇÃO			2275

LEGENDA:

- TIPO DE FORMAÇÃO:

FI - Formação Inicial

FCE - Formação Contínua Especializada

FCA - Formação Contínua de Aperfeiçoamento

- ENTIDADES

GNR - Guarda Nacional Republicana

PJM - Polícia Judiciária Militar

PM - Polícia Marítima

DGSP/CFP – Direcção-Geral dos Serviços Prisionais/Centro de Formação Penitenciária

BISM - Batalhão de Informações e Segurança Militar

PRM - Polícia da República de Moçambique

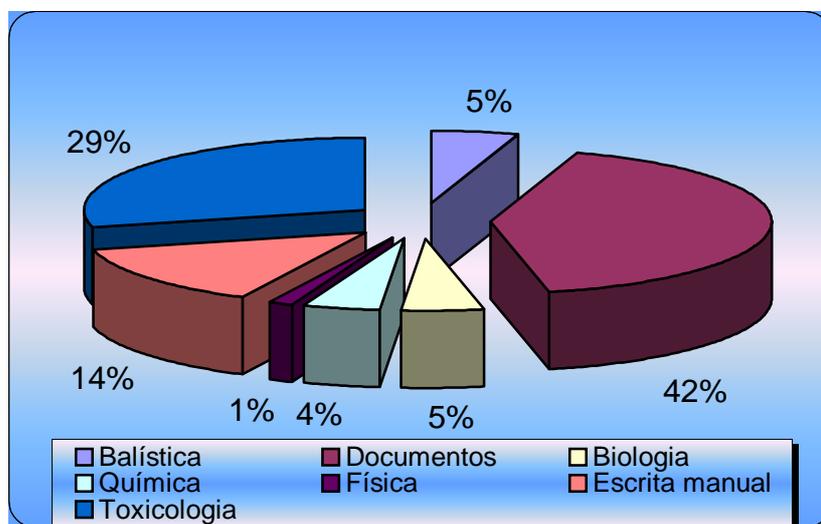
LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

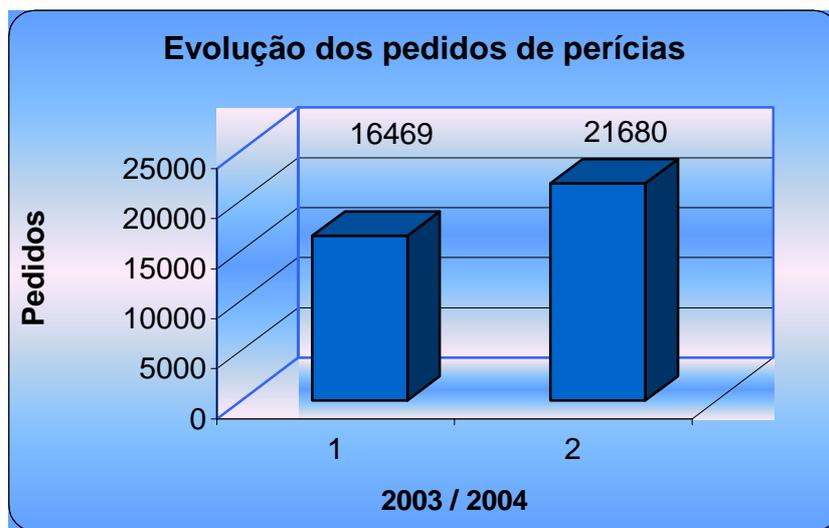
Ao Laboratório de Polícia Científica compete a realização de perícias, nomeadamente nos domínios da Biologia, Toxicologia, Físico-Química, Balística, Documentoscopia e Criminalística.

Durante 2003, foi dada continuidade ao esforço de recuperação de pendências e de redução do tempo médio de execução de perícias forenses, o que está a ser plenamente atingido. De facto, de 21.274 pedidos pendentes em 1999 passou-se para 7.073, em finais de 2003, sendo que o tempo de resposta, na generalidade das áreas, dependendo da natureza e complexidade técnica da perícia solicitada, foi encurtado para menos de um ano e, nalguns casos, para cerca de um mês, melhorando de forma significativa a colaboração prestada ao Ministério Público, aos Tribunais Criminais e Cíveis, ao Instituto de Medicina Legal, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública, entre outros.

Também sob o ponto de vista tecnológico e apesar dos actuais constrangimentos orçamentais foi possível realizar investimentos significativos na aquisição de equipamentos tendo em vista aumentar a capacidade de resposta e dotar o Laboratório de Polícia Científica de tecnologia de ponta, designadamente nas áreas de Balística, Escrita Manual, Química, Documentos, Física e Desenho.

Quadro 1 – Total de pedidos por Área



Quadro 2 – Total de pedidos em 2002 e 2003

Quadro 3 – Número de pedidos por Área e por tipo de perícia em 2002 e 2003

Área	Perícias	2002	2003	Variação %
Balística	Armas	1061	1029	(-) 3,02
	Vestígios e marcas	23	30	+ 30,43
Documentos	Escrita de máquina	19	21	+ 10,53
	Moeda-papel	3267	7738	+ 136,85
	Falsificações	1172	1295	+ 10,49
Biologia		626	1037	+ 65,65
Química		914	931	+ 1,86
Física		231	320	+ 38,53
Escrita manual		3287	2992	(-) 8,97
Toxicologia		5869	6287	+ 7,12
Total		16469	21680	+ 31,64

NOTAS FINAIS

Num balanço geral da actividade desenvolvida durante o ano de 2003, a Polícia Judiciária regista os seguintes **resultados provisórios**:

I - Na área do combate ao **tráfico de estupefacientes**:

a) **Detenções**: 281 indivíduos

b) **Apreensões**:

a. **Droga**:

i. Cocaína: 1.861 Kgs

ii. Ecstasy: 153.464 (comprimidos)

iii. Heroína: 35 Kgs

iv. Haxixe: 26.341Kgs

b. **Bens patrimoniais**:

i. Dinheiro: €1.310.666,50

ii. Móveis:

1. Veículos automóveis: 140

2. Motos: 12

3. Barcos: 4

4. Telemóveis: 487

5. Armas: 44

6. Imóveis: 10 (combate ao branqueamento de capitais de lucros provenientes do tráfico de droga)

II - Na área do combate ao **crime contra as pessoas e património**:

a) **Detenções**:

a. Crime de **Homicídio**: 154 indivíduos

b. Crimes **Sexuais**: 124 indivíduos

c. Crime **Incêndio**: 96 indivíduos

III - Na área do combate ao **crime económico**:

- a) **Inquéritos**: 1913
- b) **Detenções**: 154 indivíduos
- c) **Buscas domiciliárias**: 612
- d) **Apreensões**: € 2.415.340,05

IV – Na área do combate à **criminalidade tributária** (directamente resultante da actividade da Unidade de Informação Financeira, com a cooperação de várias entidades, nomeadamente, da DGI e da DGAIEC), entre Junho e Dezembro de 2003:

- a) **Investigações** (931):
 - a. **Branqueamento de capitais**: 860
 - b. **Infracções fiscais**: 68
- b) **Apreensões**: €5.791.900

* * *

O quadro orgânico da Polícia Judiciária prevê 4183 funcionários, dos quais 2621 estão preenchidos. Destes, 1367 são funcionários de investigação criminal, 1039 são funcionários de apoio à investigação criminal e 183 funcionários pertencem ao grupo de pessoal operário e auxiliar, sendo os restantes pessoal dirigente.

Foram recentemente abertos os procedimentos de concurso interno de selecção de 5 coordenadores superiores de investigação criminal, 15 coordenadores de investigação criminal e 60 inspectores-chefe.

Foi dado início ao 38.º curso de formação de inspectores, com 98 candidatos, estando ainda prevista a abertura de um concurso interno à Função Pública para 300 vagas de inspectores estagiários.

* * *

Perspectivando o futuro desenvolvimento da Polícia Judiciária, órgão superior de polícia criminal, estão em fase de concepção as futuras instalações da Polícia Judiciária em Coimbra e Faro e em fase de início de obra em Lisboa e Guarda.

* * *

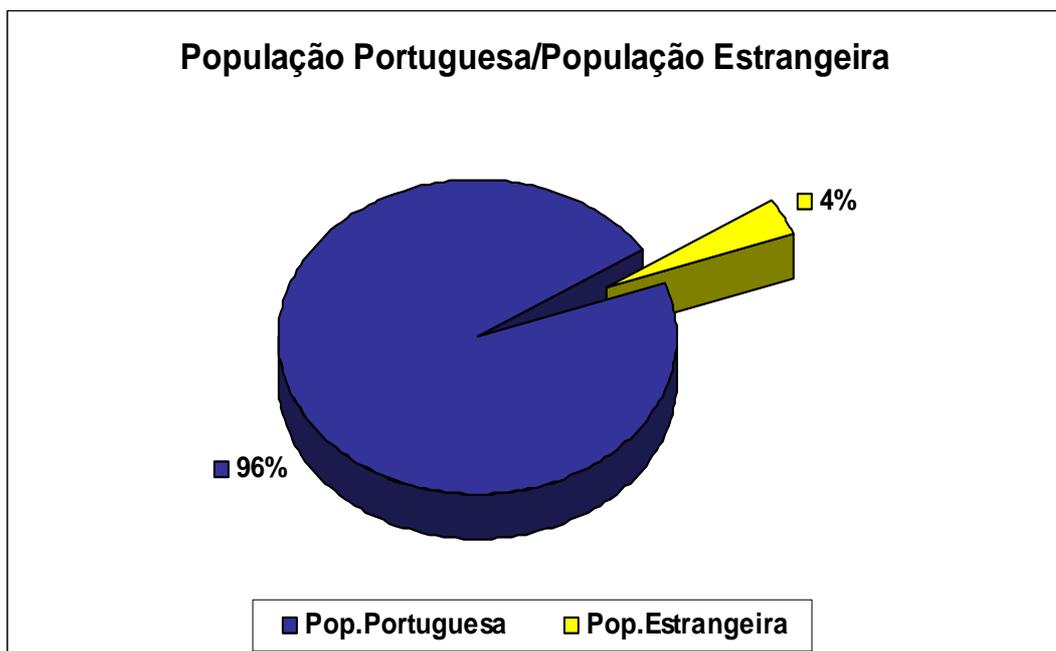
Com o objectivo de atingir os mais elevados índices de eficácia, foram instalados, em 2003, o DCPAT (Departamento Central de Prevenção e Apoio Tecnológico), departamento vocacionado para a prevenção e apoio tecnológico da investigação criminal e a UIF (Unidade de Informação Financeira), instrumento que reputamos essencial no combate ao crime financeiro e fiscal.

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA

No final de 2003, o número de cidadãos estrangeiros portadores de um título de residência ou de uma autorização de permanência era de **434 548³**, o que representa cerca de 4% da população portuguesa (**10 356 117⁴**).

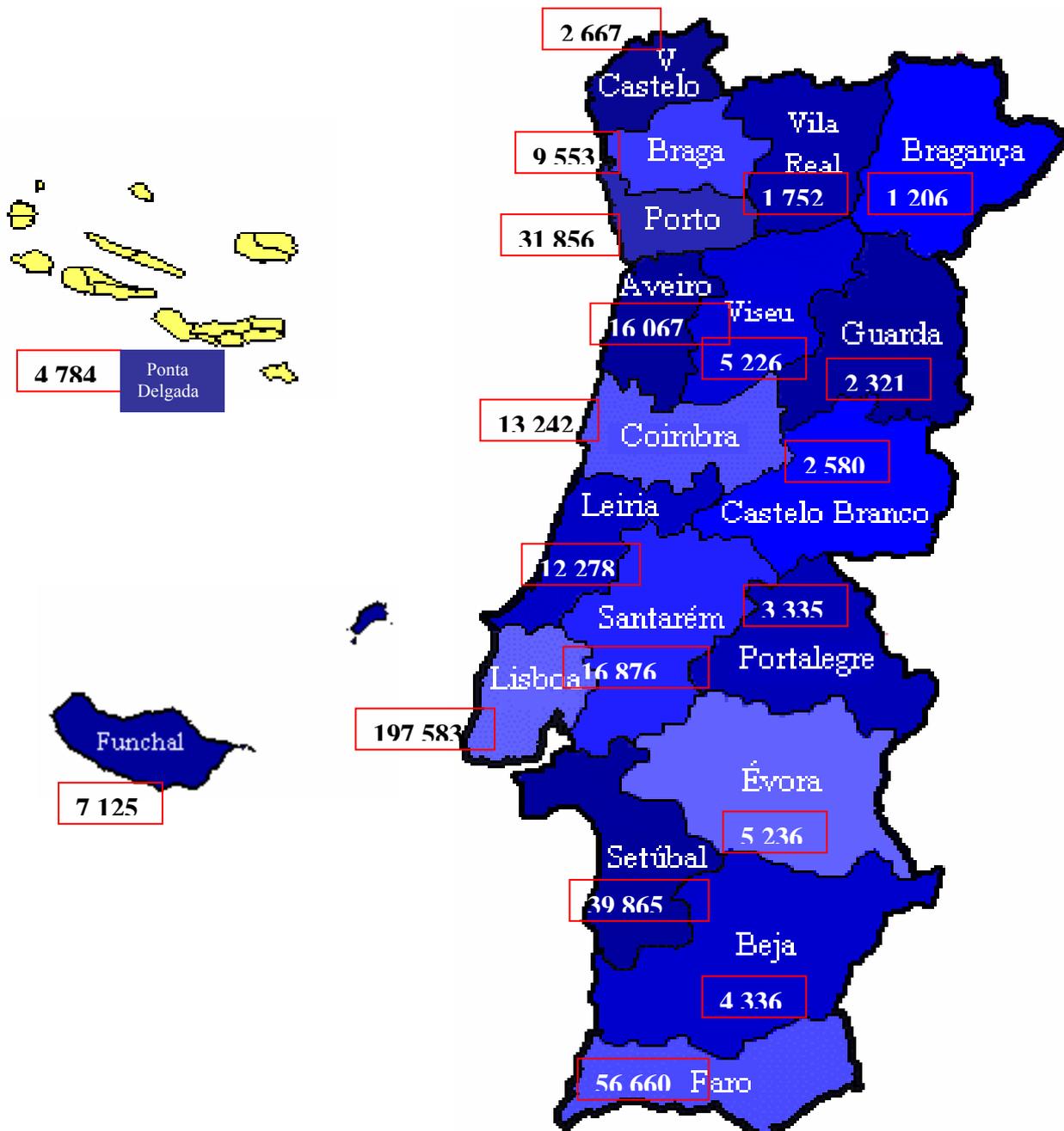
Esta população estrangeira encontra-se distribuída pelos Distritos que compõem o território nacional, constatando-se que a maior concentração se encontra nas principais cidades (e áreas suburbanas), sobretudo do litoral (aliás acompanhando a concentração da população portuguesa). O interior apresenta números mais reduzidos, que, no entanto, aumentaram significativamente na sequência da concessão das autorizações de permanência.



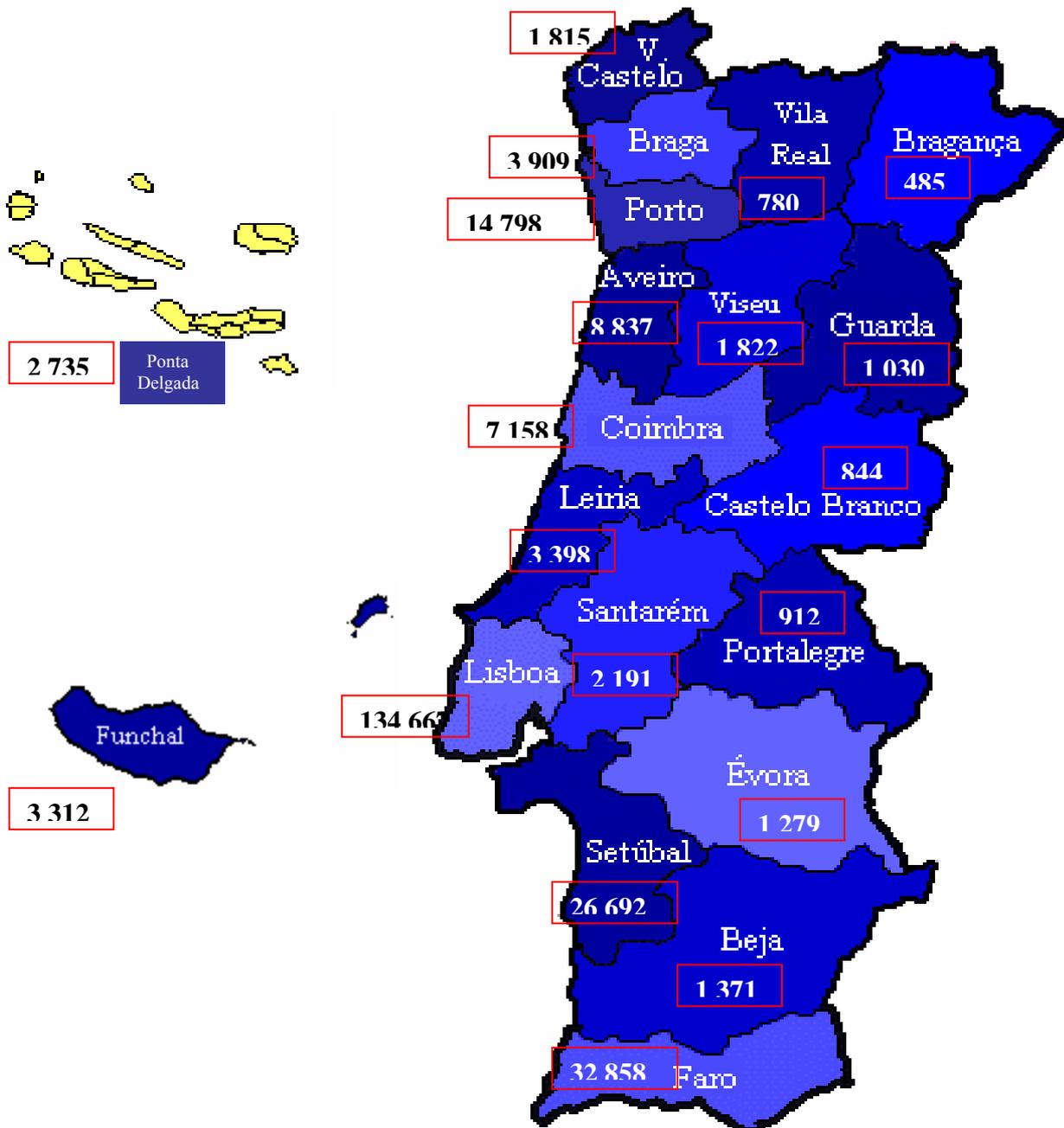
³ Inclui Stock de estrangeiros portadores de títulos de residência (Stock 2003 – valores provisórios) e concessões de autorizações de permanência nos anos 2001/2002/2003; não corresponde ao total do universo de cidadãos estrangeiros com situação regular em Território Nacional, pois estão excluídas as situações de titularidade de vistos diversos (estudo, trabalho, estada temporária).

⁴ Dados do Census 2001 – Instituto Nacional de Estatística

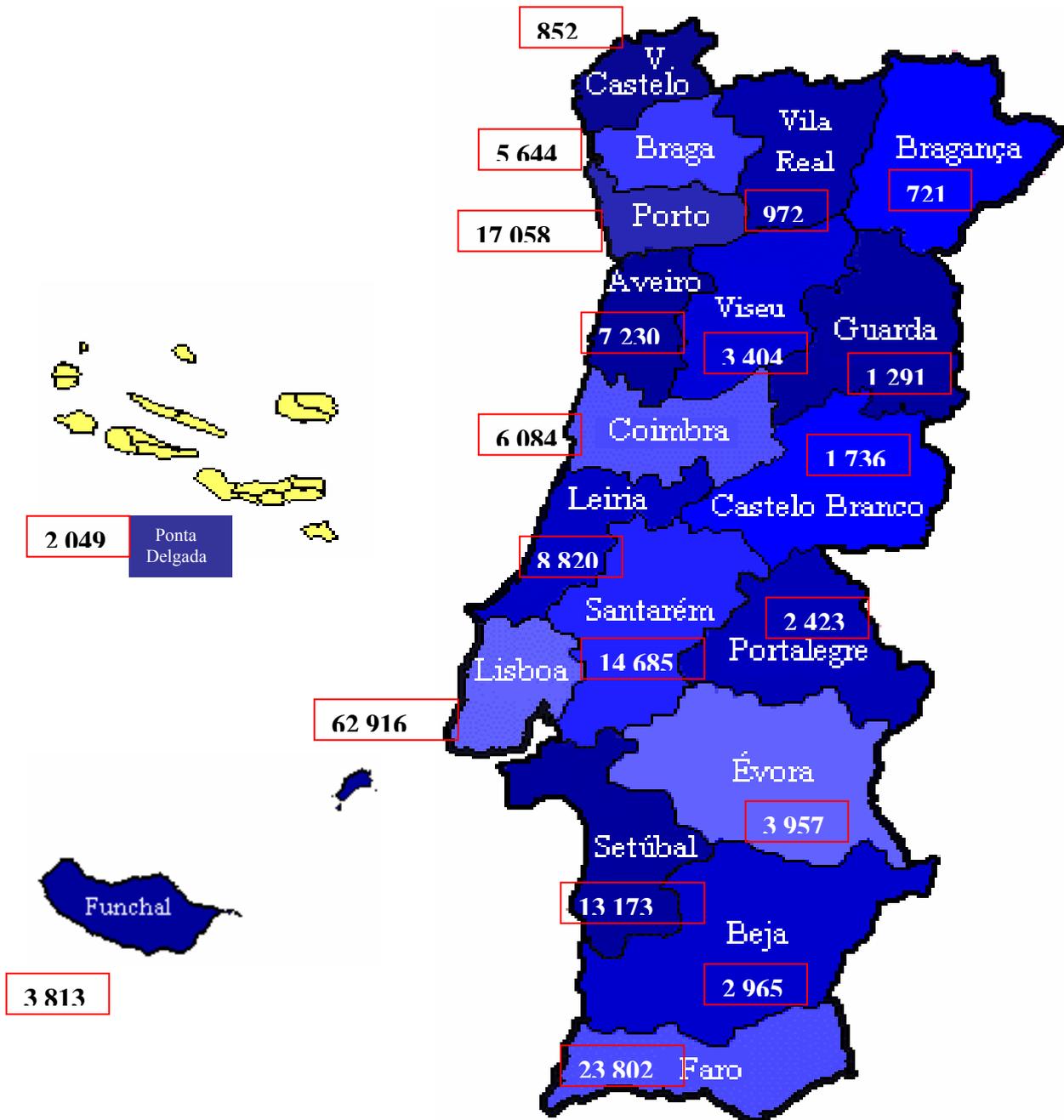
Distribuição Geográfica por Distritos - Total de Títulos de Residência e Autorizações de Permanência



Distribuição Geográfica por Distritos – Títulos de Residência



Distribuição Geográfica por Distritos – Autorizações de Permanência



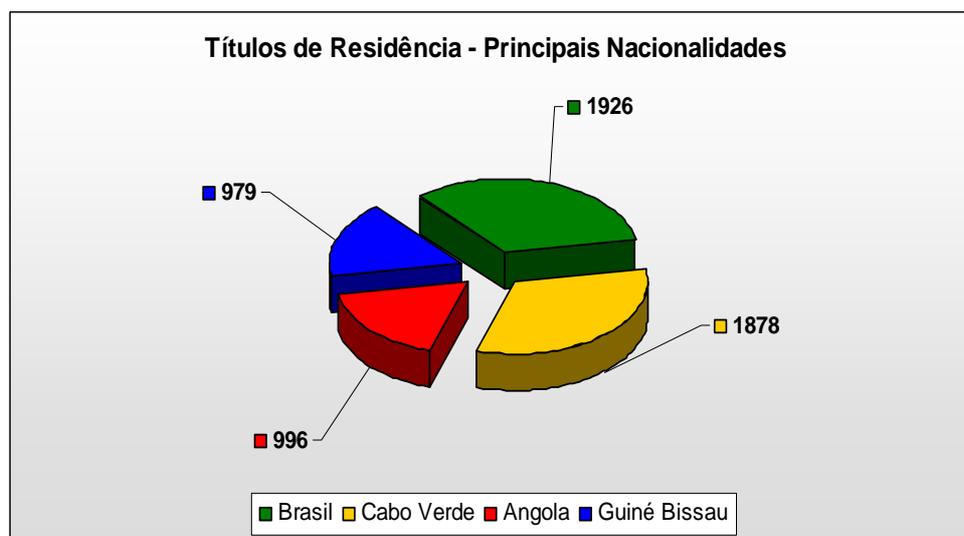
1. Títulos de residência

No que respeita a pedidos de estatuto de residente (autorização de residência com ou sem exigência de visto consular de residência e emissão de cartão de residência ao abrigo do regime especial aplicável a cidadãos comunitários, equiparados e respectivos familiares), foram registados, até 31 de Dezembro de 2003, 12 583 pedidos⁵.

De referir que, no que concerne ao sexo, continua a verificar-se uma predominância do sexo feminino (6 656 mulheres versus 5 926 homens), podendo esta ser explicada à luz do reagrupamento familiar.

Dos pedidos de títulos de residência formulados em 2003, destacam-se as nacionalidades que seguem, continuando em destaque as nacionalidades da CPLP, mas tomando a supremacia o Brasil.

Quanto aos países da União Europeia, a Alemanha e Espanha continuam a apresentar um lugar de destaque dentro dos cidadãos comunitários que solicitaram um cartão de residência.



2. Autorizações de permanência

Foram concedidas, durante 2003, 9.097 autorizações de permanência, continuando a assumir, nestas, especial relevância, os fluxos provenientes do Leste Europeu e dos países lusófonos, em especial do Brasil. Este número, comparativamente com os apresentados para os anos de 2001 e

⁵ Dados provisórios

2002, é muito inferior, dada a entrada em vigor do DL 34/2003, que revogou o art. 55º respeitante à concessão de Autorizações de Permanência.

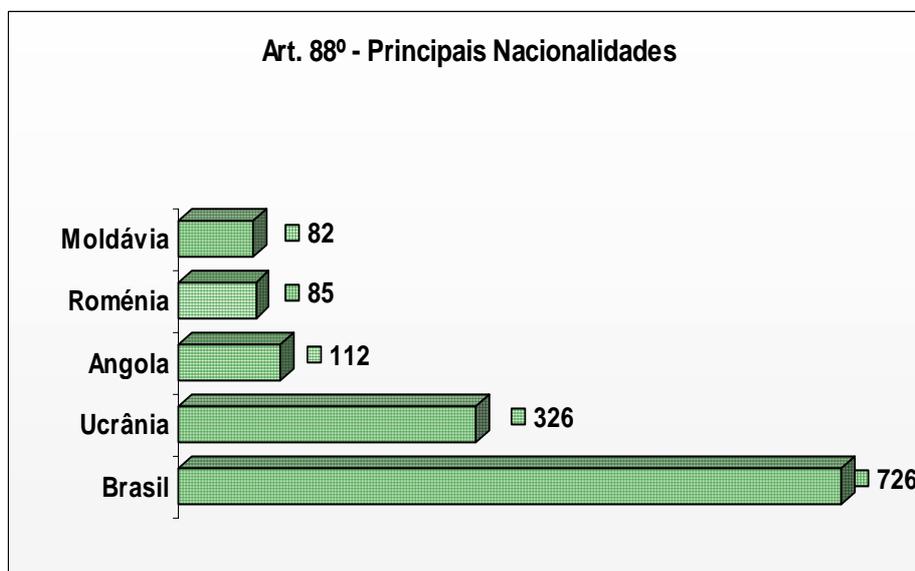


O perfil das comunidades imigrantes requerentes deste título em 2003 corresponde, grosso modo, ao do ano anterior.

3. Autorizações de residência ao abrigo do regime excepcional (art. 88º do DL 244/98, de 8 de Agosto)

Verificou-se um acréscimo dos pedidos solicitados ao abrigo desta disposição legal, relativamente ao ano de 2002: de 1.331, passaram para 1662.

À semelhança do que se tem verificado nos últimos anos, a esmagadora maioria dos pedidos refere-se a situações de imigração económica, sem qualquer base jurídica que sustente o pedido.

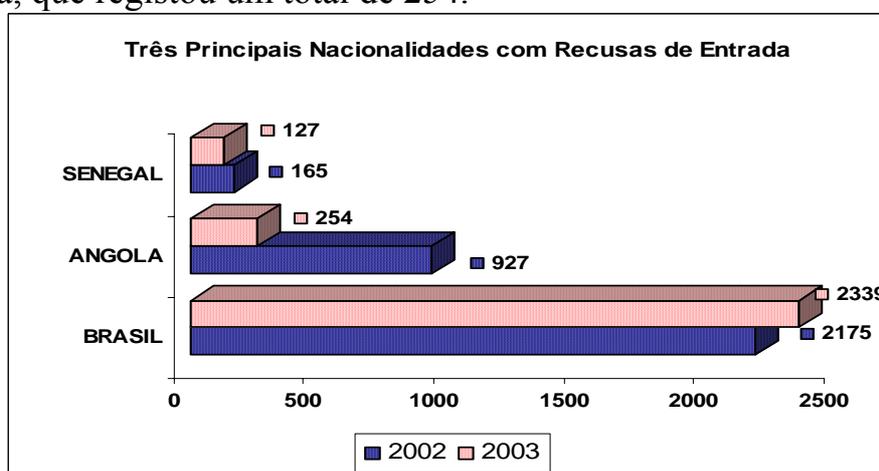


ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

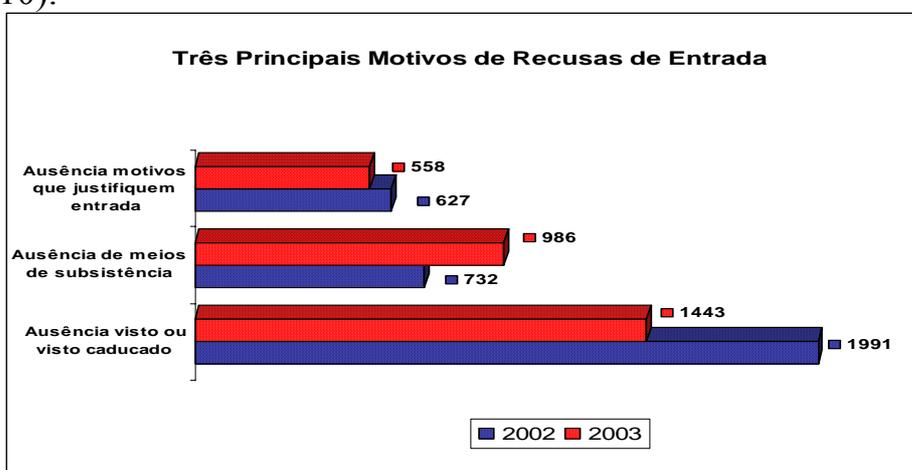
Nestas, deu-se prioridade às que, de forma conjugada, contribuem para a análise, prevenção e combate do fenómeno da imigração ilegal, no qual se inscrevem também as preocupações elencadas no ponto II:

1. Recusas de entrada e respectivos fundamentos

Até 31 de Dezembro de 2003, foram recusadas 3.700 entradas, o que corresponde a uma diminuição relativamente ao ano anterior, no qual foram recusadas um total de 4.196. A nacionalidade brasileira continua a ocupar um primeiro lugar destacado com 2.339 recusas, seguida da nacionalidade angolana, que registou um total de 254.

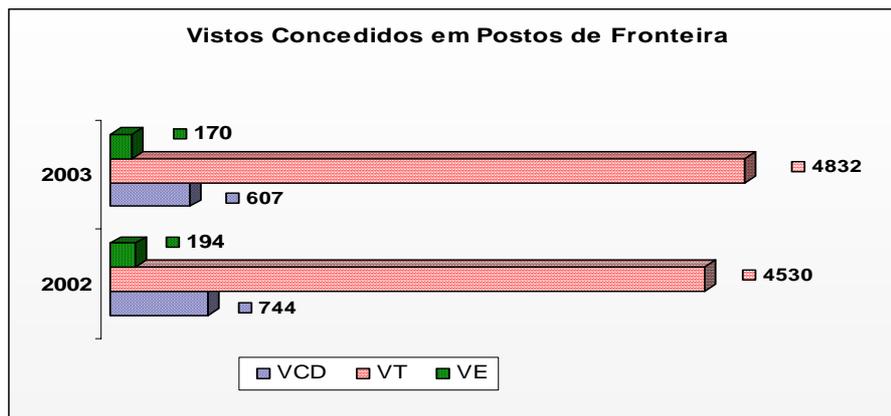


A maioria das recusas de entrada têm por fundamentos legais a ausência de visto adequado ou visto caducado (1 443), a ausência de meios de subsistência (986) e continua a verificar-se no posto de fronteira externa do Aeroporto de Lisboa (3 551), seguido do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto (110).



2. Vistos concedidos em postos de fronteira

Durante 2003, foram concedidos, nos postos de fronteira, um total de 5.600 vistos (verificando-se um ligeiro aumento relativamente a 2002, em que foram concedidos 5.468 vistos), sendo que 4 832 correspondem a vistos de trânsito (VT), 607 a vistos de curta duração (VCD) e 170 a vistos especiais (VE). É de esclarecer que este último tipo de visto é concedido a quem, por motivo justificado, não pode obter previamente um visto em consulados.

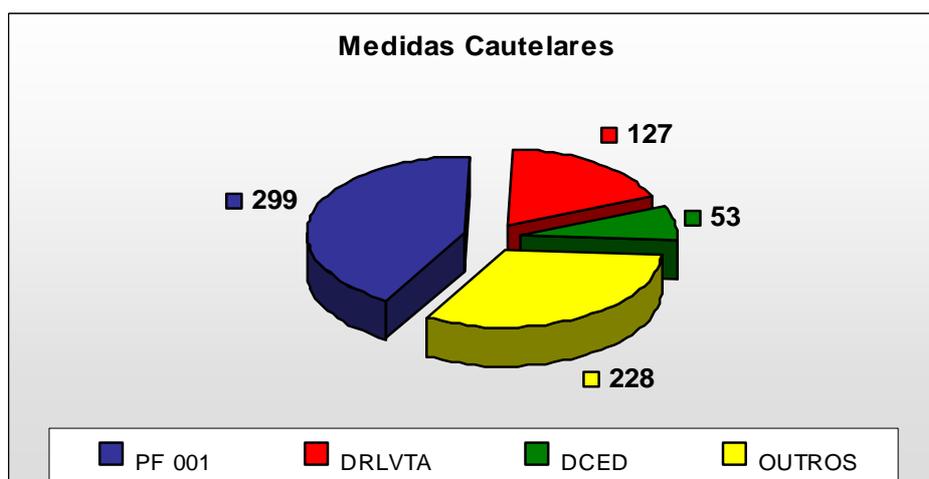


No que respeita ao controlo de entrada, que se cinge quase exclusivamente aos postos de fronteira externa aérea e marítima, pode dizer-se que a qualidade dos fluxos não diverge substancialmente do que tem sido tradicional, com destaque para os PALOP's e Brasil.

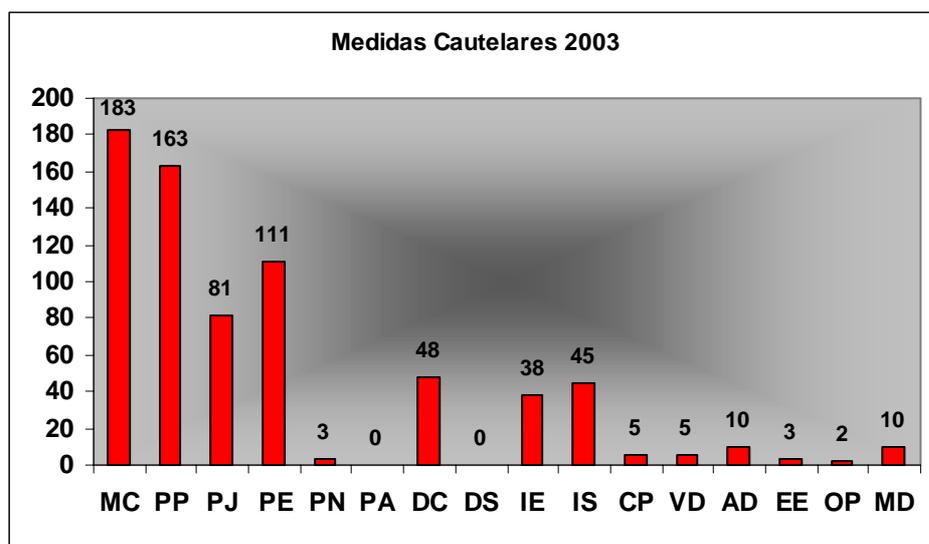
Há, todavia, que ter em conta que, presentemente, em resultado das regras de Schengen, a maioria da população estrangeira proveniente de países terceiros teve acesso a território nacional por fronteiras não controladas e munidos de vistos emitidos por outros países Schengen.

3. Medidas cautelares detectadas

Até 31 de Dezembro de 2003, foram detectadas 707 medidas cautelares, destacando-se, no número de detecções efectuadas, o Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (299) e a Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (127).



De referir que, destas, 183 correspondem a mandados de captura, 163 correspondem a pedidos de paradeiro por parte de autoridade policial e 111 a pedidos de paradeiro nos termos do artºs 103, nº 1, 119 a 123 do regime de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros



(Processo de expulsão).⁶

⁶ MC - Mandado de Captura; PP – Paradeiro Autoridade Policial; PJ – Paradeiro Autoridade Judicial; PA – Paradeiro para Asilo; PE – Paradeiro Art. 103, 119 a 123 DL 244/98; PN – Paradeiro para Notificação; DC – Declaração de Contumácia; DS – Detecção Simples; IE – Interdição de Entrada; IS – Interdição de Saída; CP – Cumprimento de Pena; VD – Vigilância Discreta; AD – Adulto Desaparecido; MD – Menor Desaparecido; OP – Oposição ao progenitor

4. Inquéritos/processos crime e tipos de crime participados e em investigação

Em termos da actividade de investigação criminal, haverá que referir o facto de o número de processos crime distribuídos ao SEF para investigação ter apresentado alterações pouco significativas. Aos cerca de 326 distribuídos no ano transacto, surgem 310 distribuídos durante 2003.

Convirá ter em conta que este número (310) não deve ser confundido com o número total de registos sob NUIPC que é feito nos diversos departamentos do SEF por flagrante ou existência de indícios da prática de ilícitos criminais, o qual ascende a 526. No entanto, apenas parte destes é devolvido ao SEF para investigar, sendo os restantes provenientes de outras entidades/ou autoridades (GNR; PSP; PJ; etc), após delegação de competência do Ministério Público.

- REGISTOS (NUIPC) DE PROCESSOS CRIME DISTRIBUÍDOS AO SEF PARA INVESTIGAÇÃO, POR COMPETÊNCIA DELEGADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – é indicado o número total de registos sob NUIPC cuja competência para investigar foi delegada pelo Ministério Público nos diversos departamentos do SEF onde é feita investigação criminal (sejam registos próprios, de outro departamento do Serviço ou de entidades/autoridades externas).

- DR Norte = 35
- DR Centro = 16
- DR Algarve = 63
- DR Açores = 7
- DR Madeira = 0
- DCIPAI = 189
- Total = 310**

- NÚMERO DE DETENÇÕES EFECTUADAS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES – é indicado o número total de detenções efectuadas durante a fase de inquérito em processos crime cuja competência para investigar foi delegada pelo Ministério Público nos diversos departamentos do SEF onde é feita investigação criminal (não são incluídas as detenções para efeitos de processo administrativo de expulsão, nem as detenções em flagrante já discriminadas).

- DR Norte = 5
- DR Centro = 8
- DR Algarve = 4
- DR Açores = 0

- DR Madeira = 0
- DCIPAI = 37
- Total = 54**

- NÚMERO DE PRESOS PREVENTIVOS – é indicado o número total de presos preventivos em processos crime cuja competência para investigar foi delegada pelo Ministério Público nos diversos departamentos do SEF onde é feita investigação criminal (não são incluídas as prisões preventivas em sede de processo administrativo de expulsão).

- DR Norte = 2
- DR Centro = 1
- DR Algarve = 8
- DR Açores = 0
- DR Madeira = 0
- DCIPAI = 26
- Total = 37**

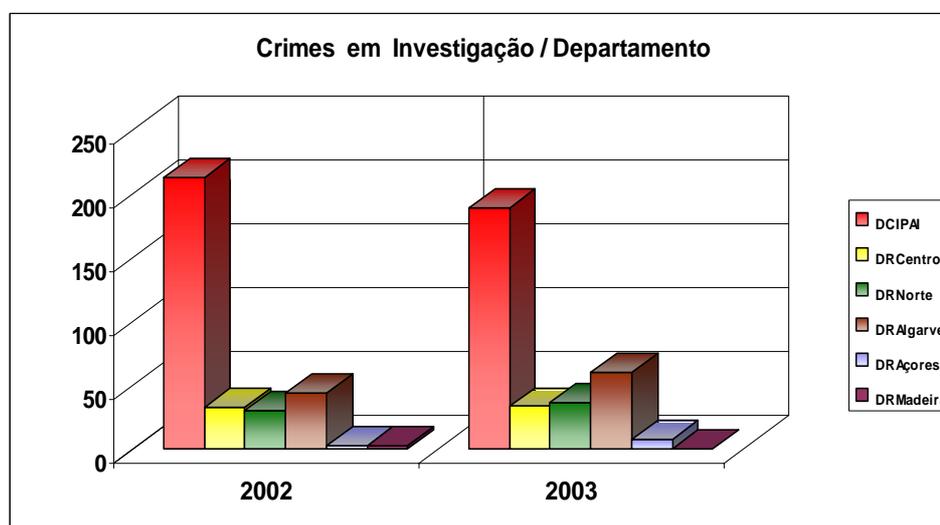
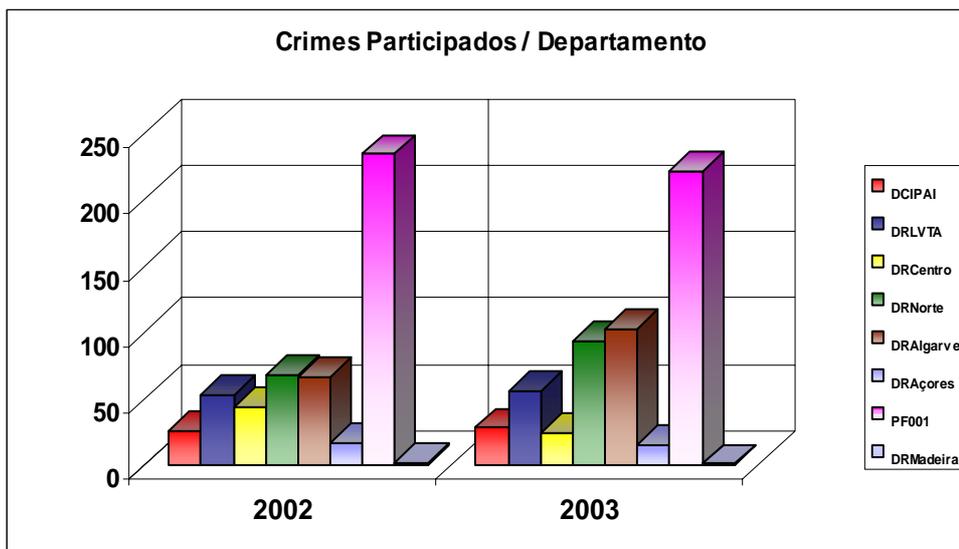
Apresentam-se, nos gráficos que seguem, dados relativos aos tipos de crime participados e em investigação, estabelecendo-se a comparação entre o ano em análise e o ano anterior e a sua distribuição departamental.

A maioria dos tipos de crime sobre os quais incidiram as participações e investigações do SEF, nestes dois anos, remetem, obviamente, para os relacionados com a exploração da imigração ilegal em Portugal.

A maioria das participações com origem nos postos de fronteira teve como base a existência de indícios da prática de crimes de falsificação de documentos, utilizados por imigrantes ilegais, sobretudo na saída de território nacional, quando da tentativa de imigrar clandestinamente para outros países, nomeadamente Reino Unido, EUA e Canadá.

Ainda que não resulte evidente dos gráficos, em 2003, assume particular relevo a celebração de casamentos entre cidadãos estrangeiros e cidadãs portuguesas – em grande número e com destaque para nacionais de países asiáticos e africanos – com o objectivo único de aceder a um título de residência, indiciando a prática de crimes como a falsificação de documentos e o auxílio à imigração ilegal.

Refira-se, também, que, no ano 2003, foram desencadeadas e coordenadas pela DCIPAI operações de grande envergadura e que culminaram no desmantelamento de 5 redes organizadas de auxílio e exploração da imigração clandestina.



5. Acções de fiscalização

No que concerne à actividade de fiscalização desenvolvida pelas Direcções Regionais durante 2003, foram efectuadas 725 acções, cuja distribuição por Direcção se apresenta de seguida:.

ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

	DRNorte	DRCentro	DRLVTA	DRAlgarve	DRMadeira	DRAçores	TOTAIS
Só SEF	117	173	71	17	16	47	441
Conjuntas	26	171	76	7	1	3	284
	143	344	147	24	17	50	725

6. Fraude documental

Foram registadas, durante 2003, 1020 detecções de fraude documental, número este que corresponde a um aumento, relativamente ao ano anterior, de cerca de 6,5%.

Destas, 848 foram detectadas no PF 001-Aeroporto de Lisboa, 53 na DRC Posto Misto de Vilar Formoso, Delegações da Guarda e Castelo Branco e 52 no PF 002-Faro, para referir os três locais com maior número de detecções.

LOCAIS DE DETECÇÃO⁷

PF001	PF002	PF003	DRC	PF007	DRLVTA	OUTROS	DEL. PORTIMÃO	GAR
848	52	41	53	1	5	14	8	1

- Dos 523 documentos da União Europeia detectados com fraude, 224 são passaportes, 135 bilhetes de identidade e 134 autorizações de residência.

Nestes documentos, predominam as contrafacções (197), seguindo-se a substituição de fotografia (139) e o uso de documento alheio (131).

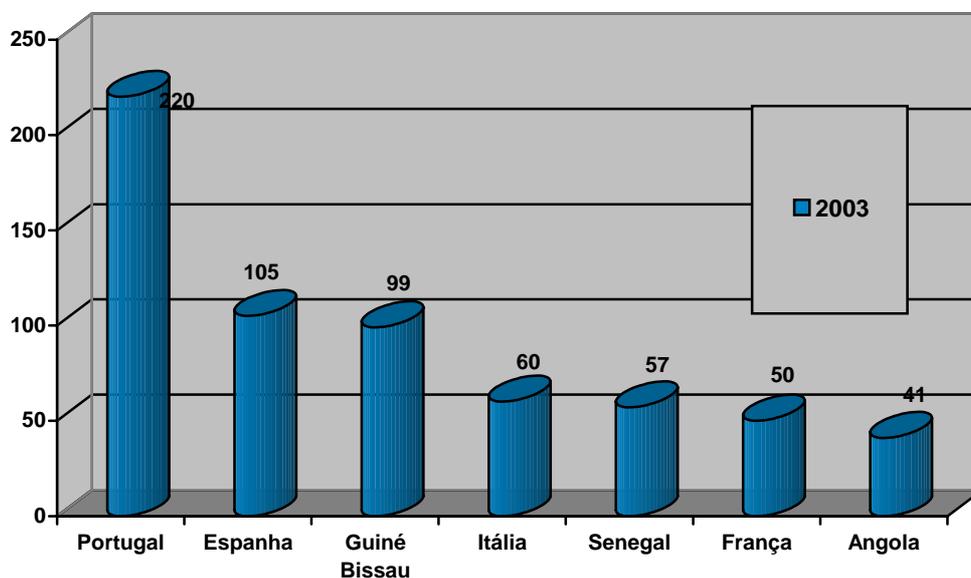
Os documentos europeus mais utilizados são os portugueses (220) e os espanhóis (105). No que respeita aos documentos portugueses convirá realçar o facto de ter aumentado significativamente o número de Bilhetes de Identidade (de 59 em 2002, para 92) e de autorizações de residência utilizados (de 28 em 2002 para 57 em 2003).

- Dos PALOP's, foram detectados 151 documentos, dos quais 139 passaportes, sendo que o tipo de falsificação mais utilizado é o uso de documento alheio (51) e a substituição de fotografia (47).

Entre os passaportes, destaca-se a Guiné Bissau (90) e Angola (40).

⁷ PF 001 – Aeroporto de Lisboa; PF 002 – Aeroporto de Faro; PF 003 – Aeroporto do Porto; DRC – Direcção Regional do Centro (inclui PMVilar Formoso); PF 007 – Aeroporto de Ponta Delgada; DRLVTA – Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (inclui PMCaya); OUTROS – Postos de Atendimento; GAR – Gabinete de Asilo e Refugiados.

NACIONALIDADES MAIS FREQUENTES DOS DOCUMENTOS ALTERADOS



- Nos casos em que é possível confirmar a nacionalidade do portador de documentos com fraude, destaca-se a Guiné-Bissau com 103 documentos (dos quais 45 são passaportes guineenses e 44 são passaportes e autorizações de residência portugueses), e Angola com 95 (dos quais 64 são portugueses).

Refira-se ainda o Brasil com 60 documentos fraudulentos (dos quais 30 são brasileiros e 18 portugueses) e ainda o Senegal com 51 detecções (das quais 30 são documentos senegaleses e 14 são italianos).

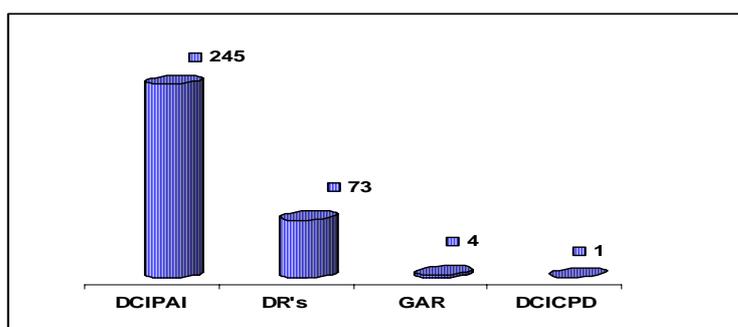
- O país de proveniência do maior número de documentos fraudulentos é a Guiné-Bissau, com 170, seguida do Senegal, com 166.

Como principais destinos dos utilizadores de documentos fraudulentos surgem a Grã-Bretanha (166) e os Estados Unidos (42).

- Refira-se ainda a utilização de vistos dos Estados Unidos da América falsos/falsificados em passaportes brasileiros, num total de 18 ocorrências.
- Ao nível da fraude documental, convirá dar nota que foram detectadas, em diversos países, sobretudo na França, Bélgica e Alemanha, 40 vinhetas portuguesas furtadas em branco e que, destas, 24 foram utilizadas por cidadãos iraquianos (8) e iranianos (16).

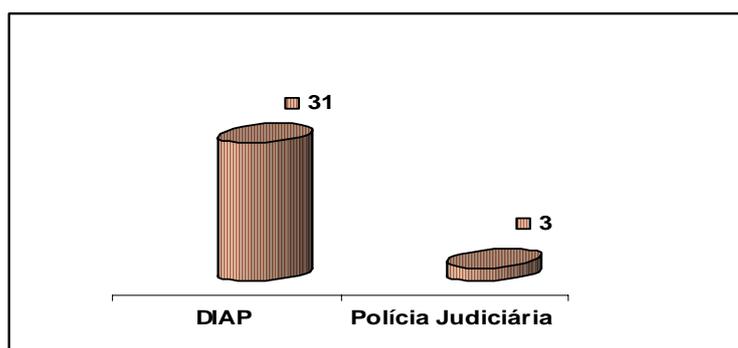
Ainda relativamente à detecção de fraude documental, e para além do registo das notas sumárias de fraudes detectadas, quer no controlo de fronteiras quer durante acções de fiscalização, convirá referir que foram produzidos 357 relatórios periciais, que se distribuem pelas entidades que os solicitaram:

Internas:



8

Externas:



Os números aqui revelados não se afastam significativamente dos registados no ano anterior.

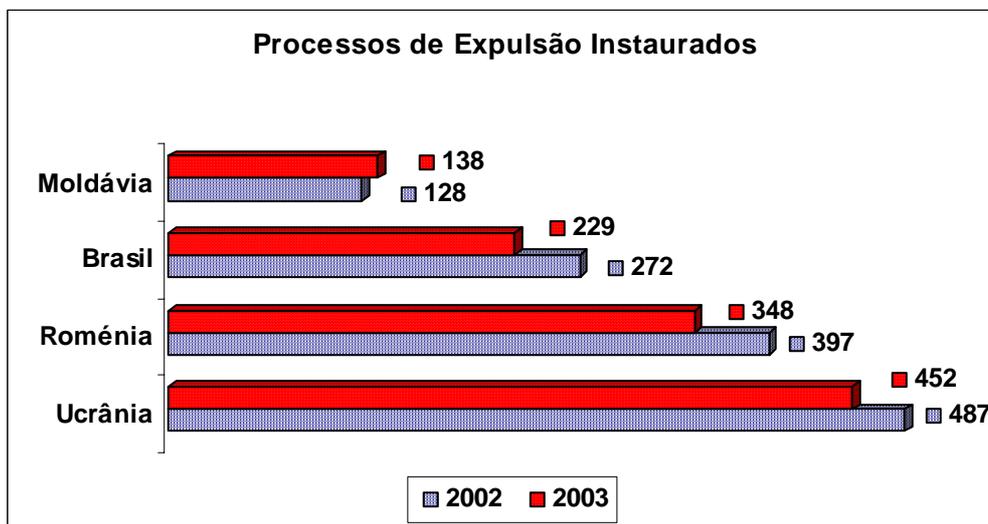
Com medidas adoptadas junto das companhias aéreas pela intensificação do controlo na origem, as ocorrências reduziram substancialmente.

Mais uma vez se acentua a importância de um conceito lato de controlo de estrangeiros que se não pode circunscrever à ideia estática de controlo em posto fronteiriço.

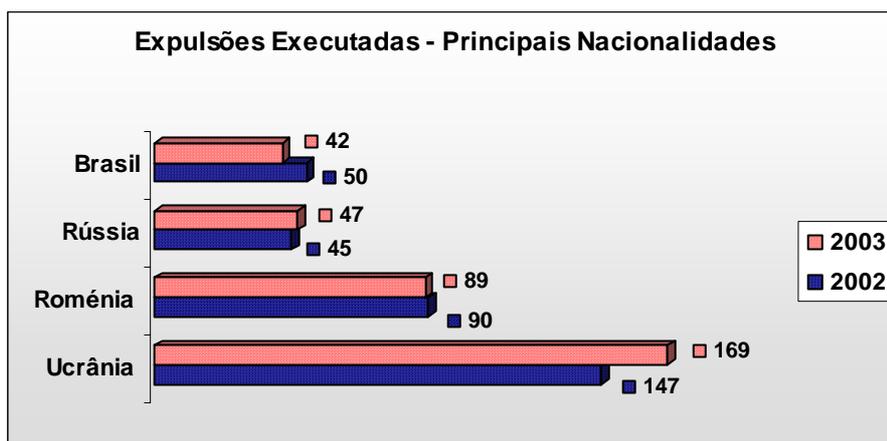
⁸ DCIPAI – Departamento Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação; DR's - Direcções e Delegações Regionais; GAR – Gabinete de Asilo e Refugiados; DCICPD – Direcção central de Imigração, Controlo e Peritagem Documental

7. Expulsões

Foram instaurados, até 31 de Dezembro de 2003, 1948⁹ processos de expulsão administrativa, o que não apresenta alterações significativas relativamente ao ano anterior, em que foram instaurados 2.007 processos. As cinco nacionalidades mais representativas são as seguintes:



Foram executadas, durante o mesmo período, 511¹⁰ decisões de expulsão, sendo que este total engloba as referentes a processos de expulsão administrativa (420) e as referentes a penas acessórias (91), destacando-se, nos fundamentos destas últimas, o tráfico de estupefacientes (60) e a extorsão (7).

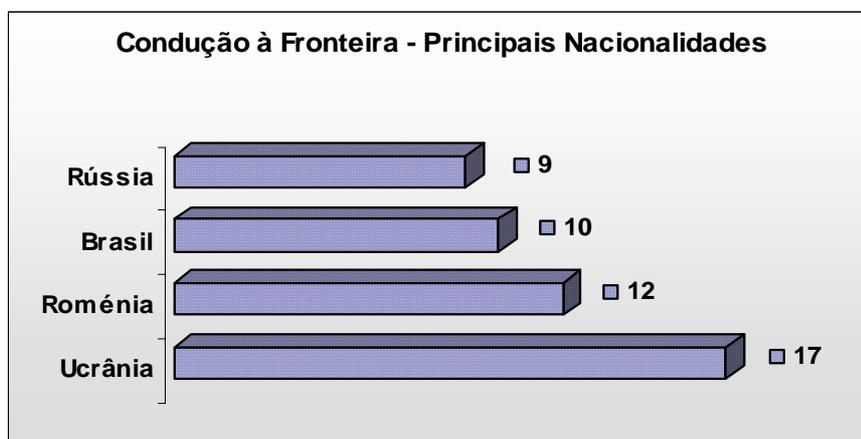


⁹ Dados provisórios – não incluem a DRNorte.

¹⁰ Idem

8. Condução à fronteira

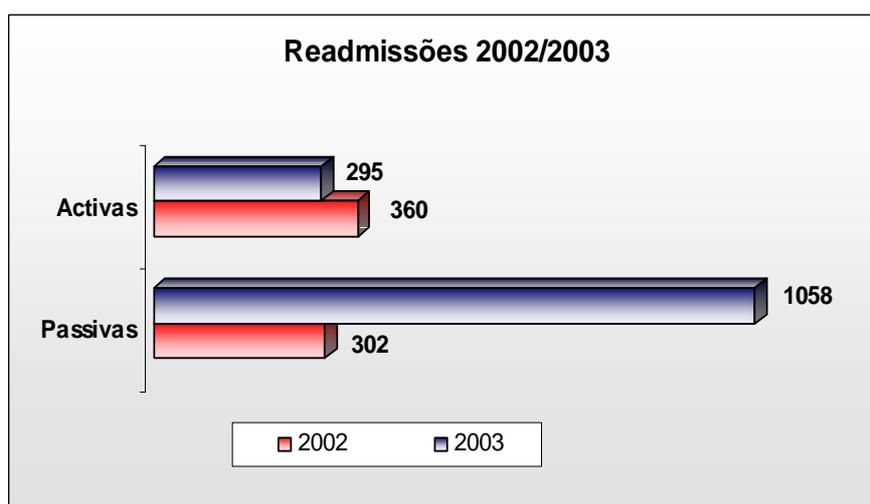
Com as alterações legislativas do DL nº 34/2003, surgiu uma nova medida de afastamento, a “condução à fronteira”, que apresentou um número total de 60, com especial destaque para as seguintes nacionalidades:



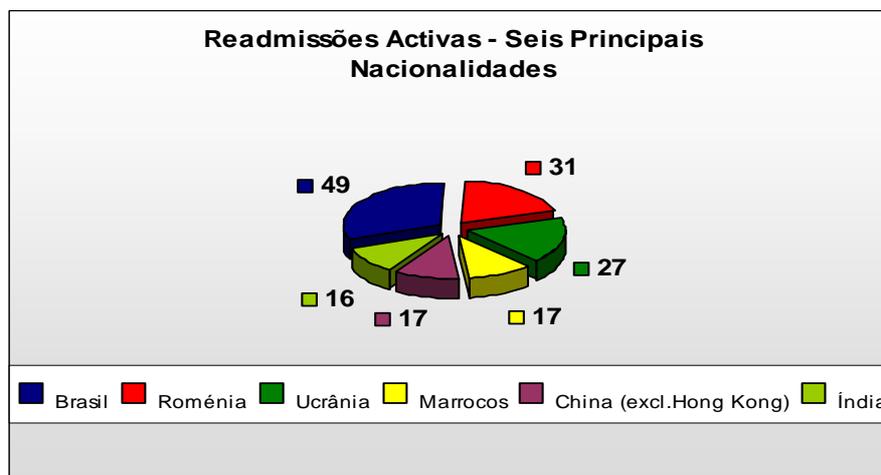
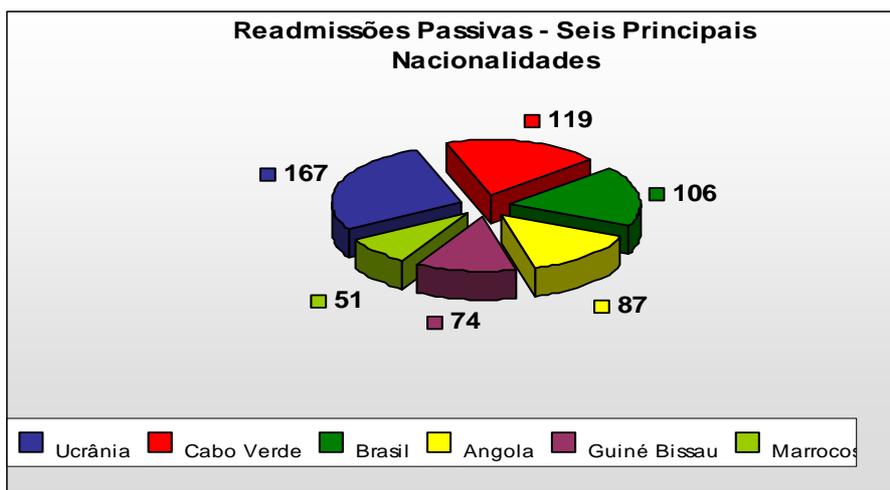
9. Readmissões

No que concerne a readmissões passivas, registaram-se, durante 2003, 1058, o que constitui um aumento significativo.

As readmissões activas totalizaram 295, o que corresponde a um decréscimo relativamente a 2002.

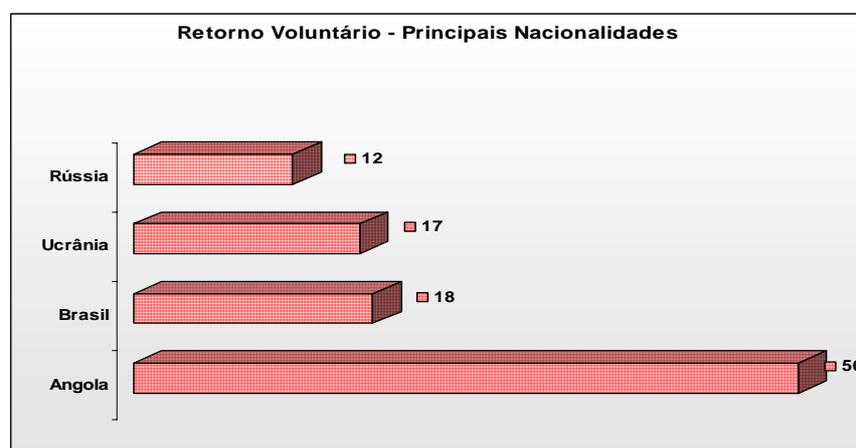


Do gráfico resulta evidente o aumento exponencial das readmissões passivas, podendo este resultar do processo de “regularização” levado a cabo através da concessão de Autorizações de Permanência.



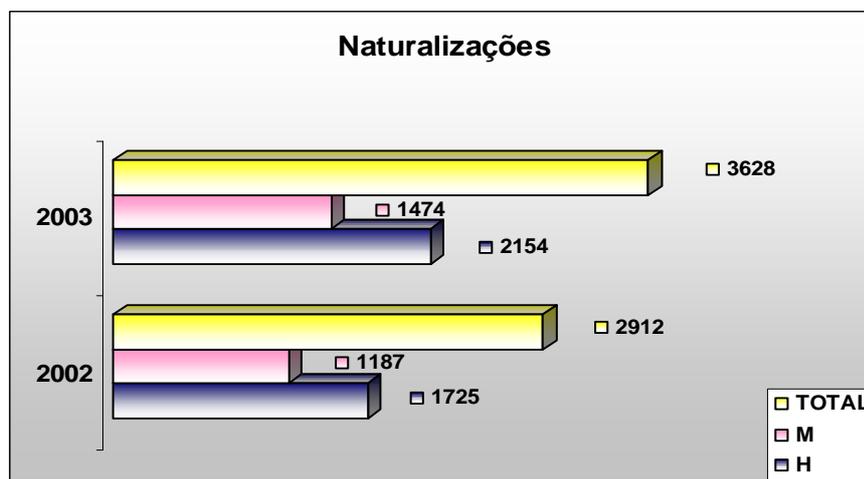
10. Retorno Voluntário

Ao abrigo do Programa de Retorno Voluntário, resultante de Protocolo estabelecido com a OIM, foram apresentados 115 pedidos de regresso voluntário (Artº 159º do DL 244/98, de 8 de Agosto), verificando-se uma diminuição relativamente ao ano anterior, em que se registaram 133 pedidos. No entanto, destacam-se, as seguintes nacionalidades:



11. Aquisição de nacionalidade portuguesa por naturalização

Entraram, durante o ano em análise, 3.628 pedidos de aquisição de nacionalidade portuguesa por naturalização, mantendo-se a tendência para um aumento significativo destes. No ano transacto o total de pedidos entrados foi de 2.912.

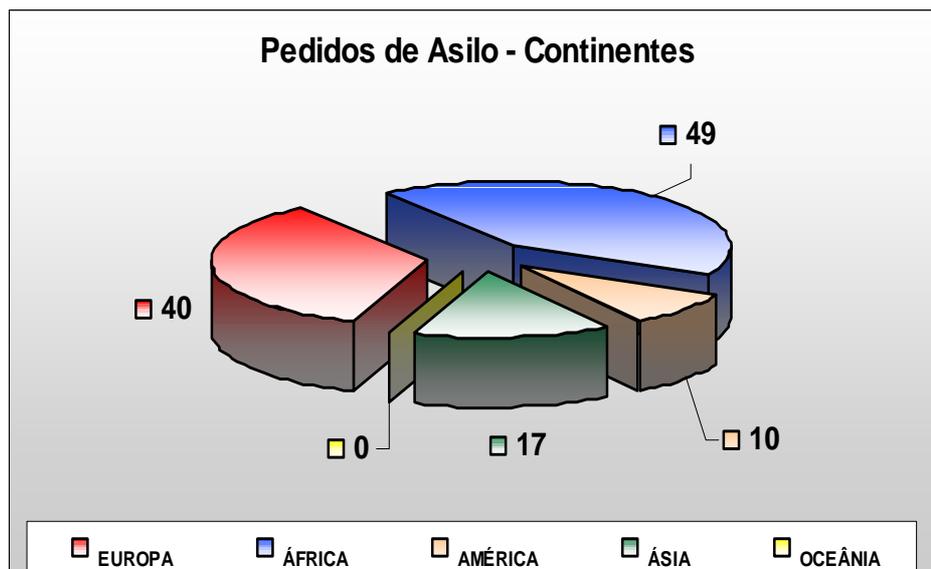


A maioria destes pedidos continuam a ser formulados por cidadãos nacionais de países lusófonos, conforme se observa do gráfico infra.



12. Pedidos de asilo

Até 31 de Dezembro de 2003, foram registados 116 pedidos de asilo (88 requerentes + 28 respeitantes a agregado familiar), destacando-se, de entre os países da nacionalidade destes requerentes, Angola (10+7), a República Federal da Jugoslávia (5+6) e Federação a Russa (7).



13. Sistema de Informação Schengen

- *Descoberta de Indicações Schengen em território nacional*
 - Pessoas procuradas para detenção para efeitos de extradição (art. 95º): 8
 - Estrangeiros inadmissíveis indicados por outros Estados (artº 96º): 189
 - Dados relativos a pessoas desaparecidas (pedidos de paradeiro) (art. 97º): 7
 - Pedidos de paradeiro de autoridades judiciárias (art. 98º): 77
 - Pedidos de vigilância discreta (art. 99º): 8
 - Documentos furtados indicados por outros Estados (artº100º): 56
 - Veículos roubados (art. 100º): 1
- *Validações efectuadas pelo SEF (art. 96º): 679*

FORMAÇÃO

Neste ponto, refere-se a formação ministrada a funcionários do SEF, quer por formadores internos, quer por entidades formativas externas, bem como a formação ministrada por formadores do SEF a entidades externas.

Estão contempladas as acções executadas constantes do Plano de Formação 2003, assim como as que foram sendo propostas em função de oportunidades formativas que surgiram à margem desse plano.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Neste ponto, e para além da formação em tiro (que tem uma regularidade semestral e que abrange os 576 funcionários da Carreira de Investigação e Fiscalização), foram abrangidos 140 funcionários na frequência das acções que a seguir se enunciam:

Base de Dados ACCESS (INA - 2 funcionários)

A Folha de Cálculo EXCEL: nível 2 (INA – 1 funcionário)

A Folha de Cálculo EXCEL: nível 3 (INA – 1 funcionário)

Estatística: os números, tratamento e interpretações (INA – 1 funcionário)

Microsoft Project (INA - 1 funcionário)

Curso Integrado para Assistentes Administrativos (CEFOMAP - 1 funcionário)

Técnicas de Arquivo (CEFOMAP – 1 funcionário)

Conferência “O Fenómeno da Imigração Ilegal de Leste – Combate e Cooperação Policial” (PSP – 13 Funcionários da CAIF e CIF)

Cobrança de Receitas e realização de Despesas (2 sessões - 15 funcionários da CAIF e CIF)

Direito Disciplinar na Administração Pública (INA – 2 funcionários)

Seminário “Como financiar a Formação na Administração Pública” (INA)

Negociação e Mediação na Resolução de Conflitos (STE)

A Direcção do Inquérito e a Investigação Criminal (IGAI)

Acção de Formadores em Cooperação Policial (CIF, PSP, GNR)

Seminário “Structures Administratives et Gestion de Personnel: Analyse Comparative” (INA – 2 funcionários)

Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores (INA – 15 formadores do SEF)

Formação em EXCEL para Contabilidade (2 sessões – 24 funcionários)

Conferência “Regras Gerais sobre Polícia: o artigo 272º da CPR” (IGAI – 5 funcionários)

Curso de Seguidmentos e Vigilância (16 funcionários CIF)

Conferência ao Curso Geral de Guerra (Força Aérea Portuguesa)

Curso Geral de Informações (SIS - 2 funcionários)

Curso de Explosivos, Munições, Balística e Tiro (Escola Naval – 3 funcionários)

Curso de WORD Avançado (STE - 1 funcionário)

Palestra “O Regime Jurídico das Polícias Municipais” (IGAI – 10 funcionários)

1º Seminário Transfronteiriço Portugal-Galiza sobre Prostituição e Tráfico de Mulheres, para fins de Exploração Sexual (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres – 10 funcionários)

Conferência “Imigração de Leste: debate da Fundação Gulbenkian” (Fundação Calouste Gulbenkian)

Colóquio Internacional “À procura de um caminho para a Integração” (Goethe Institut)

Seminários “O Uso de Armas de Fogo pelos Agentes Policiais” (IGAI – 5 funcionários)

Jornadas de Segurança na Plataforma (1 funcionário)

FORMAÇÃO DE FORMADORES

Neste âmbito, foram abrangidos 21 funcionários, que realizaram o Curso de Formação Pedagógica de Formadores, através de duas instituições: o CCFSS e o INA.

FORMAÇÃO MINISTRADA PELO SEF A ENTIDADES EXTERNAS

Acção de Formação sobre Estrangeiros e Fraude Documental (15 formadores da GNR e PSP) (CCFFSS)

Anti-Terrorismo: Detecção de Documentação Falsa (ISPJCC - CEPOL)

Acção de Formação sobre Estrangeiros (GNR – Brigada Fiscal)

A Circulação de Pessoas, Vistos, Imigração e Análise Documental (2 sessões - MNE)

Conferência Luso Espanhola sobre Documentação de Segurança e Fraude Documental (2 conferências – SEF, GNR, Guardia Civil)

Formação em Regime de Estrangeiros e Análise Documental (SERVISAIR)

Palestra “Imigrantes em Portugal: do sonho à realidade” (ISCSP)

Formação em Controlo de Fronteiras e Segurança de Documentos e Detecção de Fraude Documental aos funcionários do Serviço de Imigração de Moçambique (60 funcionários)

Formação ministrada pelos representantes do SEF integrados no corpo da UNMISSET a funcionários do Serviço de Imigração Timorense”

Sessão de Esclarecimentos sobre Documentação para Estrangeiros, Fraude Documental e Afastamento de Território Nacional (Destacamento da Brigada Fiscal, em Ponta Delgada)

Palestras no âmbito do Curso de Formação de Estagiários para a Polícia Judiciária (4 sessões)

Formação aos Técnicos da Associação cultural do Moinho da Juventude

Palestra no âmbito do 1º Seminário Transfronteiriço Portugal-Galiza sobre Prostituição e Tráfico de Mulheres, para fins de Exploração Sexual (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres)

Realização de palestras integradas em três cursos sobre o “Código Internacional de Segurança de Navios e Instalações Portuárias” (Tecnoforma)

Palestra ao 37º Curso de Trânsito (GNR)

Palestra no âmbito do 1º Curso de Investigação Criminal – Sargentos (GNR)

Acções de Formação aos Funcionários dos Centros de Apoio ao Imigrante de Lisboa e Porto (ACIME)

Formação aos Funcionários da Linha SOS Imigrante (ACIME)

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E MISSÕES NO ESTRANGEIRO

Durante o ano de 2003, o SEF participou num total de 284 reuniões, distribuídas da seguinte forma:

GRUPOS COM CHEFIA DA DELEGAÇÃO

GRUPOS COM PARTICIPAÇÃO DA DELEGAÇÃO

COMITÉ ESTRATÉGICO IMIGRAÇÃO
FRONTEIRAS E ASILO

Nº de reuniões: 14

GRUPO ALTO NÍVEL ASILO
MIGRAÇÃO

Nº de reuniões: 9

GRUPO MIGRAÇÃO (Admissão,
Afastamento e Readmissão)

Nº de reuniões: 27

GRUPO ASILO

Nº de reuniões: 16

GRUPO CIREFI

Nº de reuniões: 11

GRUPO FRONTEIRAS (Documentos
Falsos)

Nº de reuniões: 14

GRUPO SIS (SIRENE, SIS TEC,
SIS II)

Nº de reuniões: 52

COMITÉ IMIGRAÇÃO E ASILO
(Mobilidade Investigadora,
Observatório Migrações e
Peritos Estatísticos e
Integração)

COMITÉ DO ARTIGO 36º:

Nº de reuniões: 8

GRUPO VISTOS

Nº de reuniões: 14

AVALIAÇÃO COLECTIVA

Nº de reuniões: 4

GRUPO MULTIDISCIPLINAR CRIME
ORGANIZADO

Nº de reuniões: 5

GRUPO COOPERAÇÃO POLICIAL

Nº de reuniões: 8

GRUPO EUROPOL

Nº de reuniões: 3

GRUPO LIVRE CIRCULAÇÃO DE
PESSOAS

Nº de reuniões: 7

GRUPO SIRIS

Nº de reuniões: 1

CIVIPOL

Nº de reuniões: 1

GRUPO PHARE (Strategic

Nº de reuniões: 10

Steering Group)

Nº de reuniões: 4

COMITÉ EURASIL

Nº de reuniões: 5

COMITÉ FER

Nº de reuniões: 2

COMITÉ DUBLIN II

Nº de reuniões: 5

COMITÉ MODELO TIPO DE VISTO

Nº de reuniões: 1

COMITÉ EURODAC

Nº de reuniões: 2

COMITÉ RESPONSABILIDADE CIVIL
DOS TRANSPORTES

Nº de reuniões: 1

AVALIAÇÃO SCHENGEN

Nº de reuniões: 16

COMITÉ SOBRE O ESTATUTO E OS
DIREITOS DOS IMIGRANTES

Nº de reuniões: 1

COMITÉ ARGO

Nº de reuniões: 1

COMITÉ PARA MANUAL DE BOAS
PRÁTICAS – AFASTAMENTO

Nº de reuniões: 1

COMITÉ PERITOS PARA
IMPLEMENTAÇÃO IMIGRAÇÃO

Nº de reuniões: 1

OUTRAS REUNIÕES/PROJECTOS DA U.E.

OUTROS GRUPOS E

REUNIÕES EXTRA U.E.

Nº de reuniões: 3

GESTÃO DE FRONTEIRAS
EXTERNAS

Nº de reuniões: 2

PROJECTO "LAND BORDERS"

Nº de reuniões: 3

PROJECTO BRIDGE

Nº de reuniões: 1

PROJECTO RAC

Nº de reuniões: 2

PROJECTO MARE

Nº de reuniões: 1

PROJECTO MOLDUK

Nº de reuniões: 1

PROJECTO MIGRATION
MANAGEMENT

Nº de reuniões: 1

OPERAÇÃO LEDA

Nº de reuniões: 2

OPERAÇÃO ULISSES

Nº de reuniões: 1

OPERAÇÃO RIO IV

Nº de reuniões: 2

ASEM

Nº de reuniões: 1

CONSELHO DA EUROPA

Nº de reuniões: 5

GRUPO ICMPD

Nº de reuniões: 4

OCDE (MODO 4)

Nº de reuniões: 4

GRUPO BUDAPESTE

Nº de reuniões: 2

ECAC

Nº de reuniões: 1

IATA

Nº de reuniões: 1

ICAO

Nº de reuniões: 3

COMITÉ IMO

Nº de reuniões: 1

REUNIÕES DE PERITOS(várias)

Nº de reuniões: 9

OUTRAS REUNIÕES (várias)

Nº de reuniões: 13

SEMINÁRIOS(vários)

Nº de reuniões: 14

AVALIAÇÃO SCHENGEN ESPANHA

Nº de reuniões: 7

INVESTIMENTOS EM INFORMÁTICA E EQUIPAMENTO

No que respeita a investimentos, foram realizados os seguintes:

• Software informático -	106 812,04€
• Material de informática -	706 036,57€
• Maquinaria e equipamento -	<u>514 292,20€</u>
	1 327 140,81€

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

ASPECTOS GERAIS DA ACTIVIDADE

O Serviço de Informações de Segurança (SIS) procedeu à avaliação das tendências evolutivas da criminalidade organizada, das expressões internacionais do terrorismo e da sua repercussão interna, das actividades de espionagem atentatórias dos interesses nacionais e de outros fenómenos com contornos de potencial ameaça para o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido.

A cooperação entre os diversos serviços de informações dos países democráticos foi intensificada, sobretudo no campo da prevenção do terrorismo e das novas formas de criminalidade plurilocalizada. Também no campo da acção interna, o SIS reforçou a colaboração com as demais Forças e Serviços de Segurança, através da troca de informações operacionais e da participação em instâncias de coordenação, como por exemplo a Comissão de Segurança para o EURO 2004, o Gabinete Coordenador de Segurança e, neste âmbito, a UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorista).

SEGURANÇA DO EURO 2004

Em 2004, o Campeonato Europeu de Futebol constituirá um evento que suscitará atenção no âmbito da segurança interna.

Persistem as características fundamentais da violência desportiva no nosso País, tendo continuado a verificar-se a deslocalização da violência do interior dos estádios e do respectivo perímetro de segurança para o exterior dos mesmos, constatando-se que as deslocações e a presença de claques e grupos de adeptos em locais de convergência figuram como os principais factores de risco no contexto desportivo nacional actual.

A violência desportiva associada às claques nacionais não configura, por enquanto, um fenómeno de hooliganismo em sentido estrito, i.e., a instrumentalização da violência, utilizada de forma sistemática e planeada, por indivíduos agressivos infiltrados nas claques, por vezes envolvidos em actividades marginais e conotados com extremismos políticos. Todavia, confirmaram-se algumas das tendências dos últimos anos, prenunciando

um avanço paulatino na disseminação do espírito Ultra (a pertença à claqué tida como prioridade absoluta na vivência individual) pelos clubes da Superliga, a supremacia e o prestígio crescentes dos núcleos Ultra sobre os restantes membros da claqué e adeptos comuns e o agravamento qualitativo dos incidentes violentos.

CONTRA-TERRORISMO

No espectro da ameaça terrorista e tal como se tem verificado em anos anteriores, não foram recolhidos indícios consistentes da existência ou génese de qualquer grupo terrorista nacional, ou da utilização de movimentos radicais nacionais por organizações terroristas europeias.

O terrorismo de inspiração islâmica sunita constituiu a principal prioridade do SIS, embora sem descurar o acompanhamento e avaliação de outras ameaças nesta área.

Deste modo, para além do acompanhamento das actividades de organizações e indivíduos suspeitos de estarem conotados como o radicalismo islâmico e com redes de apoio logístico ou financeiro ao terrorismo, foi continuamente avaliada a ameaça terrorista em Portugal decorrente de outros fenómenos, nomeadamente do conflito israelo-palestino, do terrorismo separatista europeu, assim como dos de matriz ideológica.

No âmbito internacional, a ameaça terrorista representada pelas estruturas de matriz sunita, designadamente a Al Qaida, continua a ser a principal preocupação no combate ao terrorismo, tendo em conta que a intervenção armada no Iraque tem sido invocada como argumento a aduzir à lógica terrorista subjacente àquele grupo terrorista e seus associados.

No primeiro semestre de 2003, destaca-se o desmantelamento parcial de uma rede constituída principalmente por cidadãos oriundos do Norte de África, mantendo ligações a estruturas terroristas de inspiração islâmica noutros países e dedicando-se ao auxílio à imigração ilegal, à obtenção e falsificação de documentos e à recolha de fundos. Parte desses indivíduos residiram noutros países europeus com focos significativos de radicalismo. A sua vinda para Portugal foi posterior ao 11 de Setembro, tendo alguns deles antecedentes criminais na área do tráfico de estupefacientes e da falsificação de documentos.

O elevado grau de assimilação dos valores culturais portugueses por parte da comunidade islâmica nacional permite-nos considerar que esses suspeitos de actividades de apoio ao terrorismo não são representativos dessa comunidade.

Também os focos de radicalismo religioso islâmico sunita são, no nosso país, residuais, justificando-se no entanto o seu acompanhamento, dado constituírem normalmente uma antecâmara para o recrutamento de novos membros para as estruturas terroristas a operar na Europa, assim como um modo de obtenção de meios financeiros.

O espaço europeu continua a ser campo de desenvolvimento de actividades de recrutamento, apoio logístico e financeiro e de propaganda do terrorismo, podendo mesmo vir a tornar-se num alvo para a perpetração de atentados terroristas de matriz islâmica. Apesar de Portugal ter vindo a servir de plataforma para o desenvolvimento de certas actividades de apoio a células ou outras estruturas terroristas implantadas na Europa, não foram recolhidos, em 2003, indícios consistentes que suportem a existência de grupos terroristas ou o desenvolvimento de procedimentos preparatórios de atentados no nosso país. No entanto, foi reforçada a cooperação entre Forças e Serviços de Segurança na vertente preventiva do terrorismo.

Assim, e no plano nacional, destacam-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorista), que contribuíram para a agilização de processos entre o SIS, o SEF, a PJ e o SIEDM na luta contra o terrorismo. A existência de reuniões periódicas para a partilha de informação operacional e de pontos de contacto permitiu, através da coordenação, a rentabilização dos esforços despendidos por cada uma destas instituições.

No âmbito internacional, o intercâmbio de informações concretizou-se quer no plano bilateral, quer no multilateral, designadamente através de redes de troca de informações e no quadro dos grupos de trabalho a que Portugal pertence, dos quais se salientam a Célula Analítica da OTAN e o *Terrorism Working Group* do III Pilar da UE.

CONTRA-PROLIFERAÇÃO

Neste domínio, o ano transacto foi marcado por várias iniciativas de Fora internacionais em que o nosso País está representado. Foi criado um grupo do qual Portugal é membro fundador e ao qual pertencem também a

Alemanha, a Áustria, Espanha, os EUA, a França, a Holanda, a Itália, o Japão, a Polónia e o Reino Unido, visando a interdição e intercepção de transportes ou transferências de materiais passíveis de serem utilizados no desenvolvimento de armas de destruição maciça para países de risco. Esta iniciativa, chamada “Proliferation Security Initiative” (PSI), tem uma vertente política, uma vertente operacional e uma de informações, pelo que o Serviço de Informações de Segurança participa, quer ao nível nacional, quer internacional.

Para além da participação neste grupo e em reuniões de outros organismos internacionais relacionados com esta temática, o SIS continua a manter um acompanhamento permanente das actividades, em Portugal, das redes de *procurement* de países de risco. Estes têm vindo a ser cada vez mais discretos nas suas tentativas de aquisição clandestina, adoptando vários intermediários e procedendo a transferências através de terceiros países.

MÁFIAS INTERNACIONAIS

A expansão das comunidades estrangeiras em território nacional, especialmente leste europeias e asiáticas, tem favorecido a implantação, entre nós, das máfias desses países. Actualmente, as redes promotoras de imigração ilegal não se circunscrevem a essa actividade e estendem a sua acção à exploração das comunidades estrangeiras e ao recurso sistemático a múltiplas práticas criminosas, de entre as quais se destacam as tipologias criminais habitualmente ligadas às tríades, como por exemplo o jogo ilegal, a agiotagem, o branqueamento de capitais, as redes transcontinentais ligadas à prostituição e as redes de origem norte-africana ligadas ao narcotráfico e ao furto de veículos.

REDES INTERNACIONAIS DE TRÁFICO DE DROGA

No ano de 2003, diminuíram as quantidades de heroína e cocaína apreendidas em Portugal, reflectindo as tendências do ano anterior. Em consonância com alguns países europeus, registou-se também um decréscimo no volume de apreensões de ecstasy, possível sinal de uma estabilização no consumo destas substâncias entre nós. Por outro lado, verificou-se um incremento nas apreensões de haxixe.

BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

O sector bancário, as zonas francas e as actividades comerciais cujo objecto é a transacção de bens de elevado valor pecuniário, designadamente, o sector imobiliário e o comércio de automóveis de gama alta, foram as áreas que continuaram a apresentar maior grau de permeabilidade a fenómenos de branqueamento de capitais em Portugal.

No entanto, a crescente utilização de serviços de transferência de pequenas quantias de capital, fora dos circuitos bancários, por empresas especializadas nesta área, continuou a merecer especial atenção. Constatase que os processos de transferência informais e ilegais de capitais, designados como sistema hawala ou hundi, têm registado um aumento significativo em território nacional, devido ao aumento exponencial do número de imigrantes ilegais em Portugal e à conseqüente necessidade de escoamento dos capitais gerados para os seus países de origem. Face à impossibilidade de utilização dos sistemas legais, os imigrantes ilegais fazem uso de organizações criminosas internacionais dedicadas a este tipo de prática.

BURLAS INTERNACIONAIS

Uma análise sistemática revela a preponderância, em Portugal, de seis tipos de burlas internacionais: as burlas recorrendo a entidades bancárias, as que envolvem o mercado financeiro, o esquema da pirâmide, a burla nigeriana, a burla das notas pretas e a burla informática.

O advento desta actividade criminosa resulta da diluição das fronteiras económicas e do surgimento de novas tecnologias da informação, assim como da globalização do mercado e do aparecimento de novos meios electrónicos de pagamento e transferência instantânea de capitais.

CONTRA-ESPIONAGEM

Manteve-se o acompanhamento das actividades, no território nacional, de Serviços de Informações de países da Europa, África, Médio Oriente e Ásia.

Dada a sua importância estratégica no quadro das Alianças e Organizações Internacionais de que Portugal é membro, tem merecido especial acompanhamento a situação de alguns países de Leste e a presença e actividades de elementos dos respectivos Serviços de Informações no nosso país, que em alguns casos apresentam um visível recrudescimento. Tem-se verificado a tentativa de controlo hostil, por parte de países terceiros, das principais associações de cidadãos de Leste recentemente constituídas em território nacional.

O Serviço continuou atento às movimentações em território nacional em prol de interesses estratégicos eventualmente conflituantes com o interesse nacional e que possam fazer perigar a segurança interna.

ACTOS CONTRA O ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO

À semelhança de anos precedentes, não se registaram, neste âmbito, ameaças graves à Segurança Interna ou ao regular funcionamento das instituições democráticas.

Os grupos neonazis e algumas franjas radicais ultranacionalistas, muito embora mantenham intactas as suas convicções quanto ao concurso vital da violência para a luta política, encontraram resistências quanto ao alargamento da sua base social de apoio, à renovação geracional, à cooperação entre as várias tendências e à afirmação internacional.

DIRECÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA (DGAM)

INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta-se à actividade desenvolvida, ao longo de 2003, pelos órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN), no âmbito da segurança interna.

Este relatório versa essencialmente, a acção desenvolvida pelos Comandos Regionais e Locais da Polícia Marítima, nas áreas de jurisdição marítima dos Departamentos e respectivas Capitánias.

A legislação em vigor refere que a Polícia Marítima (PM) é uma força policial, armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao Sistema de Autoridade Marítima (SAM) e composta por militares da Marinha e agentes militarizados. Ao pessoal da PM, considerado órgão de polícia criminal, compete garantir e fiscalizar o cumprimento da lei nas áreas de jurisdição com vista, nomeadamente, a preservar a regularidade das actividades marítimas e a segurança e os direitos dos cidadãos.

A PM, estrutura operacional da AMN, é uma polícia de especialidade particularmente orientada para a fiscalização das actividades e usos no domínio público marítimo (águas e terrenos públicos da orla costeira) e para o policiamento marítimo, com vista à salvaguarda da segurança marítima e balnear, do controlo da navegação e do salvamento marítimo.

A PM tem o seu dispositivo distribuído pelos 5 Comandos Regionais e 28 Comandos Locais, instalados nas principais localidades portuárias do litoral, do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

SITUAÇÃO GERAL

A actividade que é desenvolvida no âmbito da segurança interna, pela estrutura da AMN, embora representando apenas uma parcela complementar das múltiplas atribuições que lhe estão cometidas, tem merecido a melhor atenção e empenho.

O quadro do pessoal da Polícia Marítima encontra-se praticamente preenchido, estando em curso um continuado esforço de renovação dos efectivos.

No âmbito do reequipamento, apesar dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos, ainda não foi possível alcançar a desejável renovação dos meios materiais, existindo algumas limitações, nomeadamente a nível de meios navais, que se espera ver colmatadas no curto/médio prazo.

Importa salientar que, embora a área terrestre de jurisdição da PM seja restrita, esta não deixa de reflectir, à sua escala (áreas de uso balnear e ou do Domínio Público Marítimo), a conflitualidade que se verifica no todo nacional, a que acresce referir a particularidade que o factor sazonalidade da época estival lhe introduz e a profundidade que a área marítima lhe confere.

Embora, quer a dimensão dos efectivos da PM, quer a extensão da sua área de actuação levem a que o número de participações não tenham grande peso no universo nacional, elas são bastante significativas em termos relativos e de grande relevância para todos os que desenvolvem a sua actividade nessa área ou que, de alguma forma, usufruem dessa parcela tão apetecível do território nacional que é a orla costeira.

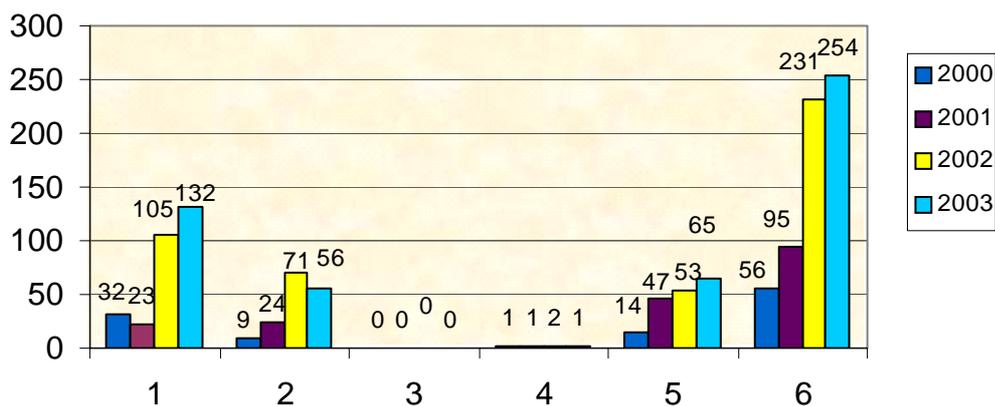
PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE

Analisados os dados referentes a 2003, reportados pelos Comandos Regionais e Locais da Polícia Marítima, constata-se um ligeiro aumento generalizado de ocorrências relativamente aos anos anteriores.

No entanto, importa referir que face à necessidade de se adoptar para o mapa de actividade significativa, uma moldura igual à utilizada pelas restantes Forças e Serviços de Segurança, após 2001 procedeu-se à adequação de alguns parâmetros, o que poderá ter introduzido alguma distorção nos valores referentes aos crimes violentos, onde se verifica o maior aumento de ocorrências.

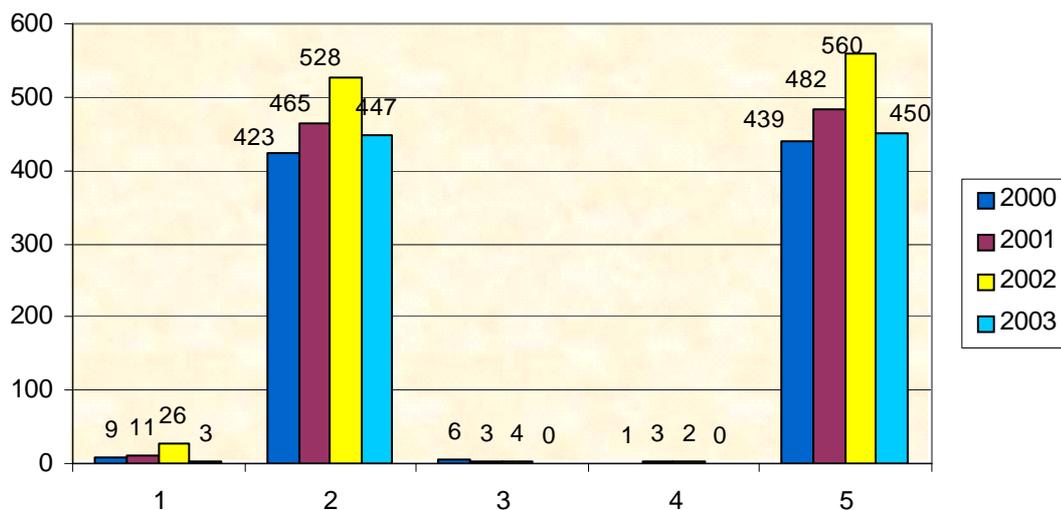
CRIMES VIOLENTOS

- 1- Contra as Pessoas
- 2 - Contra o património
- 3 - Contra a paz e a humanidade
- 4 - Contra a Sociedade
- 5 - Contra o Estado
- 6 - Total



OUTROS CRIMES

- 1 - Roubos com armas
- 2 - Roubos/Furtos
- 3 - Crimes rel. a estupefacientes
- 4 - Delinquência juvenil
- 5 - Total

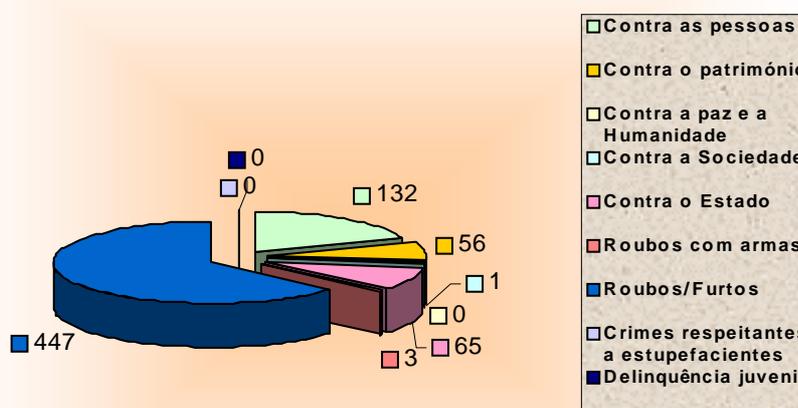


Mesmo assim, não deixa de ser evidente uma diminuição de ocorrências nos restantes parâmetros.

ROUBOS E FURTOS

Dos crimes registados pela PM, continuam a apresentar maior significância os que são cometidos sem recurso à violência, contra bens, nomeadamente os furtos de embarcações e bens existentes a bordo, mercadorias diversas nos portos e os furtos a pessoas.

CRIMES 2003

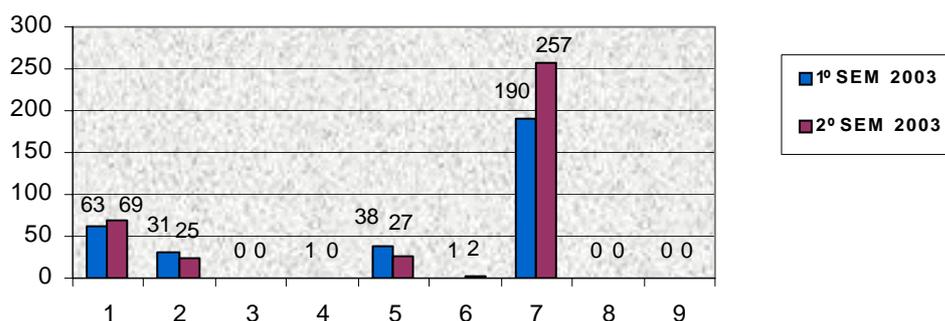


Fazendo uma análise comparativa entre os dois semestres de 2003 (mapa seguinte), verifica-se que no 2º semestre se nota um acréscimo dos furtos a pessoas, nomeadamente por esticção, com incidência na época balnear.

Também os furtos a embarcações, habitações e a equipamentos e apoios de praia registaram nesse semestre um ligeiro aumento.

CRIMES

- 1 - Contra as pessoas
- 2 - Contra o património
- 3 - Contra a paz e a Humanidade
- 4 - Contra a Sociedade
- 5 - Contra o Estado
- 6 - Roubos com armas
- 7 - Roubos/Furtos
- 8 - Crimes relativos a estupefacientes
- 9 - Delinquência juvenil

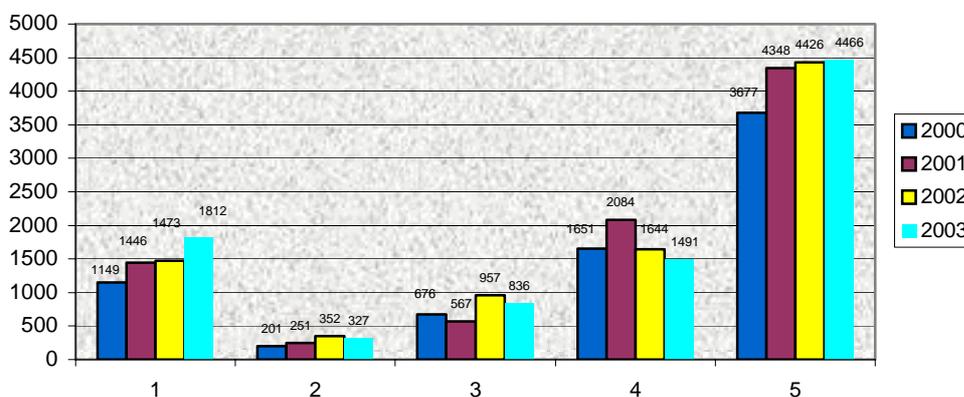


CONTRA-ORDENAÇÕES

O acréscimo das contra-ordenações também é um indicador que evidencia a existência de um comportamento pouco cívico, atentando contra interesses públicos como os relativos às pescas, à fruição ordenada da orla costeira, nomeadamente das praias, e à navegação.

CONTRA ORDENAÇÕES

- 1 - Pesca
- 2 - Navegação
- 3 - DPM
- 4 - Outras
- 5 - Total



DELINQUÊNCIA JUVENIL E GRUPAL

A nível da delinquência juvenil e/ou grupal, não há a assinalar casos significativos dignos de realce, continuando a registar-se algumas ocorrências nos transportes colectivos fluviais do Tejo, com a prática de roubos a passageiros, por vezes acompanhados de actos de vandalismo.

DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA À AUTORIDADE

Actos de desobediência e resistência à autoridade continuam a ocorrer, protagonizados essencialmente por indivíduos envolvidos na pesca ilegal, nomeadamente na apanha de meixão e na actividade de mergulho na zona da Trafaria bem como por utentes em locais de diversão nocturna, especialmente quando sob o efeito do álcool.

Na costa do Algarve, particularmente junto à fronteira com Espanha, foram frequentemente detectadas embarcações espanholas em faina de pesca ilegal, entre as quais, embarcações do tipo “sugadoras”, que, ao serem detectadas, de imediato se põem em fuga para águas espanholas não acatando as ordens dadas pelas autoridades nacionais, o que, na generalidade, tem inviabilizado a sua autuação.

Contudo, em Maio de 2003 procedeu-se ao planeamento de algumas operações, designadamente na área de jurisdição da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António, onde o número destas embarcações espanholas a pescar ilegalmente, em simultâneo, chega, por vezes, a atingir mais de uma dúzia.

Presentemente ainda se mantém apreendida, em Olhão, uma embarcação espanhola (“El Ladrillo”) cujo mestre foi preso preventivamente (MAI03) sendo posteriormente libertado sob caução (JUL03), encontrando-se a aguardar o respectivo julgamento previsto para Abril de 2004.

Estas embarcações espanholas procuram dificultar a acção de fiscalização dos elementos da Autoridade Marítima, agindo de forma violenta e agressiva por um lado, por parte das tripulações e, por outro, com tentativas de abalroamento aos meios navais envolvidos, por parte dos mestres das citadas embarcações configurando, assim, crimes de desobediência e resistência à autoridade.

De sublinhar ainda que se tem verificado a existência a bordo destas embarcações de pesca espanholas, de cães pertencentes a raças de grande

porte e reconhecida ferocidade, no intuito de dissuadir os agentes da PM de procederem à abordagem para inspecção e vistoria.

Esta situação, que tem vindo a causar algum mal-estar na comunidade piscatória local, encontra-se, presentemente, controlada graças ao reforço do dispositivo naval local da Polícia Marítima, com unidades navais da Marinha.

☐ SINISTRALIDADE MARÍTIMA

No âmbito da sinistralidade marítima, embora não se tendo verificado acidentes marítimos de grande dimensão e visibilidade, há a referir que no âmbito da Autoridade Marítima Nacional foram assistidas 687 embarcações, e efectuadas 188 saídas de socorro de que resultaram 271 acções de salvamento.

Por outro lado, durante a época balnear, na área de jurisdição marítima, embora haja a lamentar a ocorrência de 30 acidentes mortais, dos quais 18 ocorreram em zonas não vigiadas, importa referir que, no âmbito do programa de assistência aos banhistas, foram realizados 1034 salvamentos, 362 assistências com prestação de primeiros socorros e a detecção de 92 crianças perdidas.

Ainda na área da sinistralidade marítima, designadamente no tocante ao acidente com o navio “Prestige”, facto que mereceu particular atenção, face às consequências que poderiam advir para Portugal, têm-se mantido contactos permanentes com as autoridades espanholas e francesas, neste âmbito.

O dispositivo existente no âmbito da Autoridade Marítima e em conformidade com o Plano “Mar Limpo”, mantém a prontidão adequada à situação, envolvendo a participação de elementos das estruturas regionais e locais, podendo ser reforçadas por pessoal do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos. Em caso de necessidade, encontra-se prevista a intervenção de diversos departamentos do Estado, nomeadamente o Ambiente, a Protecção Civil, as Autarquias, as Autoridades Portuárias, etc.. Meios da Marinha e da Força Aérea continuaram a participar na prevenção e combate à poluição.

Salienta-se que a poluição marítima, constituindo uma agressão de âmbito económico que afecta particularmente o meio marinho e os ecossistemas, é

hoje assumida como uma das ameaças mais prementes para a segurança dos Estados costeiros.

☐ TERRORISMO

A realidade da situação internacional, a interdependência crescente e a mundialização dos acontecimentos sugerem que algumas organizações terroristas podem encontrar no mar um centro de operações perfeito para desenvolverem as suas actividades, uma vez que, em ambiente terrestre, aquelas se tornaram mais complexas e dificultadas, face às medidas de segurança, entretanto implementadas a nível global.

As actuações no ambiente marítimo podem, assim, constituir uma modalidade de acção alternativa, em face do citado reforço de medidas de protecção sobre os alvos potenciais em terra.

Na verdade, o mar pode ser uma via de comunicação privilegiada para a movimentação, quer de armas e outro tipo de equipamento, quer ainda de pessoas e de recursos financeiros, entre as bases logísticas e as células operacionais, em todos os Continentes, operando em navios mercantes de maior porte (com porto de registo e pavilhão de conveniência) bem como, em embarcações rápidas e de pesca.

Aliás, como referido pela Comissão Europeia numa comunicação ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: “ qualquer navio se pode tornar uma arma, (...), se não forem tomadas medidas de segurança e de controlo”.

A ameaça de terrorismo marítimo pode-se desenvolver e concretizar devido, quer à falta de segurança portuária, quer à falta de vigilância costeira.

Assim, o reforço da segurança portuária bem como o controlo e inspecção de carga contentorizada e ainda o controlo dos espaços marítimos requer complementaridade e sinergias, estando em curso, a nível internacional, algumas linhas de acção cujos programas visam o tratamento eficaz e eficiente de informação, designadamente, no âmbito do Global Container Security Initiative (GCSI) e da Proliferation Security Initiative (PSI).

Sublinhe-se, neste campo, que os EUA têm já implementadas diversas iniciativas conducentes à monitorização das cargas contentorizadas,

procedimento que pode começar nos portos de origem, em qualquer ponto do globo, e que faz uso de sistemas ultramodernos de vigilância e detecção.

A internacionalização do terrorismo poderá, eventualmente, conduzir a que o nosso país possa servir como plataforma para o desenvolvimento das suas actividades, quer como refúgio ou lugar de passagem, quer mesmo como palco para acções neste âmbito de cariz mais ou menos violento, o que exige o reforço da segurança costeira.

Assim, afigura-se que a interligação e acesso da Autoridade Marítima Nacional e sua estrutura ao sistema costeiro de vigilância e controlo de navios do tipo Vessel Traffic Service (VTS) – sistema cuja implementação terá de estar concluída, como preconizado na Directiva 2002/59/CE, de 17 de Junho de 2002, o mais tardar até 2009.

Ainda no âmbito daquela Directiva, são de referir os trabalhos que estão a ser desenvolvidos para a implementação de uma rede de informação para circulação entre Estados-Membros, relevante para o controlo dos navios e das suas cargas – especialmente no que respeita a cargas que possam constituir ameaças para o meio marinho. Esta rede (Safe Sea Net) será gerida internamente pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Torna-se, pois, necessário garantir e salvaguardar a interligação tutelar, funcional e operacional entre o emprego da vertente naval, através das unidades existentes sob a alçada do Comando Naval e o esquema costeiro dos órgãos locais da Autoridade Marítima, assumido pelas Capitánias.

Neste sentido, e numa altura em que a ameaça terrorista a nível mundial é assumida como relevante, a comunidade internacional desenvolveu um conjunto de iniciativas tendo em vista melhorar a protecção do transporte marítimo e da sua cadeia logística, adoptando o documento International Ship and Port Facility Security (ISPS Code), documento este com carácter estratégico, que resultou da alteração recente à Convenção Solas e que entrará em vigor em 01 de Julho de 2004.

É nuclear clarificar procedimentos em sede portuária em matéria de ISPS Code, estando a Autoridade Marítima (especificamente a DGAM) a ser envolvida nos trabalhos de análise e de regulamentação neste âmbito.

DROGA

A explosão vertiginosa do consumo e tráfico de droga, sendo esta, por certo, uma das bases do financiamento das organizações terroristas, apoiadas em redes multinacionais de grandes dimensões com avultados recursos materiais, técnicos e humanos, a internacionalização do terrorismo bem como o surgimento de redes transnacionais de imigração clandestina sublinham a importância da constante troca de informações e a necessidade da colaboração estreita entre os diferentes Serviços e Forças de Segurança que concorrem para a Segurança Nacional.

As operações de vigilância e combate ao tráfico de estupefacientes contam com o apoio da PM à PJ, sendo de sublinhar ao longo de 2003, deram à costa algumas centenas de pacotes contendo cocaína pura, na área de jurisdição das Capitânias de Setúbal, Sines e Nazaré e na costa do Algarve. Em Dezembro, na Marina de Cascais e no porto da Horta, Faial, foi igualmente apreendida cocaína em dois veleiros.

Ainda de realçar, em apoio à PJ, a detenção, em Dezembro de 2003, de um navio proveniente das Canárias, e de onze indivíduos pertencentes à tripulação bem como a apreensão de elevada quantidade de cocaína no decurso de uma operação de combate ao tráfico de estupefacientes levada a cabo na área de jurisdição da Capitania do Porto de Aveiro.

IMIGRAÇÃO CLANDESTINA

Neste âmbito, existe a percepção, ainda não quantificada, de que esta actividade tem vindo a crescer, tendo sido detectadas várias situações de clandestinos a bordo de navios que escalaram os portos nacionais, ou que foram detectados em pleno mar.

Estes casos foram encaminhados para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) com o qual se mantém igualmente uma colaboração em que se tem em vista melhorar o combate a esta actividade.

Por outro lado, o aumento contínuo da imigração ilegal, por meios marítimos, a partir do Norte de África, com destino aos países mediterrânicos ocidentais e ao Arquipélago das Canárias, constitui uma preocupação efectiva com reflexos na segurança e estabilidade dos Estados-Membros da União Europeia.

Neste contexto, a Marinha participou, no período de 27 de Maio a 02 de Junho de 2003, nas tarefas de vigilância relacionadas com a “Operação Ulysses” destinada ao controlo dos fluxos migratórios com origem em países do Norte de África. Nesta operação, a Marinha contribuiu com o empenhamento de uma corveta, tendo embarcado, naquele período, três inspectores-adjuntos do SEF.

□ PROTOCOLO COM A POLÍCIA JUDICIÁRIA

As ameaças reais ou latentes à segurança assumem, nos nossos dias, um carácter difuso e plurilocalizado. Em cada época há sempre inovações e desafios diferentes que obrigam os Serviços e Forças de Segurança a encontrarem respostas adequadas aos cenários prevalecentes.

A Marinha e a PJ celebraram, em 24 de Julho de 2003, Protocolos de Cooperação, que, no âmbito da DGAM e da PM, envolve o apoio operacional e troca de informações por forma a enquadrar e detectar situações que possam relacionar-se com actividades criminosas.

No estreito apoio e comunhão de esforços, tem ficado demonstrada a profícua e contínua cooperação existente na luta contra o tráfico internacional, por via marítima, o qual, em termos realistas, requer, e sugere, a necessidade de desenvolver competências, promover a colaboração e cooperação entre serviços congéneres, bem como partilhar a informação operacional específica de forma contínua, imediata e fiável, com vista ao sucesso das operações a levar a cabo.

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (INAC)

Compete ao Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) a coordenação e supervisão do sistema nacional de segurança da aviação civil, bem como a regulação, licenciamento, certificação e auditoria dos agentes e operadores afectos ao sector.

RESUMO DA INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL EM PORTUGAL, DURANTE O ANO DE 2003:

REGULAMENTAÇÃO

- (1) No âmbito do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, o INAC integrou a equipa que desenvolveu e elaborou:
 - ✓ Regulamento (CE) n.º 1217/2003 da Comissão, de 4 de Julho de 2003, o qual estabelece especificações comuns para os programas de controlo da qualidade da segurança, no sector da aviação civil;
 - ✓ Regulamento (CE) n.º 1486/2003 da Comissão, de 22 de Agosto de 2003, o qual estabelece procedimentos para as inspecções da Comissão, no domínio da segurança da aviação civil;
 - ✓ Projecto de Directiva da UE que institui uma avaliação da segurança das aeronaves de países terceiros para acesso aos aeroportos comunitários.
- (2) No âmbito da Conferência Europeia de Aviação Civil (CEAC), o INAC integrou o grupo de trabalho e a Task Force de elaboração da Edição 11 do Documento 30 – Parte II (Segurança da Aviação Civil).
- (3) Ao nível interno, foi desenvolvida e concluída a seguinte regulamentação:

- ✓ Decreto-Lei nº10/2004, de 9 de Janeiro, que fixa o regime sancionatório aplicável às infracções à segurança cometidas a bordo de aeronave em voo por passageiros desordeiros;
- ✓ Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil, aprovado por Deliberação do Conselho de Ministros, de 23 de Dezembro de 2003;
- ✓ Programa Nacional de Formação de Segurança da Aviação Civil;
- ✓ Programa Nacional de Controlo de Qualidade da Segurança da Aviação Civil.

☐ VALORES DE TRÁFEGO CONTROLADO NOS AEROPORTOS NACIONAIS

(1) Passageiros

<u>Total</u>	20 517 625
✓ Schengen	13 475 951 (<i>doméstico – 5 436 964</i>)
✓ UE Não Schengen	4 386 660
✓ Terceiros	2 655 014

(2) Carga (ton)

<u>Total</u>	126 422 303
✓ Schengen	87 301 324 (<i>doméstico – 36 420 298</i>)
✓ UE Não Schengen	3 886 814
✓ Terceiros	35 234 165

(3) Movimentos de aeronaves

<u>Total</u>	232 764
✓ Schengen	176 375 (<i>doméstico – 74 702</i>)
✓ UE Não Schengen	31 431
✓ Terceiros	24 958

AUDITORIAS / INSPECÇÕES / TESTES

Foram realizadas 10 auditorias/inspecções a aeroportos e aeródromos e 5 inspecções a transportadoras aéreas.

INCIDENTES REPORTADOS

	<u>Total</u>	5333
✓ Passageiros inadmissíveis		3 700
✓ Matérias perigosas		1
✓ Passageiros desordeiros		22
✓ Ameaças de bomba		4
✓ Furtos em bagagem de porão		35
✓ Irregularidades de procedimentos		1 560
✓ Outros		11

FORMAÇÃO E TREINO

Foram desenvolvidas as seguintes acções de formação:

- ✓ Curso de gestão de operações de segurança, com 62 elementos dos operadores e agentes de aviação civil;
- ✓ Curso de gestão de segurança de aeródromos, com 16 directores dos aeródromos nacionais;
- ✓ Curso de auditores nacionais de segurança da aviação civil, com 18 elementos dos operadores e agentes da aviação civil.

AUDITORIAS A AEROPORTOS DE OUTROS ESTADOS

Dois auditores de segurança da aviação civil do INAC integraram as equipas da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) nas auditorias aos aeroportos e Autoridades de Aviação Civil do México e Perú.

DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO

PRINCIPAIS MEDIDAS ADOPTADAS EM 2003 NO ÂMBITO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

O empenho governamental na redução da sinistralidade rodoviária continuou a evidenciar-se em 2003 através de estratégias sinérgicas paralelamente concorrentes para o objectivo último de um dos desígnios nacionais: reduzir os níveis de sinistralidade e combater comportamentos desviantes no que concerne ao desrespeito do Código da Estrada.

A multiplicidade estratégica adstrita e filiada a uma dimensão necessariamente estrutural, constituiu uma verdadeira aposta no desagravamento de um fenómeno com elevadas consequências em matérias diversas entroncadas numa plataforma comum: os elevados custos nacionais substancializados em duas valências estruturais - enquanto entidade colectiva (Estado) e individual (cidadão). Este empreendimento postula o esforço de modernização de todos os recursos existentes e de uma afectação de outras ferramentas através de mecanismos de concertação entre o *Estado e o cidadão* e igualmente no *Estado com Estado*, por intermédio dos diversos organismos que, directamente ou indirectamente, se envolvem na manutenção/reposição da segurança rodoviária.

O advento do PNPR, enquanto instrumento estratégico e referência metodológica de acção e de alcance de objectivos, consubstancializa a vontade de mudança e a adopção de uma postura perseverante na dissolução do legado estatístico e no abandono do marasmo de soluções/intervenções estruturais de que a sinistralidade rodoviária enferma. Deste modo, o PNPR, apresentado a 1 de Março de 2003, está conceptual e pragmaticamente comprometido na redução de 50% do número de vítimas mortais e feridos graves num horizonte temporal limitado e incondicionalmente intransponível. Este limite temporal – 2010 – compreende igualmente a mitigação de especificidades estatísticas sobrerresponsáveis pelos elevados índices de sinistralidade. A identificação e compromisso de mitigação de sub-conjuntos estatísticos, enquanto elementos preocupantes e anómalos face aos índices apresentados pelos parceiros europeus, têm igualmente lugar neste empreendimento. Assim, a par de uma redução genérica, o PNPR impõe categoricamente um

decréscimo de 60% de vítimas mortais e feridos graves na sinistralidade de peões, utentes de veículos de duas rodas a motor e utentes acidentados dentro das localidades.

Como forma de acompanhar e avaliar os resultados dos esforços e estratégias fomentadas para a aplicabilidade das medidas nele constante, bem como aferir o seu saldo estatístico, foram criadas por Despacho Conjunto (MAI, MJ ME, MS, MOPTH e MA), em Junho de 2003, duas Comissões:

- Comissão de Acompanhamento, de cariz político, a nível de Secretários de Estado, com o objectivo de implementar o PNPR, acompanhar as acções planeadas e avaliar os resultados das acções empreendidas. Esta Comissão reúne, no mínimo, trimestralmente.
- Comissão Executiva que tem acesso a todas as informações necessárias à prossecução dos objectivos do Plano. Esta Comissão reúne-se com uma periodicidade mínima mensal e deve apresentar anualmente um relatório concernente à implementação do PNPR, relatório esse que, depois de sujeito a aprovação pela Comissão de Acompanhamento, será apresentado ao Conselho Nacional de Segurança Rodoviária.

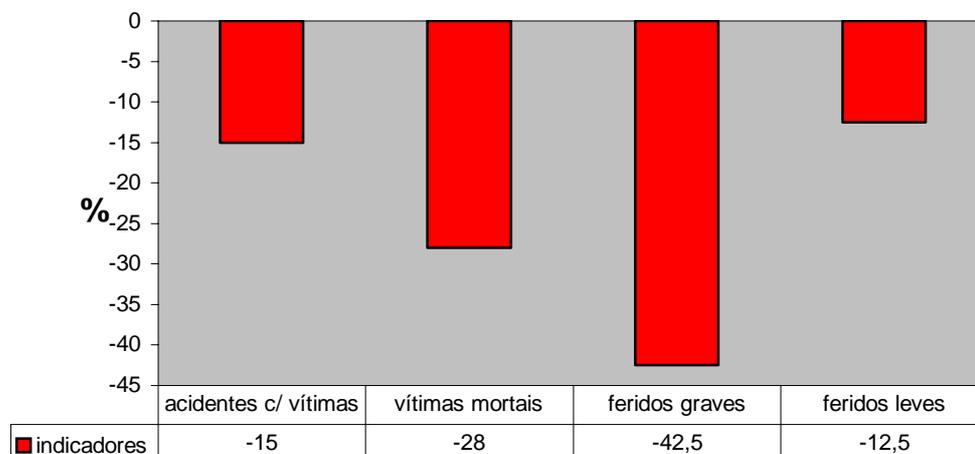
A fim de decidir sobre as correcções a efectuar nos projectos e actividades a implementar e promover no âmbito do PNPR, foram definidos um conjunto de indicadores de desempenho na evolução da sinistralidade relativos aos seguintes campos: utente; infra-estrutura; veículos e socorro.

Decorrente dos objectivos definidos no PNPR, e enquanto plataforma de combate à sinistralidade, a aposta na prevenção de comportamentos desviantes foi substancializada em esforços de cariz pedagógico, na medida em que a educação rodoviária tenha a sua génese em idades precoces, nomeadamente paralelas e integradas com os currículos do ensino básico.

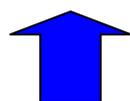
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

O ano transacto foi lugar de continuidade das orientações normativas e estratégias operacionais subordinadas ao imperativo de uma efectiva redução do nível de sinistralidade rodoviária e a um aumento significativo dos padrões de segurança rodoviária, de acordo com os objectivos qualitativos previstos no PNPR.

Com base em dados provisórios de 2003*, elencam-se seguidamente os decréscimos percentuais alcançados face a 1998:



Estas reduções, com maior ou menor expressividade em algumas categorias, reflectem a tendência estatística desejada, ainda que bem distante dos níveis de redução exigidos para 2010. Contudo, a leitura desta evolução na cronologia em análise deverá efectuar-se concomitantemente com o conhecimento de outros indicadores estatísticos igualmente importantes na apreciação da evolução da sinistralidade rodoviária. Assim, desde 1998 verificaram-se os seguintes acréscimos**



- +2,7 milhões de novas matrículas
- 1,5 milhão de novas cartas de condução

Em matéria de avaliação, generalista e ausente de comparações, o balanço das estatísticas compreendidas entre 1998 a 2002*** revela um saldo positivo. Contudo, o paralelismo obrigatório com o panorama da União Europeia, revela uma situação ainda bastante preocupante. É oportuno reiterar a eficácia e a necessidade de uma abordagem transversal e integrada com outras políticas e estratégias internas mas, igualmente

* dados de 2003 revestem um carácter provisório, na medida em que são fundamentados nos valores apresentados nas ANTENAS.

** não se encontram disponíveis para 2003 outros indicadores de interesse estatístico como o consumo de combustível, níveis de tráfego e parque automóvel em circulação.

*** dada a ausência de dados definitivos para 2003, optou-se por mensurar os dados entre a cronologia analisada.

coadunadas com as matrizes e tendências internacionais, designadamente com as dos parceiros comunitários. A tabela seguinte é ilustrativa da conjuntura supracitada:

Mortos¹/ 1 milhão de habitantes

	1998	1999	2000	2001	2002
Alemanha	95	95	91	85	83
Austria	119	133	120	118	117
Bélgica	147	137	144	145	ND
Dinamarca	94	97	93	81	86
Espanha	151	145	145	137	132
Finlândia	78	84	77	84	80
França	153	145	138	138	129
Grécia	208	201	193	178	157
Holanda	68	69	68	62	61
Irlanda	124	111	111	108	97
Itália	110	115	111	116	ND
Luxemburgo	132	135	177	156	140
Portugal	210	200	184	163	160
Reino Unido	61	60	60	60	60
Suécia	60	66	67	66	63
Média U.E.	113	112	108	105	ND

1 – Mortos a 30 dias Fonte: CARE

ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA

O ano transacto assinalou mais uma vez o interesse manifestado na divulgação dos factores propiciadores da insegurança no sistema rodoviário e do corpo normativo em que este subjaz, nomeadamente em matérias adstritas à esfera da prevenção da sinistralidade. A participação em eventos de cariz diverso, reitera pragmaticamente o empenho na concretização de um empreendimento de interesse colectivo.

A multiplicidade de circuitos de divulgação dirigidos a públicos-alvo distintos, revelou mais uma vez a necessidade de adequar estratégias de acção e de informação a universos específicos, enfermos de problemáticas endémicas, carentes de soluções e abordagens particulares.

Filiada ao primado da prevenção rodoviária e atenta às especificidades constituintes do complexo xadrez rodoviário, mais uma vez em 2003, a DGV foi parceira com outros organismos no desenvolvimento de campanhas no âmbito de protocolos. Seguidamente, são enumeradas as campanhas financiadas e realizadas em 2003:

- “*Ver e Ser Visto*” -. Campanha de Visibilidade, Segurança Rodoviária e Rastreo Visual de Condutores 2003, em colaboração com a Associação Portuguesa de Prevenção Visual e da VALEO, com a Associação Nacional de Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel (ANECRA) – 85.000,00€
- “*Use as Passadeiras*” – visando a sensibilização dos peões para a utilização das passadeiras, com a Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL), tendo como suporte principal mensagens inscritas nos táxis – 3.332,00€
- Road Show “*Camião Seguro*” – Iniciativa da responsabilidade da Associação Nacional dos Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), com o apoio da DGV, DGTT e PRP. Este evento percorreu 13 cidades, sendo composto por uma exposição profissional de equipamentos de segurança, um *camião-atelier* destinado aos jovens e dois simuladores de acidentes rodoviários – 110.000,00€
- “*Ser responsável é Viver em Segurança*” – com o apoio da DGV, a Associação Nacional de Centros de Inspeção Automóvel (ANCIA) desenvolveu esta campanha (recorrendo à rádio, imprensa escrita e televisão) visando o aspecto mais importante das inspeções técnicas de veículos, nas vertentes da segurança do próprio veículo e no carácter humano das inspeções. Neste âmbito se incluiu o prémio de jornalismo “*Ser responsável é viver em segurança*” – 249.500,00€
- “*Paz na Estrada*”, no âmbito do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (PNPR), com a Prevenção Rodoviária Portuguesa com o desenvolvimento das seguintes acções:
 - Cadernos de Educação Rodoviária, dirigidos aos alunos das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico para apoio ao desenvolvimento da temática da segurança rodoviária em sala de aula – 186.772,55€
 - Criação e lançamento do logotipo do PNPR – 252.990,53€
 - Lançamento de uma campanha subordinada à temática “*Cinto de Segurança e Sistemas de Retenção para Crianças*”, visando a sensibilização de adultos e

crianças para a utilização correcta destes acessórios, com recurso a *spots* televisivos e radiofónicos, outros media e cartazes – 427.851,53€

- *No âmbito do VII Festival de Arte Infantil Riscos & Rabiscos “A Segurança Começa em Criança”, que teve como população-alvo crianças das escolas públicas e privadas do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico na qual foram levadas a efeito as seguintes acções:*
 - Seminários Pedagógicos – Lisboa, Porto, Tavira, Portimão, Santarém, Sintra, Évora e Ílhavo.
 - Operação Serra-Mar – esta acção compreendeu jogos e actividades desenvolvidas pelas crianças, sendo que a temática aplicada girou em torno do tema do Festival “A Segurança Começa em Criança”, incluindo a segurança rodoviária.
 - Autocarro *Escola Viva* – autocarro que percorreu 13 cidades, em 31 dias, onde, com o apoio de animadores/monitores, cerca de 9.300 crianças abordaram de forma lúdica e pedagógica o tema Segurança no Trabalho e Segurança nas Estradas.
 - Festivais de Expressão Artística
 - Exposição Final do Festival Nacional de Arte Infantil

A DGV esteve ainda presente em eventos de natureza diversa dos quais se destacam as Festas da Cidade de Portalegre, a Fatacil, a Ovibeja e a Segurex.

Como material expressamente informativo, realça-se a concepção e execução dos seguintes folhetos, sobre diversas temáticas: carta de condução, contra-ordenações, veículos, inspecção técnica de veículos, formulários na internet, e, especialmente dirigido a peregrinos, um folheto designado “Nos caminhos de Fátima”.

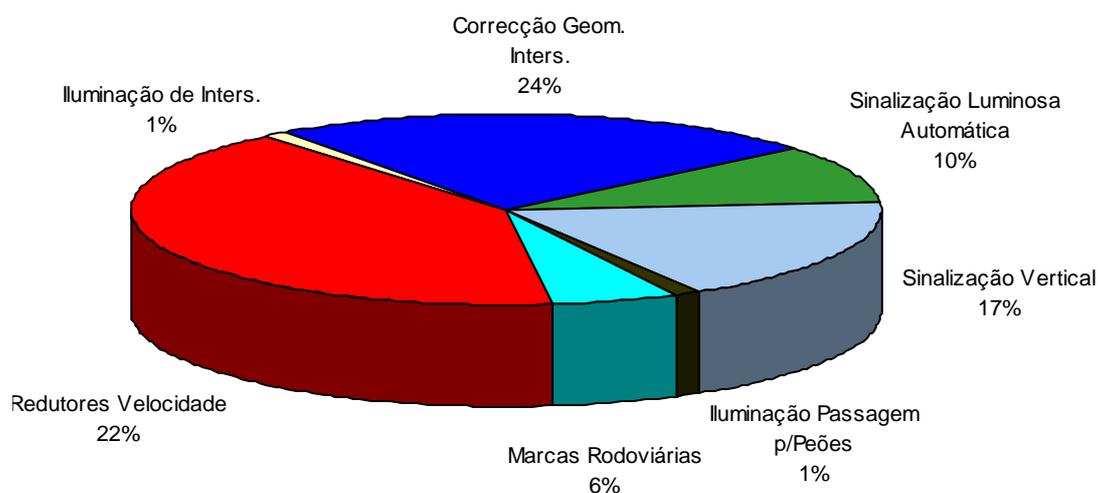
COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A mobilização de recursos financeiros da administração central para a administração local foi desenvolvida à luz da cooperação desejável e necessária entre os diversos organismos estatais e da optimização dos mesmos em contextos locais, nomeadamente através de participações financeiras no melhoramento e manutenção das boas condições das vias sob tutela municipal e da aquisição de equipamento diverso direccionado

ao apetrechamento do sistema rodoviário, entre outros domínios de actuação.

Esta mobilização de recursos financeiros, legalmente prevista e enquadrada no Decreto-Lei nº 384/97 e no Despacho Normativo 16/00, cifrou-se em 1.247.869€. A representação gráfica seguinte informa da comparticipação financeira nas diversas áreas de intervenção:

COMPARTICIPAÇÕES POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO, POR ACÇÕES - 2003



PROTOCOLOS EM VIGOR CELEBRADOS NO ANO 2003

O desconhecimento das etiologias objectivas da sinistralidade rodoviária e dos demais problemas que o sistema rodoviário encerra, a par da exigência e rigor postulados nos diferentes domínios de intervenção da DGV, constituíram a força motriz no desenvolvimento de diversos estudos científicos e acções empreendidos no âmbito de protocolos celebrados com outras instituições.

- Associação Portuguesa de Directores de Escolas de Condução (APDEC) – Formação de Directores de Escolas de Condução (20.000,00€)
- Associação de Cultura, Ambiente, Desporto e Educação (ACADE) – Campanha *Riscos e Rabiscos*, VII Festival Nacional de Arte Infantil -*Segurança Começa em Criança*, dirigida a escolas públicas e privadas do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico (74.820,00€)

- Associação Nacional de Técnicos de Inspeção de Veículos (ATIPOV) – Inspeção Obrigatória de Veículos (12.000,00€)
- Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas – Estudo da Violência Rodoviária (75.702,00€)
- Instituto Português de Qualidade (IPQ) – Acções de Cooperação para a Qualidade
- Instituto seguros de Portugal (ISP) – Intercâmbio de Informação
- Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) – Realização de Estudos e Acções de Formação
- Fundação da Juventude – Concurso temático “*Sinistralidade Rodoviária – Eu Quero Prevenir*”, dirigido a população universitária (53.825,00€)
- Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas (ANEBE) – Campanha Condutor Designado - “*100% Cool*” -, sobre a temática do álcool, destinada à população jovem (25.000,00€).

FISCALIZAÇÃO

➤ ENTIDADES FISCALIZADORAS – GNR E PSP

A mitigação da sinistralidade rodoviária encerra um binómio de estratégias concorrentes e necessárias para a sua concretização. A par da valência preventiva, fortemente manifestada ao longo do ano e já acima referida, a fiscalização, enquanto instrumento dissuasor, punitivo e desencorajante de comportamentos de risco adstritos à segurança rodoviária, é parcialmente consagrada (a par de novas molduras legais) através do exercício de funções das entidades fiscalizadoras.

Neste sentido, é oportuno referir que as entidades fiscalizadoras registaram 1.258.479 autos de contra-ordenação, sendo que a desagregação da gravidade dos mesmos ainda não se encontra disponível. A DGV recepcionou 534.104 muito graves, graves e leves não pagos do total acima referido e decidiu sobre 434.807.

No âmbito da fiscalização da condução sob efeito do álcool, o ano de 2003 encerra contornos de carácter selectivo na aleatoriedade da actividade fiscalizadora.

Os dados do ano transacto indicam a realização de 499.719 testes, dos quais 8.960 (TAS \geq 0,50g/l) constituíram contra-ordenações graves, 9.755

(TAS \geq 0,80 g/l) contra-ordenações muito graves e 15.441 (TAS \geq 1,2g/l) resultaram em crime. Decorrente do exercício da fiscalização selectiva, o número de testes realizados registou um decréscimo antevisto. Contudo, os testes que resultaram em contra-ordenações graves e muito graves sofreram um acréscimo de 15,3% e 13,2, respectivamente. Os testes que redundaram em crime foram, surpreendentemente, os que maior expressividade alcançaram, ao registarem uma subida de 20,5% face a 2002.

Em termos de aquisição de equipamento diverso para o exercício de funções das entidades fiscalizadoras, o investimento da DGV dirigido para esta valência perfêz 266.236€. O montante financeiro destinado à aquisição de viaturas cifrou-se em 1.747.979€.

➤ **DGV**

Ainda na esteira da fiscalização, nomeadamente no garante do cumprimento técnico de parâmetros de rigor e qualidade no ensino da condução, a DGV empreendeu 908 acções de fiscalização no universo de 1026 escolas de condução, onde se detectaram 1.075 infracções que resultaram no levantamento de 1.145 autos de contra-ordenação. Também, no que concerne à fiscalização de centros de inspecção técnica de veículos (169 centros), foram assinaladas 85 infracções em 749 acções empreendidas que redundaram em 86 autos de contra-ordenação. Paralelamente às iniciativas supracitadas, a fiscalização de centros de exame não esteve omissa no que respeita ao cumprimento técnico e legal das funções deste tipo de equipamento. Assim, em 54 centros de exame existentes em Portugal Continental, foram realizadas 140 acções de fiscalização que resultaram no levantamento de 44 autos de contra-ordenação face às 40 infracções detectadas.

Em 2003, foram levadas a cabo peritagens a 34 acidentes graves de modo a aferir a causalidade/características técnicas destas ocorrências. Tal como em anos transactos, os acidentes com intervenção de veículos pesados obtêm grande expressividade pelo facto de constarem em 24 das ocorrências fiscalizadas.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES

Neste capítulo, faz-se a apresentação das obras de raiz que foram inauguradas em 2003 assim como aquelas que estão em execução; das obras de remodelação, ampliação e conservação, que tenham sido concluídas em 2003 e daquelas que ainda estão em execução no mesmo ano. Destaque ainda para a lista de obras que se encontravam suspensas no ano de 2003.

LISTA DE OBRAS DE RAIZ INAUGURADAS NO ANO DE 2003

Foram inauguradas 15 obras, das quais 4 pertencentes à PSP e 11 à GNR, com um custo total de 15.788.640,96 €.

Obras de Raiz inauguradas em 2003	Inaugurada em:	Total do Investimento
Quartel da Brigada Fiscal da GNR de Porto Santo	27 de Janeiro de 2003	1.258.358,00 €
Quartel da GNR de Mougadouro	31 de Janeiro de 2003	639.741,00 €
Esquadra da PSP de S. Marcos (Sintra)	21 de Fevereiro de 2003	338.957,00 €
Quartel da GNR de Sangalhos	14 de Março de 2003	664.317,00 €
Quartel da GNR de Santa Comba Dão	14 de Março de 2003	1.400.947,00 €
Quartel da GNR de Vila Nova de Foz Côa	21 de Maio de 2003	924.205,00 €
Quartel da GNR de Arganil	18 de Julho de 2003	1.015.310,00 €
Quartel da GNR de Avintes	23 de Setembro de 2003	513.305,66 €
Quartel da GNR de Alverca	29 de Setembro de 2003	1.150.457,94 €
Quartel da GNR de Vouzela	1 de Outubro de 2003	1.026.163,40 €
Quartel da GNR de Bustos	21 de Novembro de 2003	1.055.265,90 €
Comando da PSP da Horta	3 de Dezembro de 2003	2.734.500,00 €
Esquadra da PSP da Lagoa (Açores)	4 de Dezembro de 2003	1.085.382,50 €
Esquadra da PSP de Vila Franca do Campo (Açores)	4 de Dezembro de 2003	1.050.961,80 €
Quartel da GNR de Mem Martins	16 de Dezembro de 2003	930.768,76 €

LISTA DE OBRAS DE RAIZ CONCLUÍDAS NO ANO DE 2003

Foram concluídas 3 obras das quais 2 pertencentes à GNR e 1 à PSP, com um custo total de 2.153.982,26 €.

Obras Concluídas em 2003	Concluída em:	Total do investimento
Edifício da Banda de Música da PSP de Belas	26 de Junho de 2003	340.465,63 €
Quartel da GNR de Casal de Cambra	3 de Novembro de 2003	941.974,52 €
Quartel da GNR de Custóias	5 de Novembro de 2003	871.542,11 €

LISTA DE OBRAS DE REMODELAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO CONCLUÍDAS NO ANO DE 2003

Obras de Remodelação, ampliação e conservação	Concluída em:	Total do investimento
Quartel da GNR de Arcozelo	7 de Fevereiro de 2003	166.859,72 €
Quartel da GNR de Stº António da Charneca	14 de Abril de 2003	176.411,34 €
Quartel da GNR de Morais	14 de Abril de 2003	18.572,12 €
Instalações provisórias da PSP de Caldas da Rainha	30 de Abril de 2003	262.167,72 €
Quartel da GNR da Merceana	9 de Maio de 2003	131.897,66 €
PSP na R. dos Bragas (Porto)	30 de Maio de 2003	85.003,90 €
Instalações da Comissão de Segurança e Centro Coordenador	4 de Junho de 2003	69.234,20 €
Quartel da GNR de Vale de Cambra	10 de Setembro de 2003	91.620,65 €
11ª Esquadra da PSP (Porto)	12 de Setembro de 2003	79.164,96 €
Instalações do SEF de Vilar Formoso	20 de Setembro de 2003	57.443,77 €
12ª Esquadra da PSP (Porto)	30 de Setembro de 2003	85.934,93 €
Quartel da GNR de Águeda (ampliação)	22 de Outubro de 2003	820.454,87 €
Edifício do SEF em Coimbra	2 de Dezembro de 2003	54.073,09 €
Quartel da GNR da Baixa da Banheira	12 de Dezembro de 2003	254.492,42 €
Quartel da GNR de Vilamoura	15 de Dezembro de 2003	184.914,10 €

Foram concluídas 15 obras de remodelação, ampliação e de conservação, com um investimento total de 2.538.245,45 €. Destas obras 8 pertencentes

à GNR, 4 obras à PSP, 2 obras ao SEF e 1 obra à Comissão de Segurança para o Euro 2004 e Centro Coordenador de Informações Policiais para o Euro 2004.

LISTA DE OBRAS DE RAIZ EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2003

Estão em execução, no ano 2003, 11 obras de raiz, das quais 3 pertencem à PSP e as restantes à GNR, num custo total estimado em 12.888.959,34 €.

Obras em execução em 2003	Custo estimado
Quartel da GNR de Vila do Conde	982.426,39 €
Quartel da GNR de Penalva do Castelo	774.532,95 €
Quartel da GNR de Vialonga	1.664.000,00 €
Brigada Fiscal da GNR de Angra do Heroísmo	992.000,00 €
Quartel da GNR de Ançã	937.000,00 €
Quartel da GNR de Gáfete	943.000,00 €
Quartel da GNR da Malveira	1.160.000,00 €
Quartel da GNR de Souselo	1.019.000,00 €
Esquadra da PSP de Estermoz	1.062.000,00 €
Esquadra da PSP do Laranjeiro	415.000,00 €
Comando da PSP de Coimbra	2.940.000,00 €

LISTA DE OBRAS DE REMODELAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSERVAÇÃO EM EXECUÇÃO ANO DE 2003

Estão em execução 4 obras de remodelação, ampliação e de conservação, todas elas relativas à GNR e com um custo estimado em 787.925,88 €.

Obras de remodelação, ampliação e conservação, em execução em 2003	Custo estimado
Brigada Fiscal de Stª Apolónia	69.592,38 €
Escola Prática da GNR em Queluz	448.000,00 €
Quartel da GNR de Lagos	148.333,50 €
Quartel da GNR de S. Brás de Alportel	122.000,00 €

LISTA DE OBRAS SUSPENSAS NO ANO DE 2003

- ***Santiago do Cacém (GNR)***: Já se procedeu à posse administrativa e lançado novo concurso para a sua conclusão, o que está em fase de apreciação de propostas;
- ***Beringel (GNR)***: Já se procedeu à posse administrativa e lançado novo concursos para a sua conclusão, que está em fase de apreciação de propostas;
- ***Castelo Branco (GNR)***: Está a proceder-se à posse administrativa, com vista a relançar-se novo concurso para a conclusão da obra;
- ***Aeroporto de Faro (PSP)***: Está a proceder-se à posse administrativa, com vista a relançar-se novo concurso para a conclusão da obra;
- ***Cascais (PSP)***: Está a proceder-se à posse administrativa, com vista a relançar-se novo concurso para a conclusão da obra;
- ***Riba D’Ave (GNR)***: Em face da falência do empreiteiro e porque a obra não teve início, não foi dado seguimento ao empreendimento, dado que não consta das prioridades a curto e médio prazo definidas pelo CG/Guarda Nacional Republicana;
- ***Soure (GNR)***: Por falência do adjudicatário, já foi feita a posse administrativa da obra, com vista a relançar-se novo concurso para a sua conclusão;
- ***Portel (GNR)***: Por falência do adjudicatário, já foi feita a posse administrativa da obra, com vista a relançar-se novo concurso para a sua conclusão;
- ***Rio de Mouro (GNR)***: Por falência do adjudicatário, já foi feita a posse administrativa da obra, com vista a relançar-se novo concurso para a sua conclusão;
- ***Leça do Bailio (GNR)***: A obra não chegou a iniciar-se porque se verificou uma alteração da topografia do terreno relativamente ao levantamento topográfico que serviu de base à elaboração do projecto, que inviabilizou a sua implantação e implicou a reformulação do projecto. O empreiteiro faliu enquanto o projecto estava em revisão.

**CONSELHO CONSULTIVO PARA A FORMAÇÃO DAS FORÇAS E
SERVIÇOS DE SEGURANÇA**

Das actividades desenvolvidas pelo Conselho, ao longo de 2003 e para uma leitura mais imediata, optou-se pela sua organização em várias áreas de intervenção, considerando a diversidade, a complexidade e a finalidade das mesmas.

ÁREA DE ESTUDOS E PROJECTOS

Durante o ano de 2003, decorreu o Estudo de Avaliação, sobre o impacto, no desempenho profissional, dos Novos Currículos dos Cursos de Formação de Agentes e Praças, implementados a partir do ano lectivo de 1999/2000. O referido estudo contempla várias etapas metodológicas, encontrando-se agora na fase de recolha dos inquéritos aplicados à amostra. A conclusão deste estudo ocorrerá no segundo trimestre de 2004, com a apresentação de um trabalho final, resultante da análise quantitativa e qualitativa da informação estatística recolhida.

Para além disso, ficou concluído o estudo sobre “Perfil da Função do Agente Escola Segura”, cujo relatório final foi distribuído às Forças de Segurança, para apreciação e reflexão tidas por conveniente, sobre essa problemática.

ÁREA DA FORMAÇÃO

Seguindo o princípio da complementaridade em relação à formação interna das entidades policiais, o Conselho interveio apenas ao nível da formação externa contínua, tanto à distância, como presencial.

No que se refere concretamente à formação presencial, prevista no Plano de Actividades para 2003, realizaram as acções inseridas no seguinte quadro:

<i>ACÇÃO DE FORMAÇÃO PRESENCIAL</i>	<i>N.º ACÇÕES</i>	<i>TOTAL HORAS</i>	<i>FORMANDOS</i>
<i>Criminalidade, Violência e Segurança Interna</i>	6	180	10
<i>Segurança Privada</i>	1	12	16
<i>Estrangeiros e Fraude Documental</i>	1	18	16
<i>Atendimento ao Público – Presencial</i>	12	168	192
<i>Atendimento ao Público – Telefónico</i>	7	98	128
<i>Atendimento ao Público – Inglês</i>	1	14	16
<i>Escola Segura</i>	3	36	54
<i>Técnicas Jornalísticas e Relações com os Media</i>	1	45	18
<i>Interacção com os Media</i>	2	60	24
<i>Formação Pedagógica de Formadores</i>	4	384	60
TOTAL			

Quanto à formação contínua à distância, igualmente prevista no Plano de Actividades, desenvolveram-se as seguintes acções:

<u>FORMAÇÃO A DISTÂNCIA</u>	<i>N.º ACÇÕES</i>	<i>PERÍODO DE FORMAÇÃO</i>	<i>FORMANDOS</i>
<i>Formação Pedagógica de Formadores - Tutores</i>	2	17 a 21/02/03	21
<i>Prevenção e Segurança Rodoviária</i>	27	10/02/03 -02/04/03	1371

Após a formação de novos formadores-tutores e a realização de sessões de apresentação do módulo “Prevenção e Segurança Rodoviária” aos formadores-tutores, ocorreu a divulgação desse módulo, por todo dispositivo da GNR e da PSP, abrangendo 45.177 formandos.

No segundo semestre de 2003 iniciou-se a produção dos videogramas, denominados “Actuação Policial na Via Pública” e “Actuação Policial na Esquadra e Posto”, inseridos na unidade temática Serviço Policial – III. No âmbito da produção desses módulos, elaboraram-se as respectivas sinopses e os correspondentes guiões, os quais foram produzidos, em parceria, com representantes da Associação de Apoio à Vítima de Crimes, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, sendo certo que nas

filmagens participaram, como figurantes, elementos pertencentes a ambas as Forças de Segurança, para efeitos de contextualizar melhor as situações recriadas. Visando o aprofundamento dos conteúdos pedagógicos, constantes em cada um desses módulos, pelos formandos, elaborou-se um manual de procedimentos referentes às matérias tratadas em ambos os videogramas. Como recurso didáctico, foi ainda produzida uma ficha de exploração para cada videograma, realçando certos conteúdos, a fim de facilitar a actividade dos formadores, aquando do seu visionamento pelos formandos.

A par disso, e tendo em conta a actividade de formação cívica das Forças de Segurança no seio do meio escolar, fez-se um videograma denominado “Prevenção Rodoviária”, destinado ao pessoal policial ligado ao programa Escola Segura, para dinamizar as acções de formação cívica, dirigida aos alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do secundário.

ÁREA DOS PROGRAMAS ESPECIAIS E DOS SEMINÁRIOS

Durante o ano de 2003, o Conselho, em parceria com o Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas, promoveu a realização de dois encontros sobre a “Mediação Policial junto das Minorias Étnicas”, em Lisboa e no Porto, aos 26/03/2003 e 30/06/2003, respectivamente.

O Conselho realizou ainda um outro “Encontro sobre a Experiência Formativa das Polícias Ibéricas”, em 03/07/2003, no Porto, durante o qual se efectuou o lançamento do livro “Forças de Segurança e Investigação Científica – Um Espaço de Reflexão”, difundido aos principais centros académicos e às unidades de ensino das Forças de Segurança e, agora, em fase de comercialização.

Dando continuidade aos encontros realizados nos anos anteriores, organizara-se dois “Encontros sobre o Policiamento de Proximidade”, um em Ponta Delgada e o outro em Angra do Heroísmo, ambos nos Açores, com a colaboração activa do Comando Regional da PSP daquela região autónoma.

No âmbito do programa Escola Segura, este Conselho fez-se representar nas cerimónias de abertura do ano lectivo de 2003/2004, no qual se inclui o projecto municipal denominado “Segurança na Escola”, em Loures e Odivelas, aos 25 de Setembro e 6 de Outubro de 2003, respectivamente.

Para além disso, foi constituído, sob a coordenação deste Conselho, o Grupo Coordenador do Programa Escola Segura, formado por representantes do Ministério da Educação, do Instituto Português da Juventude, das Forças de Segurança e da Confederação Nacional das Associações de Pais, o qual procede, actualmente, à reformulação do dito programa, desenhando os instrumentos duma coordenação efectiva e duma avaliação eficaz.

Igualmente, este Conselho colaborou com o Projecto Escolhas, apresentando o Programa Escola Segura aos representantes do Conselho da Europa, num colóquio organizado por aquele Projecto, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, aos 7 de Novembro de 2003.

Na cidade de Paredes, decorreu, a 26 de Setembro de 2003, uma palestra sobre “A Violência Doméstica”, organizada pela delegação Norte deste Conselho e com a presença de técnicos da Associação de Apoio à Vítima de Crime e de um procurador da República do Tribunal da Relação de Guimarães, aberto à participação da sociedade civil local, maioritariamente feminina.

Em sede de inclusão social, a delegação Norte deste Conselho fez-se representar no Seminário Transnacional sobre a Pobreza e a Exclusão Social Extrema, que decorreu no Porto, em 3 de Novembro de 2003, organizado pela Rede Europeia de Anti-Pobreza.

ÁREA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No que tange às relações internacionais, este Conselho deu continuidade à parceria com o Ministério da Justiça da Finlândia e “The Crime Victim Compensation and Support Authority”, da Suécia, liderada por esta e a que se associara, em 2002, o ex-Projecto INOVAR, apoiada por fundos comunitários, sobre a formulação de um plano de acção de apoio aos turistas comunitários vítimas de crime noutra país comunitário, bem como a criação de um folheto a distribuir em cada país comunitário, o que se fez, terminando a parceria no final do ano de 2003. Nesse mesmo âmbito, este Conselho co-organizou uma conferência, em Estocolmo, realizada de 4 a 6 de Setembro de 2003.

Ademais, este Conselho recebeu o Ministro da Administração Interna e o comandante da polícia de Timor, bem como o comandante da polícia de São Tomé e Príncipe, aos quais foram apresentadas as linhas de actuação na área formativa e de policiamento de proximidade, desenvolvidas pelo Conselho,

soerguendo-se criadas as condições adequadas à intervenção formativa directa deste Conselho junto das polícias de Timor e de São Tomé e Príncipe, durante o ano de 2004, no âmbito do programa de formação técnico-policial à distância.

Representantes deste Conselho participaram em três seminários: no “Encontro sobre Policiamento Comunitário”, organizado pelo *International Police Executive Symposium*, de 11 a 16/10/2003, no Bahrain, onde houve a apresentação de práticas e de programas especiais, desenvolvidos no âmbito deste modelo de policiamento; no “Seminário Internacional sobre Segurança Escolar”, organizado pela OCDE, de 12 a 14/10/2003, em Paris (França); na “Conferência Anual da Associação Internacional de Centros de Formação de Operações de Paz”, de 18 a 24/10/2003, em Wertheim (Alemanha).

Por último, este Conselho apoiou a realização do “II Evento Luso-Brasileiro para Juizes e Magistrados do Ministério Público da área da Família, Infância e Juventude”, realizado de 1 a 3/06/2003, em Lisboa.

ÁREA DOS PLANOS NACIONAIS E DOS GRUPOS INTER-MINISTERIAIS

Considerando a importância do combate a alguns fenómenos que dificultam e obstaculizam a coesão e paz sociais, e por decisão da tutela, o Conselho Consultivo representou o Ministério da Administração Interna em diversos programas inter-ministeriais, mormente em sede do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica e no Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

Este Conselho interveio ainda no âmbito do II Plano Nacional para a Igualdade, no quadro da definição de medidas potencializadoras da maior feminização do aparelho policial e de apoio às mulheres vítimas de crime.

Além disso, este Conselho fez-se representar no grupo de trabalho inter-ministerial, responsável pela elaboração do 6.º Relatório de Portugal de aplicação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Em representação do Gabinete do Senhor Ministro, este Conselho fez parte da equipa de negociação, acompanhamento e avaliação do protocolo celebrado entre os Ministérios da Administração Interna, da Justiça, da Segurança Social e do Trabalho e da Associação de Apoio à Vítima de Crime: este protocolo materializa o plano de apoio à vítima de crime.

Por decisão da tutela, este Conselho passou a integrar a Comissão Técnica que funciona junto do Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicopendência, em representação do Ministério da Administração Interna.

ÁREA ADMINISTRATIVA

Em parceria com o Gabinete de Estudos e Planeamentos de Instalações, procedeu-se à instalação de equipamentos de observação nas salas de simulação da Escola Prática da GNR, em Aveiro e em Queluz.

Com a extinção do ex-Projecto INOVAR, em 31/12/2002, a sede deste transformou-se na delegação Norte (Porto) deste Conselho, com vista a facilitar a deslocalização das acções de formação e a supervisionar os postos de atendimento existentes nas Lojas do Cidadão no Norte e Centro do país.

Durante o ano de 2003, procedeu-se à abertura do posto de atendimento Segurança Cidadã, aquando da inauguração da Loja do Cidadão de Coimbra, decorrente de compromisso anteriormente assumido pelo ex-Projecto INOVAR. A par disso, mantiveram-se os postos de atendimento do ex-INOVAR e agora Segurança Cidadã nas Lojas do Cidadão de Aveiro, Braga, Porto, Viseu, Lisboa-Restauradores e Setúbal. E tendo em conta que em cada Loja do Cidadão existe uma semana dedicada a cada posto ali existente, este Conselho produziu um videograma denominado “Segurança Cidadã”, para ser exibido, aquando da semana da segurança em cada Loja do Cidadão.

PROGRAMA ESCOLHAS

ENQUADRAMENTO

O «ESCOLHAS - Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal» foi aprovado, em Janeiro de 2001, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro, tendo como objectivo o desenvolvimento de iniciativas e acções que contribuíssem para a diminuição da criminalidade juvenil na faixa etária dos 12 aos 18 anos. É tutelado por cinco ministérios, a saber: Ministérios da Administração Interna, da Segurança Social e do Trabalho, da Educação, da Justiça e o Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Programa ESCOLHAS tornou possível desenvolver projectos de intervenção destinados a crianças e jovens, os quais permitiram prevenir comportamentos de risco, inverter percursos claramente desviantes e iniciar processos de socialização e de integração que se traduziram na aquisição de competências pessoais e sociais, no aumento dos níveis de formação escolar e na qualificação profissional face ao mercado de trabalho.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 195-A/2003, prorrogou, até 31 de Março de 2004, o prazo de duração do Programa, tendo em vista “uma diferente inserção orgânica” para o mesmo, sem que seja posta em causa o regular funcionamento das acções e projectos em curso nos diversos territórios em intervenção.

BALANÇO GLOBAL

Durante o ano de 2003, a intervenção continuou a intensificar-se nos 53 territórios em que o Programa Escolhas desenvolve projectos, procurando, em articulação com os parceiros locais, criar estratégias que envolvessem os jovens com comportamentos de risco dentro dos grupos-alvo determinados.

Depois de uma fase em que se definiu como objectivo alargar a abrangência da intervenção visando alcançar o maior número de jovens, evoluiu-se para um incidência no trabalho mais pessoal e específico com o

objectivo de criar uma forte ligação a cada jovem. Através desta metodologia foi possível estabelecer diagnósticos e elaborar planos de trabalho pessoais, aplicados por técnicos competentes nessa matéria.

À semelhança do ano de 2002, no ano de 2003, continuou a privilegiar-se, quer a sinalização dos jovens do grupo-alvo, quer o seu envolvimento nos projectos locais, promovidos pelo Programa Escolhas.

No final do ano, registou-se um total de 6.712 jovens envolvidos nos projectos, dos quais 3.537 sinalizados (53%) e 3.175 não sinalizados (47%), considerando-se a intervenção com este último grupo a nível da prevenção primária. Verificou-se, ainda, que já se encontravam integrados em projectos locais 69,7% dos jovens sinalizados.

Em 2003, desenvolveram-se 148 projectos de intervenção social, mantendo-se de uma forma geral as tipologias definidas em 2002, mas predominando os projectos de formação escolar e profissional e desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Também, no ano de 2003, foi dado relevo às Actividades de Verão, realizadas um pouco por todo o país, tendo havido a preocupação de lhes acrescentar uma incisiva componente pedagógica a fim de rentabilizar os “momentos de excelência” que proporciona esse período do ano. Também, nestes casos, se intensificou a especificidade da intervenção. Estiveram envolvidos nestas actividades, 3.841 jovens, dos quais 1.955 sinalizados e 1.886 não sinalizados. As actividades de Verão terminaram com a realização, em finais de Setembro, da 1ª Competição em Carrinhos de Rolamentos, denominada “Corrida para o futuro”, realizada no Parque Eduardo VII, em Lisboa. A avaliação foi muito positiva, tendo participado mais de 1000 jovens, distribuídos por 96 equipas, das quais 7 eram de instituições parceiras.

No âmbito das parcerias, o Programa Escolhas continuou a privilegiar a implementação de projectos integrados, estabelecendo os protocolos necessários para o efeito. Assim, participaram nos projectos um número crescente de actores locais, mobilizados os conhecimentos de terreno, optimizados os recursos existentes para a rentabilização psicossocial e inserção dos jovens público-alvo. Em 2003, foram envolvidos 426 parceiros, dos quais 111 assinaram contratos ou protocolos de parceria com o Programa Escolhas.

Ao nível da Administração Central, os contactos e as reuniões interinstitucionais mantiveram-se, designadamente com a PSP, a GNR, o IEF, o IRS, o PEETI e o IPJ. De relevar a colaboração com as Forças de Segurança em algumas iniciativas em que foi possível contextualizar uma relação diferente com os mais jovens.

CAMPANHAS TEMÁTICAS

No início do ano de 2003, o Programa Escolhas decidiu lançar, para debate e esclarecimento nos diversos bairros de intervenção, as “Campanhas temáticas”.

No 2º trimestre, foi lançada a campanha “Pais Adolescentes”, que teve como principal objectivo a prevenção primária da maternidade na adolescência bem como a responsabilização dos jovens pais adolescentes perante o novo papel pai/mãe. Com o apoio do Movimento de Defesa da Vida, realizaram-se 15 sessões de esclarecimento que envolveram 161 jovens.

No 4º trimestre, promoveu-se uma campanha sobre “Violência Escolar”, que decorreu em 12 escolas do distrito de Lisboa, 8 do distrito do Porto e 10 do distrito de Setúbal. Esta campanha destinou-se a alunos das Escolas EB1 e EB2+3, dos 10 aos 16 anos, e teve como principais objectivos a sensibilização para a problemática da violência na escola e suas consequências e ainda a desvalorização dos conceitos “forte” e “fraco”.

A campanha desenrolou-se em três fases, sendo a primeira a sua divulgação junto dos órgãos executivos das escolas. Para a segunda fase, foram contratadas 3 Companhias de Teatro, uma por distrito, que interpretaram peças de teatro interactivo alusivas ao tema. Por último, na terceira fase foi celebrada uma parceria com a Associação de Mediadores de Conflitos, que dinamizou 77 sessões nas escolas abrangidas pela iniciativa.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

REDE EUROPEIA DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE (EUCPN), DA UNIÃO EUROPEIA

Na sequência da participação do Programa Escolhas na Conferência Anual da “Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade” da União Europeia - EUCPN, que se realizou em Roma, nos dias 11 e 12 de Novembro de 2003, surgiu o convite, por parte do representante português na EUCPN, para o projecto “Tutores de Bairro da Quinta da Princesa” ser candidato ao Prémio Europeu de Prevenção Criminal - ECPA 2003, obedecendo ao modelo internacional dos 5 I’s (*Intelligence, Intervention, Implementation, Involvement e Impact*) e aos parâmetros (metodologia, implementação, avaliação, pontos fortes e pontos fracos).

Estes documentos foram discutidos no dia 28 de Novembro, em Copenhaga, na reunião do júri do ECPA que pretendia eleger o projecto considerado “Best Practice” e onde o Programa Escolhas esteve representado pelo Coordenador de Bairro da Quinta da Princesa juntamente com mais 10 projectos de outros tantos países:

Bélgica – “*U-turn*”

Dinamarca – “*Crime prevention in residential areas*”

Estónia – “*School watch*”

Finlândia – “*Ruori project*”

França – “*Sexual relationship and mutual respect*”

Holanda – “*Draw the line*”

Hungria – “*VIV*”

Itália – “*Use of biometrics in crime prevention*”

Portugal – “*Tutores de bairro*”

Reino Unido – “*Nanttyffyllon Youth Club*”

Suécia – “*Supporter project*”

O projecto português – “Tutores de Bairro da Quinta da Princesa” – conseguiu o 1º lugar na votação e alcançou, pela primeira vez, o prémio do ECPA – Prémio Europeu de Prevenção da Criminalidade.

☐ REDE EUROPEIA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA, DO
CONSELHO DA EUROPA

O Programa Escolhas foi recentemente seleccionado para integrar o Projecto Integrado 2 do Conselho da Europa “*Responses to violence in everyday life in a democratic society*”, criado em 2002 (com a duração de três anos), integrado numa rede experimental de projectos-piloto (“*Network of local pilot projects*”), constituída por projectos de oito países:

- Alemanha (prevenção da violência e da delinquência juvenis, particularmente em ambiente escolar);
- Áustria (violência familiar);
- Bulgária (centro comunitário multifuncional);
- Croácia (violência familiar);
- Eslovénia (papel do poder local na prevenção do crime);
- Itália (estudar, prevenir e combater o fenómeno do “Bullying”);
- Suécia (apoio a jovens vítimas de crime); e
- Portugal (prevenção da criminalidade juvenil).

O projecto procura definir componentes para uma estratégia para a prevenção da violência quotidiana a nível local e estabelecer uma metodologia de monitorização de projectos de prevenção. A lógica é a de estabelecimento de uma política comum nesta área.

Neste sentido, no final de 2004, será disponibilizado um conjunto de recomendações políticas, ferramentas de trabalho e estudos para a prevenção da violência em circunstâncias diversas (violência urbana, violência doméstica, violência em meio escolar, violência em contexto desportivo, assistência a vítimas, mediação penal e papel dos jovens na prevenção).

Seguindo a metodologia de monitorização onde a temática é discutida por parte de técnicos que desenvolvem as diferentes abordagens no terreno, realizou-se a primeira reunião que decorreu em Estocolmo, na sede do “National Council for Crime Prevention”, entre os dias 9 e 11 de Outubro de 2003. O encontro centrou-se na visita ao Centro de Apoio a Jovens Vítimas de Crime, que desenvolve juntamente com os serviços sociais da cidade de Estocolmo (*Stockholm Social Services Administration’s Unit for Drug and Crime Prevention*) e a polícia (*Juvenile Crime Division of the*

Stockolm City Police), um projecto em resposta ao aumento significativo de crimes em que a vítima e o agressor são menores. Tem como objectivo a integração social destes jovens, já que, após o crime, a vítima tende a auto-marginalizar-se e a assumir comportamentos delinquentes.

A organização do segundo encontro foi de responsabilidade do Programa Escolhas e decorreu entre os dias 6 e 8 de Novembro, tendo sido feita uma apresentação global do Programa e visitados três bairros dos distritos de Lisboa e Setúbal.

O Programa Escolhas, em termos metodológicos, foi encarado de forma muito positiva, tendo sido referido que parte das recomendações a produzir pelo projecto, em 2004, terão por base algumas práticas visitadas neste encontro.

INVESTIMENTO

O ano de 2003, em termos de investimento, foi fundamental para a consolidação e melhoramento da estrutura já existente, pois, apesar de ter havido alguma continuidade na aquisição de equipamentos, as acções nesta área incidiram, principalmente, na realização de alguns ajustes na sua distribuição e manutenção.

<i>Em milhares de euros</i>				
	Total	Lisboa	Porto	Setúbal
Custos 2003	4051			
Intervenção	3484	1419	823	1242
Estrutura	567			
Investimento 2003	117			
Intervenção	94	36	26	32
Estrutura	23			

Como se pode verificar pela leitura do quadro acima, em consequência da política de rigor e contenção seguida e com a preocupação de não criar uma estrutura central demasiado pesada, foi possível assegurar que os custos e os investimentos atingissem apenas um total de 4,17 milhões de euros, o que representa 56% do orçamento disponível.

Esta política poderá permitir, em 2004, o alargamento da intervenção a outros territórios, designadamente, a outros concelhos e distritos, desde que se mantenha o mesmo orçamento disponível.

Dados relativos à Criminalidade

ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS

Neste capítulo faz-se uma análise às participações registadas pela GNR, PSP e PJ, quer individualmente, quer no seu conjunto. Tal como tem vindo a ser habitual, a fonte para a obtenção dos dados foi o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, do Ministério da Justiça.

Destaca-se o facto de os valores relativos à PJ dizerem respeito unicamente às participações registadas directamente por este Serviço, evitando-se, assim, as duplas contagens.

ANÁLISE DO TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR FORÇA E SERVIÇO

Quadro relativo às participações registadas pela GNR, PSP e PJ por ano

DESCRIÇÃO	TOTAL 2003	TOTAL 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Participações Registadas pelas duas Forças de Segurança e pela Polícia Judiciária	409.509	386.253	6,0 %	23.256
Participações registadas pela GNR	191.097	170.989	11,8 %	20.108
Participações registadas pela PSP	206.952	204.921	1,0 %	2.031
Participações registadas pela PJ	11.460	10.343	10,8 %	1.117

No presente ano, os valores relativos à criminalidade participada, quando comparados com o ano anterior, sofrem um acréscimo de +6%, correspondendo a +23.256 casos participados.

Numa análise individualizada das Forças e Serviço, constata-se que o grande aumento é observado na GNR (acrécimo de +11,8%), uma vez que a PSP apenas sofre uma pequena oscilação em relação ao ano transacto (+1%) e a PJ, apesar de em termos percentuais apresentar um acréscimo

sensivelmente igual ao da GNR, a sua expressão, em termos quantitativos, não é comparável com aquela Força de Segurança.

Como é possível constatar pelo quadro, a GNR tem vindo a aumentar o seu peso relativo no número total de participações, em detrimento da PSP, uma vez que no ano de 2002 a GNR representava, aproximadamente, 44% enquanto que, no ano de 2003, esta Força já representa, aproximadamente, 46% do total das ocorrências registadas pelas duas Forças e pela PJ. No que diz respeito à PJ, este Serviço mantém o seu peso relativo, que é manifestamente reduzido, ficando-se pela casa do 2,8%.

O aumento de 6% no número de ocorrências participadas pode dever-se a diversos factores, tais como uma diminuição das chamadas “*cifras negra*”, o que pode significar que a população participa mais as ocorrências de que é alvo. Tal pode dever-se a uma maior confiança na actuação das Forças de Segurança e a uma maior consciência cívica, porventura devido a um esforço que tem vindo a ser efectuado por parte das Forças para consciencializar as populações de que só mediante a apresentação de queixa, é possível ter-se a noção do que se está a passar e assim agir em conformidade.

O facto de cada vez mais os cidadãos recorrerem às seguradoras, no sentido de segurar os seus bens, leva a que, quando são vítimas de crime patrimonial, tenham de participar a ocorrência, condição indispensável para que possam ser ressarcidos. Tal factor tem contribuído, também, para a redução das cifras negras, na categoria dos crimes patrimoniais.

Uma maior proactividade das Forças e Serviços é outro factor que deve ser tido em conta, já que pode ter uma influência decisiva neste aumento observado. Tal é significativo ao nível da detecção dos crimes rodoviários: a falta de habilitação legal para conduzir e condução com taxa de alcoolémia igual ou superior a 1,2 gramas por litro de sangue.

O facto de a GNR estar a apresentar valores tão elevados e acréscimos percentuais consideráveis, parece estar ligado à concorrência de vários factores. Desde logo, a transferência de população de alguns bairros problemáticos de grandes zonas urbanas para zonas sociais na periferia das cidades. Em segundo lugar, a melhoria da rede rodoviária permitiu uma maior mobilidade no território nacional, que facilita a deslocação dos criminosos e de uma criminalidade que se tinha como eminentemente urbana para zonas mais vulneráveis, onde não só escasseiam as práticas de

auto-protecção como as autoridades possuem menos experiência para lidar com este tipo de criminalidade.

Finalmente, também o grande aumento das participações, pelas razões já referidas, especialmente de crimes de abuso sexual de menores e de violência doméstica, com especial incidência em regiões menos urbanas, veio contribuir bastante para o acréscimo dos valores apresentados pela GNR.

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DAS GRANDES
CATEGORIAS**

Quadro relativo às participações registadas pela no conjunto das duas Forças e da PJ, por Grandes Categorias criminais

Grandes Categorias	TOTAL 2003	TOTAL 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Crimes Contra as Pessoas	97.471	89.447	9,0 %	8.024
Crimes Contra o Património	234.233	227.545	2,9 %	6.688
Crimes Contra a Paz e Humanidade	3	4	-25,0 %	-1
Crimes Contra a Vida em Sociedade	42.842	36.473	17,5 %	6.369
Crimes Contra o Estado	5.367	4.306	24,6 %	1.061
Crimes Previstos em Legislação Penal Avulsa	29.593	28.478	3,9 %	1.115

O número de ocorrências participadas aumentou em todas as categorias, com excepção dos crimes contra a Paz e Humanidade, categoria que tem uma expressão residual.

A *criminalidade ligada ao património* é aquela que tem maior expressão, representando, esta categoria, aproximadamente 57% do total das participações. De entre os crimes que integram esta categoria, destacam-se, pelo seu elevado número de ocorrências os:

- Furtos em veículo motorizado	56.136 ocorrências
- Furtos de veículo motorizado	29.930 ocorrências
- Danos	23.658 ocorrências
- Furtos em residência	21.963 ocorrências

- Furtos em edifício comercial 18.415 ocorrências

Ao analisar-se esta categoria, constata-se que os crimes de furto, no seu conjunto, são os grandes responsáveis pelo elevado número de ocorrências que se observam nesta categoria.

A seguir, temos a categoria dos *crimes contra as Pessoas*, que é aquela que maior diferença, em termos quantitativos, apresenta em relação aos valores do ano de 2002. Nesta categoria, temos quatro crimes que são os grandes responsáveis pelo elevado número de ocorrências, a saber:

- Ofensa à integridade física voluntária simples	43.402 ocorrências
- Ameaça e coacção	18.186 ocorrências
- Difamação, calúnia e injúria	11.407 ocorrências
- Maus tratos ou sobrec. menores, incapaz ou cônjuge	10.254 ocorrências

Os três primeiros crimes apontados são representativos de alguma instabilidade social e do reconhecimento por parte das pessoas do seu direito a participar qualquer tipo de ocorrência de que tenham sido vítimas, ainda que dela não tenha havido consequências físicas graves. Estes crimes poderão exemplificar a maior confiança nos agentes policiais, estando o cidadão convicto de que as suas queixas surtirão algum efeito. Esta categoria tem um peso relativo de, aproximadamente, 24%.

Seguem-se os *crimes contra a vida em sociedade*, categoria que é das que apresenta variação mais elevada, tanto em termos percentuais como quantitativos. O seu peso relativo é de 10,5%. De entre os crimes que se incluem nesta categoria, destacam-se, pelo elevado número de participações registadas:

- Contrafacção/falsif. de moeda e pass. de moeda falsa	7.875 ocorrências
- Incêndio/fogo posto floresta, mata, arvoredos/seara	5.209 ocorrências
- Condução de veíc./taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	22.719 ocorrências
- Incêndio/fogo posto em edifi., constr./meio transp	2.232 ocorrências

O crime de condução com taxa de álcool superior a 1,2 g/l é o crime que maior destaque merece, em virtude de o número de ocorrências que apresenta ser substancialmente superior a qualquer outro dentro desta categoria. Este crime é resultado de uma maior proactividade das Forças de Segurança e o acréscimo de 25% que apresenta em relação ao ano transacto

é exemplo disso, uma vez que ele depende de uma maior fiscalização por parte das autoridades policiais.

De notar que as ocorrências contabilizadas, relativas a incêndios, podem ter tido origem em diversos factores, que não apenas os incêndios de origem intencional.

Em termos de peso relativo, segue-se a categoria correspondente aos *crimes previstos em legislação penal avulsa*, a qual tem uma representação de 7,2% no total das ocorrências. Nesta categoria, são três os crimes que merecem realce, pelo elevado número de participações observadas:

- Condução sem habilitação legal	18.419 ocorrências
- Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)	3.584 ocorrências
- Emissão de cheque sem provisão	1.790 ocorrências

Tal como foi referido anteriormente, também aqui encontramos um crime, a condução sem habilitação legal, cuja detecção resulta de uma maior acção proactiva, de fiscalização, das Forças de Segurança.

Por fim temos a categoria de *crimes contra o Estado*, que tem uma representação relativamente baixa, apenas de 1,3% no total das participações. De entre os crimes que constituem esta categoria destacam-se apenas dois crimes, pela sua frequência:

- Desobediência	3.028 ocorrências
- Resistência e coacção sobre funcionário	1.394 ocorrências

Estes dois crimes são ilustrativos do aumento de ocorrências contra agentes da autoridade, facto que tem vindo a ser motivo de análise e de preocupação, nomeadamente, porque, em muitos casos, resultam em agressões físicas com alguma gravidade.

Não se faz qualquer tipo de análise à categoria *crimes contra a paz e humanidade*, já que esta categoria tem uma representação residual.

ANÁLISE DA CRIMINALIDADE MAIS VIOLENTA E GRAVE

Esta análise centra-se sobre um cabaz de 16 crimes que, devido à sua violência física, psicológica, ou ambas, se destacam dos restantes crimes. São eles:

- | | |
|---|--|
| ✓ <i>Homicídio voluntário consumado</i> | ✓ <i>Roubo a posto de abastecimento de combustível</i> |
| ✓ <i>Ofensa à integridade física voluntária grave</i> | ✓ <i>Roubo a motorista de transporte público</i> |
| ✓ <i>Rapto, sequestro e tomada de reféns</i> | ✓ <i>Extorsão</i> |
| ✓ <i>Violação</i> | ✓ <i>Pirataria aérea/outros crimes c/a seg. da aviação civil</i> |
| ✓ <i>Furto/roubo por esticção</i> | ✓ <i>Motim, instigação e apologia pública do crime</i> |
| ✓ <i>Roubo na via pública (excepto por esticção)</i> | ✓ <i>Associação criminosa</i> |
| ✓ <i>Roubo a banco ou outro estab. de crédito</i> | ✓ <i>Terrorismo e organizações terroristas</i> |
| ✓ <i>Roubo a tesouraria ou estação de correios</i> | ✓ <i>Resistência e coacção sobre funcionário</i> |

De entre estes crimes, merecem realce o *Furto/roubo por esticção* e o *Roubo na via pública (excepto por esticção)*, em virtude de serem os crimes que têm maior representatividade: os dois no seu conjunto representam 80% do total de ocorrências deste tipo de criminalidade específica. No ano em apreço, esta criminalidade praticamente estabilizou, registando um ligeiro **acréscimo de +0,3%**, correspondendo a apenas +60 casos participados.

Em 2003, este tipo de criminalidade ascendeu a 21.141 casos, dos quais 75,2% são registados pela Polícia de Segurança Pública, 21,3% registados pela Guarda Nacional Republicana e 3,5% registados pela Polícia Judiciária, de onde se pode concluir que esta criminalidade é característica das grandes áreas metropolitanas.

De entre os Distritos e Regiões Autónomas, destacam-se Lisboa, Porto e Setúbal, os quais, só por si, representam 78% do total deste tipo de criminalidade.

ANÁLISE DAS OCORRÊNCIAS REGISTADAS POR DISTRITO

Neste capítulo, procede-se a uma análise da evolução da criminalidade desagregada por distrito. A leitura de cada distrito permite observar qual foi a evolução global e por grandes categorias criminais. Deixa também perceber qual a evolução que cada Força de Segurança e a PJ tiveram no distrito, assim como a sua importância relativa em termos de ocorrências

registadas. Além disso, destaca-se o número de ocorrências por 1000 habitantes e faz-se uma comparação com os demais distritos e regiões autónomas. Por fim, é apresentado um quadro com os crimes que maior influência têm no distrito, deixando assim perceber qual o tipo de criminalidade mais praticada.

No ano de 2003, apenas os distritos de Coimbra, Setúbal e a Região Autónoma da Madeira apresentaram decréscimos em relação ao ano anterior.

Os distritos que registaram maior número de ocorrências foram Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro e Braga, sendo que estes 6 distritos representam 71% do total nacional. Realce para o facto de, neste grupo, apenas Setúbal apresentar um decréscimo, sendo que nos restantes se observam variações superiores a +4,5%.

Ao analisarmos as variações registadas, podemos concluir que, em termos percentuais, os distritos que apresentam variações positivas mais elevadas foram os distritos de Beja, Faro, Guarda e a R. Autónoma dos Açores.

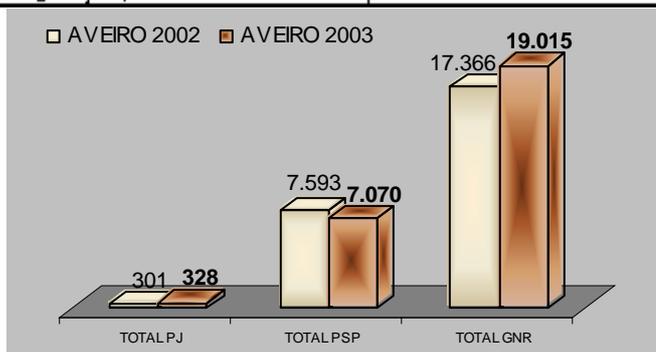
Analisando o panorama da criminalidade, pode-se dizer que existe uma grande concentração da criminalidade nos maiores centros urbanos e que se assiste a uma crescente “litoralização” do crime. Apesar de existirem variações relativamente elevadas no Interior, em termos quantitativos estes distritos ainda são pouco representativos no todo nacional.

□ DISTRITO DE AVEIRO

Regista um aumento global de +4,6%, correspondendo a +1.153 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 37 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 5º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 7º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	AVEIRO 2003	AVEIRO 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	26.413	25.260	4,6 %	1.153
Crimes Contra as Pessoas	7.205	6.330	13,8 %	875
Crimes Contra o Património	13.789	14.247	-3,2 %	-458
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	2.805	2.284	22,8 %	521
Crimes Contra o Estado	397	273	45,4 %	124
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	2.217	2.126	4,3 %	91



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 78% do total de participações observadas em 2003.

Criminalidade mais participada no distrito de Aveiro	Aveiro 2003	Aveiro 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	3.213	3.109	3,3 %	104
Ameaça e coacção	1.419	1.148	23,6 %	271
Difamação, calúnia e injúria	1.067	908	17,5 %	159
Furto de veículo motorizado	2.345	2.275	3,1 %	70
Furto em veículo motorizado	2.881	3.343	-13,8 %	-462
Furto em resid. c/arromb.,escalam.ou chaves falsas	1.522	1.354	12,4 %	168
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	1.520	1.658	-8,3 %	-138
Outros furtos	1.782	1.928	-7,6 %	-146
Outro dano	1.369	1.386	-1,2 %	-17
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	1.770	1.359	30,2 %	411
Condução sem habilitação legal	1.613	1.509	6,9 %	104

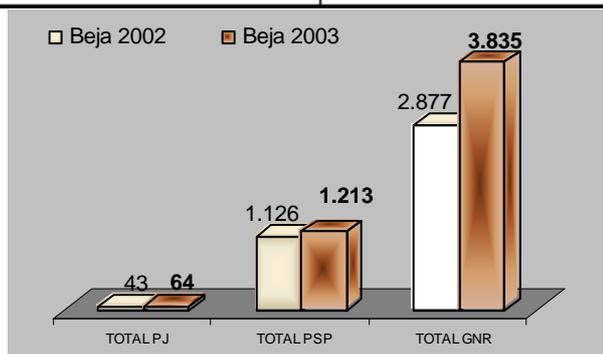
□ **DISTRITO DE BEJA**

Verifica-se um aumento global de +26,3%, correspondendo a +1.066 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 32 participações por 1000 habitantes.

Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 16º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 9º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	BEJA 2003	BEJA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	5.112	4.046	26,3 %	1.066
Crimes Contra as Pessoas	1.161	955	21,6 %	206
Crimes Contra o Património	1.632	1.529	6,7 %	103
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.419	1.032	37,5 %	387
Crimes Contra o Estado	130	118	10,2 %	12
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	770	412	86,9 %	358



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 75% do total de participações observadas em 2003.

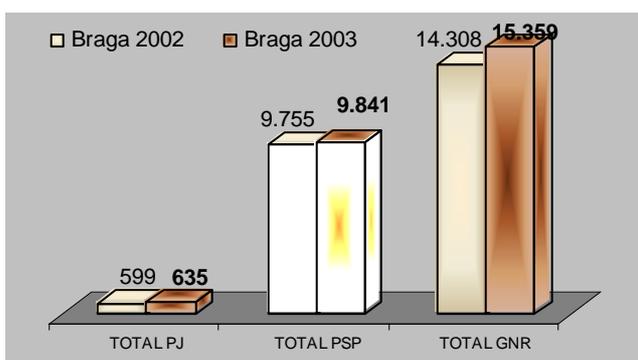
Criminalidade mais participada no distrito de Beja	Beja 2003	Beja 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	495	407	21,6 %	88
Ameaça e coacção	211	137	54,0 %	74
Difamação, calúnia e injúria	193	157	22,9 %	36
Furto de veículo motorizado	133	116	14,7 %	17
Furto em veículo motorizado	254	202	25,7 %	52
Furto em resid. c/arromb.,escalam.ou chaves falsas	149	137	8,8 %	12
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	134	116	15,5 %	18
Outros furtos	369	330	11,8 %	39
Outro dano	330	342	-3,5 %	-12
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	294	244	20,5 %	50
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	884	654	35,2 %	230
Condução sem habilitação legal	365	259	40,9 %	106

□ **DISTRITO DE BRAGA**

Apresenta um aumento global de +4,8%, correspondendo a +1.173 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 31 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 6º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 10º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	BRAGA 2003	BRAGA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	25.835	24.662	4,8 %	1.173
Crimes Contra as Pessoas	6.689	6.460	3,5 %	229
Crimes Contra o Património	15.598	14.679	6,3 %	919
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.911	1.867	2,4 %	44
Crimes Contra o Estado	213	200	6,5 %	13
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	1.424	1.456	-2,2 %	-32



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 78% do total de participações observadas em 2003.

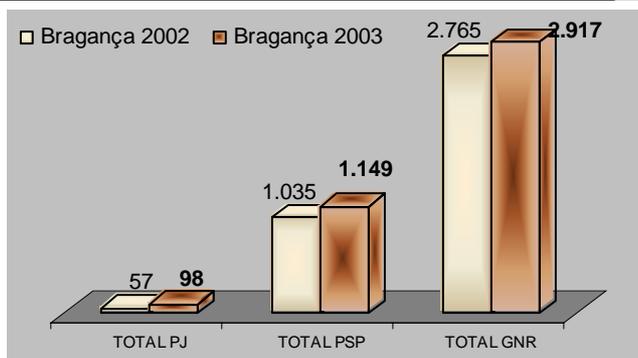
Criminalidade mais participada no distrito de Braga	Braga 2003	Braga 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	2.857	2.729	4,7 %	128
Ameaça e coacção	1.300	1.070	21,5 %	230
Difamação, calúnia e injúria	665	682	-2,5 %	-17
Furto de veículo motorizado	2.311	1.650	40,1 %	661
Furto em veículo motorizado	4.743	4.442	6,8 %	301
Furto em resid. c/arramb.,escalim.ou chaves falsas	1.531	1.512	1,3 %	19
Furto em edif.com.ou ind.c/arramb,escal,chaves fal	1.545	1.646	-6,1 %	-101
Outros furtos	1.642	1.587	3,5 %	55
Outro dano	1.197	1.287	-7,0 %	-90
Contrafacção/falsif.de moeda e pass.de moeda falsa	489	443	10,4 %	46
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	804	775	3,7 %	29
Condução sem habilitação legal	948	966	-1,9 %	-18

□ **DISTRITO DE BRAGANÇA**

Regista um aumento global de +8,0%, correspondendo a +307 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 28 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 18º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 16º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	BRAGANÇA 2003	BRAGANÇA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	4.164	3.857	8,0 %	307
Crimes Contra as Pessoas	1.352	1.157	16,9 %	195
Crimes Contra o Património	1.579	1.680	-6,0 %	-101
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	834	655	27,3 %	179
Crimes Contra o Estado	90	49	83,7 %	41
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	309	316	-2,2 %	-7



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 76% do total de participações observadas em 2003.

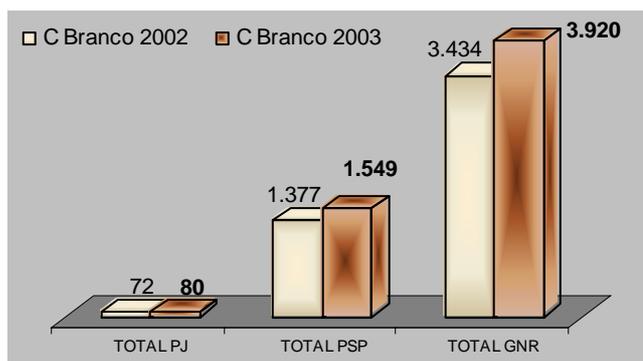
Criminalidade mais participada no distrito de Bragança	Bragança 2003	Bragança 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	641	533	20,3 %	108
Ameaça e coacção	249	184	35,3 %	65
Difamação, calúnia e injúria	159	159	0,0 %	0
Furto de veículo motorizado	102	115	-11,3 %	-13
Furto em veículo motorizado	180	219	-17,8 %	-39
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	124	136	-8,8 %	-12
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	137	151	-9,3 %	-14
Outros furtos	356	325	9,5 %	31
Outro dano	390	401	-2,7 %	-11
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	335	281	19,2 %	54
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	303	217	39,6 %	86
Condução sem habilitação legal	170	182	-6,6 %	-12

□ DISTRITO DE C. BRANCO

Apresenta um aumento global de +13,6%, correspondendo a +666 casos.

Este distrito tem um *ratio* de 27 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 15º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 18º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	C. BRANCO 2003	C BRANCO 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	5.549	4.883	13,6 %	666
Crimes Contra as Pessoas	1.668	1.462	14,1 %	206
Crimes Contra o Património	2.379	2.100	13,3 %	279
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.005	894	12,4 %	111
Crimes Contra o Estado	103	100	3,0 %	3
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	394	327	20,5 %	67



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 73% do total de participações observadas em 2003.

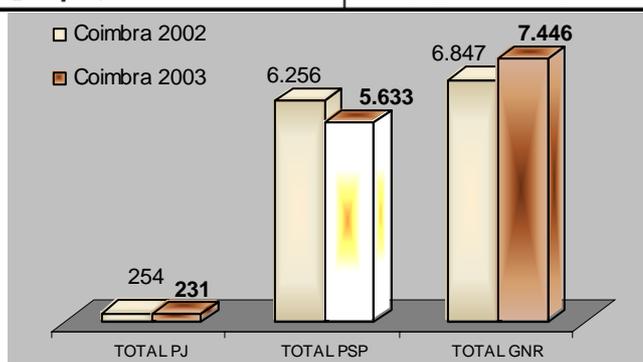
Criminalidade mais participada no distrito de C Branco	C Branco 2003	C Branco 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	661	648	2,0 %	13
Ameaça e coacção	284	225	26,2 %	59
Difamação, calúnia e injúria	200	194	3,1 %	6
Furto em veículo motorizado	481	333	44,4 %	148
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	153	159	-3,8 %	-6
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	161	215	-25,1 %	-54
Outros furtos	512	453	13,0 %	59
Outro dano	479	398	20,4 %	81
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	251	192	30,7 %	59
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	589	517	13,9 %	72
Condução sem habilitação legal	271	193	40,4 %	78

□ **DISTRITO DE COIMBRA**

Verifica-se uma diminuição global de -0,4%, correspondendo a -47 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 30 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 9º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 12º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	COIMBRA 2003	COIMBRA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	13.310	13.357	-0,4 %	-47
Crimes Contra as Pessoas	3.698	3.408	8,5 %	290
Crimes Contra o Património	7.254	7.560	-4,0 %	-306
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.385	1.366	1,4 %	19
Crimes Contra o Estado	161	142	13,4 %	19
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	812	881	-7,8 %	-69



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 77% do total de participações observadas em 2003.

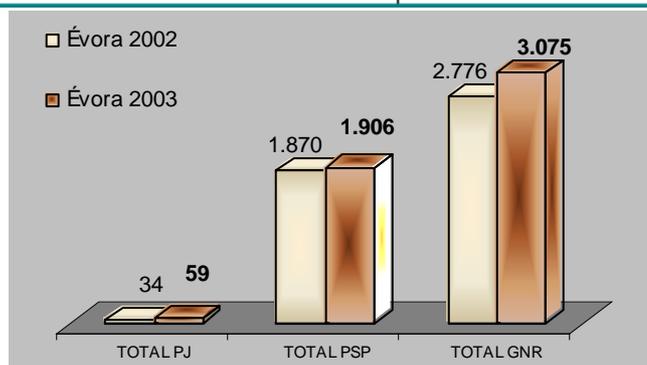
Criminalidade mais participada no distrito de Coimbra	Coimbra 2003	Coimbra 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	1.601	1.666	-3,9 %	-65
Ameaça e coação	724	628	15,3 %	96
Difamação, calúnia e injúria	545	444	22,7 %	101
Furto de veículo motorizado	633	782	-19,1 %	-149
Furto em veículo motorizado	2.280	2.165	5,3 %	115
Furto em edif.com.ou ind.c/arramb,escal,chaves fal	514	543	-5,3 %	-29
Furto por carteirista	540	554	-2,5 %	-14
Outros furtos	1.016	1.345	-24,5 %	-329
Outro dano	878	759	15,7 %	119
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	280	295	-5,1 %	-15
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	715	722	-1,0 %	-7
Condução sem habilitação legal	506	510	-0,8 %	-4

☐ **DISTRITO DE ÉVORA**

Regista um aumento global de +7,7%, correspondendo a +360 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 29 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 17º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 15º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	EVORA 2003	ÉVORA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	5.040	4.680	7,7 %	360
Crimes Contra as Pessoas	1.590	1.500	6,0 %	90
Crimes Contra o Património	2.153	2.069	4,1 %	84
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	788	592	33,1 %	196
Crimes Contra o Estado	104	86	20,9 %	18
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	405	433	-6,5 %	-28



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 74% do total de participações observadas em 2003.

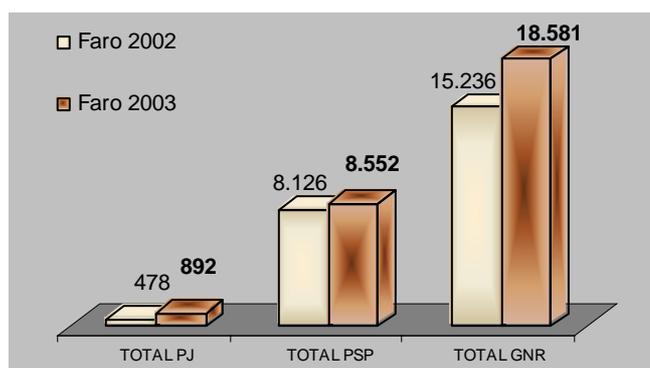
Criminalidade mais participada no distrito de Évora	Évora 2003	Évora 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	544	555	-2,0 %	-11
Ofensa à inte.fis.por neglig.em acidente de viação	225	246	-8,5 %	-21
Ameaça e coacção	297	199	49,2 %	98
Difamação, calúnia e injúria	219	190	15,3 %	29
Furto de veículo motorizado	161	146	10,3 %	15
Furto em veículo motorizado	488	484	0,8 %	4
Outros furtos	550	476	15,5 %	74
Outro dano	377	312	20,8 %	65
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	604	410	47,3 %	194
Condução sem habilitação legal	276	284	-2,8 %	-8

□ **DISTRITO DE FARO**

Verifica-se um aumento global de +17,6%, correspondendo a +4.185 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 71 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 4º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 1º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	FARO 2003	FARO 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	28.025	23.840	17,6 %	4.185
Crimes Contra as Pessoas	4.265	3.953	7,9 %	312
Crimes Contra o Património	18.281	15.684	16,6 %	2.597
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	3.066	2.155	42,3 %	911
Crimes Contra o Estado	388	309	25,6 %	79
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	2.025	1.739	16,4 %	286



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 80% do total de participações observadas em 2003.

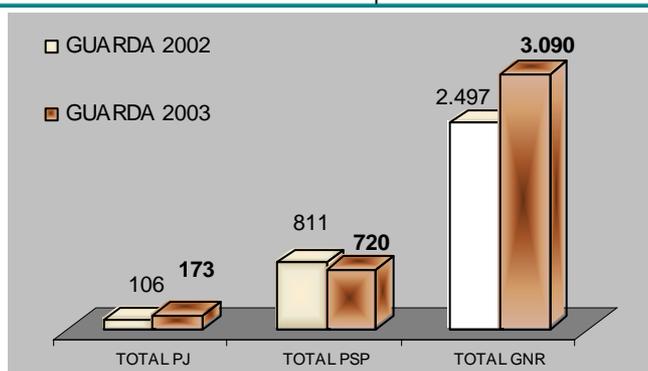
Criminalidade mais participada no distrito de Faro	Faro 2003	Faro 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	2.058	2.000	2,9 %	58
Ameaça e coacção	937	780	20,1 %	157
Furto de veículo motorizado	1.373	1.520	-9,7 %	-147
Furto em veículo motorizado	4.558	4.028	13,2 %	530
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	4.664	3.179	46,7 %	1.485
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	1.334	1.453	-8,2 %	-119
Outros furtos	3.024	2.389	26,6 %	635
Outro dano	1.261	1.091	15,6 %	170
Conduç.de veic.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	1.928	1.463	31,8 %	465
Condução sem habilitação legal	1.311	1.173	11,8 %	138

□ **DISTRITO DE GUARDA**

Apresenta um aumento global de +16,7%, correspondendo a +569 casos.

Este distrito tem um *ratio* de 22 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 19º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 20º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	GUARDA 2003	GUARDA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	3.983	3.414	16,7 %	569
Crimes Contra as Pessoas	1.049	926	13,3 %	123
Crimes Contra o Património	1.534	1.448	5,9 %	86
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	959	659	45,5 %	300
Crimes Contra o Estado	83	47	76,6 %	36
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	358	334	7,2 %	24



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 73% do total de participações observadas em 2003.

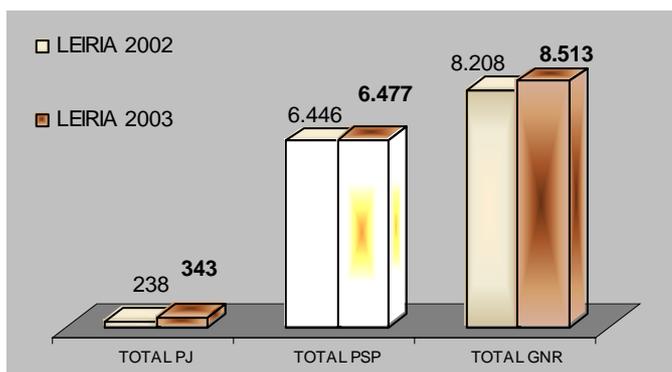
Criminalidade mais participada no distrito de Guarda	Guarda 2003	Guarda 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	464	445	4,3 %	19
Ameaça e coacção	185	159	16,4 %	26
Difamação, calúnia e injúria	137	124	10,5 %	13
Furto em veículo motorizado	226	215	5,1 %	11
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	162	146	11,0 %	16
Furto em outros edif.c/arromb.,esca./chaves falsas	164	96	70,8 %	68
Outros furtos	289	268	7,8 %	21
Outro dano	314	300	4,7 %	14
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	310	190	63,2 %	120
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	457	296	54,4 %	161
Condução sem habilitação legal	214	223	-4,0 %	-9

□ DISTRITO DE LEIRIA

Aumento global de +3,0%, correspondendo a +441 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 33 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 7º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 8º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	LEIRIA 2003	LEIRIA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	15.333	14.892	3,0 %	441
Crimes Contra as Pessoas	3.878	3.565	8,8 %	313
Crimes Contra o Património	7.690	7.934	-3,1 %	-244
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	2.240	1.939	15,5 %	301
Crimes Contra o Estado	227	187	21,4 %	40
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	1.298	1.267	2,4 %	31



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 74% do total de participações observadas em 2003.

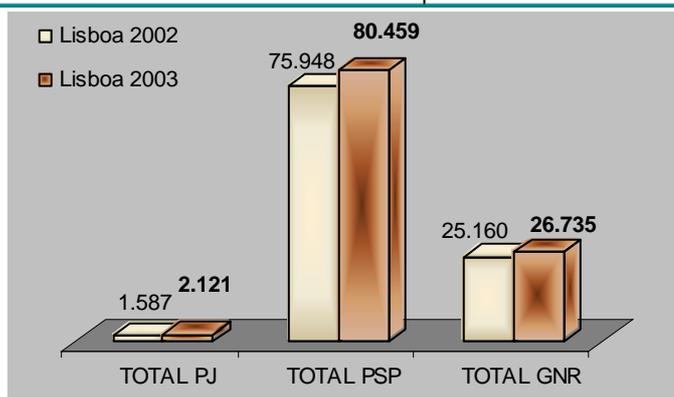
Criminalidade mais participada no distrito de Leiria	Leiria 2003	Leiria 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	1.988	1.788	11,2 %	200
Ameaça e coacção	769	620	24,0 %	149
Furto de veículo motorizado	825	781	5,6 %	44
Furto em veículo motorizado	2.029	2.170	-6,5 %	-141
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	804	773	4,0 %	31
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	701	989	-29,1 %	-288
Outros furtos	1.148	1.015	13,1 %	133
Outro dano	824	720	14,4 %	104
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	1.358	1.218	11,5 %	140
Condução sem habilitação legal	902	910	-0,9 %	-8

□ **DISTRITO DE LISBOA**

Regista um aumento global de +6,4%, correspondendo a +6.620 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 51 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 1º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 2º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	LISBOA 2003	LISBOA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	109.315	102.695	6,4 %	6.620
Crimes Contra as Pessoas	20.940	19.347	8,2 %	1.593
Crimes Contra o Património	71.914	68.065	5,7 %	3.849
Crimes Contra a Paz e Humanidade	1	2	-50,0 %	-1
Crimes contra a Vida em Sociedade	7.854	6.643	18,2 %	1.211
Crimes Contra o Estado	1.333	1.045	27,6 %	288
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	7.273	7.593	-4,2 %	-320



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 82% do total de participações observadas em 2003.

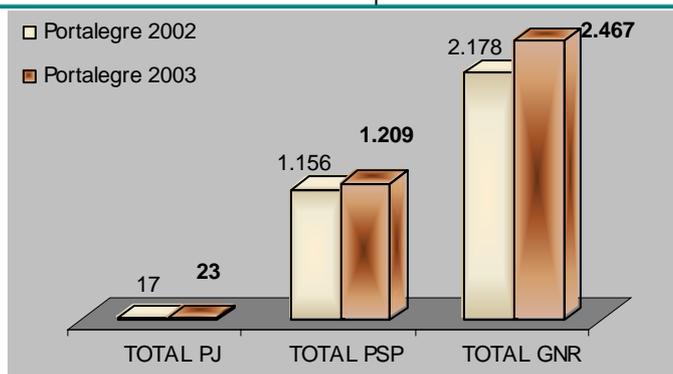
Criminalidade mais participada no distrito de Lisboa	Lisboa 2003	Lisboa 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	9.507	9.297	2,3 %	210
Ameaça e coacção	3.738	3.471	7,7 %	267
Difamação, calúnia e injúria	2.089	1.791	16,6 %	298
Furto/roubo por esticção	3.071	2.767	11,0 %	304
Furto de veículo motorizado	8.098	8.132	-0,4 %	-34
Furto em veículo motorizado	18.573	17.703	4,9 %	870
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	3.772	3.802	-0,8 %	-30
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	3.076	2.889	6,5 %	187
Furto por carteirista	7.702	6.775	13,7 %	927
Outros furtos	9.491	8.659	9,6 %	832
Roubo na via pública (excepto por esticção)	5.439	5.259	3,4 %	180
Outro dano	6.540	6.323	3,4 %	217
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	4.225	3.506	20,5 %	719
Condução sem habilitação legal	3.834	4.077	-6,0 %	-243

□ DISTRITO DE PORTALEGRE

Verifica-se um aumento global de +10,4%, correspondendo a +348 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 29 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 20º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 14º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	PORTALEGRE 2003	PORTALEGRE 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	3.699	3.351	10,4 %	348
Crimes Contra as Pessoas	971	960	1,1 %	11
Crimes Contra o Património	1.433	1.391	3,0 %	42
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	762	582	30,9 %	180
Crimes Contra o Estado	109	73	49,3 %	36
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	424	345	22,9 %	79



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 71% do total de participações observadas em 2003.

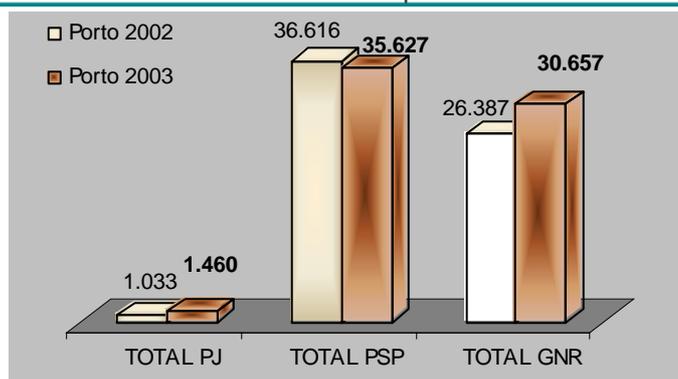
Criminalidade mais participada no distrito de Portalegre	Portalegre 2003	Portalegre 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	451	469	-3,8 %	-18
Ameaça e coacção	194	190	2,1 %	4
Difamação, calúnia e injúria	133	156	-14,7 %	-23
Furto em veículo motorizado	294	231	27,3 %	63
Outros furtos	382	397	-3,8 %	-15
Outro dano	308	297	3,7 %	11
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	230	218	5,5 %	12
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	378	266	42,1 %	112
Condução sem habilitação legal	242	238	1,7 %	4

□ **DISTRITO DE PORTO**

Produziu-se um aumento global de +5,8%, correspondendo a +3.708 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 38 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 2º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 6º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	PORTO 2003	PORTO 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	67.744	64.036	5,8 %	3.708
Crimes Contra as Pessoas	16.316	14.665	11,3 %	1.651
Crimes Contra o Património	43.476	42.185	3,1 %	1.291
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	1		-1
Crimes contra a Vida em Sociedade	3.764	3.253	15,7 %	511
Crimes Contra o Estado	545	485	12,4 %	60
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	3.643	3.447	5,7 %	196



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 74% do total de participações observadas em 2003.

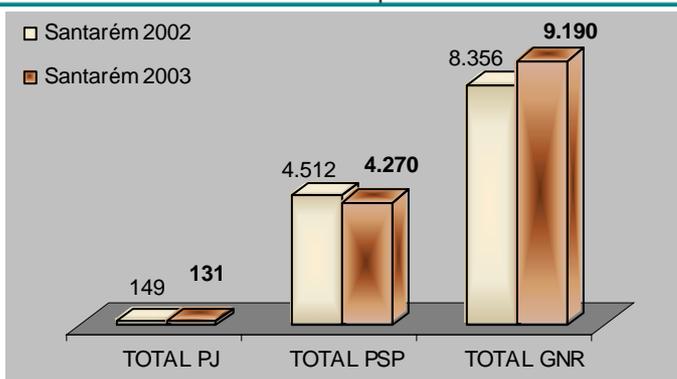
Criminalidade mais participada no distrito de Porto	Porto 2003	Porto 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	6.796	6.388	6,4 %	408
Ameaça e coacção	2.644	2.366	11,7 %	278
Difamação, calúnia e injúria	2.149	1.895	13,4 %	254
Furto de veículo motorizado	7.998	7.683	4,1 %	315
Furto em veículo motorizado	9.339	9.075	2,9 %	264
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	3.685	3.838	-4,0 %	-153
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	5.395	4.765	13,2 %	630
Outros furtos	3.836	3.650	5,1 %	186
Roubo na via pública (excepto por esticção)	2.723	3.023	-9,9 %	-300
Outro dano	3.021	3.054	-1,1 %	-33
Condução sem habilitação legal	2.497	2.364	5,6 %	133

□ **DISTRITO DE SANTARÉM**

Verificou-se um aumento global de +4,4%, correspondendo a +574 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 30 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 8º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 13º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	SANTAREM 2003	SANTARÉM 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	13.591	13.017	4,4 %	574
Crimes Contra as Pessoas	3.851	3.596	7,1 %	255
Crimes Contra o Património	6.318	6.128	3,1 %	190
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.992	1.872	6,4 %	120
Crimes Contra o Estado	201	172	16,9 %	29
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	1.229	1.249	-1,6 %	-20



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 73% do total de participações observadas em 2003.

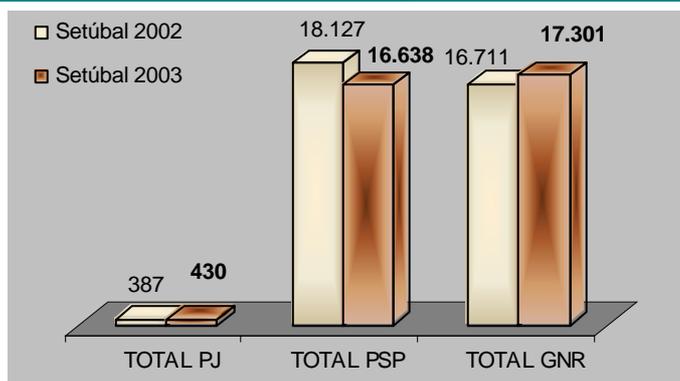
Criminalidade mais participada no distrito de Santarém	Santarém 2003	Santarém 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	1.679	1.617	3,8 %	62
Ameaça e coacção	776	730	6,3 %	46
Difamação, calúnia e injúria	418	391	6,9 %	27
Furto de veículo motorizado	620	609	1,8 %	11
Furto em veículo motorizado	1.446	1.423	1,6 %	23
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	571	475	20,2 %	96
Outros furtos	1.193	1.056	13,0 %	137
Outro dano	893	906	-1,4 %	-13
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	643	588	9,4 %	55
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	897	847	5,9 %	50
Condução sem habilitação legal	749	868	-13,7 %	-119

□ **DISTRITO DE SETÚBAL**

Apresenta uma diminuição global de -2,4%, correspondendo a -856 casos.

Este distrito atinge um *ratio* de 44 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 3º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 4º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	SETUBAL 2003	SETUBAL 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	34.369	35.225	-2,4 %	-856
Crimes Contra as Pessoas	8.844	8.447	4,7 %	397
Crimes Contra o Património	19.597	21.582	-9,2 %	-1.985
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	1		-1
Crimes contra a Vida em Sociedade	2.742	2.398	14,3 %	344
Crimes Contra o Estado	487	389	25,2 %	98
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	2.699	2.408	12,1 %	291



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 72% do total de participações observadas em 2003.

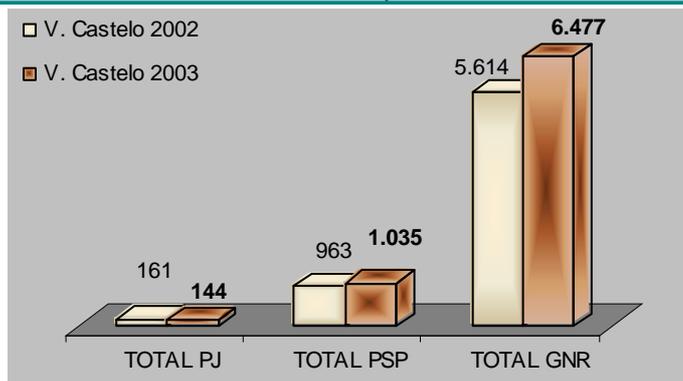
Criminalidade mais participada no distrito de Setúbal	Setúbal 2003	Setúbal 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	3.785	3.735	1,3 %	50
Ameaça e coacção	1.613	1.554	3,8 %	59
Furto de veículo motorizado	3.700	4.905	-24,6 %	-1.205
Furto em veículo motorizado	4.679	5.314	-11,9 %	-635
Furto em resid. c./arromb.,escalim.ou chaves falsas	1.690	1.534	10,2 %	156
Furto em edif.com.ou ind.c./arromb,escal,chaves fal	1.230	1.375	-10,5 %	-145
Outros furtos	2.717	2.820	-3,7 %	-103
Outro dano	1.826	2.074	-12,0 %	-248
Conduç.de veic.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	1.465	1.275	14,9 %	190
Condução sem habilitação legal	1.921	1.659	15,8 %	262

□ **DISTRITO DE VIANA DO CASTELO**

Regista um aumento global de +13,6%, correspondendo a +918 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 31 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 13º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 11º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	V. CASTELO 2003	V CASTELO 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	7.656	6.738	13,6 %	918
Crimes Contra as Pessoas	1.988	1.775	12,0 %	213
Crimes Contra o Património	3.694	3.130	18,0 %	564
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.250	1.173	6,6 %	77
Crimes Contra o Estado	144	103	39,8 %	41
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	580	557	4,1 %	23



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 79% do total de participações observadas em 2003.

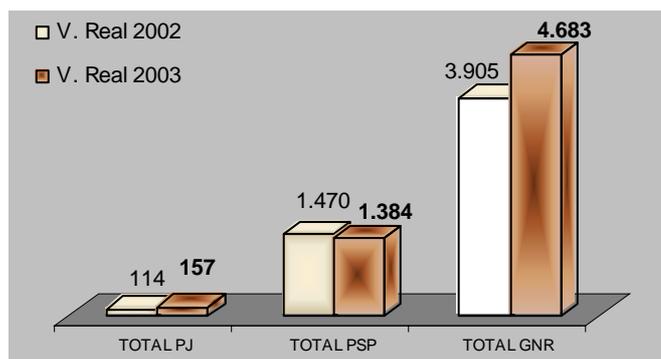
Criminalidade mais participada no distrito de Viana do Castelo	V. Castelo 2003	V. Castelo 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	909	793	14,6 %	116
Ameaça e coacção	374	346	8,1 %	28
Difamação, calúnia e injúria	302	230	31,3 %	72
Furto de veículo motorizado	336	252	33,3 %	84
Furto em veículo motorizado	743	659	12,7 %	84
Furto em resid. c/arramb.,escalim.ou chaves falsas	528	352	50,0 %	176
Furto em edif.com.ou ind.c/arramb,escal,chaves fal	364	280	30,0 %	84
Outros furtos	572	531	7,7 %	41
Outro dano	652	621	5,0 %	31
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	814	657	23,9 %	157
Condução sem habilitação legal	428	413	3,6 %	15

□ DISTRITO DE VILA REAL

Produziu-se um aumento global de +13,4%, correspondendo a +735 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 31 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 14º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 17º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	V. REAL 2003	V REAL 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	6.224	5.489	13,4 %	735
Crimes Contra as Pessoas	1.780	1.560	14,1 %	220
Crimes Contra o Património	2.508	2.411	4,0 %	97
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.297	977	32,8 %	320
Crimes Contra o Estado	140	92	52,2 %	48
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	499	449	11,1 %	50



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 81% do total de participações observadas em 2003.

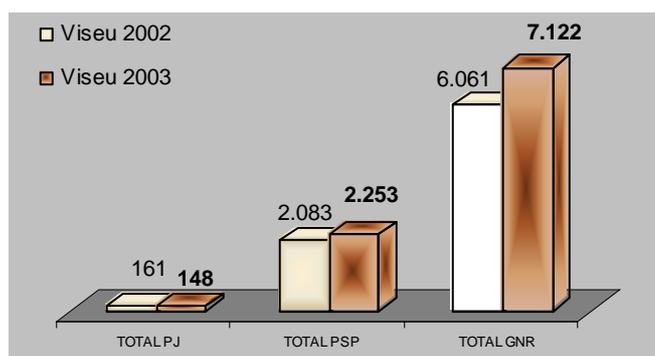
Criminalidade mais participada no distrito de Vila Real	V. Real 2003	V. Real 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	890	794	12,1 %	96
Ameaça e coacção	370	317	16,7 %	53
Difamação, calúnia e injúria	261	220	18,6 %	41
Furto de veículo motorizado	294	179	64,2 %	115
Furto em veículo motorizado	395	345	14,5 %	50
Furto em resid. c/arramb.,escalim.ou chaves falsas	334	291	14,8 %	43
Furto em edif.com.ou ind.c/arramb,escal,chaves fal	288	257	12,1 %	31
Outros furtos	406	382	6,3 %	24
Outro dano	436	492	-11,4 %	-56
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	245	257	-4,7 %	-12
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	767	520	47,5 %	247
Condução sem habilitação legal	364	338	7,7 %	26

□ DISTRITO DE VISEU

Verifica-se um aumento global de +14,7%, correspondendo a +1.218 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 24 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 11º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 19º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	WISEU 2003	WISEU 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	9.523	8.305	14,7 %	1.218
Crimes Contra as Pessoas	2.879	2.618	10,0 %	261
Crimes Contra o Património	3.859	3.729	3,5 %	130
Crimes Contra a Paz e Humanidade	2	0		2
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.829	1.234	48,2 %	595
Crimes Contra o Estado	159	86	84,9 %	73
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	795	638	24,6 %	157



O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 72% do total de participações observadas em 2003.

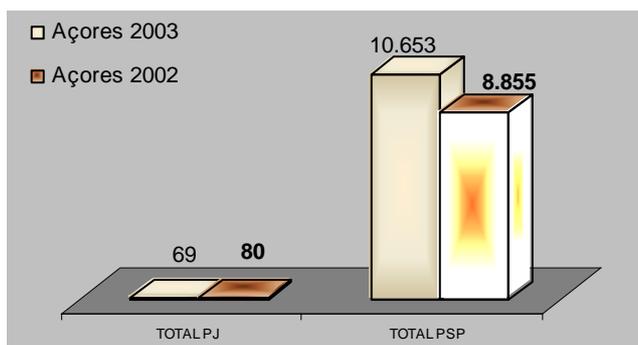
Criminalidade mais participada no distrito de Viseu	Viseu 2003	Viseu 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	1.261	1.217	3,6 %	44
Ameaça e coacção	539	483	11,6 %	56
Difamação, calúnia e injúria	376	369	1,9 %	7
Furto em veículo motorizado	642	675	-4,9 %	-33
Furto em resid. c/arromb.,escalam.ou chaves falsas	381	316	20,6 %	65
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	312	319	-2,2 %	-7
Outros furtos	634	609	4,1 %	25
Outro dano	739	765	-3,4 %	-26
Incêndio/fogo posto floresta,mata,arvoredo/seara	376	288	30,6 %	88
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	1.040	549	89,4 %	491
Condução sem habilitação legal	540	458	17,9 %	82

☐ REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Apresenta um aumento global de +20%, correspondendo a +1.787 casos.

Este distrito tem um *ratio* de 44 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 10º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 3º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	AÇORES 2003	AÇORES 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	10.722	8.935	20,0 %	1.787
Crimes Contra as Pessoas	3.557	3.045	16,8 %	512
Crimes Contra o Património	4.951	3.987	24,2 %	964
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.045	815	28,2 %	230
Crimes Contra o Estado	127	119	6,7 %	8
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	1.042	969	7,5 %	73



Nota: Os dados relativos à Brigada Fiscal da GNR encontram-se no capítulo dedicado a esta Força de Segurança

O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 78% do total de participações observadas em 2003.

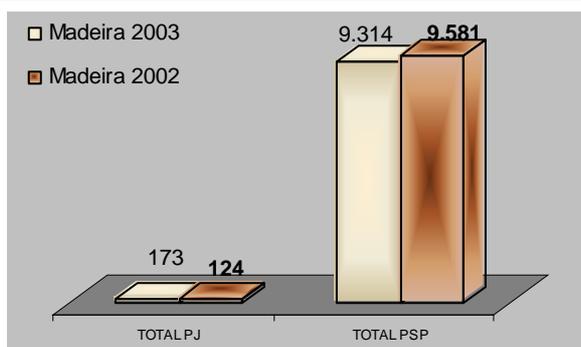
Criminalidade mais participada na Região Autónoma dos Açores	Açores 2003	Açores 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	1.849	1.606	15,1 %	243
Ameaça e coacção	642	552	16,3 %	90
Difamação, calúnia e injúria	562	450	24,9 %	112
Furto em veículo motorizado	1.142	710	60,8 %	432
Furto em resid. c/arromb.,escalam.ou chaves falsas	638	568	12,3 %	70
Outros furtos	1.135	946	20,0 %	189
Outro dano	844	635	32,9 %	209
Conduç.de veíc.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	859	646	33,0 %	213
Condução sem habilitação legal	737	741	-0,5 %	-4

□ REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Diminuição global de -2,2%, correspondendo a -218 casos.

Este distrito apresenta um *ratio* de 39 participações por 1000 habitantes. Quando comparado com os restantes Distritos e Regiões Autónomas, coloca-se em 12º lugar no que respeita ao número de participações registadas e em 5º lugar no *ratio* de crimes/1000 habitantes (por ordem decrescente).

DESCRIÇÃO	MADEIRA 2003	MADEIRA 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
TOTAL GERAL	9.487	9.705	-2,2 %	-218
Crimes Contra as Pessoas	3.410	3.354	1,7 %	56
Crimes Contra o Património	4.246	4.679	-9,3 %	-433
Crimes Contra a Paz e Humanidade	0	0		0
Crimes contra a Vida em Sociedade	1.108	964	14,9 %	144
Crimes Contra o Estado	123	108	13,9 %	15
Crimes Previstos em Legislação penal Avulsa	600	600	0,0 %	0



Nota: Os dados relativos à Brigada Fiscal da GNR encontram-se no capítulo dedicado a esta Força de Segurança

O quadro seguinte destaca os crimes que maior número de ocorrências registaram no distrito, representando estes 76% do total de participações observadas em 2003.

Criminalidade mais participada na Região Autónoma da Madeira	Madeira 2003	Madeira 2002	Var % 2003/02	Dif. 2003/02
Ofensa à integridade física voluntária simples	1.751	1.717	2,0 %	34
Ameaça e coacção	897	890	0,8 %	7
Furto de veículo motorizado	300	287	4,5 %	13
Furto em veículo motorizado	762	1.063	-28,3 %	-301
Furto em resid. c/arromb.,escalim.ou chaves falsas	583	756	-22,9 %	-173
Furto em edif.com.ou ind.c/arromb,escal,chaves fal	447	521	-14,2 %	-74
Outros furtos	508	715	-29,0 %	-207
Outro dano	750	729	2,9 %	21
Conduç.de veic.c/taxa de álcool igual/sup.a 1,2g/l	878	818	7,3 %	60
Condução sem habilitação legal	313	345	-9,3 %	-32

ANÁLISE DA DELINQUÊNCIA JUVENIL E GRUPAL

Nota prévia: A análise feita nos dois capítulos seguintes, respectivamente, sobre a delinquência juvenil e grupal, baseia-se em relatórios específicos da PSP, pois, sendo fenómenos que predominam nas áreas metropolitanas, vêm merecendo um estudo particular desta Força de Segurança. Não obstante, a análise criminológica destes dois fenómenos, apresentada pela PSP, é aplicável, *mutatis mutandis*, ao que se verifica na área de jurisdição da GNR. Importa, no entanto, referir, que os valores globais apresentados no capítulo da delinquência juvenil e grupal, dizem respeito ao cúmulo das ocorrências registadas pelas duas Forças de Segurança.

DELINQUÊNCIA JUVENIL

□ INTRODUÇÃO

O conceito de *delinquência juvenil* compreende os factos ilícitos qualificados como crimes, cometidos por menores de 16 anos. Nos últimos anos, os meios urbanos foram férteis na criação dos chamados “*gangs de menores*.” Desde os pequenos delitos aos assaltos em bando a automóveis, pessoas¹¹ e estabelecimentos, assiste-se actualmente a uma delinquência juvenil caracterizada por um forte “espírito grupal”, onde a liderança e a organização interna assumem pontos comuns, típicos, de associações criminosas, viradas para a especialização de determinados crimes, com o recurso crescente à utilização de armas.

De acordo com um estudo¹² publicado em 1999, uma das características destes “*gangs*” é precisamente a gratuitidade. Ou seja, as suas acções criminosas, ou simplesmente desviantes, exercem-se não com vista a um objectivo, mas sim para exteriorizar um acto agressivo que não se consegue conter. É comum observar-se nos nossos jovens delinquentes uma certa necessidade de “valor e de poder”, servindo a delinquência como forma de colmatar essas mesmas necessidades.

¹¹ Considerando os roubos/furtos de telemóveis a pessoas, que se constituem, actualmente, como o artigo que mais frequentemente é subtraído aos proprietários, verifica-se predominantemente a actuação criminosa em contexto grupal, principalmente composta por jovens, sendo os ilícitos praticados contra outros jovens, idosos ou, por descuido, utilizadores desprevenidos.

¹² “A Problemática dos Bandos de Jovens Delinquentes”, Ana Silva (Subcomissário), ICSPSI, 1999

Por outro lado, estudos mais recentes desenvolvidos no âmbito da pedopsiquiatria, psiquiatria e pediatria demonstram que a delinquência juvenil entre os 12 e os 16 anos é consequência de um relativo abandono afectivo e familiar dos menores em terna idade,¹³ sendo o furto, por regra, praticado como um acto de carência afectiva. Outras causas da criminalidade são o abandono escolar e a inactividade (desemprego), muitas vezes herdadas dos próprios progenitores, às quais podem ainda somar-se razões económicas, desmotivação e revolta.¹⁴

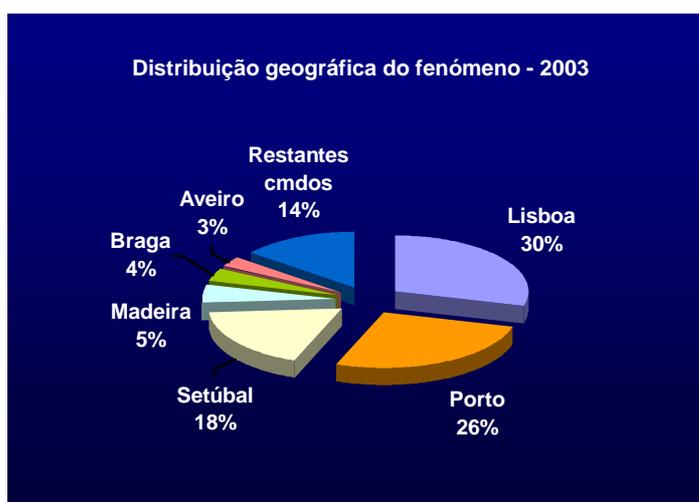
□ EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE

➤ ANÁLISE COMPARATIVA 2003 - 2002 (DADOS PSP E GNR)

O fenómeno da delinquência juvenil registou uma variação absoluta de +175 ocorrências (passando de 4.790 ocorrências em 2002 para 4.965 em 2003), a que corresponde um aumento de +3,6%.

➤ DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A delinquência juvenil em 2003 apresenta uma incidência geográfica de 29% em Lisboa, 26% no Porto, 18% em Setúbal, 5% na Madeira, 4% em Braga e 3% em Aveiro, representando os restantes comandos 11% do total de ocorrências.



¹³ Vários especialistas defendem, contrariamente às políticas de reinserção de menores adoptadas, a implementação de uma política concreta de apoio à família, possibilitando a um dos progenitores o total acompanhamento dos filhos durante os primeiros três anos de vida.

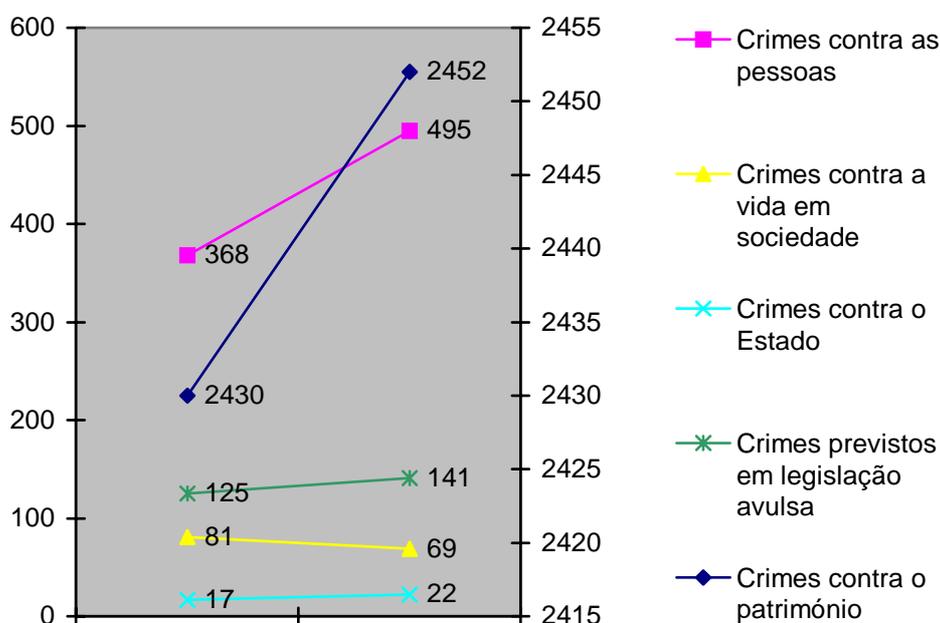
¹⁴ Num estudo intitulado "Da casa-rua à escola-casa: revolta e divertimento", publicado por J. Barra da Costa em 2001, 65% dos jovens inquiridos já se tinham envolvido em acções violentas ou agressivas no interior da escola e 52% disseram assim se manifestar devido à «revolta» que sentiam em função da sua condição de inferioridade na família e na sociedade.

O aumento global de 5% registado no fenómeno da delinquência juvenil em 2003, comparativamente ao ano anterior, deve-se, fundamentalmente, às variações absolutas verificadas em Setúbal (+175 ocorrências) e na Madeira (+126 ocorrências), seguindo-se Castelo Branco (+47), Coimbra (+27) e Beja (+26), conforme se verifica na tabela da página seguinte:

Nos distritos onde este tipo de ilícitos detém maior peso relativo (excepto Setúbal), verificou-se, pelo contrário, um decréscimo generalizado: Porto (-85), Lisboa (-36), Braga (-55) e Aveiro (-28).

➤ **DISTRIBUIÇÃO POR GRANDES GRUPOS DE CRIMES**

O gráfico seguinte ilustra a distribuição do fenómeno pelos grupos de crimes mais representativos e respectiva evolução entre 2003 e 2002.



O grupo dos crimes contra o património, o mais representativo (com um peso relativo de 77%), apresenta um acréscimo de 1%, passando de 2.430 ocorrências em 2002 para 2.452 em 2003.

O grupo dos crimes contra as pessoas, que representa 16% do total de ilícitos praticados por menores de 16 anos, regista um aumento significativo de 35%, passando de 368 ocorrências em 2002 para 495 em 2003.

Nos restantes grupos, cujo peso relativo é nulo ou pouco significativo, salienta-se a diminuição de 15% (-12 ocorrências) no grupo dos crimes contra a vida em sociedade e o aumento de 13% (+16 ocorrências) no grupo dos crimes previstos em legislação avulsa.

DELINQUÊNCIA GRUPAL

INTRODUÇÃO

Por *criminalidade grupal* entende-se o conjunto de crimes praticados por grupos de 3 ou mais indivíduos.

A criminalidade grupal verificada nos últimos anos apresenta uma tendência claramente evolutiva, quantitativa e qualitativamente. Tradicionalmente característica dos grandes centros urbanos, surge recentemente com índices de proliferação significativos por todo o país, atingindo zonas onde até então o fenómeno era desconhecido.

Os assaltos a postos de revenda de combustível, a lojas de equipamento informático e de telecomunicações e a grandes superfícies, concentram grande parte da criminalidade praticada em contexto grupal, notando-se uma crescente especialização por parte dos autores, não só na preparação, mas também na segurança das operações¹⁵ e na divisão de tarefas, inclusivamente com apoio de indivíduos de outras regiões.

A par do fenómeno de "*crime spree*", em que os mesmos autores cometem uma série de incidentes, do mesmo tipo, num curto espaço de tempo, dentro da mesma área geográfica, que assumiu algum relevo a partir de 2000, surge agora também um tipo de actividade caracterizada essencialmente pela grande mobilidade dos criminosos, que furtam previamente viaturas para o seu transporte¹⁶, chegando a percorrer várias centenas de quilómetros e a praticar vários assaltos ao longo do trajecto.

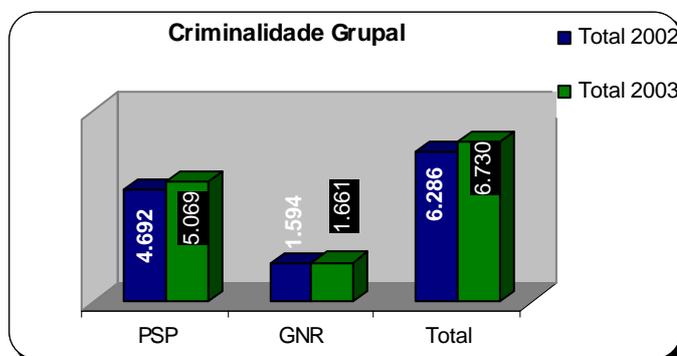
EVOLUÇÃO DO FENÓMENO

A sua evolução geral desde 1999 demonstra uma tendência claramente positiva, assumindo maior impacto nos grandes centros urbanos, onde factores sócio-económicos potenciam a emergência gradual de um espírito grupal predominantemente vocacionado para acções delituosas, em determinadas franjas da comunidade.

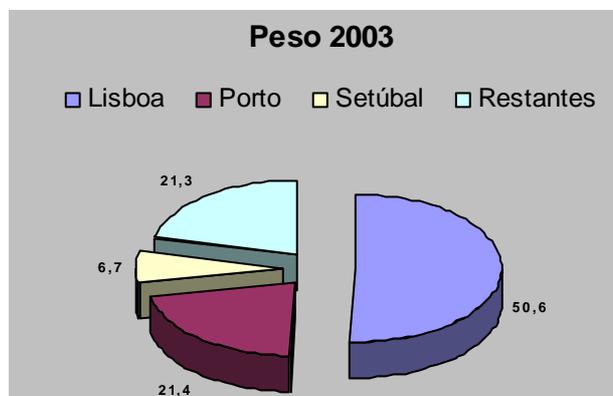
¹⁵ Têm sido registados alguns casos inéditos na destruição de vestígios, nomeadamente por incineração e, julga-se, por submersão das viaturas utilizadas para o transporte dos grupos.

¹⁶ As quais são também utilizadas para arrombamento de montras de estabelecimentos comerciais.

No ano 2003, observou-se um aumento global de 7,1%, correspondendo a um acréscimo de mais +444 ocorrências, no total das duas Forças de Segurança. As participações efectuadas à PSP representam 75% do universo deste tipo de ocorrências.



Ao analisarmos geograficamente o fenómeno, constata-se que os distritos onde este fenómeno mais se evidencia são Lisboa, Porto e Setúbal, sendo que Lisboa por si só representa 50,6% do total, e os três distritos no seu conjunto representam 78,7% do total do universo. Por seu turno, destaque para os distritos de C. Branco, Guarda, Portalegre, em virtude do reduzido número de ocorrências apresentado.

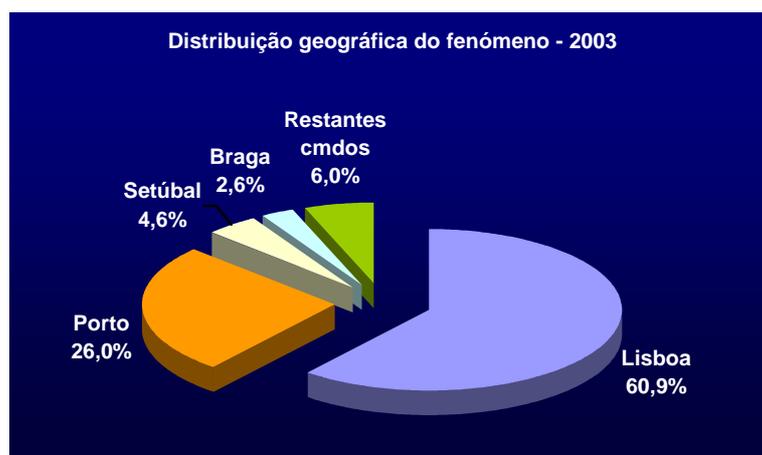


São 7 os Distritos que apresentam decréscimos em relação ao ano anterior, a saber Braga (-9,8%), Coimbra (-44,6%), Évora (-12,2%), Guarda (-25%), Lisboa (-1,8%), Portalegre (-2,6%) e Viseu (-10%). Dos aumentos verificados destacam-se, pelos valores percentuais observados, os distritos de C. Branco (+83,3%), Faro (+74,6%), Porto (36,8%) e a R. A. Madeira (313,3%).

A análise subsequente, ao longo deste capítulo, tem por base apenas o relatório sectorial da Polícia de Segurança Pública.

□ DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO FENÓMENO

A criminalidade grupal em 2003, na área de jurisdição da PSP, apresenta uma incidência geográfica de **61%** em *Lisboa*, **26%** no *Porto*, **5%** em *Setúbal* e **3%** em *Braga*, representando os *restantes comandos* **6%** do total de ocorrências.



O aumento global de 8% registado no fenómeno grupal em 2003, na área da PSP, deve-se, fundamentalmente, à variação absoluta registada no *Porto* (+406 ocorrências), seguindo-se a *Madeira* (+47), *Setúbal* (+27), *Faro* (+16) e *Bragança* (+15).

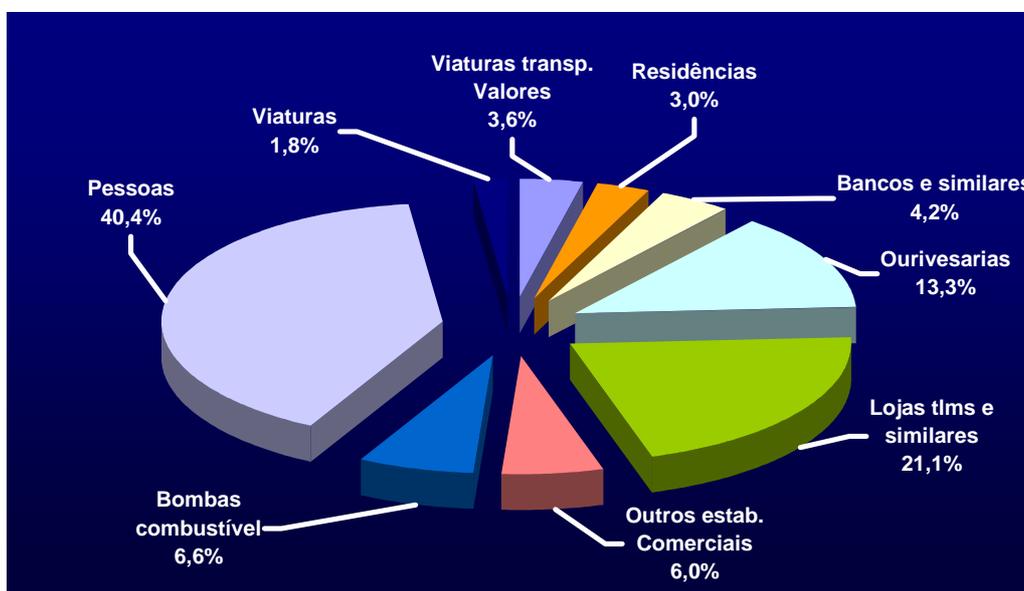
Inversamente, registaram-se diminuições significativas em *Lisboa* (-59 ocorrências), *Braga* (-47) e *Coimbra* (-20).

□ ANÁLISE DE PERFIS (INCIDENTES/ AUTORES)

A análise tem por base uma amostra de 188 incidentes envolvendo grupos de três ou mais indivíduos verificados em 2003 na área de responsabilidade da PSP. É de notar que cerca de 45% dos casos analisados ocorreram no distrito de Lisboa, 11% em Setúbal, 9% em Leiria e 7% no Porto. O peso que o distrito de Lisboa tem no total dos casos em análise origina que os perfis gerais traçados sofram apenas uma influência marginal dos restantes distritos.

➤ TIPO DE ALVO E TIPO DE CRIME

Predominam os *crimes contra o património*, sendo os *furtos/ roubos armados* os mais representativos, com **94%** dos casos. Destes, **50%** tiveram como alvo **estabelecimentos comerciais** - em especial **lojas de telemóveis e material informático** (21%) e **ourivesarias** (13%)-, seguindo-se os **furtos/roubos a pessoas** (32%), a **bombas de combustível** (6%), a **bancos e similares** (4%) e a **veículos de transporte de valores** (3%). Nos casos em que o tipo de alvo foram “pessoas” estão ainda incluídos quatro crimes de *rapto/sequestro* e dois *homicídios*, entre outros. O gráfico seguinte ilustra a distribuição das ocorrências da amostra em função do tipo de alvo:



➤ TIPO DE ALVO – PESSOAS

Em **34%** das ocorrências analisadas cujo alvo foram *pessoas*¹⁷, praticados em contexto grupal¹⁸, foram utilizadas armas de fogo do tipo **pistola/revólver**, seguindo-se os **sprays** (27%) e as **armas brancas** (25%). Predominam os **grupos** compostos por **três** (54%) e quatro **indivíduos** (34%), do sexo masculino, **maiores de 21 anos** (24%) e com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos (16%). Em 70% dos casos foram utilizados veículos **automóveis**. O 4.º trimestre de 2003 regista o maior número de ocorrências (58%), em especial no mês de **Dezembro** (27%),

¹⁷ Distribuídas da seguinte forma: furtos (24%), roubos com arma (60%), outros (16%).

¹⁸ Dos quais 58% dizem respeito à área de responsabilidade do Comando Metropolitano de Lisboa.

sendo os períodos horários **01H00/07H00** e 19h00/01H00 os mais representativos (respectivamente com 51% e 36% do total dos casos).

➤ **TIPO DE ALVO – ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS**

Do total de casos cujo alvo foram *estabelecimentos comerciais*, **56%** respeitam a **roubos com arma**, predominando as armas de fogo: **pistolas/revólveres** (40%) e **caçadeiras de canos serrados** (20%). O **arrombamento** foi o *modus operandi* utilizado em 31% dos incidentes, tendo sido efectuado **com viatura** em 13% dos casos. Predominam os **grupos** compostos por **três** (46%) e quatro **indivíduos** (38%), do sexo masculino, **maiores de 21 anos** (29%) e com idades compreendidas entre os **16 e os 21 anos** (19%). Em 63% dos casos foram utilizados veículos **automóveis**. O 4.º trimestre de 2003 regista o maior número de ocorrências (42%), em especial no mês de **Novembro** (18%), sendo o período horário **01H00/07H00** o mais representativo (43%).

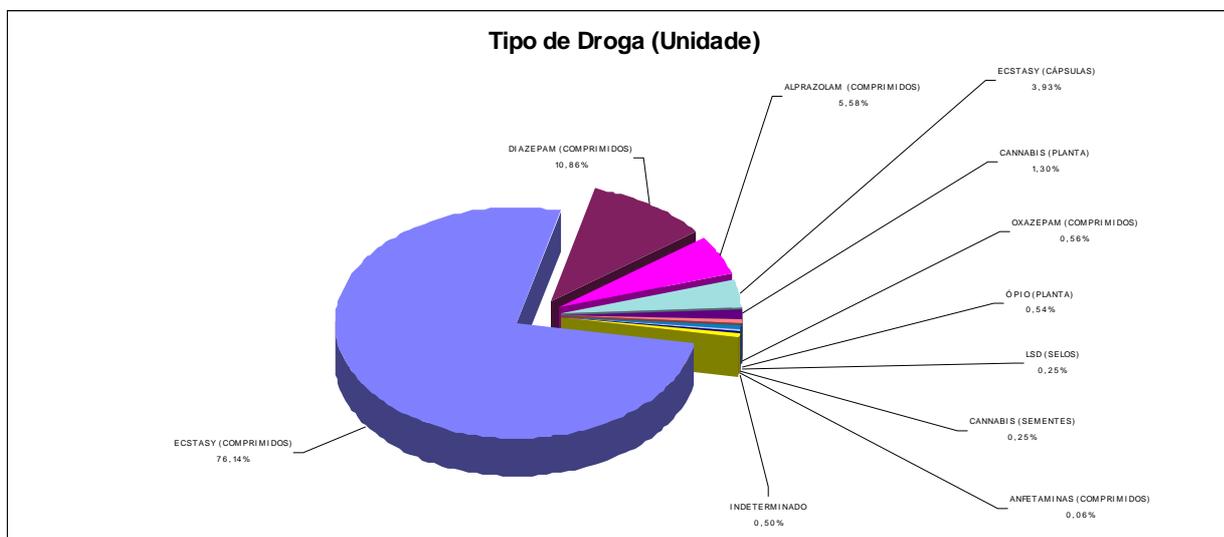
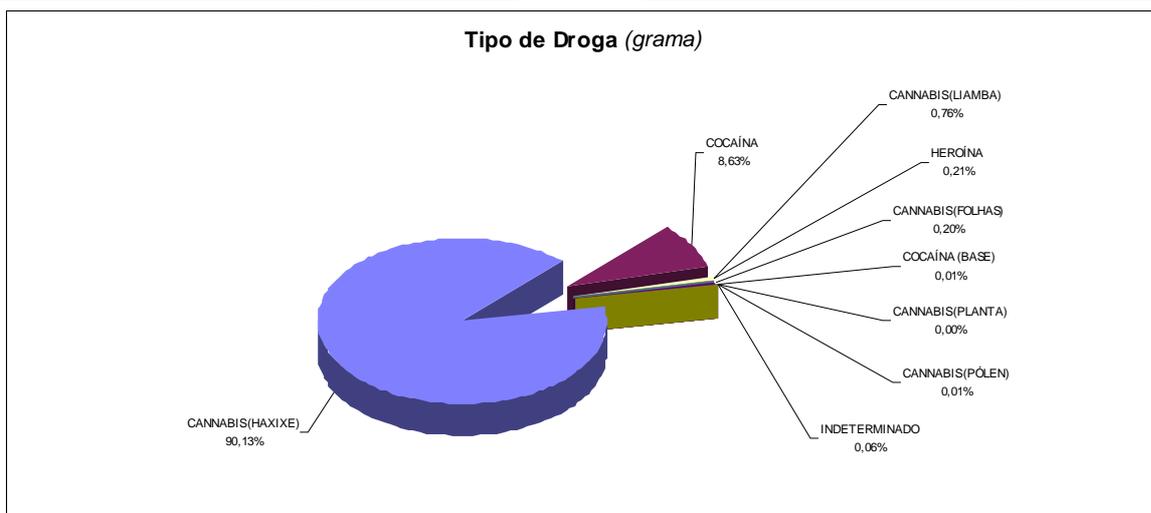
➤ **ANÁLISE DO PERFIL GERAL DE AUTORES**

Dos casos analisados, os quais, conforme foi referido, reflectem maioritariamente a área de Lisboa, pode concluir-se que a maioria dos autores de crimes praticados em contexto grupal são do sexo **masculino**, **maiores de 21 anos**, organizados em **grupos de três indivíduos**.

DROGA APREENDIDA

TIPOS DE DROGAS APREENDIDAS NO ANO DE 2003

	GRAMA		UNIDADE
CANNABIS (HAXIXE)	31.521.481,664	ECSTASY (COMPRIMIDOS)	155.488
COCAÍNA	3.016.564,102	DIAZEPAM (COMPRIMIDOS)	22.187
CANNABIS (LIAMBA)	264.820,623	ALPRAZOLAM (COMPRIMIDOS)	11.404
HEROÍNA	72.066,796	ECSTASY (CÁPSULAS)	8.033
CANNABIS (FOLHAS)	70.571,780	CANNABIS (PLANTA)	2.662
COCAÍNA (BASE)	4.240,410	OXAZEPAM (COMPRIMIDOS)	1.151
CANNABIS (PÓLEN)	3.582,900	ÓPIO (PLANTA)	1.112
CANNABIS (PLANTA)	550,000	LSD (SELOS)	516
ECSTASY (MOÍDO)	185,927	CANNABIS (SEMENTES)	514
CANNABIS (SEMENTES)	146,460	ANFETAMINAS (COMPRIMIDOS)	125
<i>INDETERMINADO</i>	<i>19.373,856</i>	<i>INDETERMINADO</i>	<i>1.030</i>



QUANTIDADES DE DROGA APREENDIDA POR ORGANISMO

ORGANISMOS	HEROINA/02	HEROINA/03	COCAINA/02	COCAINA/03	HAXIXE/02	HAXIXE/03	ECSTASY/02	ECSTASY/03
P.J.	58.127,449	35.807,954	2.653.958,256	1.861.980,720	1.100.595,869	26.341.419,585	203.928	146.565
D.G.A.I.E.C.	13.350,900	16.626,000	384.783,300	548.371,050	17.451,295	7.876,000	10.125	0
G.N.R.	10.877,235	4.995,378	94.118,323	464.389,640	5.747.040,561	4.647.461,939	1.083	3.641
P.S.P.	14.006,897	14.637,464	7.242,781	12.720,752	156.867,554	524.724,140	7.330	5.282
OUTROS	0,000	0,000	0,000	129.101,940	26,160	0,000	0	0
TOTAL	96.362,281	72.066,796	3.140.102,660	3.016.564,102	7.021.981,439	31.521.481,664	222.466	155.488
VARIAÇÃO %		-25,21		-3,93		348,90		-30,11

Como se pode constatar pelo quadro supra, houve uma diminuição nas quantidades de heroína, cocaína e ecstasy, enquanto que a quantidade de quilos de haxixe apreendida foi muito superior à do ano anterior.

OUTROS RESULTADOS LIGADOS ÀS APREENSÕES DE DROGAS

Das operações efectuadas pelos diversos organismos, destacam-se as seguintes apreensões:

- Viaturas	702
- Barcos	6
- Armas	191
- Telemóveis	978
- Imóveis	10
- Dinheiro	2.382.664,08 €

A EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE EUROPEIA

Importa também fazer uma breve apreciação à criminalidade verificada na Europa apresentada formalmente por cada um dos respectivos Estados. Neste âmbito deverá ser entendido que este fenómeno é distinto entre países e que, apesar do maior ou menor desenvolvimento económico, social e político de cada um deles, existem fenómenos alheios aos planos de segurança de cada Estado que provocam variações não controladas dos diversos tipos de ocorrências criminais.

Saliente-se que os valores apresentados resultam de diferentes métodos de recolha, análise e integração de informações praticadas pelos distintos países que dificultam uma apreciação e comparação objectiva da criminalidade na Europa.

Estas diferenças prendem-se, sobretudo, com:

- Diferentes métodos de recolha da notícia do crime e da sua correspondente contabilização nos relatórios anuais de segurança;
- Diferentes enquadramentos jurídicos para a prática de actos semelhantes;
- O momento em que a notícia do crime é contabilizada estatisticamente (se é contabilizada, por exemplo, no momento em que existe a denúncia, ou se, por outro lado, ela só é tida em referência após o trânsito em julgado ou com a aplicação de uma reacção criminal) – facto que difere entre países;
- Das diferentes atribuições dos diversos Organismos que recolhem as informações e da integração destes nos resultados apresentados formalmente;

Observando o quadro seguinte podemos retirar que existem três grupos distintos, no que concerne ao *ratio* de crimes por 1000 habitantes, sendo um dos grupos constituído pelos países que apresentam mais de 100 crimes, seguido pelos que se situam entre 50 e 100 crimes e por fim os que registam menos de 50 crimes.

Portugal ainda assim apresenta valores relativamente baixos quando comparado com os demais países.

Países	Total de Crimes em 2003	População	Ratio crimes por 1000 Hab
Finlândia	758.088	5.206.300	145.6
Suécia	1.250.509	8.877.000	140.9
Inglaterra e País de Gales	5.899.450	52.085.000	113.3
Áustria	654.381	8.170.000	80.1
França	3.974.694	59.807.000	66.5
Portugal	409.509	10.408.000	39.3
Irlanda	104.138	3.917.000	26.6

FONTES:

Dados relativos à criminalidade - Sítios Internet e informação disponibilizada directamente pelos respectivos ministérios do Interior/Justiça ou pelas Polícias.

População – Institutos Nacionais de Estatística dos respectivos países.

Nota:

No caso de Inglaterra e País de Gales, os dados reportam-se ao ano financeiro de 2002/2003 (isto é, os 12 meses até 1 de Abril de 2003).